

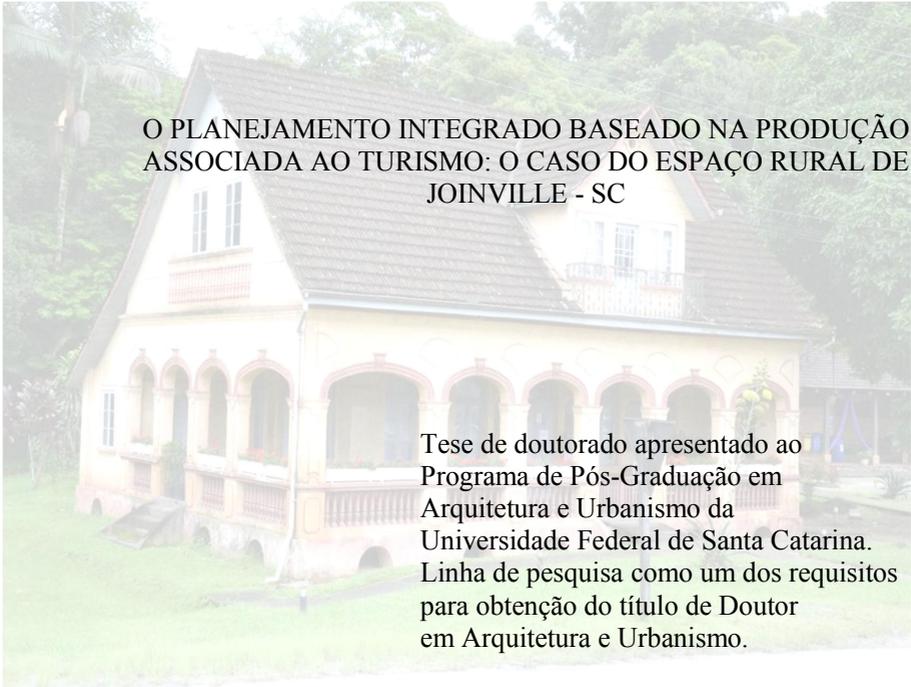
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA**

MARINÊS DA CONCEIÇÃO WALKOWSKI

**O PLANEJAMENTO INTEGRADO
BASEADO NA PRODUÇÃO ASSOCIADA AO
TURISMO: O CASO DO ESPAÇO RURAL DE
JOINVILLE - SC**

Florianópolis, 2014

MARINÊS DA CONCEIÇÃO WALKOWSKI



O PLANEJAMENTO INTEGRADO BASEADO NA PRODUÇÃO
ASSOCIADA AO TURISMO: O CASO DO ESPAÇO RURAL DE
JOINVILLE - SC

Tese de doutorado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Santa Catarina.
Linha de pesquisa como um dos requisitos
para obtenção do título de Doutor
em Arquitetura e Urbanismo.

Florianópolis,
2014

MARINÊS DA CONCEIÇÃO WALKOWSKI

O PLANEJAMENTO INTEGRADO BASEADO NA PRODUÇÃO
ASSOCIADA AO TURISMO: O CASO DO ESPAÇO RURAL DE
JOINVILLE-SC

Esta tese foi julgada e aprovada, outorgando ao aluno o título de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Loch - Orientador/Moderador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ayrton Portilho Bueno - Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Renato Tibiriçá de Saboya - Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Búrigo - Examinador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dra. Doris Van de Meene Ruschmann - Examinadora
Universidade do Vale do Itajaí

Prof. Dr. Paulo Marcio Leal de Menezes - Examinador
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Florianópolis, 2014

Dedico este trabalho ao meu marido, minha
mãe e família!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por todas as oportunidades e por guiar meu caminho em todos os momentos difíceis.

De forma muito especial, ao meu marido, companheiro, cúmplice de todas as horas e a quem admiro.

À minha família, em especial à minha mãe e a meus irmãos, pelo apoio, principalmente nos momentos em que passei fora do país.

Ao meu tio João Bacelar de Siqueira, pela correção do volume.

Ao professor Carlos Loch, pela oportunidade, apoio e amizade de sempre.

À equipe do Laboratório de Fotogrametria e Geoprocessamento da UFSC, pelos ensinamentos e apoio constante.

À minhas amigas Daiana e Cristine, por compartilharem todos os momentos de angústia e alegrias.

Aos agricultores e colegas profissionais da prefeitura municipal e Joinville, por acreditarem no potencial da presente pesquisa e disponibilizarem todas as informações necessárias.

Ao professor Carlos Cardoso Ferreira (Orientador na Universidade de Lisboa), pelo acolhimento e contribuição ao tema de pesquisa no exterior.

À equipe do TERRiTUR (Turismo, Cultura e Espaço) da Universidade de Lisboa, pelo acolhimento e apoio à pesquisa.

Aos professores membros da banca examinadora, que se dispuseram a contribuir com esta pesquisa.

Ao PósARQ/UFSC, pela oportunidade de crescimento profissional.

A CAPES, pela concessão da Bolsa de Doutorado no Brasil e no exterior, contribuindo com o meu crescimento e vivência.

Agradeço a todos que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para mais esta conquista em minha vida pessoal e profissional.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral analisar o potencial turístico, por meio de uma estruturação de dados, baseada na produção associada ao turismo, visando o planejamento integrado do espaço rural de Joinville-SC. Para tanto, a presente pesquisa adotou uma abordagem interdisciplinar, baseada em duas vertentes: a pesquisa qualitativa e quantitativa. Buscou-se, através da pesquisa bibliográfica, estudo em campo e observações, entrevista semiestruturada, aplicação de questionário estruturado e análise de documentos, conhecer a riqueza do território do espaço rural de Joinville. No município as informações são limitadas, não sendo possível, por exemplo, obter informações gráficas, descritivas e tabulares do espaço rural, contendo todos os elementos georreferenciados para construir o conhecimento detalhado dos aspectos físico-espacial e do potencial turístico. Dentre as ferramentas que foram utilizadas para avaliar o potencial turístico com base na produção associada ao turismo, estão: o Sensoriamento Remoto, o uso de produtos fotogramétricos e Fotointerpretação, o Geoprocessamento e o Sistema de Informações Geográficas, que possibilitam gerar diversos produtos cartográficos temáticos para o turismo, visualizar as inter-relações existentes no espaço rural e a integração entre os mesmos. A partir disto foi possível caracterizar os aspectos físicos e a estrutura espacial no espaço rural, identificar e caracterizar a produção associada à paisagem local e os atores que interferem na atividade turística e estabelecer procedimento metodológico para estruturar proposta de análise do potencial turístico, por meio da elaboração de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Os resultados obtidos estão compreendidos no tratamento dos dados e na geração de produtos cartográficos das unidades familiares pesquisadas nas Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e Bacia hidrográfica do rio Pirai e mapa da produção associada ao turismo (Portfólio). Concluiu-se que o objetivo geral proposto na pesquisa foi alcançado por meio da estruturação dos dados, demonstrando as possibilidades de integração de informações, visando à valorização da produção associada ao turismo, além de possibilitar o conhecimento do potencial turístico no território, a fim de auxiliar o planejamento integrado no município de Joinville.

Palavras-chave: Produção associada ao turismo. Planejamento. Sistemas de Informações Geográficas. Turismo no Espaço Rural. Arquitetura e Urbanismo.

ABSTRACT

This thesis has the overall objective to analyze the tourism potential by means of a data structure, based on the associated tourism production, aiming at integrated planning for rural areas Joinville-SC. Therefore, the present research adopted an interdisciplinary approach based on two components: a qualitative and quantitative research. We sought through bibliographic research, field study and observation, semistructured interviews, a structured questionnaire and document analysis, the richness of the territory of the rural area of Joinville. In the city the information is limited, it is not possible, for example, to obtain graphic, descriptive and tabular information of the countryside, containing all georeferenced to build a detailed knowledge of the physical-spatial aspects and elements of the tourism potential. Among the tools that were used to evaluate the potential for tourism based on tourism associated with the production are: the Remote Sensing, using photogrammetric and Photointerpretation products, GIS and Geographic Information System, which enables to generate various thematic cartographic products for tourism, view existing interrelationships in rural areas and the integration between them. From this it was possible to characterize the physical aspects and the spatial structure in rural areas, identify and characterize the landscape associated with local production and the actors who interfere in tourism, and establish methodological procedure proposed to structure analysis of tourism potential, through the development of a Geographic Information System (GIS). The results are included in data processing and generation of mapping of households surveyed in the Watershed Cubatao River North and River Pirai River basin and the map associated with tourism (ortfolio) production. It was concluded that the overall goal proposed in the study was achieved by structuring the data, showing the possibilities of integration of information aimed at increasing the tourism associated with the production, and enables knowledge of the tourist potential in the territory in order to assist integrated planning in the city of Joinville

Keywords: Production associated with tourism. Planning. Geographic Information Systems. Rural Tourism. Architecture and Urbanism.

LISTA DE FIGURAS

Figuras 1 e 2: Patrimônio cultural conservado com recurso da União Europeia, 2013.....	81
Figura 3: Venda de cestas orgânicas, 2013.....	82
Figura 4: Visita das escolas e envolvimento comunitário, 2013.....	82
Figura 5: Fluxograma da pesquisa.....	113
Figura 6: Ponte com cobertura em madeira.....	120
Figura 7: Construção em alvenaria e madeira.....	120
Figura 8: Casarão Krüger.....	128
Figura 9: Casarão estilo colonial.....	128
Figura 10: Mosaico SIMGeo.....	130
Figura 11: Articulação das cartas da restituição para definição da bacia hidrográfica rio Cubatão do Norte.....	134
Figura 12: Articulação das cartas da restituição para definição da bacia hidrográfica rio Pirai.....	134
Figura 13: Acesso SC 301.....	213
Figura 14: Foto panorâmica viaduto distrito Pirabeiraba.....	214
Figura 15: Espaço para exposição de artesanato.....	214
Figura 16: Estrada do Pico.....	215
Figura 17: Estrada do Pico.....	216
Figura 18: Alambique Fleith.....	217
Figura 19: Casarão Fleith.....	217
Figura 20: Estrada do Pico.....	218
Figura 21: Estrada do Pico.....	219
Figura 22: Lilian Hartmann Goudard.....	219
Figura 23: Propriedade Herbert Sultt.....	220
Figura 24: Produção de banana.....	220
Figura 25: Propriedade da Sra. Ivone Voight e Sr. Osvald Voight.....	220
Figura 26: Estrada rio da Prata.....	221
Figura 27: Rodovia SC 301.....	222
Figuras 28 e 29: Rancho Pé da Serra.....	222
Figura 30: Agroindústria do Sr. Indalécio Sumech.....	223
Figura 31: Serra Dona Francisca.....	223
Figura 32: Pórtico de acesso a Estrada Quiriri.....	224
Figura 33: Estrada Quiriri.....	224
Figura 34: Estrada Werner Weises.....	225
Figura 35: CTG Chaparral.....	226
Figura 36: Indicação da entrada para a Bacia Hidrográfica do rio Pirai.....	226
Figura 37: Acesso Vila Nova a Estrada Comprida.....	228

Figura 38: Família Roos.....	229
Figura 39: Família Roos.....	229
Figura 40: Bifurcação – Estrada Comprida.....	230
Figura 41: Família Pogan.....	231
Figura 42: Propriedade Família Pogan.....	231
Figura 43: Produção de aves exóticas.....	232
Figura 44: Atrativo Estrada Salto I.....	232
Figura 45: Usina Hidrelétrica.....	233
Figura 46: Família Polzin.....	234
Figura 47: Propriedade da Família Polzin.....	234
Figura 48: Família Jacob.....	235
Figura 49: Propriedade da Família Jacob.....	236
Figura 50: Família Schroeder.....	237
Figura 51: Propriedade da Família Schroeder.....	237
Figura 52: Rancho Alegre.....	238
Figura 53: Rancho Alegre.....	239
Figura 54: Exposição de artesanato em pet.	244
Figura 55: Exposição de artesanato em crochê.....	244
Figura 56: Base de dados ArcGIS, 2013.....	251
Figura 57: Filtro aplicado à tabela de atributos, 2013.....	252
Figura 58: Layout ArcGIS, 2013.....	253
Figura 59: Diagrama.....	254
Figura 60: Diagrama - Cenário 1.....	265
Figura 61: Diagrama - Cenário 2.....	266
Figura 62: Diagrama - Cenário 3.....	266
Figura 63: Diagrama - Cenário 4.....	267
Figura 64: Diagrama - Cenário 5.....	268
Figura 65 Diagrama - Cenário 6.....	268
Figura 66: Diagrama – Proposta de roteiro.....	269
Figura 67: Portfólio Alambique Fleith.....	271
Figura 68: Portfólio Apiário Pfau.....	273
Figura 69: Portfólio Família Pogan.....	275
Figura 70: Portfólio Família Pozin.....	277
Figura 71: Portfólio Acácio Schroeder.....	279

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Percentual da área de estudo em Joinville.....	212
Gráfico 2: Tipo de produção.....	255
Gráfico 3: Necessidade de adaptação para atividade turística.....	256

Gráfico 4: Efetua análise da qualidade da água.....	257
Gráfico 5: Tipo de produção.....	258

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa de hierarquização de amostras no rio Cubatão do Norte e rio Pirai - Joinville.....	101
Mapa 2: Mapa Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai - Joinville.....	105
Mapa 3: Localização do Município de Joinville.....	117
Mapa 4: Mosaico da Bacia Hidrográfica rio Cubatão do Norte – Joinville.....	135
Mapa 5: Mosaico da Bacia Hidrográfica rio Pirai - Joinville.....	136
Mapa 6: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.....	139
Mapa 7: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.....	143
Mapa 8: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.....	147
Mapa 9: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.....	151
Mapa 10: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.....	155
Mapa 11: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.....	159
Mapa 12: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.....	163
Mapa 13: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.....	167
Mapa 14: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.....	171
Mapa 15: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.....	175
Mapa 16: Mapa das unidades homogêneas de paisagem - Joinville....	181
Mapa 17: Mapa das subunidades homogêneas – Dona Francisca.....	185
Mapa 18: Mapa da subunidade homogênea – Estrada do Pico.....	189
Mapa 19: Mapa da subunidade homogênea – rio da Prata.....	191
Mapa 20: Mapa das unidades homogêneas de paisagem – Bacia hidrográfica do rio Pirai.....	195

Mapa 21: Mapa das subunidades homogêneas – Bacia hidrográfica do rio Pirai.....	199
Mapa 22: Mapa das subunidades homogêneas – Unidade homogênea de paisagem rio Pirai Oeste.....	201
Mapa 23: Mapa da subunidade homogênea – Estrada Morro - Joinville.....	205
Mapa 24: Mapa da subunidade homogênea – Estrada Salto I - Joinville.....	207
Mapa 25: Mapa da subunidade homogênea – Estrada da Serrinha - Joinville.....	209
Mapa 26: Mapa da produção associada ao turismo.....	247
Mapa 27: Mapa propriedade Alambique Fleith, BHCN - Joinville.....	259
Mapa 28: Mapa propriedade Apiário Pfau, BHCN - Joinville.....	260
Mapa 29: Mapa propriedade Acácio Schroeder, BHP - Joinville.....	261
Mapa 30: Mapa propriedade Pogan, BHP- Joinville.....	262
Mapa 31: Mapa propriedade Polzin, BHP - Joinville.....	263

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Questionário estruturado.....	309
---	-----

LISTA DE SIGLAS

AAAC – Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia
 ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
 ACI - Associação Cartográfica Internacional
 AJJAR - Associação de Turismo Eco rural; Associação Joinvilense de Agroindústrias Artesanais Rurais
 APA – Área de Preservação Ambiental
 APIVILLE – Associação de Apicultores de Joinville
 APL – Arranjo Produtivo Local
 APL.Com - Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária
 APROAGUA - Associação dos Proprietários de Terras da Mata Atlântica com Recursos Hídricos
 BHCN – Bacia Hidrográfica rio Cubatão do Norte
 BHP – Bacia Hidrográfica rio Pirai

CIRAM - Centro de Informações de Recursos Ambientais e de Hidrometeorologia de Santa Catarina
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CCJ - Comitê de Bacia Cubatão Cachoeira
CDR - Conselho de Desenvolvimento Regional
CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CGIS - *Canadian Geographic Information System*
CEPA-SC – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina
CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
CGPE - Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas
DCPAT - Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo
DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
ECORURAL – Associação de Turismo Rural
ELARD - *European LEADER Association for Rural Development*,
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FIDEM - Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife
FISSET – Fundo de Investimentos Setoriais
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FUNDEMA – Fundação Municipal do Meio Ambiente
FUNGETUR – Fundo Geral de Turismo
GAL - Grupos de Ação Local
GPS - *Global Positioning System*
GTPAPL - Grupo de trabalho permanente para Arranjos Produtivos Locais
IGG - Instituto Geográfico e Geólogo de São Paulo
IFAT - *International Federation of Alternative*
ICA - Instituto de Cartografia da Aeronáutica
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPPUJ - Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável de Joinville

LabFSG – Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDA/SAF - Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC - Ministério do Desenvolvimento
MTUR – Ministério do Turismo
NUTS – Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal
OMT – Organização Mundial do Turismo
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG – Organização Não Governamental
PAC – Política Agrícola Comum
PRA - Programa de Regularização Ambiental
PEN – Planos Estratégicos Nacionais
PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
PENDR - Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PNT – Plano Nacional de Turismo
PNMT – Plano Nacional de Municipalização do Turismo
PNPOT – Programa Nacional da Política Regional e de Desenvolvimento.
PME - Pequenas e Médias Empresas
PROMOTUR - Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville
PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
REDE TRAF - Rede de Turismo na Agricultura Familiar
REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais
SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A
SUH – Subunidade Homogênea
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Regional
SEPLAN - Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão
SIG – Sistema de Informações Geográficas
SIMGeo - Sistema de Informações Municipais Georeferenciadas
SIGEO - Sistema de Informação Georreferenciada
SIRGAS – Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SISTUR – Sistema Turístico
SSDTur - Sistema de Suporte a Decisão para o Turismo

TGLA - Turismo Terras do Grande Lago Alqueva
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UHP – Unidade Homogênea de Paisagem
WTTC - World Travel & Tourism Council

LISTA DE TABELAS

1. Tabela dos projetos e programas.....	241
2. Tabela das propriedades da amostra da pesquisa.....	249

GLOSSÁRIO

Aglomeração: pode ser produtiva, científica, tecnológica e/ou inovativa. A característica central é a proximidade territorial de agentes econômicos, políticos e sociais (empresas e outras organizações públicas e privadas). Geralmente as aglomerações envolvem algum tipo de especialização produtiva da região em que se localizam.

Dimensão territorial: constitui em um recorte específico de análise e de ação política, definindo o espaço onde processos produtivos, inovativos e cooperativos têm lugar. Pode ser um município ou áreas de um município; conjunto de municípios; microrregião; conjunto de microrregiões, entre outros.

Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais: é composto por produtoras de bens e serviços finais, até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de serviços, comercializadoras, clientes, entre outras. Também pode ser representado por organizações públicas e privadas, voltadas para formação e capacitação em diferentes áreas, incluindo-se, assim, as universidades, organizações de pesquisa, empresas de consultoria e de assistência técnica, órgãos públicos, organizações privadas e não governamentais, entre outros.

Destinos indutores: Aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleos receptores e/ou distribuidores de fluxos turísticos e capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas.

Cadeia produtiva: conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos, em ciclos de produção, distribuição e comercialização de bens e serviços. Pode ser de âmbito local, regional, nacional ou mundial.

Capacitação inovativa: refere-se ao domínio de conhecimentos e tecnologias que são fundamentais para a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais e para a exploração de novas oportunidades.

Capital social: conjunto de instituições formais e informais, incluindo hábitos e normas sociais, que afetam os níveis de confiança, interação e aprendizado em um sistema social. Quanto mais elevado o capital social, maior será a relação de cooperação, aprendizado interativo e a transmissão de conhecimento tácito, favorecendo, portanto, ações coletivas geradoras de arranjos produtivos articulados.

Competitividade: “é a capacidade de a empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado”

(GLOSSÁRIO DE ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS, 2003, p. 10).

Cooperação: caracteriza-se pelo trabalho em comum, envolvendo relações de confiança mútua e coordenação, em níveis diferenciados, entre os agentes.

Cooperativa: são sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades por um conjunto de características, definidas pela Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Núcleo turístico: são agrupamentos de dois a nove atrativos turísticos, isolados entre si e sem comunicação eficaz com o território, onde se desenvolvem um turismo rudimentar.

Potencial turístico: caracterizado pela existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspectos normativo-institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio do adequado planejamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda atual ou latente (ALMEIDA, 2006).

Rede: é um conjunto de pontos ou nós conectados entre si por segmentos (arcos), que viabilizam o intercâmbio de fluxos, de bens, pessoas ou informações, entre os diversos pontos das estruturas.

Região: área geográfica com certas características homogêneas. Entidades espaciais de escala média ou intermediária. Também é reconhecida como unidade política administrativa e também econômica.

Território: refere-se à parcela geográfica apropriada por um grupo humano ou animal, ou por indivíduo, visando assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais. Pode variar em relação às dimensões: física, econômica, sociopolítica e simbólica.

Territorialidade: refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas (localidade, região ou país) e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado território.

Fonte: GLOSSÁRIO DE ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS, 2003; BARRETTO, 2008.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	39
1.1 JUSTIFICATIVA, INEDITISMO E RELEVÂNCIA DO ESTUDO PROPOSTO	42
1.2 ASPECTOS DE INOVAÇÃO DA PROPOSTA E CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA	45
1.3 PROBLEMA E HIPÓTESE DE PESQUISA	47
1.4 LIMITES DA PESQUISA	49
1.5 OBJETIVOS	49
1.5.1 Objetivo geral	49
1.5.2 Objetivos específicos	50
1.6 ESTRUTURA DA TESE	50
2 REFERENCIAL TEÓRICO	51
2.1 PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO	51
2.1.1 Território, paisagem e planejamento	51
2.1.2 Conceituação e caracterização de turismo	56
2.1.3 Planejamento integrado do turismo	59
2.1.4 A integração entre o urbano e o rural	62
2.1.5 O espaço rural e as novas alternativas para a agricultura	65
2.1.6 A atuação da política pública voltado para os espaços rurais	68
2.2 PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO	72
2.2.1 Conceito e evolução de sistemas produtivos localizados e os arranjos produtivos locais	72
2.2.2 Conceito de cluster e o turismo	75
2.2.3 Produção associada ao turismo e a dinamização dos espaços rurais	77
2.2.4 A experiência do turismo no espaço rural de Portugal e a valorização do território	78
2.3 A CARTOGRAFIA APLICADA AO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO TURISMO	83
2.3.1 A geração de produtos cartográficos digitais e sua aplicabilidade	83
2.3.2 Sistemas de Informações Geográficas e Sistemas de Suporte a Decisão	85
2.3.3 O uso do sensoriamento remoto e a fotointerpretação	88

2.3.4	A cartografia aplicada ao turismo	90
2.3.5	A importância do cadastro técnico multifinalitário para o planejamento integrado	93
3	MATERIAL E MÉTODOS	97
3.1	MATERIAIS UTILIZADOS	97
3.2	MÉTODOS E TÉCNICAS	97
3.2.1	Softwares utilizados	99
3.2.2	Definição da amostra e das unidades homogêneas de paisagem.....	100
3.2.3	Elaboração do questionário estruturado.....	107
3.2.4	Elaboração do roteiro de entrevista não estruturada	109
3.2.5	Geoprocessamento e fotointerpretação	110
3.2.6	Caracterização dos aspectos físico-espaciais no espaço rural.....	111
3.2.7	Identificação e caracterização produção associada à paisagem local e os atores que interferem na atividade turística no espaço rural.....	111
3.2.8	Estruturar proposta de análise do potencial turístico, baseado na produção associada ao turismo, com base no uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), visando o planejamento turístico integrado do espaço rural de Joinville-SC	112
4	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	115
5	RESULTADOS DA PESQUISA	133
5.1	CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS FÍSICOS E DA ESTRUTURA ESPACIAL NO ESPAÇO RURAL	133
5.1.1	Geoprocessamento.....	133
5.1.2	
5.1.3	Foto interpretação de imagens aéreas.....	135
5.1.3	Caracterização dos aspectos físico-espaciais da paisagem	137
5.2	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ASSOCIADA À PAISAGEM LOCAL E OS ATORES QUE INTERFEREM NA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO RURAL.....	177
5.2.1	Caracterização das unidades homogêneas de paisagem - UHP	178
5.2.1.1	Unidade homogênea de paisagem UHP - Bacia Hidrográfica rio Cubatão Norte	179

5.2.1.2 <i>Unidade homogênea de paisagem UHP - Dona Francisca</i>	183
5.2.1.3 <i>Subunidades homogêneas SUHs - Estrada do Pico e rio da Prata</i>	187
5.2.2 Unidade Homogênea de Paisagem UHP - Bacia Hidrográfica rio Pirai	193
5.2.2.1 <i>Unidade homogênea de paisagem UHP – rio Pirai Oeste</i>	197
5.2.2.2 <i>Subunidades homogêneas SUHs - Estrada Morro, Estrada Salto I e Estrada da Serrinha</i>	203
5.2.3 Identificação e caracterização da produção associada e do potencial turístico	212
5.2.4 Aplicação do questionário estruturado	240
5.2.5 Aplicação de roteiro de entrevista não estruturada	241
5.3 PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS	249
5.3.1 Criação do banco de dados em SIG	250
5.3.2 Estruturação e integração dos dados	254
5.3.3 Caracterização das unidades familiares nas Bacias hidrográfica rio Cubatão do Norte e Pirai	259
5.3.4 Proposta de Portfólio da Produção Associada ao Turismo	264
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS	289
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO	309
APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA	315

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade esteve relacionada à própria evolução do território, em função das vocações produtivas locais, fruto, em muitos casos, de um processo de ocupação e planejamento desses territórios.

Neste prisma, surgem conjunturas, ideias e desenvolvimento de novos mecanismos, a fim de propiciar um maior controle e auxílio à sociedade. Nesta pesquisa, o planejamento surge como um paradigma para o desenvolvimento de um destino turístico, podendo auxiliar os gestores na tomada de decisão na gestão do território.

O território pode ser compreendido como um espaço socialmente organizado, onde ocorrem relações de trocas, podendo as mesmas serem de caráter social, econômicas e institucionais. O planejamento deve estar pautado no ordenamento do território, à medida que reconhece a complexidade do processo e das interações entre os atores locais e auxilia na gestão e estruturação de novos projetos.

Sendo o turismo visto como um fenômeno complexo que se inter-relaciona com os diversos elementos que o compõem e envolve diferentes aspectos, evidencia-se a necessidade de compreender as suas tipologias e principais componentes, bem como sua inter-relação dentro de um território.

Atualmente existem experiências de turismo no espaço rural no mundo inteiro, que têm contribuído com o desenvolvimento econômico e social, porém, com base na literatura existente e, a partir de visitas em campo, são poucas as ferramentas de mensuração dos efeitos gerados no território em função destas experiências. Ressalta-se ainda que muitos desses países possuem características físicas e geográficas, inferiores ao território brasileiro e ao seu potencial paisagístico, dificultando a identificação de parâmetros similares, de um mesmo cenário em outros países. Contudo, com base nas visitas em campo, constatou-se que muitos países têm sofrido o reflexo decorrente da crise econômica europeia e do envelhecimento da população, emigração da população jovem e baixos incentivos tecnológicos. Em relação ao turismo, a maioria dos países vislumbra, nesta atividade, um elemento vital na tentativa de se equilibrar economicamente. Nos últimos anos observou-se um aumento no número de visitantes nos principais destinos turísticos, como Ásia, África, Europa e América. Em relação ao espaço rural, alguns países na Europa, como Portugal, Espanha, Itália e França têm buscado políticas e programas visando à diversificação das regiões turísticas.

O espaço rural se destaca pela beleza paisagística e diversidade de potenciais existentes, expressos pela produção do artesanato, agropecuária e pelo próprio patrimônio natural e cultural. O turismo pode auxiliar na geração de renda complementar e na dinamização e valorização do produto local, melhorando a qualidade do mesmo e incentivando a permanência das famílias de agricultores no campo.

Visando qualificar a presente pesquisa, buscaram-se algumas experiências fora do país, para identificar e comparar em campo as experiências de turismo no espaço rural da França, Itália, Espanha e Portugal, bem como a gestão e comercialização de produtos e serviços. Essas experiências ocorreram por meio de missões técnicas e estágio de doutorado na Universidade de Lisboa, no Centro de Estudos Geográficos (CEG), no setor de estudos turísticos Turismo, Cultura e Espaço (TERRiTUR). Em 2011, foi realizada uma missão técnica na França, com o propósito de trocas de experiências entre agricultores do Brasil e da França, que trabalham com a produção associada à atividade turística. Nesta ocasião foi possível conhecer uma das iniciativas de maior reconhecimento mundial - a rede *Accueil Paysan* - que se destaca pelo segmento de agroturismo no espaço rural, por meio da valorização da produção agrícola e da paisagem local. Durante o estágio de doutorado, realizado em 2013, em Portugal, foi possível conhecer as experiências no espaço rural, mais precisamente as iniciativas de turismo comunitário e produção associada ao turismo, além da valorização do patrimônio cultural.

Na França, por exemplo, as iniciativas existentes no espaço rural são fruto de um longo processo de cooperação, solidariedade e ajuda mútua entre as famílias. Esse fato fica evidente a partir da cooperação que estas famílias exercem no espaço rural, com a criação de organizações chamadas de *Gîte de France*, responsáveis por gerir as iniciativas de turismo no espaço rural, com o auxílio da iniciativa pública e das demais instituições de gestão territorial. Na comunidade Europeia, muitas políticas foram norteadas pelo enfoque territorial, como é o caso da Ligação entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural (*LEADER*), e buscam estimular a participação e o empoderamento comunitário.

No Brasil, alguns Estados se destacam pelas iniciativas de turismo no espaço rural. Um dos mais expressivos é o Rio Grande do Sul, que já possui alguns destinos bem desenvolvidos, como o agroturismo em Gramado, o Caminho de Pedra em Bento Gonçalves, os Caminhos da Colônia em Caxias do Sul, que se destacam pela produção artesanal de vinhos, queijos e artesanato de diferentes materiais, além

dos hábitos, e os Caminhos Rurais em Porto Alegre, onde são desenvolvidas atividades de turismo no espaço rural, por meio da produção associada ao turismo com feiras orgânicas e turismo pedagógico, entre outros. A culinária, as construções e os costumes ainda preservados e cultuados pela população local são um destaque em diferentes cidades e roteiros turísticos.

Em Santa Catarina, há a associação de agricultores integrada à rede *Accueil Paysan*, chamada Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC). Esta associação tem sido um exemplo de cooperação e integração no espaço rural.

Contudo, outras iniciativas têm surgido em Santa Catarina de forma ainda incipiente, como é o caso da região de Joinville, que se destaca pela beleza cênica presente na paisagem de quem passa pela Serra Dona Francisca e das construções enxaimel, ainda preservadas no espaço rural. O recorte de análise da área será representado pelas regiões turísticas do Quiriri, Pirai, Dona Francisca e Rio da Prata, definidas pelas Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão do Norte e Rio Pirai.

Evidencia-se que o turismo pode ser visto como uma atividade multidisciplinar, que requer uma gama de informações e envolve diferentes áreas do conhecimento como: a arquitetura e o urbanismo, a geografia, a cartografia, a economia, a administração, entre outras. Para o planejamento adequado desta atividade são necessários investimentos em informações de qualidade, como, por exemplo, a existência de infraestrutura adequada, localização, sinalização, potencialidade do patrimônio natural e cultural e o envolvimento dos atores locais. Nesse sentido, as informações devem ser analisadas e estruturadas, levando em consideração os elementos objetivos e subjetivos existentes na paisagem, que subsidiarão o apoio à decisão e a gestão integrada do turismo.

Nesta visão, a presente pesquisa trata de uma proposta de análise do potencial turístico, baseado na estruturação de dados sobre a produção associada ao turismo, visando o planejamento integrado do espaço rural de Joinville - SC. As informações tratam do potencial paisagístico para a atividade turística no espaço rural, levando em consideração métodos que auxiliam no processo de apoio à gestão territorial. Vale ressaltar, com base nas experiências europeias, que o fator primordial para o desenvolvimento do turismo é a qualidade das informações, subsidiadas por investimentos públicos e privados.

A pesquisa se apoia em métodos qualitativos e quantitativos, por meio de estudos de campo, observações e levantamentos de dados qualitativos e quantitativos (entrevista semiestruturada e questionário

estruturado), o uso do sensoriamento remoto e fotointerpretação de imagens aéreas, geoprocessamento e sistemas de informações geográficas (SIG), promovendo a interação entre os campos teóricos e práticos.

A junção de todos estes elementos resulta na estruturação dos dados e na geração de informações capazes de apoiar a decisão para o planejamento integrado e gestão da atividade turística, por meio de cenários de cooperação que visam o fortalecimento do turismo no espaço rural de Joinville.

1.1 JUSTIFICATIVA, INEDITISMO E RELEVÂNCIA DO ESTUDO PROPOSTO

Os espaços turísticos são compostos, entre outros elementos, pela riqueza paisagística criada pela biodiversidade e pela ação antrópica existente em um território.

O território é um espaço com delimitação jurídica, ou seja, distritos, municípios, estados e países, onde ocorrem as relações sociais. E, dada a diversidade de elementos existentes em uma paisagem, representada pelos valores natural e cultural, ele contribui com a conservação da identidade de um povo, cujas raízes ficam expressas em hábitos e costumes ainda preservados pela sociedade atual. No entanto, é preciso observar as relações que os bens apresentam entre si (natural e cultural), gerando oportunidades de renda por meio da atividade turística.

O planejamento turístico surge a partir da necessidade de valorizar os espaços naturais e culturais como fonte de riqueza, desempenhando um papel importante para o desenvolvimento territorial. Há uma necessidade de planejamento, desde uma visão holística e integrada até a visão local. Por este motivo Beni (2006, p. 73), destaca que “o turismo, no Brasil, ainda não atingiu índices de desenvolvimento mais expressivos por causa da falta de uma visão sistêmica e holística”.

A atividade turística se desenvolve de forma incipiente em vários destinos, além da falta de planejamento e ordenamento do território. Por este motivo, estes mesmos destinos não oferecem uma infraestrutura adequada para atender a demanda turística. Este fato pode ser constatado pela falta de sinalização, falta de postos de informação, pelas vias de acesso inadequado, pelo uso inadequado dos potenciais paisagísticos e pela falta de qualidade das informações de forma geral, caracterizando a falta de mentalidade quanto ao desenvolvimento do turismo, entre outros.

O planejamento é um instrumento que busca ordenar as ações a serem tomadas, por meio de estratégias que visam alcançar o desenvolvimento sustentável de uma área ou região. A partir desta constatação é que a pesquisa visa estruturar os dados e gerar informações necessárias para auxiliar na tomada de decisão.

A área das Encostas da Serra do Mar se destaca pela riqueza paisagística com o potencial para ser um destino turístico em crescimento. A Serra Dona Francisca e a Estrada Bonita, por exemplo, têm atraído visitantes de várias regiões do país, em função do patrimônio natural e cultural presente nos casarões antigos e na paisagem local. Contudo, nesta pesquisa, será delimitada como área de estudo as Bacias Hidrográficas do Rio Cubatão do Norte e Bacia Hidrográfica do Rio Pirai. Estas áreas foram delimitadas em função de algumas iniciativas já existentes e em relação ao potencial turístico já identificado pelas instituições competentes e por serem responsáveis por aproximadamente 70% e 30%, do abastecimento de água no município. Observou-se que essas localidades encontram-se bastante incipientes em termos de infraestrutura e de participação ativa das instituições de gestão territorial e, principalmente, de convergência de ações entre as mesmas. As iniciativas locais que envolvem os agricultores familiares são bastante pontuais e com baixa cooperação entre os envolvidos. Este fato leva à desarticulação das iniciativas locais e não promove a inserção social no território.

O estudo da identificação da produção associada ao turismo, caracterizada pelo artesanato, produção agropecuária e pelo patrimônio natural e cultural – poderá contribuir para a expansão de outras atividades econômicas internas, resultando em novos segmentos de mercado para o turismo no espaço rural.

Ressalta-se que o potencial turístico de uma localidade não se mede somente pelo número de seus atrativos, mas também pela sua qualidade. Para tanto, se faz necessário promover estudos detalhados dos diversos e complexos componentes da oferta, que, após análise e avaliação sistemática, subsidiarão as demais etapas do plano de desenvolvimento turístico (RUSCHMANN, 2000).

A presente proposta de tese visa analisar o potencial turístico, baseado na estruturação de dados sobre a produção associada ao turismo, visando o planejamento integrado do espaço rural de Joinville - SC.

A contribuição da pesquisa para a academia consistirá em oferecer uma proposta inovadora por meio de uma metodologia de estruturação de dados, demonstrando o potencial turístico por meio de

cenários de cooperação, com base no potencial de articulação da produção associada ao turismo.

A pesquisa justifica-se, ainda, pela carência de estudos nesta temática. Foram encontrados poucos estudos que abordam métodos sobre o levantamento da produção associada ao turismo e os parâmetros e critérios para a análise da sua potencialidade em relação aos destinos turísticos. Não foram identificados os meios adequados para estruturar os dados levantados e demonstrar o potencial de integração e cooperação das iniciativas locais. Neste sentido, observou-se a baixa existência de Sistemas de Informação em turismo. A grande maioria é subutilizada, limitada ou incipiente, e acabam não auxiliando na gestão turística.

Além disso, após o Mestrado e o desenvolvimento de atividades de docência no ensino superior, também possibilitou a percepção da fragilidade do setor público em termos de informação para o planejamento da atividade turística, especialmente no espaço rural.

Em consequência desse panorama, está sendo proposta a estruturação das informações obtidas no espaço rural de Joinville e alimentação de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), por meio do Sensoriamento Remoto, da Fotointerpretação de imagens e do Geoprocessamento, para gerar um mapeamento temático para o turismo e promover a inter-relação das informações obtidas pela análise dos potenciais. Esta metodologia visa agregar valor ao Município de Joinville em termos de diferencial paisagístico e competitivo, visando subsidiar a tomada de decisão, orientando projetos futuros para promover e diversificar o turismo no espaço rural.

Em relação ao diferencial competitivo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), identificou que Joinville – considerado um dos 65 destinos indutores de turismo no Estado de Santa Catarina, possui índice referencial da competitividade nacional abaixo da média global das capitais. Com base nos critérios adotados pelo referido estudo e com base nas deficiências observadas durante o mesmo, ressalta-se a importância de se levantar estas deficiências e buscar alternativas de melhoria da qualidade e diversificação do produto turístico ofertado.

Neste contexto, a pesquisa visa contribuir com a melhoria nos índices de competitividade de Joinville, nos mais diferentes setores econômicos.

Ressalta-se que a pesquisa está sendo realizada com apoio da equipe do Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento (LabFSG), no departamento de Engenharia Civil da

Universidade Federal de Santa Catarina, composta por profissionais de diferentes áreas. Em conjunto estão sendo desenvolvidas teses e dissertações sobre o município de Joinville, que darão subsídios a presente pesquisa. O laboratório está concentrado na área de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial e atualmente é dividida em duas linhas de pesquisa: Cadastro e Gestão Territorial. A experiência adquirida por meio dos diversos projetos desenvolvidos nos últimos anos possibilitou a firmação do convênio com a Prefeitura Municipal de Joinville e o acesso a todos os materiais necessários a esta pesquisa e o estabelecimento de parcerias com diferentes profissionais das secretarias da administração pública e das instituições de gestão territorial. Além disso, também foram aceitos 4 artigos em revistas científicas com a temática dessa pesquisa, até o presente momento. A proposta de estruturação de dados, baseado na produção associada ao turismo, também se complementa com as pesquisas já realizadas no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, por Walkowski (2008), Bastezini (2010), Raitz (2012), Maximo (2013), entre outros.

1.2 ASPECTOS DE INOVAÇÃO DA PROPOSTA E CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA

O estudo da produção associada ao turismo poderá gerar alguns benefícios, como um diferencial competitivo em termos de cooperação, organização e articulação social, e que irão refletir na gestão pública do turismo em Joinville - SC.

O conceito refere-se à possibilidade de estimular a eficiência coletiva nas comunidades por meio do trabalho em conjunto. Como consequência surgem as vantagens competitivas do território em função da ação conjunta, formando associações, consórcios, entre outros.

Produção Associada ao Turismo é toda produção artesanal, agropecuária ou industrial que detêm atributos naturais e/ou industrial de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor ao produto turístico (3ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 2007; BRASIL, MTUR, 2008b). A ação conjunta destes grupos de pessoas que cooperam entre si, pode resultar no chamado Arranjo Produtivo Local (APL). Trata-se de aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, capazes de deflagrar processos de integração, articulação, cooperação e aprendizagem, incluindo firmas, como as produtoras de bens e serviços, como as instituições públicas e privadas, mediante

arranjos institucionais, dotados de competitividade sistêmica (SACHS, 1993; CASSIOLATO et al., 2008b; GARCIA; COSTA, 2005a).

Em um sistema, os elementos estabelecem uma relação de interdependência, interagindo ao longo do processo. O estudo do turismo como um sistema tornou-se um referencial, à medida que fornece matéria prima e possibilita entender o seu funcionamento e as inter-relações com os diversos elementos que o compõem.

A produção associada ao turismo pode ser considerada uma estratégia de inclusão social, à medida que permite que pequenas empresas e/ou iniciativas formais e informais façam parte de uma cadeia e o território adquire condições de se tornar mais competitivo. Possibilita diversas parcerias entre os serviços (hospedagem, agência, alimentação, entre outros), por meio da cooperação e dinamização do produto turístico, promovendo uma maior interação entre os atores locais. Os hotéis e restaurantes, por exemplo, podem ofertar produtos coloniais nas refeições e as agências de viagens podem obter roteiros diversificados no espaço rural (agroturismo, turismo de natureza, atividades de lazer e venda de produtos coloniais, entre outros).

Esta interação poderá tornar-se peça central no planejamento de um destino como um instrumento que busca ordenar as ações a serem tomadas e alcançar o desenvolvimento sustentável de uma região. Com relação ao planejamento turístico, a sustentabilidade torna-se ainda mais importante no processo que visa promover o desenvolvimento de espaços rurais, atraindo uma melhor qualidade de vida aos moradores.

O aspecto inovador e a contribuição científica deste estudo será fornecer dados para elaborar cenários de cooperação da produção associada ao turismo, com base na geração de uma base de dados e da análise das unidades homogêneas de paisagem (natural e cultural), da infraestrutura turística (sinalização, sistema viária, entre outros), bem como das ações institucionais que por meio de uma análise qualitativa e quantitativa, gerando produtos cartográficos temáticos para o turismo, visando à estruturação das informações em forma de um SIG. A estruturação dos dados permite integrar diferentes níveis de informação e utiliza as técnicas de geoprocessamento na cartografia aplicada ao turismo como suporte ao planejamento turístico.

A estruturação dos dados possibilita uma visão estratégica do setor produtivo associado ao turismo. Mais do que simplesmente tratar dados e gerar controle, irá subsidiar a tomada de decisão, visando fornecer ao gestor em turismo informações estratégicas – como as possibilidades de cooperação (cenários) e projetos integrados para dinamizar a oferta turística, para que este possa definir as práticas e

políticas a serem adotadas. Ainda, poderão ser levados em consideração os elementos objetivos e subjetivos existentes nas unidades homogêneas de paisagem e que irão compor o planejamento integrado.

O turismo tem gerado renda em grande parte dos municípios do Estado de Santa Catarina. Faz-se necessário pensar em alternativas inovadoras que poderão ser incorporadas às Políticas Nacionais, Estaduais, Regionais e Municipais como forma de articular os atores locais e amenizar as dificuldades encontradas pelas famílias que residem no campo.

1.3 PROBLEMA E HIPÓTESE DE PESQUISA

O planejamento de um destino turístico, considerando todas as dimensões que afetam o desenvolvimento local, requer um amplo conhecimento da área de estudo. Nota-se, porém, que muitos destinos não dispõem de levantamentos minuciosos e ainda desconhecem as ferramentas necessárias ao planejamento e desenvolvimento turístico. Isto é devido, entre outros aspectos, ao despreparo e à falta de articulação entre os atores locais, representados pelas organizações sociais e pelas instituições de gestão territorial. Esta situação contribui para descontinuidade das políticas nacionais, estaduais e regionais de turismo, para o não envolvimento da comunidade local e para a geração de produtos turísticos incipientes.

Ainda, as iniciativas comunitárias de Joinville estão ocorrendo de forma desarticulada e existem diferentes trabalhos sendo realizados por grupos de artesões e de produtores familiares - coordenadas por diferentes instituições de gestão territorial. Assim como ocorre em outros destinos, este fato tem levado ao não aproveitamento da produção local e à falta de fortalecimento às iniciativas locais; incentiva a oferta de produtos sazonais; há a ausência de demanda pelos produtos locais pelo desconhecimento da existência dos mesmos nas comunidades; a desqualificação da oferta em relação aos padrões de qualidade e fornecimento demandados; e falta de organização das comunidades para provimento de seus produtos (3ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS, 2007).

Para analisar o potencial turístico, por meio de uma estruturação de dados, baseado na produção associada ao turismo, visando o planejamento integrado do espaço rural de Joinville - SC, é pertinente abordar como problemas de pesquisa:

Quais os potenciais turísticos evidenciados pela produção associada no espaço rural de Joinville?

Como a estruturação destes dados, por meio de um SIG, poderá auxiliar no planejamento integrado e na gestão do turismo?

Com o objetivo de responder aos questionamentos, foram propostas duas hipóteses. As hipóteses surgiram, em um primeiro momento, da percepção da pesquisadora, da realidade local e com base em outras experiências em municípios do Estado de Santa Catarina, que trabalham de forma associativa e se inserem na mesma temática da pesquisa. Em seguida, partiu-se de algumas constatações por meio de visitas a campo e leitura de documentos fornecidos pelos órgãos institucionais no Município. Vale ressaltar o papel fundamental do estágio realizada no exterior, bem como as visitas e missões técnicas em outros países, que permitiram comparar as experiências de turismo no espaço rural e os potenciais ainda não explorados em Santa Catarina, mais especificamente na área de estudo escolhida em Joinville.

Neste sentido, partiu-se de duas premissas. A primeira é a de que o Município de Joinville apresenta grande potencial natural e cultural, expresso pelas construções antigas, pela infraestrutura em termos de sinalização e pelos eventos culturais. Especificamente, no meio rural foram observadas algumas iniciativas de turismo envolvendo algumas famílias de agricultores. A segunda premissa é de que, apesar deste potencial observado e constatado pelos documentos fornecidos, boa parte desses atrativos situa-se em terrenos privados, não estando acessíveis ao público, uma vez que os proprietários não se encontram sensibilizados para a atividade turística e/ou não possuem interesse. As iniciativas locais ocorreram de forma pontual sem a integração entre as instituições de gestão territorial, acarretando dificuldades de articulação e cooperação entre os diversos setores da administração pública, afetando a continuidade das ações realizadas. Além disso, as informações, referente às ações no espaço rural, em cada uma das secretarias da administração pública e das instituições de gestão territorial são insuficientes e não permitem uma análise consistente do potencial existente no Município.

Com base no exposto, foram formuladas duas hipóteses:

a) O potencial turístico no espaço rural de Joinville, especialmente nas bacias hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Piraiá, pode ser evidenciando por meio do levantamento da produção agropecuária, artesanal e do patrimônio natural e cultural. Além disso, poderá ser identificado o potencial de compra e venda direta entre os produtores das comunidades locais (oferta), a articulação e cooperação entre os mesmos a partir da elaboração de cenários, visando demonstrar

a diversificação dos produtos e serviços no espaço rural do município de Joinville.

b) A estruturação e a inter-relação dessas informações geram levantamento dos potenciais existentes de aproveitamento da produção associada ao turismo para posterior identificação de novos segmentos de mercado no município pelos gestores; no fortalecimento das iniciativas locais, formais e informais; na qualificação da oferta de produtos e serviços, entre outros. Além disso, a utilização do sensoriamento remoto e a fotointerpretação, geoprocessamento e dos sistemas de informações geográficas, poderão gerar informações de qualidade, possibilitando uma visão integrada do espaço rural, por meio da cartografia aplicada ao turismo.

1.4 LIMITES DA PESQUISA

Ao longo da pesquisa houve algumas limitações que dificultaram o seu desenvolvimento, porém sem inviabilizar a sua execução.

a) O primeiro aspecto está relacionado à dificuldade de acesso as unidades familiares, uma vez que muitos dos agricultores estão descrentes diante de inovações em virtude de trabalhos anteriores e não há uma sensibilização eficaz para a atividade turística.

b) Muitos dos atrativos naturais e culturais estão em terrenos privados e não há uma sensibilização dos proprietários para o desenvolvimento turístico e conseqüentemente não há roteiros que envolvam esses atrativos (naturais e culturais).

c) As ações/iniciativas locais ocorreram de forma pontual sem a integração entre as instituições de gestão territorial, acarretando dificuldades de articulação e cooperação entre os diversos setores da administração pública, afetando a continuidade das ações realizadas e, portanto, as informações estão centralizadas.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo geral

Analisar o potencial turístico, por meio de uma estruturação de dados, baseado na produção associada ao turismo, visando o planejamento integrado do espaço rural de Joinville - SC.

1.5.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar os aspectos físicos e a estrutura espacial no espaço rural.
- b) Identificar e caracterizar a produção associada à paisagem local e os atores que interferem na atividade turística no espaço rural.
- c) Estabelecer procedimento metodológico para estruturar proposta de análise do potencial turístico, baseado na produção associada ao turismo, com base no uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), visando o planejamento turístico integrado do espaço rural de Joinville - SC.

1.6 ESTRUTURA DA TESE

A tese compreende 6 etapas que se constituem em capítulos, organizadas da seguinte forma:

Capítulo 1. A primeira etapa, introdutória, expõe o contexto em que a pesquisa de insere, a importância da atividade de turismo no espaço rural no contexto internacional e nacional e apresenta no contexto local o problema a ser tratado e os principais objetivos.

Capítulo 2. A segunda etapa aborda a revisão bibliográfica que, dentre os principais temas, trata dos conceitos de planejamento, turismo no espaço rural, produção associada ao turismo, cartografia, sistemas de informações geográficas e sensoriamento remoto.

Capítulo 3. A terceira etapa trata dos métodos utilizados com a aplicação do Geoprocessamento e SIG no planejamento e gestão do turismo.

Capítulo 4. Na quarta etapa apresenta a caracterização do Município de Joinville, especialmente as bacias da área de estudo.

Capítulo 5. A quinta etapa aborda os resultados face ao geoprocessamento, à fotointerpretação, à análise físico-espacial, à caracterização da produção associada à paisagem local, à estruturação e avaliação do potencial turístico.

Capítulo 6. A sexta e última etapa apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste item foram discutidos aspectos relevantes à temática em questão, abordando os principais conceitos de planejamento turístico integrado, produção associada ao turismo, arranjos produtivos locais, o sensoriamento e a cartografia e sua importância para o planejamento e o turismo no espaço rural.

2.1 PLANEJAMENTO TERRITORIAL INTEGRADO

2.1.1 Território, paisagem e planejamento

A noção de território se torna ampla à medida que abarca uma série de outras dimensões, incluindo os elementos que compõem a paisagem e o planejamento como ferramenta de ordenamento destas relações. Para alguns autores, o território pode ser caracterizado pelas relações de poder (CAZZELLA, 2007; RODRIGUES, 2006).

Para Pecqueur (1992), o espaço-território exerce forte influência no desenvolvimento, deixando de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das empresas. Neste sentido, do ponto de vista material e produtivo, os territórios podem assumir o caráter de sistemas produtivos locais, também conhecido como *millieux* ou atmosferas, que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana (reciprocidade, cooperação, concorrência, disputa, etc). O território vai além da dimensão econômica e material e é fruto das relações existentes entre os grupos sociais.

Para Lefebvre (2000), o espaço passa a ser influenciado pelo modo de produção realizada por cada sociedade e torna-se diacrônico e dotado de uma simultaneidade dinâmica, permitindo assimilar espaço-tempo, múltiplo pela sua própria condição de ser proveniente destas realidades e possibilidades.

A lógica territorial é de construir e fortalecer interdependências entre os setores econômicos e entre as esferas políticas, sociais e espaciais. Para tanto, a constituição de redes de instituições apresentam uma correlação direta com a estrutura e a qualidade dos serviços existentes, além da apropriação por meio de representações sociais (CAZZELLA, 2007; RODRIGUES, 2006).

A noção de apropriação do território e suas correlações tornam-se complementares ao conceito de paisagem que, por sua vez, pode ser

entendida como um sistema que integra componentes do meio ambiente, por meio de um sistema homem meio ambiente, cujas relações tornam-se recíprocas em todas as esferas e dimensões. A paisagem é também portadora da herança natural e cultural e constitui um recurso para atividades econômicas, de gestão e planejamento (BASTIAN, 2001, apud LANG; BLASCHKE, 2009).

O termo paisagem recebe diferentes denominações em diferentes países. Para a geografia alemã, paisagem é denominação *de landschaft* e pode ser entendida como uma associação de componentes de objetos que refletem a existência da matéria na superfície terrestre (LANG; BLASCHKE, 2009). A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. “É resultado de uma combinação dinâmica (instável) de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução” (BERTRAND, 2004, p. 141). Para o autor, é preciso definir categorias de análise e sistematizá-las hierarquicamente de acordo com o objetivo do estudo, buscando os elementos de ligação que conferem à paisagem certa homogeneidade (BERTRAND, 2004).

A paisagem é uma unidade visível do arranjo espacial que nossa visão alcança, composta dos elementos naturais (clima, relevo, plantas e animais), e pela memória, que compreende e só é compreendida através de um processo histórico, originado pela ação do homem (CASTROGIOVANNI, 2003; SARAIVA, 2005).

Lang e Blaschke (2009), baseados em Barsch (2005), apresentam o conceito de paisagem vinculada ao conceito de sistema, vista como um grupo de compartimentos paisagísticos numa determinada condição, cujas relações entre si são mais estreitas do que com o seu entorno.

A paisagem pode ser definida como um produto e como um sistema. O produto é resultado de um processo social de ocupação, onde ocorre uma relação entre indivíduo e ambiente e gestação de um território. Enquanto um sistema, na medida em que, a partir da ação sobre ela impressa, pode haver uma reação equivalendo ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total (MACEDO, 1994; PELLEGRINO, 1989; BUENO, 2006).

O enfoque sistêmico foi desenvolvido por um biólogo que afirma que a teoria de sistemas vai muito além dos problemas e das questões tecnológicas, tratando-se de uma reorientação necessária à ciência no geral e em suas diversas linhas de pensamento filosófico,

biológico, social e comportamental, anunciando assim uma nova compreensão do mundo (BERTALANFFY, 1975).

Observa-se que a concepção sistêmica entende a paisagem como realidade objetiva, como o resultado de uma combinação dinâmica e, por conseguinte, instável, de elementos físicos, biológicos e humanos. Essa combinação é singular para cada porção do espaço e torna a paisagem um conjunto individualizado, indissociável e em contínua evolução. Uma das formas dessa noção de inter-relação e complexidade é o chamado geossistema, que pode ser compreendido como uma classe de sistema aberto, dinâmico, flexível e hierarquicamente organizado e corresponde, teoricamente, a uma paisagem nítida e bem circunscrita. Segundo seus defensores, o enfoque geossistêmico contribuiu para revitalizar o caráter de integração e de totalidade da paisagem geográfica (MACHADO, 1988).

Complementar ao conceito de geossistema surge a geoecologia que traz como uma das principais abordagens; a geográfica, que privilegia o estudo da influência do homem sobre a paisagem e a gestão do território, e a ecológica, que enfatiza a importância do contexto espacial sobre os processos ecológicos e a destas relações em termos de conservação biológica. Neste sentido, entende-se que a ecologia da paisagem corresponde ao estudo das inter-relações dos elementos físicos da paisagem como meio de vida (METZGER, 2001; SIQUEIRA, CASTRO, FARIA, 2013).

A paisagem é composta de um caráter social em função dos movimentos de grupos sociais por meio do seu trabalho, trocas informacionais, cultura e emoções, as quais expandem o imaginário coletivo e assim envolvem o setor turístico. A adoção de atividades como o turismo, por exemplo, acaba por decompor a paisagem e reconstruindo segundo a sua própria cultura, devendo haver a consciência de que cada território tem uma determinada capacidade de carga populacional e construtiva, contrapondo-se a exploração demasiada deste recurso, a ponto de esgotar a possibilidade de exploração (CASTROGIOVANNI, 2003; BUENO, 2006).

Com base no exposto, a presente pesquisa irá tratar destas relações existentes e possíveis inter-relações das informações obtidas em campo, aqui identificadas pelo espaço rural de Joinville, mais precisamente pelas Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai, por meio do potencial paisagístico representado pelos atrativos naturais e culturais. Este processo de identificação, análise e estruturação são parte do processo de planejamento.

O planejamento é uma ferramenta que fornece subsídios necessários à estruturação de qualquer atividade, minimizando possíveis problemas e gerindo ações futuras. Pode ser amplamente definido como um processo de racionalização, referente a qualquer tipo de ação pelo qual o governo e os demais organismos competentes, por meio de um processo político-ideológico, identificam objetivos a serem alcançados em uma determinada área e definem os meios para a realização. Estabelece um programa de ação, onde são integradas e coordenadas todas as ações possíveis, considerando os anseios, objetivos, visões de mundo dos atores sociais que o conduzem, devendo ser contínuo (CRUZ, 2006; ESPADAFOR et al., 2010).

Saraiva (2005) menciona que no planejamento do território deve abranger necessidades do espaço, os condicionantes naturais (que envolvem o relevo, o clima, os caudais dos rios, as marés, etc.) e incluir os comportamentos humanos (considerações econômicas e sociais).

Além disso, o planejamento do território visa o desenvolvimento local ou regional, em função das políticas que vem sendo adotadas e que visam à melhoria na qualidade de vida da população.

Bastezini (2010) ressalta que, tanto no planejamento regional como no local, ocorre em geral a falta de visão integrada e holística. O município deve ser planejado com base no contexto regional - estruturando-se com a finalidade de complementar - e o planejamento regional focado na integração. Contudo, observam-se alguns efeitos relacionados à falta de planejamento ou planejamento sem uma fundamentação adequada, com destaque às questões relacionadas ao urbanismo e ordenamento das cidades e municípios, especialmente quando relacionado a uma política de regionalização.

A gênese da expressão ordenamento do território remonta a França, (*Aménagement du territoire*), em 1944, ainda no Governo de Vichy, para designar um serviço responsável por diversos estudos sobre o descongestionamento dos centros industriais. Em 1950, o Ministro da Reconstrução e Urbanismo, Claudius-Petit, tornou o ordenamento do território um objetivo do Estado, na comunicação feita ao conselho de ministros francês, denominada "*Pour un plan national d'aménagement du territoire*", e na qual o definiu como a procura no quadro da França de uma melhor repartição dos homens em função dos recursos naturais e das atividades econômicas (FRADE, 1999).

Em 1988 surge a Carta Europeia de Ordenamento do Território, que afirma que ordenar o território é garantir que cada uma das parcelas tenha utilização conforme a sua vocação; é compatibilizar o

desenvolvimento socioeconômico equilibrado das regiões com a melhoria da qualidade de vida, gestão responsável dos recursos naturais e a utilização racional dos solos; é promover que a compatibilização ocorra de forma justa, sem a predominância de uma parte em detrimento das demais (PORTUGAL - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO, 1988).

O planejamento territorial visa promover e propiciar funções de ordenamento do espaço, circulação e implantação da infraestrutura e dos equipamentos urbanos, de modo a maximizar a produção das atividades econômicas, voltado para a avaliação e programação do uso do solo e o manejo dos recursos naturais, a nível regional, visando preservar e restaurar o equilíbrio ecológico e proteger o ambiente, considerando as restrições ambientais, a saturação urbano-metropolitana e os vazios demográficos e produtivos (BENI, 2006; PIRES et al., 2009; WILSON, 2010).

É importante evidenciar que nesta pesquisa, em função da amplitude das dimensões que envolvem o território e, dentro de uma visão integrada da área de estudo, adota-se o planejamento territorial cuja finalidade é o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade. Também será adotada uma estrutura sistêmica visando evidenciar o potencial turístico levantado.

Dentre as ferramentas que podem ser utilizadas para o planejamento e ordenamento do território, está um mosaico paisagístico, caracterizado como conjunto interativo de elementos da paisagem e servirá para mostrar as unidades de cobertura e de ocupação do território, numa escala espacial e temporal, que vai além de estudos de estruturas biotecnológicas (relações de animais e plantas com o meio abiótico) (PELLEGRINO, 1989; BUENO, 2006).

A este conceito, cabe pensar no melhor aproveitamento dos aspectos produtivos que podem integrar a região e auxiliar no planejamento para obter uma maior eficiência econômica, social e ambiental. Dado o enfoque desta pesquisa, busca-se o planejamento territorial em destinos turísticos como forma de dinamizar a oferta turística no espaço rural, buscando valorizar as iniciativas locais e fortalecer as parcerias regionais.

A organização do território e dos elementos paisagísticos que o compõem, torna-se necessário para a prática turística, preservando a identidade cultural, sendo que os elementos que envolvem esta atividade podem ser vistos como um sistema em que interagem e se tornam independentes.

2.1.2 Conceituação e caracterização de turismo

O turismo pode ser entendido como um fenômeno social, que interage com as dimensões econômicas, culturais, ambientais e políticas.

No âmbito internacional, os principais conceitos trazem como elementos fundamentais do turismo a relação entre: homem, espaço e tempo. Sua evolução esteve ligada ao desenvolvimento industrial e energético, incluindo a revolução industrial, o carvão e a máquina a vapor, que possibilitaram a melhoria nos meios de transporte e a mobilidade dos recursos humanos (SMITH; BRENT, 2001).

O turismo é uma atividade em evolução, principalmente nos países em desenvolvimento e de economias emergentes. A partir dos anos 90, muitos países começaram a se preocupar com o chamado turismo de massa e passaram a desenvolver planos de turismo e programas para áreas de proteção ambiental. Isto foi feito, por exemplo, no Canadá e nos EUA, em parques nacionais - dentro dos quais o turismo é um elemento importante. Na Europa, a Espanha está entre os principais países que investem em energias renováveis, fruto de diversas discussões em prol do meio ambiente e que se refletem em qualidade de vida para os residentes e visitantes (WTTC, 2012; LEMOS et al., 2012).

Para a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 20), o turismo compreende “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócio¹ ou por outros motivos”.

Segundo Pires (2009), o desenvolvimento da atividade turística depende de fatores que devem ser observados de maneira sistemática, já que estes elementos estão inter-relacionados, interdependentes e se desenvolvem de forma dinâmica e integrada.

Garcia (2012b, p. 5) destaca que

¹ O chamado turismo de negócios causa algumas discussões no meio acadêmico, uma vez que uma viagem de negócios não pode ser considerada turística a partir do momento em que há finalidade lucrativa e a pessoa está realmente a trabalho e não por vontade própria (BARRETTO, 2003).

o turismo desencadeia inter-relações que superam a previsibilidade da vida cotidiana e que insere novos agentes sociais com diferentes modos de vida e distintos objetivos a serem alcançados em determinado prazo, compartilhando do espaço da população local. A multiplicidade é uma característica muito relevante neste contexto. A multiplicidade de espaços, a “diferença” e a heterogeneidade são condicionantes e propulsores do turismo, pois estão diretamente relacionados às múltiplas possibilidades de destinos turísticos, como pela heterogeneidade e diferença daqueles que podem viajar e aqueles que não podem fazê-lo.

O conjunto dos fatores social e cultural está associado ao produto turístico que, por se tratar de uma atividade também do setor terciário (prestação de serviços), resulta da relação direta com os clientes. Entende-se por produto turístico o “conjunto composto de bens e serviços produzidos em diversas unidades econômicas, que sofre uma agregação no mercado ao serem postos em destaque os atrativos turísticos” (BENI, 2006, p.172).

Para Ansarah (2000), o produto turístico ainda é composto de diferentes tipologias que variam em relação ao segmento da população, que recebe influência dos fatores motivacionais, atraídos pelo produto que o destino oferece. A segmentação é “estabelecida a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda” (BRASIL, MTUR, 2005, p. 67).

Dentre os segmentos mais relevantes para esta pesquisa, encontram-se:

- a) Turismo Rural (ou agroturismo): conjunto de atividades desenvolvidas, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio natural e cultural das populações rurais.
- b) Turismo cultural: conjunto de atividades que se baseia na utilização de recursos culturais (arte, história e costumes) de um território com a finalidade de conhecimento, preservação e fomento.
- c) Turismo de aventura: prática de atividade de aventura de caráter recreativo e não competitivo como, por exemplo, a prática do *rafting*, passeios a cavalo, caiaque, etc.

- d) Ecoturismo: atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação e a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente promovendo o bem estar das populações envolvidas.
- e) Turismo religioso: atividade turística decorrente da busca espiritual e da prática religiosa, relacionado a religiões institucionalizadas.
- f) Turismo étnico: atividade turística que envolve a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos (BRASIL – MTUR, 2007; PIRES, 2002).

Na atualidade, observa-se que o desenvolvimento da atividade turística tem se originado a partir de iniciativas endógenas locais e/ou regionais, baseadas em iniciativas comunitárias. Tal fato se comprova pelas diretrizes do atual Programa Nacional de Regionalização do Turismo, cujo enfoque está voltado para promover a cooperação entre os atores locais e as instituições de gestão pública e/ou privada, a fim de promover um turismo de forma mais sustentável.

O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais², possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Uma das primeiras ações que as comunidades realizam é a elaboração de um pacto interno com os próprios residentes em defesa de suas propriedades [...] o turismo de base comunitária é processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar (CORIOLANO, 2009, p. 70).

A associação entre os envolvidos pode ser formal ou informal, uma vez que estas iniciativas são bastante incipientes e geralmente se iniciam em territórios desprovidos de infraestrutura mínima e são reflexo de um processo endógeno.

Para Bursztyn et al. (2009), o Turismo de Base Comunitária (TBC) é aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo

² Este termo será aprofundado no item 2.2 deste capítulo.

sobre o seu desenvolvimento e gestão. Ocorre por meio de envolvimento participativo em todo o processo, desde o início, onde as ações voltadas ao turismo deverão propiciar a maior parte dos benefícios para a população local.

A noção de turismo de base comunitária no Brasil surgiu por meio de Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL) em 1997, configurando-se como um dos principais eventos acadêmicos na reflexão sobre o fenômeno turístico e seus impactos. A partir de então, diversas iniciativas ocorreram entre os anos de 1998 e 1999, se consolidando em 2003 com a realização do primeiro Seminário de Turismo de Base comunitária, reunindo diversas iniciativas de TBC no Brasil (IRVING, 2009).

O chamado turismo comunitário surge como contraposição ao chamado turismo convencional ou de massa. Para Bursztyn et al. (2009); Pires (2002); e Ruschmann (1999), um exemplo de turismo de massa são os grandes empreendimentos (resorts), que acabam provocando a especulação imobiliária e a descaracterização da cultura local. Este fato fez com que algumas comunidades lutassem por seus direitos, resultando na criação de um turismo alternativo ou comunitário.

Os efeitos negativos gerados pelo turismo de massa resultaram em diversas discussões no meio científico, surgindo a necessidade de planejar essa atividade.

2.1.3 Planejamento integrado do turismo

O planejamento é considerado uma ferramenta primordial ao desenvolvimento dos destinos turísticos, interferindo no processo de tomada de decisão.

Em função das discussões sobre os impactos gerados pelo turismo, surgiu o chamado planejamento ambiental por meio do ordenamento do território. Neste sentido, são levadas em consideração algumas vertentes como o estudo da problemática econômica e social da população, a oferta que examina as características do meio físico onde se desenvolvem e se desenvolverão as atividades humanas, definindo as possibilidades atuais e futuras, para satisfazer tal demanda (PIRES et al, 2009).

Barretto (2005) faz uma abordagem, utilizando alguns autores internacionais, como Gunn (1998) e Burns (2004), que ressaltam que o planejamento do turismo não ocorre de forma isolada, necessitando estar acompanhado de outros sistemas que devem estar integrados num todo, recebendo influências externas. “O planejamento turístico não é apenas

intersetorial (entre vários setores e a sociedade civil), mas intrasetorial (entre diferentes prestadores de serviços turísticos” (BURNS apud BARRETTO, 2005, p. 19).

O planejamento deve possuir ações que sejam convergentes, ou seja, mesmo que um destino não tenha força para atrair uma demanda significativa de visitantes, se faz necessário estabelecer ações em conjunto com outros municípios, planejando o turismo de forma coletiva, alcançando, assim, o desenvolvimento local e regional (CRUZ, 2006).

O planejamento tem um papel fundamental na criação de um destino turístico. Para Lohmann (2003), uma região turística só se torna destino quando possui três características essenciais: a atratividade, que se refere às características físicas, como as belezas naturais ou mesmo algum tipo de evento; as amenidades, que consistem nos serviços básicos aos turistas, como hospedagem, alimentação, transporte, entre outros, e a acessibilidade, que se refere aos meios de transporte para o destino, à distância psicológica (chegar ao local facilmente) e à possibilidade de reservar uma viagem para aquele destino específico (canais e distribuição); além do clima que é considerado um dos fatores mais importantes que influenciam a atratividade. Já, para Giménez (2006) o destino turístico possui cinco características, as quais devem ser consideradas no planejamento: o espaço geográfico homogêneo com características comuns (históricas, geográficas, antropológicas, sociológicas, etc.) e capacidade de suportar o planejamento; a centralidade, que consiste em um território que o turista possui como objetivo de visita (motivador); a estrutura de serviços visando satisfazer as necessidades do visitante; uma marca atrativa que traduza toda a oferta, facilitando a identificação no mercado, gerando também interação de afeto e sentimentos; e uma função de comercialização conjunta (perspectiva institucional, cooperação vertical de marketing, visão estratégica ou plano comum). Além dos requisitos citados, Ruschmann (1999) menciona também: o transporte turístico e posicionamento geográfico em relação ao mercado que se pretende atrair (distância e tempo de deslocamento); a existência de demanda turística potencial, com capacidade de viabilizar os investimentos efetivados ou a realizar no destino (motivações e condições econômicas); as limitações ou restrições de critérios para divulgação e promoção do destino; e a relação do preço na destinação visitada (há tendências na procura por preços mais acessíveis).

Para essa pesquisa, visando alcançar os objetivos propostos, adota-se o foco no planejamento territorial integrado nos níveis regional e local.

O planejamento integrado e participativo tem sido alternativa aos efeitos negativos gerados pelo turismo, cuja cooperação e participação da comunidade auxiliam no uso adequado dos espaços destinados a esta atividade. É uma das estratégias adotadas pelo atual Programa de Regionalização do Turismo, indispensável para a organização e gestão do território.

Para Barretto (2005), houve algumas iniciativas de planejamento no mundo ao longo das últimas décadas, destacando-se o surgimento do chamado turismo integrado que prevê a participação da comunidade, inclusive na elaboração das políticas públicas. Contudo, faz-se uma crítica às propostas de conscientização da população local em relação aos benefícios ligados à atividade turística, os quais, em sua maioria, ficam nas mãos dos empresários.

O turismo, sendo considerado um setor complexo, em sua totalidade demanda um tipo de planejamento considerado “integrado”, indicando que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e sequencialmente ajustados, a fim de atingir as metas e diretrizes a área de atuação de cada um. O desenvolvimento da atividade turística depende de um conjunto de diferentes fatores que devem ser observados de maneira sistemática, já que estes elementos estão inter-relacionados e se desenvolvem de forma dinâmica e integrada (BENI, 2006).

Neste sentido, o planejamento centralizado está cedendo lugar a outro mais participativo, envolvendo todos os setores da sociedade e dos indivíduos, reconhecendo as capacidades e interesses locais e regionais (MOLINA, 2005).

Para Chambers (1994) e Freire (2005), a noção de participação foi marcada por inúmeras iniciativas no mundo todo e se refere a um conjunto de abordagens e métodos que visam para melhorar a conscientização das pessoas em relação aos menos favorecidos. As suas bases foram inspiradas nos trabalhos de Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1968). Sua obra propõe diversas pesquisas envolvendo a participação da comunidade e a pesquisa-ação, onde destaca a necessidade de uma comunicação mais horizontal possível entre os participantes, sem que haja objetos de estudo e, sim, uma relação sujeito x sujeito.

O planejamento participativo aproximou-se de um projeto de desenvolvimento local, no qual são formuladas políticas equitativas e

democráticas, através de um diálogo permanente entre os atores sociais, desde associações de moradores do bairro e empresas privadas até as secretarias do estado e bancos de desenvolvimento, contribuindo, assim, com a descentralização governamental, promovendo a integração social e a representatividade. A participação da comunidade vem se constituindo em um novo paradigma do turismo e só se torna integrado quando melhora qualitativamente o nível de participação dos membros da sociedade, reduzindo os desequilíbrios gerados nos núcleos turísticos. Este fato resulta em uma alternativa de valorização local, diminuindo os desequilíbrios gerados nos núcleos turísticos, possibilitando ainda a recuperação, revalorização dos patrimônios naturais e culturais (SAMPAIO, 2002; MOLINA, 2005; PIRES, 2002; CEBRIÁN ABELLÁN, 2006).

Para Barretto (2005), uma das propostas mais recentes para propiciar um desenvolvimento integral do turismo sustentável é a do planejamento cooperativo, que vai além da proposta das parcerias entre os setores públicos e privado, incluindo a integração entre os diferentes níveis de governo, entre as diversas agências governamentais e, entre estas, os diferentes interessados do setor privado. Para ocorrer a integração deve haver a interação das dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e políticas. Contudo, o planejamento pode ser considerado um processo limitado, ainda que, embora haja um consenso da sua necessidade, só será possível por meio de políticas preexistentes ou pela elaboração de novas políticas socioeconômicas, culturais e ambientais a respaldá-lo, bem como de planos, programas e projetos.

Neste contexto, surge a necessidade de entender os elementos que interferem no espaço rural, demonstrando as possíveis articulações e o envolvimento comunitário.

2.1.4 A integração entre o urbano e o rural

A noção de espaço urbano está relacionada à instalação do núcleo urbano e às modificações ocorridas ao longo da sua formação. Muitos países passaram por um intenso processo de urbanização nas últimas décadas, resultando em problemas como desordenamento e aglomerado urbano, marginalização, problemas de habitação, principalmente com a vinda da população rural para as cidades e a degradação dos recursos naturais.

O crescimento desordenado e as ocupações irregulares, decorrentes do processo de urbanização, formam os aglomerados urbanos e fazem com que parte desta paisagem sofra modificações,

ocasionando a descaracterização e a perda da identidade cultural. Na atividade turística, tais modificações ocorrem à medida que surge o chamado turismo de massa, por meio da utilização da infraestrutura urbana e de espaços criados para o lazer.

Para Castrogiovani (2001, p. 22), “o espaço urbano não é construído para uma pessoa, mas para muitas e estas apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica e diversidade social e, portanto, interesses. A cidade deve ser vista como uma representação da condição humana, sendo que esta representação se manifesta da ação humana em si e da ordenação de seus elementos. O ordenamento urbano compreende o processo de organização dos elementos que compõem o espaço urbano de acordo com o estabelecimento de relações de ordem, assim como o ordenamento turístico é a busca conveniente dos meios existentes no espaço turístico para o sucesso das propostas relativas às atividades turísticas”. O espaço deve ser visto como um fator da evolução social, portanto, produzido e reproduzido constantemente e as cidades são partes representativas da complexidade, que é o espaço geográfico. Em relação ao turismo, os fluxos são responsáveis por interagir, formando resistências, acelerando mudanças, criando expectativas tornando o cenário urbano um espaço dinâmico.

Para Meirelles (2008), o termo urbano se refere ao “conjunto de medidas destinadas a organizar os espaços habitáveis, de modo a proporcionar melhores condições de vida ao homem na comunidade”. Estes espaços habitáveis advêm do próprio sentido etimológico do termo Urbanismo – do latim “Urb” que significa viver em comunidade e “ismo”, técnica, estudo. Neste sentido, urbanismo é a técnica de se viver em comunidade, ocorrendo no centro das cidades e no campo também.

Nota-se, porém, que muitos municípios sofrem com uma intensa expansão urbana, ocorrendo o processo de especulação imobiliária, onde a definição do perímetro urbano acaba favorecendo aos interesses de empreendimentos imobiliários, que não querem seus imóveis passíveis de tributação urbana ou de algum tipo de projeto de interesse social. Como resultado, os municípios brasileiros acabam não tendo capacidade de legislar sobre as áreas que compõem seu território. Ainda, a gestão dos espaços urbanos tem tido resultados pouco satisfatórios não havendo definição na Constituição Federal de 1988 e nos Planos Diretores sobre a função social da propriedade urbana e o ordenamento territorial. Este fato faz com que perímetro urbano seja cada vez mais afastado, encarecendo a extensão dos serviços de infraestrutura urbana. Na prática, muitos autores questionam a divisão

feita pelo IBGE, na qual considera urbano todas as sedes de municípios (cidades) e de distritos (vilas), independente das características dessas localidades. Para a maioria dos municípios a delimitação entre urbano e rural ainda está diretamente ligada à cobrança de impostos – Imposto Predial e Territorial (IPTU) e Imposto Territorial Rural (ITR). Como consequência muitos municípios passam por equívocos, como, por exemplo, a expansão do perímetro urbano visando aumentar a arrecadação. Contudo, surgiu nos últimos anos o Estatuto da Cidade – Lei Federal nº 10.257/2010. Esta Lei pode ser considerada um exemplo de ordenamento territorial e propõe diretrizes que consideram o meio rural uma extensão do urbano. O Estatuto da Cidade exige que os planos diretores considerem todo o município, incluindo, assim, a área urbana e a rural (art. 40, parágrafo 2º), buscando a integração e a complementaridade entre as atividades desenvolvidas nesses dois espaços, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do município e do território, que inclui a área rural e prevê uma série de medidas de desenvolvimento socioeconômico e de integração entre o urbano e rural, além do fomento à participação, garantindo a gestão democrática da cidade (SILVA; BIANCHINI, 2001; SANTORO, PINHEIRO, 2004). Nota-se que o espaço rural está deixando de ser sinônimo de agrícola com a vinda de novas funções econômicas, tornando as famílias pluriativas e cuja possibilidade de desenvolvimento está associada à dinâmica dos centros urbanos (HENRÍQUEZ, ZECHNER, SAMPAIO, 2009; CAZELLA, 2006).

Para alguns autores, a própria noção de pluriatividade pode ser vista como um processo de urbanização do meio rural, à medida que ocorre a difusão de atividades econômicas e articulação entre os mercados de trabalho urbano e rural, favorecendo as relações sociais, seja como trabalhadores assalariados nas pequenas agroindústrias ou com a venda de artesanato na própria propriedade (CORRÊA, 1999).

É neste sentido que as políticas de ordenamento territorial e fundiário possibilitam que haja articulações intermunicipais e visam o desenvolvimento territorial e a dinamização do espaço rural.

Alguns autores constataam ainda que a noção de rural deveria ser estritamente territorial ou espacial, não podendo ser identificada por setores de atividades, uma vez que as transformações ocorridas no rural implicam no fato de que estas têm necessidades novas, típicas de uma sociedade urbana moderna. Isso ocorre, por exemplo, no zoneamento para definir áreas industriais e de moradia, áreas de preservação ambiental, área de uso e ocupação turística, entre outros. O zoneamento é a regulamentação e/ou o reordenamento do uso do espaço e da terra, a

fim de indicar aos agentes econômicos a localização adequada para as atividades. É definido como a área física, contínua e localizada, caracterizada pela presença de elementos físicos, ambientais, econômicos e sociais (FAO, 1999; SONNEMBERG, 1996; NEUMANN, 2003).

Nesse contexto, pode-se constatar que o potencial turístico não está relacionado somente às atividades agrícolas e, sim, às demais atividades que foram sendo incorporados em função da integração entre o urbano e o rural.

2.1.5 O espaço rural e as novas alternativas para a agricultura

O espaço rural tem sofrido mudanças com relação ao processo produtivo, por novas formas de divisão social e territorial do trabalho, produzindo mudanças nos hábitos de vida e nas relações sociais.

O espaço pode ser definido como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. Este conjunto de sistemas nos permite entender as formas representativas de relações sociais passadas e do presente que estão acontecendo diante dos nossos olhos e se manifestam através de processos e funções e cujas modificações são reflexos de novas ações e acabam por criar novos objetos, transformando as relações no espaço (SANTOS, 2004a).

Quando ocorre a intervenção da atividade turística, o espaço sofre novas modificações podendo tornar-se mais dinâmico, em função da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos, tornando-se a matéria-prima do turismo. “Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país” (BOULLÓN, 2002, p. 79).

Ainda, para se construir um espaço deve ser levado em consideração o uso do território pelos atores e a confrontação dos espaços individuais pelos mesmos, nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais. É indispensável entender que o espaço pode tornar-se objeto de construção do território, ou seja, é a partir da apropriação do espaço que surgem os territórios, bem como os efeitos gerados pela mobilização social.

A definição que melhor caracteriza as relações de espaço e território é a de que, a partir das atividades produtivas, compostas pelas relações de proximidade entre os atores econômicos, acabam gerando sinergias e resultam em vantagem competitiva em relação ao exterior.

Observam-se duas vertentes: de um lado, os fenômenos de concentração territorial de empresas e seus efeitos econômicos e sociais e, do outro lado, a construção de projetos econômicos territorializados (LEITE; BONNAL, 2011; CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

No Brasil, ainda há certa confusão conceitual, onde alguns autores ainda consideram o turismo no espaço rural como sinônimo de turismo rural, conforme a seguinte citação: O turismo no espaço rural, ou simplesmente turismo rural, são todas as atividades turísticas endógenas desenvolvidas no meio ambiente natural e humano. Porém, considera-se conveniente assumir propositadamente a amplitude da expressão “turismo em espaço rural”³ e vale justamente pelo fato de ser abrangente, torna-se menos ambígua do que apenas “turismo rural”. Um exemplo é o agroturismo, que adquiriu características próprias, mas que é facilmente confundido com modalidades diversas como o ecoturismo, turismo ambiental, de aventura, entre outros; de modo que cabe assumir postura mais aberta, na tentativa de não fragmentar demais os parâmetros conceituais em função dos tipos de práticas recreativas aí existentes (ZIMMERMANN, 2003; PORTUGUEZ, 2002).

O turismo assume diferentes características de acordo com cada configuração socioespacial, influenciadas pelo meio em que está inserido, de modo que não se pode falar de um turismo rural, mas, sim, em um conjunto de práticas turísticas no espaço rural.

O meio rural passa então a ser reconhecido pelo desenvolvimento econômico e social e como um papel primordial na manutenção do emprego por meio da pluriatividade das famílias rurais e a multifuncionalidade da agricultura, gerando a necessidade de compor políticas públicas que levem em consideração essa dinâmica existente (LEITE, BONNAL, 2011).

A pluriatividade pode ser definida como um fenômeno, através do qual membros das famílias de agricultores que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003).

A multifuncionalidade da agricultura surge como uma alternativa para amenizar os problemas sociais e econômicos elevados pela baixa produtividade no campo.

³ O termo “turismo em espaço rural”, nesta pesquisa, tem o mesmo significado que “turismo no espaço rural”.

A agricultura pode exercer três funções: econômica (relativa à sua importância para sustentar o funcionamento e crescimento das economias dos países, bem como a demanda por insumos, mão de obra, serviços e capital financeiro); ecológicas (relativa a forma como todos os sistemas agrícolas e de aproveitamento da terra repercutem diretamente nos componentes e no funcionamento dos ecossistemas); e sociais (relativa a manutenção e dinamismo das comunidades rurais no que se refere a qualidade de vida e aproveitamento dos conhecimentos locais) (ABRAMOVAY, 2002; SILVA, 1999).

A multifuncionalidade é uma condição necessária para a ocorrência de sinergia por meio da combinação de recursos (inputs) ou de mercadorias, como produtos e serviços disponíveis. Isto gera efeitos multiplicadores e a combinação de novas atividades de desenvolvimento rural e as atividades em curso pode levar a um “upgrade” ou revalorização dos recursos existentes (e atividades), resultando em reduções de custos (KNICKEL; RENTING, 2000).

Para Gomez-Limon et al. (2012), o conceito de multifuncionalidade surgiu na União Europeia no final do século passado (1998/1999) para se referir à vasta gama de produtos e serviços que o sector agrícola fornece à sociedade. Esta variedade de produtos e serviços inclui aqueles que podem ser vendidos em mercados existentes, como alimentos e fibras, bem como outros que são fornecidos sem qualquer compensação monetária, porém, com algum tipo de benefícios ambientais, sociais ou territoriais, como, por exemplo, a biodiversidade ecológica, manutenção das aldeias e tradições rurais, paisagens rurais, etc.

No Brasil, a primeira menção ao termo multifuncionalidade na agricultura e do território ocorreu durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, e revelou uma preocupação com um rural não exclusivamente agrícola e com os significados não exclusivamente produtivos da prática agrícola. A noção de multifuncionalidade da agricultura surge como uma nova visão que integra a agricultura a projetos de desenvolvimento no contexto de busca de soluções para as “disfunções” do modelo produtivista e inova ao induzir uma visão integradora das esferas sociais na análise do papel da agricultura e da participação das famílias no desenvolvimento local (CARNEIRO, 2002).

A multifuncionalidade está vinculada à noção de que a atividade agrícola assegura simultaneamente diversas funções econômicas, sociais, espaciais e ambientais, possibilitando repensar o papel do espaço. Neste sentido, surgem atividades não agrícolas em áreas Periurbanas, com capital social acumulado, valor de paisagem e

outros atrativos que se desenvolvem no território (MOLLARD, 2006; ABROMAY, 2002; CAMMARATA, 2006).

Entende-se que dentro dessas novas funções, o rural se torna mais amplo que o agrícola. As atividades não agrícolas integradas à agricultura se tornam uma estratégia de desenvolvimento à medida que passam a valorizar as relações de trabalho, envolvendo os agricultores familiares.

Cabral (2004) entende que atividades de turismo no espaço rural, em especial o agroturismo, devem buscar a valorização do espaço enquanto paisagem à medida que a propriedade e seu entorno deixam de ser vistos apenas com enfoque à produção agropecuária e passam a ser organizados e valorizados como espaço de consumo (conhecimento e lazer) de visitantes e de integração entre campo – cidade exercendo outras formas de ruralidade. O autor destaca que o agroturismo contribui com a ampliação e diversificação das funções socioambientais, além de ampliar o caráter multifuncional da unidade de produção familiar, promovendo a valorização estética e utilitária do espaço da propriedade.

A agricultura familiar em outros países tornou-se modelo na medida em que as iniciativas no espaço rural contribuíram para que a comunidade participasse do processo, se apoderando do espaço e valorizando a cultura local. Mas é a partir do apoio do poder público que estas iniciativas passam a ganhar força e se expandir para outros territórios.

2.1.6 A atuação da política pública voltado para os espaços rurais

As políticas agrárias surgiram nos últimos anos na tentativa de oferecer condições de vida mais digna aos agricultores e suas famílias.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2006), o Brasil possui 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, sendo 4,1 milhões estabelecimentos de agricultura familiar, representando 84%, responsáveis por 77% dos empregos rurais e 60% da produção de alimentos do país.

Estes dados demonstram o papel primordial da agricultura familiar na economia do país, servindo de base para se pensar em políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

A noção de territórios sustentáveis em zonas rurais está vinculada à descentralização político-administrativa do Estado, deflagrada pela Constituição de 1988, que deu maior autonomia política e fiscal aos municípios. Contudo, observou-se a necessidade de se buscar novos arranjos institucionais para o fortalecimento de parcerias e

efetivação de ações entre os municípios. Porém, não foi possível alcançar sinergias entre os setores econômicos, principalmente em municípios rurais. Dentre as principais iniciativas dos últimos anos, está o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 e considerado um marco histórico de reconhecimento da agricultura familiar no Brasil. O PRONAF pode ser considerado, em termos de recursos públicos, o mais importante programa de crédito voltado para a agricultura familiar, classificado de acordo com sua renda, fortalecendo a capacidade produtiva mediante a concessão de taxas diferenciadas, além de ter suas bases sustentadas nas noções de eficiência e ganhos de produtividade, incorporando marginalmente a preocupação com o desenvolvimento sustentável, com a identidade e diversificação da produção (LEITE; BONNAL, 2011).

Em 2003, o Ministério do Turismo (MTur), com base no envolvimento de parcerias públicas, privadas e setores organizados, estabelece as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil. Estas diretrizes estão vinculadas ao Programa de Regionalização do Turismo, cujo objetivo é trabalhar a atividade turística de modo integrado e participativo, sempre considerando os arranjos produtivos de cada território, a fim de fortalecer os laços comunais e vicinais, reforçar a coesão social, a cooperação produtiva e a valorização dos elementos naturais e culturais, respeitando as singularidades, com vistas aos benefícios para as comunidades.

Também em 2003 surge o Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, com a parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Turismo, na busca por benefícios sociais que se refletem na dinamização da cultura rural, da necessidade dos agricultores familiares manterem sua identidade e autenticidade.

Em 2007/2008 surge a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (REDE TRAF), que se constitui em uma articulação nacional de instituições governamentais e não governamentais, técnicos e agricultores familiares organizados, que atuam nas atividades do turismo rural com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2006).

Em Santa Catarina foi sancionada pelo Governador do Estado, a Lei nº 14.361, de 25 de janeiro de 2008, que define a Política Estadual de Apoio ao Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) de Santa Catarina. Essa política envolve diversas entidades e instituições relacionadas com o TRAF em SC. Os princípios desta Lei estão

baseados na oferta de produtos e serviços de qualidade, na valorização do modo de vida rural, assim como do patrimônio cultural e natural.

Ainda em 2008, o Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), por meio da Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas (CGPE), lançou uma chamada pública para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária, com base em uma demanda da Rede Turisol⁴ (Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário), incluindo diversas iniciativas no espaço rural. Ao todo foram selecionadas cinquenta iniciativas em dezenove estados brasileiros. Como resultado, foi lançado livro Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras, em 2009 (GUZZATTI, 2011).

Também surgiu por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Turismo, a Rede Nacional de Turismo Rural, cujo objetivo é alavancar o segmento de turismo rural e promover sua interação com outros segmentos (BRASIL, MTUR, 2011).

O atual PNT (2013/2016) prevê algumas ações voltadas à valorização da produção associada ao turismo, que visam integrar a produção associada à cadeia produtiva do turismo “por meio de ações de promoção e comercialização, apoio a projetos para o desenvolvimento de atividades turísticas, criação de metodologias inovadoras e de incentivo à formação de redes que garantam a sustentabilidade das iniciativas locais”. Esta ação tem por finalidade contribuir para a diversificação da oferta com o incremento de diferencial competitivo de destinos e roteiros turísticos; e fomentar o turismo de base comunitária e apoio a projetos ou ações para o desenvolvimento local e sustentável do turismo, por meio da organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras, para inserção destes produtos na cadeia produtiva do turismo, particularmente com relação a produtos e serviços turísticos de base comunitária com representatividade da cultura local, valorização do modo de vida ou defesa do meio ambiente. Esta ação tem por finalidade

⁴A Rede Turisol se caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecerem as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo alternativo (REDE TURISOL, 2012).

promover a qualificação e a diversificação da oferta turística, com a geração de trabalho e renda e a valorização da cultura e do modo de vida local (PNT, 2013).

Estas iniciativas tiveram, em sua maioria, bases voltadas para a importância de ações articuladas, da cooperação e solidariedade entre os envolvidos, servindo de incentivo às iniciativas de arranjos produtivos locais. Para Veiga et al., (2001), o meio rural necessita de um arranjo institucional que ajude articulações intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, visando planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução. Ou seja, é uma estratégia para encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território compartilhado. Neste sentido, o papel dos governos federal e estaduais deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas. O mesmo autor ainda defende que é preciso avançar em leis que não versem apenas sobre a política fundiária e agrícola – como ocorre no Estatuto da Terra, buscando facilitar o acesso da população brasileira à efetiva liberdade de poder optar pelos modos de vida relacionados com a natureza.

Contudo, na atual política nacional de turismo observa-se um retrocesso em relação às iniciativas de turismo da base comunitária. Tal fato se dá pela constatação de desvios de verbas em ONG's e ministérios, fazendo com que o governo federal criasse mais um nível hierárquico, verticalizando as decisões, culminando, assim, no adiamento de editais para este fim, limitando as possíveis iniciativas comunitárias.

Frente a esta situação, muitas iniciativas surgiram de forma endógena e com falta de apoio do setor público, especialmente no espaço rural, onde a produção e a atividade turística surgem como alternativa de dinamização do espaço e de renda complementar.

2.2 PRODUÇÃO ASSOCIADA AO TURISMO: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO

2.2.1 Conceito e evolução de sistemas produtivos localizados e os arranjos produtivos locais

Os sistemas produtivos localizados têm sido objeto de discussão em diferentes políticas nacionais como alternativa de dinamização territorial.

No final dos anos 1970, os casos das experiências italianas dos distritos industriais constituídos por redes de pequenas e médias empresas (PME), conhecido como a “Terceira Itália”, apresentou uma dinâmica de desenvolvimento particular por meio do modelo de industrialização difusa deixando clara a importância do planejamento territorial (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). A noção de Distritos Industriais se consagrou em função das relações entre as dinâmicas industriais e dinâmicas territoriais e sua origem se deu a partir das obras de Alfred Marshall, que fundamentaram as realizações industriais e das formas espaciais dos processos de industrialização difusa surgidas nas regiões do centro e do nordeste da Itália nas décadas de 1960 e 1970. A teoria consiste em articular os recursos econômicos, sociais e culturais existentes num dado território, gerando crescimento das economias externas e maior eficiência ao sistema empresarial (COURLET, 2006).

Os sistemas produtivos locais surgiram a partir das teorias de Marshall (1988), que se destaca o conceito de indústria localizada, em função da localização e concentração de firmas, onde posteriormente foi conceituado de distritos industriais. A característica das indústrias localizadas em relação às demais é com relação aos benefícios alcançados na produção de maquinário, insumos consumidos, gerando eficiência coletiva que, por meio do trabalho especializado, é possível obter redução dos custos de transporte, proximidade do mercado consumidor, gerando externalidades positivas. A eficiência coletiva ou vantagem competitiva se dá em função das ações conjuntas manifestadas por firmas individuais cooperando e grupos de firmas reunindo forças em associações empresariais, consórcios de produtos, entre outros (GARCIA; COSTA, 2005a, DESJARDINS; BOUCHER; CERDAN, 2006).

Para Bonnal, Cazzella e Delgado (2011), com base nas experiências dos distritos italianos, identificou-se que as relações de solidariedade ocasionam um clima favorável ao desempenho da produção e à capacidade de inovação. Isso ocorre por meio de uma

concentração de atores econômicos capazes de coordenar suas atividades produtivas. Porém, observa-se que a reprodução deste tipo de dinâmica territorial, envolvendo a noção de clusters e de sistemas produtivos localizados, passa ser limitado devido à dificuldade de se criar um capital cognitivo coletivo de forma exógena – quando a iniciativa ocorre de fora para dentro, voluntária e rápida.

A noção de Sistema Produtivo Local compreende as dinâmicas rurais e favorece a dialética entre o isolamento comunitário e a abertura para o exterior. A primeira aplicação desse sistema ocorreu no setor de turismo, por meio de uma análise das estações de inverno, onde foi observado um conjunto de pequenas empresas, concorrentes, porém, independentes em termos de manutenção, e onde as famílias exercem um papel importante nas atividades produtivas (PERRET, 1992 apud COURLET, 2006).

A partir da década de 90, e com base na evolução conceitual dos Sistemas Produtivos Localizados, o termo Arranjo Produtivo Local passou a ser utilizado com maior frequência

como sendo um espaço social, econômico e historicamente construído a partir de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços (COSTA, 2010, p. 127).

Este conceito passou a evoluir desde que os chamados “novos espaços produtivos” foram postos em debate com o surgimento da chamada era da flexibilidade formada por uma nova visão de integração e interação dos processos multidimensionais e interdependentes, compondo um Sistema Industrial Pós-Moderno ou Regime de Acumulação Flexível (COSTA, 2010).

Em função dos efeitos gerados por essa discussão, surgiu a Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), sediada no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 1997. A noção de cadeia produtiva é criada inicialmente por meio de um processo de desverticalização da produção e pela especialização técnica e social. A contribuição dessa rede pode ser observada com a elaboração de um glossário onde são apresentados os principais conceitos e definições a cerca da temática.

Segundo o Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (2003, p. 3),

a aglomeração de empresas e o aproveitamento das sinergias geradas por suas interações fortalecem suas chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte de vantagens competitivas duradouras. A participação dinâmica em arranjos produtivos locais tem auxiliado empresas, especialmente as de micro, pequeno e médio portes a aumentarem a eficiência em mercados nacionais e internacionais. Já, os arranjos produtivos locais são aglomerados territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes.

Segundo o SEBRAE (2011), um APL leva em consideração a dinâmica do território, influenciado por um campo de forças em forma de teia e rede e pode ser considerado um território que compreende um recorte geográfico que possui sinais de identidade coletiva, fundamentado no conceito de territorialidade.

Para Cassiolato et al. (2008a), no Brasil as políticas voltadas para o APL ocorreram com a criação de um Grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais (GTPAPL) no âmbito do Ministério do Desenvolvimento (MDIC) e a ação da política regional no âmbito do Ministério da Integração Nacional, visando ampliar a competitividade e sustentabilidade econômica dos APL. Contudo, o APL tem ocorrido em um contexto em que é observado o abandono por parte da política, tornando-se incipientes, em termos de número, características de atores e dinâmica; inadequação de vários mecanismos de política implementadas; necessidade de aperfeiçoamento e burocracias legais de financiamentos. Tal fato pode ser fruto da adoção de políticas descontextualizadas e, neste sentido, o maior desafio é lidar com os diversos atores locais de forma coletiva, dentro de uma perspectiva sistêmica, sendo o país, de grandes dimensões geográficas, dotado de diversidade, de heterogeneidade e de desigualdades econômicas, políticas e sociais entre as regiões. Essa realidade tem sido comum na maioria dos destinos, gerando diversos conflitos e segregação populacional.

Nesta pesquisa serão evidenciadas as iniciativas de base comunitária, formais e informais, de pequenos empreendimentos na agricultura familiar. Ressalta-se que no turismo, o termo que mais tem sido utilizado para caracterizar formas de articulação e cooperação é o chamado “cluster”, em função da natureza dos serviços. Porém, o mesmo não contempla as especificidades das iniciativas de base comunitária no espaço rural.

2.2.2 Conceito de cluster e o turismo

O conceito que antevém à noção de arranjos produtivos locais é o chamado cluster, que se caracteriza pela concentração setorial e geográfica de firmas que competem entre si, visando gerar maior eficiência (CASSIOLATTO, 2008, GARCIA; COSTA, 2005a).

Um cluster pode ser considerado um exemplo de agrupamento da cadeia produtiva, uma vez que as informações disponíveis entre firmas terão impactos diretos nas decisões de investimentos, tanto referentes a novos mercados, quanto ao lançamento de novos produtos ou mesmo a mudanças nos processos produtivos (VARGAS, 2002).

Segundo Brito e Albuquerque (2002), a característica básica do cluster é o agrupamento de agentes não similares, mas que apresentam competências complementares, o que reforça a interdependência entre eles e a necessidade de alguma forma de coordenação coletiva no nível do arranjo.

Um dos autores com maior influência nos conceitos de competitividade, cluster e agrupamento é Michael Porter que, por meio das publicações de *Clusters and the new economics of competition* (1998), *The competitive advantage of nations* (1990) e de *On competition* (1998, p. 209-211), define cluster como

concentrações geográficas de empresas inter-relacionadas, fornecedores especializados, prestadores de serviços, empresas em setores correlatos e outras instituições específicas (universidades, órgãos de normatização e associações comerciais), que competem, mas também cooperam entre si. Um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área, vinculadas por elementos comuns e complementares.

No turismo, o termo mais utilizado é o de cluster que, pode ser entendido como um agrupamento territorial de agentes econômicos que desenvolvem atividades similares ou concentrações geográficas de empresas que competem entre si (TOMAZZONI, 2007, CASSIOLATTO, 2008). Já como APL, trata-se de aglomerados territoriais com foco em um conjunto específico de atividades econômicas com vínculos e interdependências (CASSIOLATTO; LASTRES; MACIEL, 2003).

É necessário destacar a diferença entre cluster e arranjo produtivo local, uma vez que ambos são conceitos acadêmicos. Os autores, Casarotto e Pires (2001, p. 80),

destacam a sutil diferença com o exemplo de que a importação de um componente pode ser vantajosa para o cluster, enquanto que para a região é mais importante gerar empregos, renda e tecnologia para o desenvolvimento local. Na definição de Sistemas Produtivos Locais (SPL), a Eurada destaca a característica de solidariedade entre os vários atores da rede cooperativa. A diferença, portanto, entre Sistema Produtivo Local e Cluster está na palavra solidariedade.

Ou seja, muito mais do que competir, entende-se que o enfoque do APL está na articulação da cadeia produtiva, e as iniciativas podem ser de associações formais e informais, enquanto que no cluster observa-se a existência de empresas formalizadas.

No Brasil, existem alguns exemplos de clusters turísticos, sendo os mais conhecidos: A Costa do Sauípe, ao norte de Salvador e cujo foco está em atrair turistas estrangeiros; o balneário turístico do Araxá, em Minas Gerais, com enfoque no turismo, artesanato e o agronegócio; e a região de Bonito, no Mato Grosso do Sul, considerada como o melhor exemplo de aglomerações que visam à utilização de estratégias e políticas voltadas para o desenvolvimento do ecoturismo em zonas que configuram situação de cluster potencial (SANTOS, 2005b).

Salienta-se que nesta pesquisa, em função da realidade das iniciativas locais de Joinville, optou-se por trabalhar a noção de produção associada ao turismo como objeto de estudo, à medida que as ações no município ainda são incipientes e não há articulação suficiente para que ocorra a formação de um Arranjo Produtivo Local. Contudo, o levantamento proposto e a estruturação das informações são

fundamentais para que ocorra o entendimento dos potenciais turísticos existentes no território em questão.

2.2.3 Produção associada ao turismo e a dinamização dos espaços rurais

A Produção Associada ao Turismo têm sido vista por muitos destinos como uma alternativa de dinamização à medida que são incorporados novos produtos e serviços, auxiliando na geração de emprego e renda para a população local.

Segundo o Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas (BRASIL, MTUR, 2011), o estudo da produção incentiva à criação de um ambiente interativo e colaborativo entre os produtores locais e os empresários do setor – estabelece parcerias e possivelmente uma relação de troca entre os envolvidos. O referido manual ressalta a importância em identificar e mapear os possíveis canais de comercialização de atividades turísticas para o desenvolvimento integrado da região. Para isso deve ser planejado buscando formar uma rede cooperativa eficiente do setor. Neste processo são identificados os atores econômicos, sociais e políticos ligados ao setor. A produção associada poderá estar ligada ao artesanato, manifestações culturais e produtos agropecuários além dos elementos da paisagem natural e cultural como potencial para o turismo. Os produtos são componentes da atratividade do destino, podendo ser tangíveis ou intangíveis. A agropecuária e o artesanato são exemplo de produtos que poderão ser associados ao turismo, bem como as manifestações culturais (intangível) ou festas populares (atemporal).

Para tanto, são necessárias informações de qualidade que identifiquem as vocações e as potencialidades locais para o planejamento de uma atividade responsável, integrada, coordenada e participativa. Neste sentido, poderá ocorrer o envolvimento dos empreendimentos locais e regionais que atuam de forma direta ou indireta. É um processo gerador de integração dos empreendimentos – fortalecimento do destino local e regional. O objetivo será ampliar os possíveis e potenciais mercados consumidores e público-alvo, buscando canais de distribuição, novos parceiros para a promoção e a distribuição e definir os segmentos. Trata-se de buscar uma gestão de qualidade e relações de comercialização entre demanda e oferta do município, por meio da criação de uma proposta de gestão, promoção, divulgação e integração demanda-oferta, associado ao mercado turístico local.

Outro tema muito presente nas discussões de desenvolvimento territorial é o modelo de “Cesta de Bens e de Serviços Territorializados”. Neste contexto são “demonstrados que os agentes produtivos sediados num dado território podem colocar em prática uma estratégia voltada para uma oferta ao mesmo tempo diversificada (integrando diversos tipos de serviço) e situada (vinculada a um espaço específico, à sua cultura e história)” (PECQUEUR, 2006, p. 136). O que ocorre é a combinação da qualidade do produto com a imagem particular e a valorização de outros serviços que foram incorporados ao produto – conjunto de produtos e serviços advindos de diferentes produtores e de lugares em um mesmo território. Neste caso, também são incluídos, como bens, a paisagem local, o clima, entre outros que interagem com os produtores locais. Observa-se que tal processo pode ser uma estratégia territorial de longo prazo que envolve tanto os produtores, os agentes da transformação e as cooperativas, quanto às instituições de coordenação do desenvolvimento local, a partir de uma oferta construída de bens e serviços específicos e distintos. Geralmente os produtos levam em consideração uma identidade e o contexto do local e resultam em estratégias de promoção da qualidade da produção agrícola e possibilitam o surgimento de redes, troca de informação, cooperação e aprendizagem (PECQUEUR, 2006).

No Brasil, as iniciativas voltadas à produção associada ao turismo estão presentes em diferentes regiões e ocorrem de forma bem pontual e incipiente e não dispõem de informações consistentes – em muitos casos não há bancos de dados ou os mesmos são genéricos e incompletos. Os casos mais comuns encontrados estão presentes nos seguintes Estados: RS, AL, MG, SP, RJ, PR, GO, MT, PB, RN, AM, BA e SC. Contudo, nem todos se encontram estruturados e em condições de comercialização ao turista.

2.2.4 A experiência do turismo no espaço rural de Portugal e a valorização do território

A política em Portugal tem passado por mudança de paradigma dando espaço a uma política regionalizada, buscando recursos que apoiem oportunidades regionais e que incrementem a competitividade no território. Visando aproveitar as potencialidades existentes no território, o governo agrupou os municípios em NUTS (Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal) – atualmente se divide em três níveis: NUTS I, NUTS II e NUTS III. Dessa forma, a legislação (aprovada em 2003), permite aos municípios constituírem associações

intermunicipais numa base voluntária e em escalas geográficas flexíveis (OCDE, 2008).

Portugal encontra-se dividido em cinco regiões administrativas no continente: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, e por duas regiões autónomas nas Ilhas do Atlântico: Açores e Madeira. A sua população é de aproximadamente 10,6 milhões de habitantes. O país apresenta algumas disparidades económicas regionais entre o litoral e interior, sendo que as zonas rurais são as mais afetadas em função do baixo aproveitamento dos seus recursos, envelhecimento da população, falta de capital humano e de atividades económicas que se constituam como alternativas ao declínio da agricultura. Outro agravante nas zonas rurais foi o seu enquadramento nos 20% do território português protegido pela rede Natura 2000 da EU, limitando a utilização da terra, além das severas exigências ambientais. Por fim, nos últimos anos tem ocorrido um baixo desenvolvimento de economias rurais baseadas em recursos endógenos (património natural e cultural) culminando com a baixa densidade populacional e mão de obra pouco qualificada (OCDE, 2008).

Em função das dificuldades apontadas nessas zonas de baixa densidade considera-se que o turismo poderá constituir como uma fonte alternativa de crescimento regional em Portugal, em especial as zonas rurais. A atividade turística ultrapassou outros setores como a agricultura tradicional e a indústria transformadora por meio da proliferação de aldeamentos e estabelecimentos turísticos possibilitando oportunidades de geração de emprego e renda.

Portugal é um dos poucos países membros da OCDE, que dispõe de um Ministério específico responsável pelo desenvolvimento regional (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional), e por instituir as cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), representativas das cinco regiões: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, evidenciando a sua vontade de reverter às dificuldades, buscando aperfeiçoar a política regional e a busca por estratégias de desenvolvimento mais coerentes.

Buscando superar as dificuldades e as limitações no ordenamento do território, Portugal aprovou o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), que visa auxiliar o país a alcançar uma política regional e de desenvolvimento. Portugal faz parte dos Grupos de Ação Local (GAL) que formam parcerias e projetos de cooperação dentro das Políticas de Desenvolvimento Territorial e Rural, como os Programas de Iniciativa Comunitária (PIC) LEADER e

nos Programas de Desenvolvimento Rural e Regional, cofinanciados pelos fundos comunitários agrícolas como para o Desenvolvimento Regional. A LEADER tem um papel fundamental no desenvolvimento de alguns destinos turísticos, juntamente com a *European LEADER Association for Rural Development* (ELARD), que congrega mais de 21 Estados – Membros e abrange mais de 800 GAL. A ELARD apresenta uma abordagem de desenvolvimento que não está centrada somente na agricultura, integrando outros setores existentes nos territórios rurais, que possam gerar emprego e a participação da comunidade no processo de desenvolvimento. Portugal também faz parte dos programas de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) que, com base nos sete princípios da LEADER, visam envolver os atores locais no desenvolvimento dos territórios rurais e buscar respostas aos desafios sociais, ambientais e econômicos e, assim, buscar parcerias e financiamento de diversos fundos.

Na gestão do turismo no território de Portugal, as ações são orientadas a partir dos Planos de Ordenamento do Território, gerando subsídios para a elaboração das diretrizes e ações para o Plano Estratégico de Turismo de Portugal. O Plano Estratégico de Turismo tem por objetivo estruturar as regiões com diferentes produtos que acabam por influenciar o meio rural e a lógica de região. As ações atuais estão voltadas ao desenvolvimento de atividades vinculadas aos campos de Golf, as Marinas e os projetos que envolvem as águas públicas, bem como o potencial a ser desenvolvido nas regiões de Lagos (PENT, 2013-1015).

Nota-se que essa prática vai ao encontro dos princípios evidenciados nessa pesquisa, que ressalta a importância de se buscar o ordenamento do território como forma de possibilitar as articulações intermunicipais, o desenvolvimento territorial e a dinamização do espaço rural no Brasil.

Portugal possui aproximadamente 80% do território considerado rural, dos quais 70% é composto por floresta e agricultura. Dentre as principais prioridades do governo está em fixar a população no campo, gerar novas alternativas de atividades econômicas, estabelecer circuitos de comercialização curtos (produzir local e consumir local), dinamização do espaço rural e equilíbrio. O Turismo Rural teve início nos anos oitenta com as iniciativas de recuperação de casas solarengas e senhoriais e por meio de apoios comunitários e pelo Decreto Lei nº 256/86 de 27 de agosto, a qual institucionaliza em Portugal as modalidades de Turismo de Habitação, Turismo no Espaço Rural e Agroturismo. O turismo rural de Portugal registrou uma taxa de

crescimento anual de 8,3% entre 2001 e 2011, comparado com 1,4% em relação ao número total de dormidas. O espaço rural de Portugal tem por base o patrimônio natural e cultural e se destaca pela produção de atividades de animação, produtos locais, artesanato, alojamento, restaurantes, entre outros, gerando assim, oportunidades de emprego e viabilidade econômica da produção agrícola.

O papel da União Europeia tem sido fundamental no financiamento de diversos projetos ligados ao setor turístico, especialmente nas zonas rurais por meio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) Continente. Algumas regiões rurais tomaram iniciativas para o desenvolvimento de atividades alternativas, baseadas em potencialidades regionais específicas e com base no desenvolvimento endógeno. Dentre elas, destaca-se pelo setor do vinho a região do Douro, na indústria agroalimentar a região do Alentejo, os empreendimentos turísticos na região da barragem do Alqueva, a região de Mértola que desenvolveu um novo modelo económico baseado nos recursos locais (turismo, produtos tradicionais, economia social e energias renováveis), e o projeto que envolve as Aldeias históricas que visam o desenvolvimento de base local, a geração de postos de trabalho e a valorização do território.

A região do Alentejo possui um órgão de gestão do turismo no Alentejo, chamado de Turismo do Alentejo. O território apresenta como potencial a produção de azeite, cerâmica, vinhos, além do patrimônio histórico conservado e sua área é composta pelos distritos de: Évora, Porto Alegre e Beja.



Figuras 1 e 2: Patrimônio cultural conservado com recurso da União Europeia, 2013.

Segundo informações obtidas diretamente com o secretário de turismo da entidade, durante entrevista realizada no dia 28 de dezembro

de 2013, em relação à gestão do turismo no território do Alentejo, observa-se uma diversidade de projetos. Dentre os mais importantes está o projeto Rita (Rede de Informações Turísticas do Alentejo), que visa ligar os postos turísticos em uma plataforma interativa. No entanto, observa-se que há falta de interação entre os subsistemas. Vale ressaltar que ambos os projetos são financiados pelos Fundos Comunitários da União Europeia. Além disso, também há um projeto de turismo comunitário intitulado “Rota dos Tons de Mármore”, que hoje é coordenado pelas empresas de animação turística local.

Um exemplo de inovação no espaço rural do Alentejo é o projeto “Turismo de Aldeias” apoiado pela União Europeia, e é um exemplo de associativismo, pertencente a uma rede chamada “*Genuiland*” que envolve 3 regiões europeias e 6 aldeias. O projeto teve início em 1999 e recebeu recursos até 2003 e atualmente recebe o nome de “Aldeias do Alentejo”. Um dos conselhos (Município) de destaque é o Alqueva, pela modalidade de turismo náutico. O referido município foi escolhido por possuir uma gestão integrada, ser considerado um sub destino com 6 conselhos e uma capacidade de criar uma marca. Em 2008, nessa mesma região foi criado o projeto “Dark Sky” de observação das estrelas e astros, criando-se então o Parque dos Céus e lugares místicos. O referido projeto recebeu uma certificação internacional “*Starlight Tourism Destination Certification*”, concedida pela Fundação Starlight, com o apoio da UNESCO, OMT e IAC.

Outro destaque é o Projeto Querença que hoje atua com apoio da União Europeia e envolve famílias de agricultores e diferentes voluntários na produção de biológicos (orgânicos). O projeto existe há um ano e meio e já se destaca no território pelo desenvolvimento comunitário e sustentável.



Figura 3: Venda de cestas orgânicas, 2013. Figura 4: Visita das escolas e envolvimento comunitário, 2013.

Fonte: Querença, 2013.

Fonte: Querença, 2013.

O projeto surgiu em meio às dificuldades de cooperação, diminuição de jovens na comunidade e, assim, buscou-se o apoio das universidades, parcerias de outras entidades e de pessoas interessadas em auxiliar a comunidade. O projeto atualmente é cofinanciado pela União Europeia e possui parcerias com diferentes entidades, para auxílio na montagem e venda de produtos biológicos. O foco está voltado para a produção e venda de cestas - originalmente chamada de Cabaz em Portugal, de produtos biológicos para serem comercializadas em alguns pontos específicos. O objetivo é buscar a dinamização e diversificação da produção no território, por meio de iniciativas inovadoras e criativas. A venda também ocorre nas principais feiras da região e em eventos específicos em Querença e está presente em 53 núcleos, visando manter o agricultor no campo e gerar emprego e renda para os jovens.

2.3 A CARTOGRAFIA APLICADA AO PLANEJAMENTO INTEGRADO DO TURISMO

2.3.1 A geração de produtos cartográficos digitais e sua aplicabilidade

A cartografia, muito embora tenha estado inconscientemente relacionada aos interesses políticos, religiosos e pela posse de terras, além de tudo serviu de fonte de conhecimento.

Para o correto entendimento sobre a elaboração de um mapa são necessários conceitos, tais como base cartográfica, que, segundo Loch e Erba (2007), pode ser composta por uma planta, carta ou mapa, que em muitos casos são considerados sinônimos, diferindo-se apenas pela sua aplicação.

A evolução da eletrônica, com o surgimento da tecnologia digital, foi à mola propulsora para o aumento exponencial do desenvolvimento tecnológico nas suas mais diversas áreas. A eletrônica foi responsável pelo surgimento da cartografia digital, pois a informática possibilitou novos produtos cartográficos com representações de relevo, geração de curvas de nível, entre outros. Neste contexto os mapas temáticos tornaram-se mais dinâmicos, permitindo mostrar mudanças ocorridas em um lugar (LOCH, 2006; DUQUE; MENDES, 2006). No turismo, por exemplo, é possível simular a ocupação irregular em áreas de preservação permanente e o aumento de construções em terreno de marinha, gerando insumos para o planejamento turístico.

Segundo Uller (2010), a cartografia temática é considerada mais específica e difere da cartografia de base, por possuir duração limitada,

cuja ênfase de um mapa temático está centrada em padrões espaciais, apresentando atributos e variáveis geográficas de aspectos diversos.

Para Martinelli (2006), os mapas temáticos apresentam um tema específico, caracterizado, por meio dos aspectos qualitativos (pontos linhas ou áreas, referente às relações de diversidade entre os conteúdos dos lugares ou conjuntos espaciais), ordenado (referente à ordem dos lugares ou conjuntos espaciais) e ou quantitativo (referente à proporcionalidade entre os conteúdos dos lugares ou os conjuntos espaciais). Com relação às escalas de mensuração podem ser: nominal, ordinal, intervalar e razão.

- a) A escala nominal é caracterizada por objetos e fenômenos que apenas têm relação de igualdade ou diferença mútua (solos e tipos de vegetação).
- b) A escala ordinal é caracterizada por elementos que guardam relação de grandeza ou hierarquias entre si, podendo ser organizados de forma crescente ou decrescente (hierarquia urbana, classes sociais e escala de dureza de minerais).
- c) A escala intervalar os arquivos põem ser organizados seguindo uma ordem e sob a forma de intervalos.
- d) A escala razão difere-se das demais em relação ao ponto zero, significando ausência do fenômeno.

Em relação às convenções cartográficas, existe uma grande variedade de símbolos e de cores sendo utilizadas em diferentes tipos de mapas, não havendo, contudo, uma padronização universal. As principais convenções sobre as cores são as seguintes: azul (hidrografia), verde (vegetação), castanho (relevo e solos), preto ou vermelho (acidentes geográficos artificiais, como rodovias, ferrovias, etc). No Brasil não há uma nomenclatura e padrões claros sobre a padronização dos símbolos e das cores, dificultando a geração de material cartográfico de qualidade, ao contrário dos países europeus, que dispõem de normas ISO9000 aplicadas pelos seus institutos cartográficos (LÓPEZ, 2004; CARTWRIGHT, 1999).

Segundo Fiori (2007), o processo construtivo de um mapa determinará a forma de comunicação. As linhas, cores, tons e proporções são utilizados com intuito de trazer uma visão mais clara do local. Para acentuação de morfologia do terreno, utilizam-se diferentes tons de uma mesma cor mostrando as altitudes.

A cartografia digital representou grande avanço perante a cartografia convencional. Por meio das tecnologias empregadas, surgiram também sistemas de informações geográficas (SIG) capazes de processar todos os dados gerados.

2.3.2 Sistemas de Informações Geográficas e Sistemas de Suporte a Decisão

Segundo Loch e Erba (2007, p. 94), “SIG são ferramentas auxiliares que permitem parametrizar modelos de planejamento e visualizar os dados de forma gráfica (ou cartográfica), tornando-os de mais fácil compreensão [...]”.

Para Falkner e Morgan (2002), o conceito de SIG já possui mais de cem (100) anos. O método utilizava-se de camadas de transparências ou mapas translúcidos que formavam uma composição física de dados em camadas.

Para Martinelli (2006) e Duque (2006), com o surgimento dos satélites e dos computadores, a cartografia passou a ser vista também como um Sistema de Informações Geográficas com função de armazenamento, recuperação, análise e a representação de informações sobre lugares. Estas informações podem ser obtidas por meio de séries históricas, auxiliando na tomada de decisões e possibilitando simulações da realidade, a construção de cenários futuros que podem interferir na paisagem e no espaço como um todo. O SIG pode ser entendido por um instrumento composto de hardware (equipamento físico), conjunto de programas (software) e por um banco de dados. São utilizados para documentação, visualização, análise e planejamento e gestão da paisagem. Por meio dessa ferramenta é possível desenvolver cenários e avaliar intervenções (MOURA, 2001; ARIZA, 2002; LANG; BLASCHKE, 2009).

Além das ferramentas que proporcionam dados mais precisos, os SIG se utilizam do conceito de sobreposição de planos de informação (layer), onde um mesmo objeto estudado pode conter diferentes camadas de informações sobre uma mesma base cartográfica.

A tecnologia ainda favoreceu a criação do SIG em função da agilidade e da possibilidade de interação com diferentes áreas. Neste sentido, o SIG torna-se fundamental na construção de um Sistema de Suporte a Decisão para o Turismo.

As decisões são tomadas quando se escolhe fazer ou não alguma coisa. As decisões são produto de diversas interações entre as preferências de indivíduos ou grupos de influência, também chamados de atores, podendo variar ainda em relação ao sistema de valores de cada indivíduo (ENSSLIN et al, 2001).

O conceito de Sistema de Apoio à Decisão pode variar segundo diferentes áreas do conhecimento. Entende-se um sistema como um

conjunto de elementos interdependentes, ou como um todo organizado, ou partes que integram formando um todo unitário e complexo, podendo ser fechado (máquinas, relógios) ou aberto (sistema biológicos e sociais) (BIO, 2008).

Um Sistema de Apoio à Decisão (DSS - *Decision Support System*) é um sistema computadorizado destinado aos gestores, que inclui modelos analíticos, bancos de dados especializados, os próprios insights e apreciações do tomador de decisão e um processo de modelagem computadorizada, bem como ferramentas analíticas. Este sistema é um componente de software que consiste em modelos que expressam matematicamente relações entre variáveis (O'BRIEN, 2001).

Para Laudon e Laudon (2004), os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) são sistemas direcionados aos gestores, que possuem grande capacidade analítica e variedade de modelos destinados a analisar uma grande quantidade de dados, tanto externos como internos, necessitando de informações concisas e confiáveis sobre operações, tendências e mudanças correntes.

Muito se fala em Sistemas de Informações para as mais diversas áreas, porém percebe-se na prática que tratam de produtos prontos, que, em sua maioria fazem que a realidade local tenha de se adaptar ao sistema, para ser usual, quando o correto seria que o sistema se adequasse a necessidade local, seja na entrada de dados, seja nas saídas.

Um Sistema de Suporte à Decisão Espacial baseado (SDSS) em SIG é definido como um processo interativo, baseado em computador. Projetado para suportar um usuário ou um grupo de usuários na realização de uma decisão mais eficaz, resolvendo um problema semiestruturado espacial, com base em um grande número de alternativas e de vários critérios. Alguns desses critérios são qualitativos enquanto outros são quantitativos, estando ambos sujeitos às preferências do decisor. Neste sentido, o SIG pode ser utilizado para determinar os melhores locais para um novo destino turístico. Pode identificar, por exemplo, as áreas para o ecoturismo, como ocorreu no Reino Unido, além de permitir estudos de aplicações de SIG em planejamento turístico para obter aplicações mais úteis e eficientes (ZHANGBAO, QINGWEN, LI, 2008).

Segundo Lang e Blaschke (2009), uma análise espacial apoiada em SIG objetiva fundamentalmente gerar novas informações, por meio de manipulação e integração com camadas de dados já existentes, que pode resultar em um grau variável de complexidade. Entretanto, sistemas modernos e mais complexos de apoio à tomada de decisão

oferecem as opções de combinação das mais diferentes camadas de entrada, dando diferentes pesos para vários critérios de decisão.

Uma proposta de utilização de SIG para o turismo pode ser encontrado nas ações no atual Plano Nacional de Turismo 2013/2016: esta previsto a implantação de uma plataforma interinstitucional de dados que têm por objetivo a “formalização e legitimação da existência de um grupo de cooperação interministerial entre detentores de registros administrativos e produtores de dados vinculados às atividades turísticas no Brasil”. A sua finalidade é garantir a colaboração entre os diferentes órgãos para a utilização conjunta e coerente dos dados estatísticos sobre a atividade turística no Brasil e garantir o avanço das ações do Ministério do Turismo rumo a um sólido sistema de estatística de turismo do Brasil e à construção da Conta Satélite de Turismo (CST), conforme expresso nas Recomendações Internacionais de Estatísticas de Turismo (RIET2008), da Organização Mundial de Turismo (OMT) e do Projeto de Harmonização de Estatística de Turismo dos Países do Cone Sul. Além disso, o referido plano também prevê, em suas ações, a implementação de um sistema de inteligência que visa criar um repositório de conhecimento intraorganizacional a partir da integração dos diversos sistemas de informação utilizados pelo MTur, demais Ministérios, secretarias estaduais e municipais de turismo, permitindo a obtenção de dados e informações (estruturados ou não), a extração, o armazenamento, a mineração, a criação e a socialização do conhecimento.

Vale evidenciar que existem diversos sistemas de informação utilizados pelo MTur, demais Ministérios, Secretarias estaduais e municipais de Turismo, que não interagem entre si, ou seja, não há a chamada interoperabilidade dos sistemas.

Além disso, existem outros sistemas utilizados pelas organizações que gerem os destinos turísticos, visando providenciar informação diretamente para os consumidores e a capacidade para desenvolver laços entre os agentes e os utilizadores finais, como, por exemplo, através de reservas. Um exemplo desse tipo de sistema é o site do Turismo de Portugal ou do Turismo do Algarve (www.turismodeportugal.pt) e (www.turismoalgarve.pt). Atualmente, um viajante, para se apoiar no processo de escolha de um destino, de componentes de viagens, de uma determinada cadeia hoteleira ou uma companhia aérea, pode usufruir de diversos tipos de sistemas de informação, sendo a maioria com presença na Internet: CRS, GDS, IDS, DMS (*Destination Management Systems*) e DSS (*Decision Support Systems*), entre outros. Os DSS, Sistemas de Apoio à Decisão, são

sistemas destinados ao processo de tomada de decisão, quer para profissionais quer para investigadores, que apresentam indicadores sobre o comportamento da atividade turística, além de incluir previsões para o comportamento do setor turístico enquanto atividade econômica (RAMOS, PERNA, 2009).

Observa-se que muitos sistemas de informação em turismo são subutilizados, funcionando somente na esfera operacional, como bancos de dados e sem maiores interações, propiciam apenas valores como número de atrativos, dados de localização e contatos. Desta forma, esses sistemas não possuem a interatividade e nem fazem os processamentos necessários para auxiliar os gestores em turismo na tomada de decisão.

Nesta pesquisa está sendo proposto o uso do Sensoriamento Remoto e da fotointerpretação de imagens, o Geoprocessamento e a construção de um SIG para analisar as unidades homogêneas de paisagem e gerar produtos cartográficos temáticos, como forma de evidenciar o potencial da produção associada ao turismo.

2.3.3 O uso do sensoriamento remoto e a fotointerpretação

O avanço da tecnologia tem favorecido também a capacidade de visualização humana. O uso de ferramentas de sensoriamento remoto é um diferencial em termos de desenvolvimento e validação de projetos.

No sensoriamento remoto são adquiridos produtos por meio de sensores a bordo de aeronaves ou satélites, além de equipamentos para transmissão, recepção, armazenamento e processamento de dados, possibilitando, assim, estudos no ambiente terrestre tendo como foco o aspecto espacial, temporal e físico (DUQUE; MENDES, 2006).

Segundo Berliant (1996) apud Karnaukhova (2003), o sensoriamento remoto é a aquisição de dados da Terra através de sistemas sensoriais de navios, plataformas aéreas e espaciais. Estes sistemas compreendem sistemas fotográficos, televisivos e de radar, scanner, laser scanner, espectrômetros, sonares, magnetômetros e gravímetros, que registram ondas e radiações refletidas ou próprias.

Uma das ferramentas do sensoriamento remoto é a fotointerpretação, que consiste na análise de fotografias, a fim de identificar características de um determinado objeto.

A utilização de imagens aéreas é fundamental para se ter conhecimento da realidade de um local. Nas imagens são encontrados dados relevantes como a declividade, tipo de vegetação, tipo de solo, hidrografia, entre outros. Mas é o trabalho de campo que possibilita mostrar e simbolizar os elementos que não são identificados em

fotografias ou outros materiais e documentos disponíveis. É indispensável também o levantamento topográfico que visa determinar e representar o contorno, a dimensão e a posição relativa de partes da superfície terrestre.

Isso se aplica também com a cartografia, onde a visualização não se refere somente à concepção do mapa ou à tecnologia empregada em sua elaboração, mas principalmente à sua finalidade. Dessa forma, a visualização cartográfica faz uso da cartografia digital e de SIG para subsidiar a criação de mapas estruturados em ambientes interativos digitais (RAMOS, 2005; RHODY, 2012).

A utilização das imagens aéreas e a fotointerpretação possibilitam o conhecimento maior do território. Essa análise completa e minuciosa é importante principalmente em relação ao cadastro urbano.

Para Loch (2001) e Andrade (2003), a fotogrametria e a fotointerpretação também são ferramentas importantes para o planejamento e para o cadastro, mas é indispensável conhecer bem a região de estudo, incluindo alguns trabalhos em campo para sanar dúvidas. A fotogrametria é uma ciência e tecnologia que visa obter informações confiáveis, através de processos de registro, interpretação e mensuração de imagens.

A fotointerpretação, segundo Loch (2001), é definida pela Sociedade Americana de Fotogrametria como o ato de examinar e identificar em fotografias (tanto aéreas como de outros sensores), objetos ou situações aéreas (ou outros sensores) e determinar o seu significado. Para Schaefer (2004), a fotointerpretação também pode ser temática, pela qual a imagem aérea é utilizada para um objetivo definido, em que o uso de técnicas de fotointerpretação serve para analisar um tema específico. A fotointerpretação é utilizada na análise de séries históricas, é possível examinar e identificar objetos (ou situações) em fotografias aéreas e terrestres (ou outros sensores) e determinar o seu significado, tais como, a identificação do curso d'água, implantação de espécies exóticas, áreas de devastação e áreas de regeneração natural (INPE, 2011; MELO; LOCH, 2012).

Com relação à atividade turística é possível observar o potencial de uma paisagem para o planejamento e desenvolvimento de projetos, a partir das séries históricas de evolução e/ou ocupação de um território. A fotointerpretação torna-se fundamental no mapeamento turístico, tendo como foco o estudo no ordenamento territorial e posteriormente, servindo de ferramenta de gestão.

2.3.4 A cartografia aplicada ao turismo

No turismo, a cartografia tem, em alguns casos, sido utilizada de forma inadequada, ocasionado, entre outros aspectos, pelo despreparo dos profissionais da área e falta de objetividade no material gerado.

O turismo e a cartografia têm em comum o espaço geográfico como objeto do estudo, o qual abrange os elementos e aspectos existentes nas paisagens naturais e artificiais, que se fundem em representações, possibilitando uma visão geral do espaço geográfico (AMARAL; SILVA, 2009).

Uller (2010) ressalta a necessidade de se pensar os mapas voltados às atividades turísticas, em função da diversidade de possibilidades que esse tipo de representação pode gerar, como exemplo: guias de estrada de rodagem, guias de férias, guias de eventos, guias de hospedagem, guia de eventos, roteiros de visitas, entre outros. A cartografia aplicada ao planejamento turístico complementar as informações obtidas em campo, por exemplo, para verificação da demanda, levantamentos físicos dos locais e disposição de equipamentos e serviços, etc. Já a cartografia aplicada ao uso do turista, por ela denominada de cartografia turística, deve explicar com clareza e simplicidade as informações através dos mapas. É a partir do “conjunto de significados representados nesse mapa turístico, através dos signos (simbologia), orientação e escala, que o visitante irá se guiar para conseguir chegar ao lugar desejado com mais facilidade e entendimento” (ULLER, 2010, p. 49).

Oliveira (2007) afirma que, embora a produção geográfica sobre o turismo apresente interesse crescente, é notável a utilização dos mapas como mera ilustração, apenas para localizar a área de estudo. Esses problemas também ocorrem no uso indevido ou insuficiente de outras representações gráficas, como diagramas e redes, especialmente as oriundas de dados qualitativos, a partir do tratamento gráfico-estatístico ou matemático-estatístico em um Sistema de Informações Geográficas. A linguagem visual ainda é pouco explorada pela geografia para o turismo, demonstrando a falta de conhecimento científico das ferramentas, nomenclaturas e aplicabilidade das mesmas. Isso resulta em produtos com erros em termos de escalas e simbologias. O correto é levar em consideração os elementos contidos no espaço turístico representado pelos aspectos cultural, tecnológico e econômico, sem, no entanto, deixar de refletir as necessidades, inquietudes, ambições, bases da economia, princípios da vida política, para ser gerado um material cartográfico de forma adequado às expectativas dos turistas.

Para Cavalcanti (2005), o mapa turístico pode ser considerado uma carta especial que aborda os diversos temas do universo do turismo, representando os atrativos, os serviços e a infraestrutura que serve ao turista. Ainda que possam ser utilizados para diversas finalidades, desde a simples localização dos atrativos até o planejamento e manejo turístico de uma região, observa-se uma falta de padronização dos mapas turísticos.

Outro problema observado são as bases desatualizadas, dificultando os levantamentos e a precisão do material cartográfico.

Fiori (2007) destaca que o material cartográfico para o turismo precisa ser adaptado as convenções existentes nos mapas tradicionais. Para elaborar os mapas temáticos para o turismo, é necessário mesclar símbolos abstratos, normas mais rígidas, representações e leitura mais simples e direta com a pictografia (símbolos pictóricos, suposta tridimensão, ilustrações de leitura mais lenta e lúdica). Para construir um mapa temático são necessários conhecimentos básicos, como a melhor escolha da escala, da projeção, do sistema de referências geográficas (coordenadas), entre outros componentes.

É notório que muitos materiais promocionais se apresentam repletos de informações, que acabam por confundir os elementos, causando distorções nas referências aos atrativos turísticos.

Para valorizar os mapas turísticos, as legendas devem ser agregadas aos signos e suas explicações e as fotografias das paisagens e dos atrativos facilitarem a comunicação. A cartografia turística associada à imagem deve enfatizar as paisagens e lugares a serem explorados pelo turismo. Existe forte tendência para se agregar uma representação gráfica especialmente voltada ao turista, com o intuito de fornecer-lhe orientações essenciais para um bom aproveitamento do lugar visitado (MARTINELLI, 2001).

Por meio da cartografia é possível obter informações com maior confiabilidade para o planejamento turístico em função das diversas possibilidades de cruzamento de uma gama de informações complexas, através de um Sistema de Informações Geográficas e da precisão que a cartografia voltada ao planejamento possibilita (DUQUE; MENDES, 2006). Ainda, segundo os autores, a cartografia auxilia no diagnóstico e na elaboração do produto turístico, por meio do levantamento de todas as informações relevantes ao planejamento, como, por exemplo, o levantamento das potencialidades, dos atrativos turísticos (históricos, naturais, culturais, sociais, entre outros), o público-alvo, o mercado potencial, equipamentos turísticos, infraestrutura básica e a realidade social e econômica da comunidade trabalhada. Ainda, com relação ao

diagnóstico, é necessário efetuar levantamentos envolvendo três atores: a comunidade, a oferta e a pesquisa de demanda, utilizando as seguintes informações:

a) Caracterização e análise da estrutura social: ocupação territorial (produção de bens e serviços) e análise das estruturas das atividades econômicas desenvolvidas (nível de emprego, volume de investimentos, rentabilidade e consumo).

b) Mapa topográfico: hipsometria (relevo), hidrografia e vegetação; e Mapa Geológico. Este tipo de levantamento permite identificar potenciais atrativos naturais como a formação de nascentes, cachoeiras, rios, planícies e vales; culturais como os bens históricos.

c) Ortofotos: por meio da identificação dos atrativos históricos culturais, mapas de ruas, equipamentos turísticos, infraestrutura, entre outros.

d) GPS: permite diversos levantamentos a campo, dando suporte a elaboração dos mapas temáticos.

e) SIG: permite a gestão do espaço turístico, por meio da análise de informações, como exemplo: a distribuição dos atrativos em relação aos diversos equipamentos (hospedagem e alimentação); os acessos aos atrativos e equipamentos; a infraestrutura turística e de apoio e mapeamento espacial dos principais polos emissores de turistas e seus trajetos até o local turístico e caracterização da demanda de cada atrativo, permitindo, assim, ao gestor do turismo, identificar desequilíbrios entre oferta e demanda, intervindo por meio de estratégias e ações.

Vale ressaltar algumas experiências na Europa em relação ao uso da cartografia aplicada ao turismo no território. Na Espanha, em 2008 foi elaborado o “*Atlas Nacional de Espanha: turismo en espacios rurales y naturales*”. O Atlas é fruto de um projeto conjunto de colaboração entre o Instituto Geográfico Nacional e a Universidade de Alcalá. O referido material trata dos recursos territorial e patrimonial, bem como da oferta de equipamentos e serviços, das práticas e modalidades recreativas e turísticas que foram mapeados com o objetivo de identificar as dinâmicas territoriais, sócio-demográfico e econômico que foram produzidas no espaço rural. Além disso, também trata de temas como o turismo e desenvolvimento no meio rural, abordando quatro aspectos: O turismo rural sustentável, o turismo e o desenvolvimento rural, os planos de dinamização turística e traz consigo 18 exemplos de desenvolvimento turístico em âmbitos rurais e naturais e uma apresentação dos espaços turísticos rurais e naturais no interior e no âmbito das comunidades autónomas. Além disso, trata de alguns

projetos que receberam incentivos econômicos derivados dos fundos públicos, patrocinados pelo Programa de Desenvolvimento Rural (LEADER PRODER). O referido material é considerado um modelo completo e possui qualidade nas informações e nos mapas. Contudo, segundo o contato realizado com um dos professores responsáveis pela elaboração do referido material, Dr. José Fernando Vera Rebollo, o mesmo se encontra desatualizado e estão sendo propostos novos projetos visando à atualização (COMINS; REBOLLO, 2008).

Em 2009 também surgiu o Atlas do Turismo em Catalunya, considerado o segundo destino turístico mais visitado, depois de Paris. O referido material é composto por quatro capítulos que trata do patrimônio natural e cultural; da demanda turística, desde uma análise territorial e socioeconômica; dados da oferta e alojamento e serviços principais como hotéis, campings, agências de viagens e a organização turística catalana; a caracterização da demanda turística (tipologias e perfil dos turistas), tanto do mercado estrangeiro como dos visitantes locais; a aproximação do turismo a partir do entorno geográfico: turismo litoral, turismo de montanha, turismo rural, turismo urbano, e um espaço dedicado à cidade turística de Barcelona; o estudo da dimensão econômica (turismo e estrutura socioeconômica); e por último um estudo que analisa a relação do turismo e estrutura territorial (organização do espaço da administração turística, infraestruturas, impactos no meio natural, mudanças climáticas e turismo) (LÓPEZ, 2009).

Esses são exemplos de utilização da cartografia aplicada ao turismo no espaço rural e que tem auxiliado a comunidade acadêmica e o poder público na divulgação do potencial turístico local e na tomada de decisão.

O cruzamento é realizado pela análise envolvendo a integração, agrupamento e álgebra de planos de informação, gerando novas informações. A sistematização ocorre com a utilização do SIG, tornando-se a base de um cadastro, indispensável ao planejamento integrado de qualquer destino turístico.

2.3.5 A importância do cadastro técnico multifinalitário para o planejamento integrado

Um elemento fundamental no planejamento turístico é o cadastro atual da área de estudo, possibilitando a elaboração de projetos que levem em consideração a realidade local e seu gerenciamento.

O planejamento integrado de uma região só é possível quando se pode contar com o Cadastro Técnico, rural e urbano. Através dele e de seus produtos (cadastros setoriais ou temáticos) é possível coordenar e estabelecer escalas de prioridade para os investimentos públicos (LOCH; ERBA, 2007).

Para Costa et al. (2006, p. 95), o Cadastro Técnico Multifinalitário é visto como um instrumento que pode construir “as informações necessárias para o diagnóstico estratégico do ambiente, otimizando o levantamento de informações a serem utilizadas quando da formulação das ações que irão compor o planejamento municipal”.

Segundo Wilianson (2008) apud Karnaukhova (2003), faz-se necessário que todas as nações utilizem o cadastro como apoio ao desenvolvimento sustentável, através da construção de sistemas de gerenciamento integrado do solo.

O processo de planejamento pode ser considerado como uma atividade multidisciplinar, devendo agregar várias áreas. O termo multifinalitário se justifica por atender diversos usuários e finalidades (LOCH; KIRCHNER, 1988). Entretanto, um planejamento adequado e integrado deve estar pautado em uma fonte de informações adequadas e confiáveis sobre a realidade local.

O cadastro multifuncional relacionado à implementação de projetos administrativos e políticas fiscais cumpre um papel fundamental no planejamento territorial, à medida que fornece informação geográfica de maior detalhe sobre os aspectos do território e do meio ambiente. Trata-se de um registro administrativo que, por meio da cartografia gera uma base de dados cadastral composto por informações inter-relacionadas (ESPADAFOR et al., 2010).

Neste sentido, o Cadastro Técnico, juntamente com o Sistema de Informações do território, tornam-se um elemento indispensável na divulgação dos destinos turísticos. A complexidade do fenômeno turístico requer “o reconhecimento do espaço, articulando projetos e promovendo ações que fortalecem o processo de desenvolvimento de uma determinada localidade” (RECH, 2009, p. 165).

As ferramentas mencionadas anteriormente irão fornecer subsídios necessários à estruturação da atividade e à gestão do turismo sob o ponto de vista do desenvolvimento local.

O espaço rural carece de informações nas mais diversas áreas. No turismo, na maioria dos casos as informações são insuficientes, incompletas e/ou genéricas e não permitem, em muitos casos, uma análise do potencial turístico existente. A noção de produção associada ao turismo surge como uma alternativa de articulação e integração das

famílias no espaço rural que, por meio de interesse em comum, promovam a cooperação que pode ocorrer com a troca de insumos, na divulgação e comercialização em conjunto de produtos e serviços. A estruturação das informações, por meio de um Cadastro Técnico Multifinalitário, irá subsidiar a tomada de decisão e auxiliar no planejamento integrado do espaço rural.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 MATERIAIS UTILIZADOS

Os materiais utilizados foram obtidos no Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas (SIMGeo) de Joinville e referem-se à Restituição Aerofotogramétrica de 2010 e arquivos digitais do tipo Shapefile dos pontos turísticos das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai. Os arquivos do tipo shapefile dos limites das Bacias Hidrográficas foram extraídos do Sistema de Informação Georreferenciada da EPAGRI (SIGEO). Neste sentido, foram utilizados os seguintes materiais:

a) Ortofotos de voo fotogramétrico realizado em 2010 pela empresa Aeroimagem Engenharia e Aerolevantamento para a Prefeitura de Joinville – escala 1:10000 / 1:5000.

b) Base cartográfica vetorizada em meio digital, georreferenciada, com referencial geodésico SIRGAS 2000, proveniente de restituição aerofotogramétrica, do ano de 2007, escala 1:2.000, cedido Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ).

c) Base cartográfica vetorizada em meio digital, georreferenciada, com referencial geodésico SIRGAS 2000, proveniente de restituição aerofotogramétrica, do ano de 2010, escala 1:10.000, cedida Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ).

d) Além da base cartográfica serão utilizados mapas temáticos da estrutura fundiária, topografia (relevo), recursos hídricos, vegetação e estrutura viárias.

Também foram utilizados documentos oficiais das secretarias da administração pública e das instituições de gestão territorial que foram trabalhados ao longo da pesquisa.

3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Em função da diversidade existente, os métodos podem ser classificados em dois grandes grupos: os que proporcionam as bases lógicas da investigação científica e os que esclarecem os procedimentos técnicos que podem ser utilizados (GIL, 2011). Esta pesquisa será focada em métodos que proporcionem os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais.

A presente pesquisa adotará uma abordagem interdisciplinar, baseada em duas vertentes: a pesquisa qualitativa e quantitativa.

Segundo Creswel (2007), a utilização da abordagem conjunta da avaliação qualitativa e quantitativa é recente e destaca-se pela inclusão de avaliações integradas em função da complexidade dos dados e das análises nas ciências humanas e sociais. Os métodos de coleta de dados, adotados nesta pesquisa, incluem a pesquisa bibliográfica e documental, a pesquisa exploratória e descritiva, estudo em campo e observações, entrevista semiestruturada, aplicação de questionário estruturado e análise de documentos.

O turismo é considerado uma área dinâmica e complexa que requer a compreensão dos diferentes fenômenos que interferem na sua evolução ao longo dos anos. O turismo surgiu espontaneamente e foi se configurando sob o impacto de descobertas em outros campos, sendo necessário compreendê-lo dentro de uma visão interdisciplinar, que inclui disciplinas como o urbanismo, arquitetura, estatística, administração pública, marketing, entre outras (BOULLÓN, 2002). Dentro desta perspectiva, buscou-se um método baseado em princípios qualitativos e quantitativos, a fim de adaptá-lo às especificidades do município de Joinville.

Na pesquisa bibliográfica identificam-se referências que embasam a temática utilizada. Dentre os principais autores estão: Barretto (2001, 2007 e 2008), Coriolano (2009), Cassiolatto (2008), Cazzella; Leite; Bonnal; e Delgado (2011), Garcia; Costa (2005), Sampaio (2002 e 2008), Lang e Blaschke (2009), Loch (2001 e 2006), Martinelli (1991 e 2006), BRASIL, MTur (2003, 2005, 2007, 2008 e 2011), Uller (2010) Duque e Mendes (2006), Pecqueur (2006) e Ruschmann (1999 e 2000).

Dentre as ferramentas que foram utilizadas para analisar o potencial turístico com base na produção associada ao turismo, estão: o Sensoriamento Remoto, o uso de produtos fotogramétricos e fotointerpretação, o Geoprocessamento e o Sistema de Informações Geográficas, que possibilitam gerar diversos produtos cartográficos temáticos para o turismo, visualizar as inter-relações existentes no espaço rural e a integração entre os mesmos, além de auxiliar na tomada de decisão no planejamento turístico e na gestão territorial.

A Gestão Territorial propicia a aplicabilidade de variáveis que subsidiam o reconhecimento do espaço, articulando projetos e promovendo ações que fortalecem o processo de desenvolvimento de uma determinada localidade. Tal fato reproduz a necessidade de se elaborarem metodologias de estudos, integrando a comunidade, atores político-administrativos, empresas privadas e o universo técnico científico, visando a estabelecer laços significativos de progresso (RECH, 2009, p. 165).

Considerando o exposto nas etapas anteriores se faz o seguinte questionamento: como lidar com os diversos níveis de informação local e promover a inter-relação dos mesmos para gerar uma visão integrada?

Para responder a este questionamento foi pensado nas seguintes estratégias:

- a) Construir uma estrutura de avaliação passo a passo que garanta a confiabilidade.
- b) Associar dados, desde as fontes primárias até aqueles gerados pelas inter-relações.
- c) Construir uma estrutura visualizável que permita caracterizar o objeto de estudo.

Foi realizada a caracterização dos aspectos físico-espaciais no espaço rural a partir das etapas de geoprocessamento e fotointerpretação; identificação e caracterização da produção associada à paisagem local e os atores que interferem na atividade turística no espaço rural; e a estruturação de proposta de análise do potencial turístico com base na produção associada ao turismo. Com base nestas etapas, será composta a estruturação de proposta de análise do potencial turístico com base na produção associada ao turismo.

3.2.1 Softwares utilizados

Para esta pesquisa serão confeccionados produtos cartográficos temáticos utilizando dois softwares:

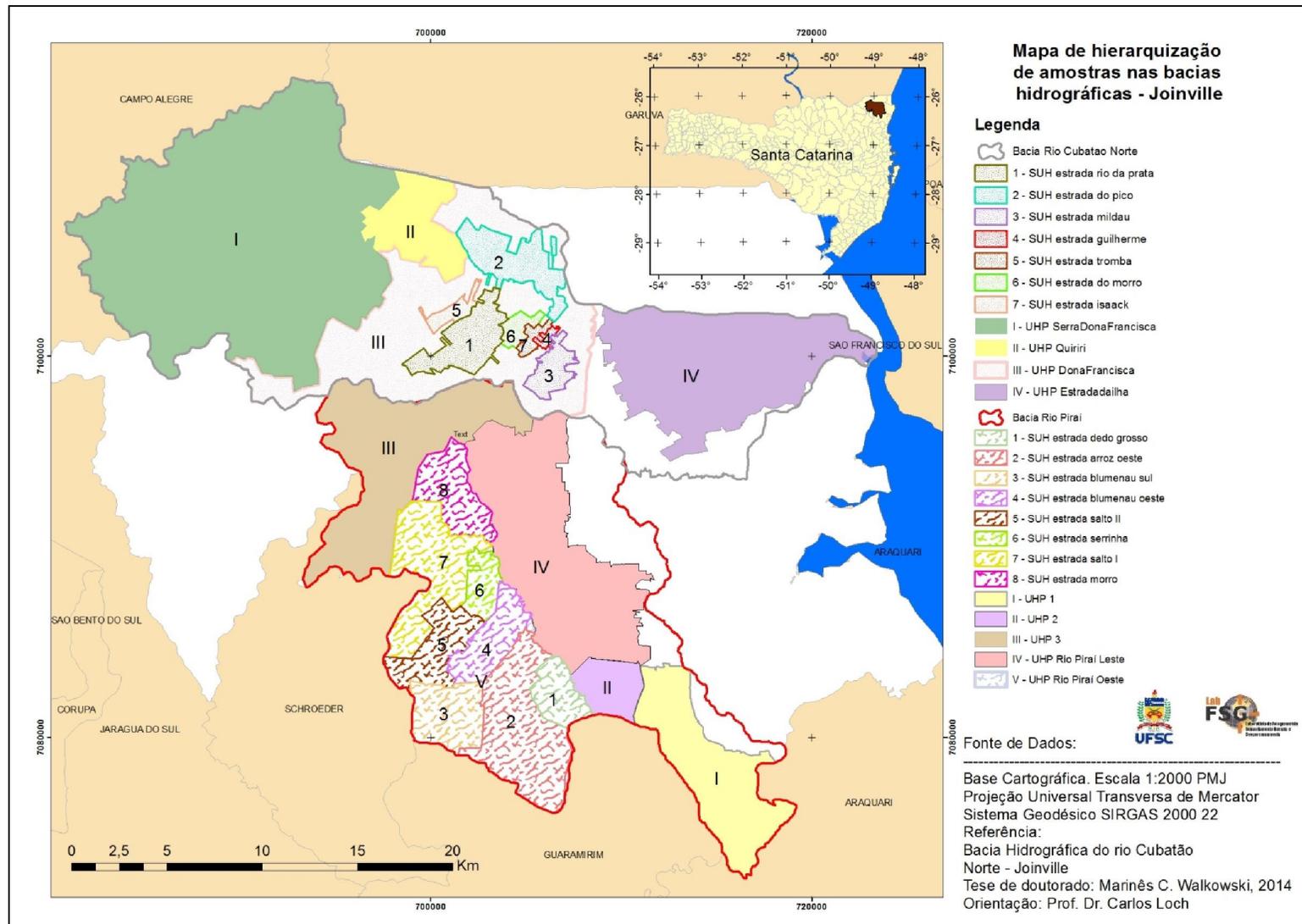
- a) ArcMap10 versão 10.2 da empresa Esri utilizado para geração dos produtos cartográficos.
- b) AutoCAD versão 2012. Software de CAD utilizado para visualização de arquivos vetoriais.

c) Excel versão 2010. Programa utilizado para elaboração de um banco de dados.

3.2.2 Definição da amostra e das unidades homogêneas de paisagem

A amostragem se caracteriza como estratificada em função da seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. Neste tipo de amostragem, o pesquisador seleciona a amostra de forma proporcional ou não proporcional. Em uma amostra proporcional à extensão de cada subgrupo determinado por alguma propriedade tida como relevante, assegura representatividade em relação às propriedades adotadas como critérios para estratificação. Na amostra não proporcional a extensão dos extratos não é proporcional em relação ao universo (GIL, 2011).

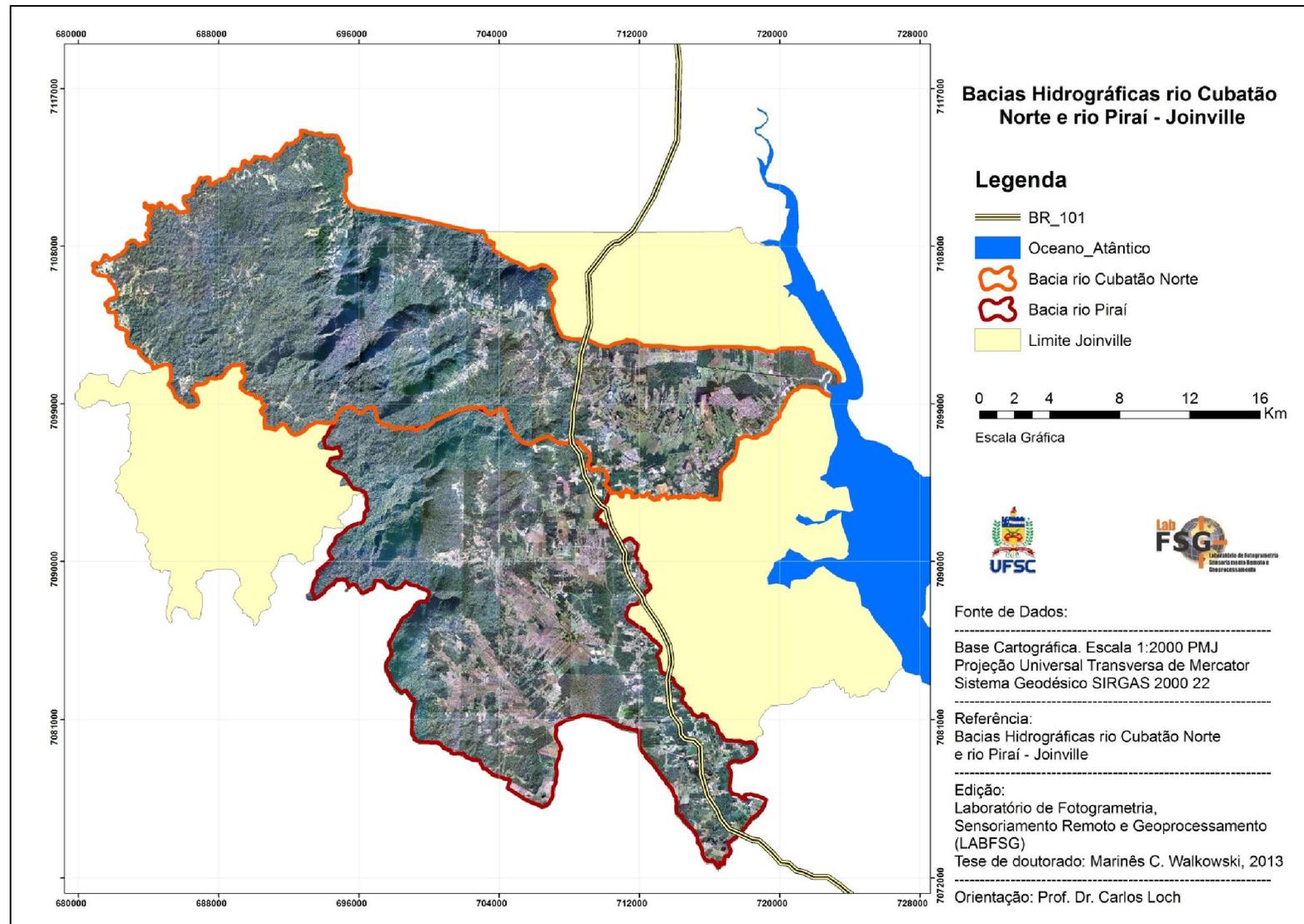
Para esta pesquisa adotar-se-á a amostra não proporcional utilizando-se de unidades homogêneas de paisagem que representam um extrato da produção artesanal, agropecuária e patrimônio cultural localizadas nas bacias de estudo, representativo das famílias de agricultores ou empreendedores no espaço rural que já trabalham com a produção associada ao turismo ou que possuam potencial para tal atividade, indicadas pelas instituições de gestão territorial. O recorte de análise da área será representado pelas Unidades Homogêneas de Paisagem (UHP), norteadas pelas Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e do rio Pirai – dentro dos limites do município de Joinville, ambas pertencentes à Área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca, demonstradas no mapa 1. Ressalta-se que, no Brasil, foi promulgada a Lei nº 9.433 em 1997 – denominada a Lei das Águas, que considera a Bacia Hidrográfica como uma unidade de gestão dos recursos hídricos, justificando sua escolha como objeto de estudo nessa pesquisa.



Mapa 1: Mapa de hierarquização de amostras nas bacias hidrográficas - Joinville.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2014.

Nesta etapa foram consideradas somente as propriedades rurais e descartadas as urbanas contidas na bacia. As UHPs constituem-se basicamente de propriedades justapostas que possuem largura e comprimento semelhantes, definidas pelos loteamentos, a partir da estrada geral, utilizando-se a estrutura fundiária. Foram realizadas visitas a campo para selecionar as famílias de agricultores ou proprietários de empreendimentos no espaço rural por meio de indicação e intervenção de algum ator local ou gestor público. A partir dessas indicações foram realizadas visitas para aplicação de entrevista semiestruturada, a fim de conhecer a realidade local e selecionar a amostra final.

No mapa 2 é apresentado o limite do município de Joinville - SC com as Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai.



Mapa 2: Mapa Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai - Joinville.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Nesta pesquisa, as amostras foram pré-selecionadas, visando obter informações de cada Unidade Homogênea de Paisagem (UHP). As UHP, representadas pelas Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai, possuem características distintas, as quais serão evidenciadas durante as análises. Com relação à Bacia Hidrográfica rio Cubatão do Norte, foram definidas quatro UHP e, dentro delas, identificaram-se duas unidades familiares. Na Bacia Hidrográfica do rio Pirai foram definidos oito UHP e três unidades familiares. Considera-se como zona homogênea ou unidade homogênea a área física, contínua e localizada, caracterizada pela presença de elementos físicos, econômicos e sociais, sendo que jamais será perfeitamente homogênea (NEUMANN et al, 2003). Em relação a unidades de paisagem, é possível observar diferenciação interna que poderá resultar em subunidades de modo relativamente detalhado, podendo, assim, observar, descrever e quantificar as estruturas da paisagem (LANG; BLASCHKE, 2009).

Para esta pesquisa, estão sendo utilizados métodos qualitativos e quantitativos, por meio de estudos de campo, observações e levantamentos de dados qualitativos e quantitativos (entrevista semiestruturada e questionário estruturado), o uso do sensoriamento remoto e fotointerpretação de imagens, geoprocessamento e SIG.

Nessa pesquisa são evidenciados os processos produtivos, buscando valorizar as propriedades e empreendimentos de turismo no espaço rural e melhor aproveitamento das parcelas existentes no espaço rural, por meio da diversificação de produtos e serviços locais e das possibilidades de cooperação.

3.2.3 Elaboração do questionário estruturado

Para se coletar dados, relativo à caracterização das unidades familiares, foi elaborado um questionário em conjunto com a equipe de pesquisa interdisciplinar do laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento da UFSC, que atua neste projeto. O questionário teve como meta localizar e coletar as informações no município para alimentar um SIG. No questionário são trabalhadas questões em relação ao número da amostra, à caracterização da propriedade familiar, a localização, aos meios de acesso, aos usos do solo, às condições jurídicas, à infraestrutura, às condições de saneamento como, por exemplo, abastecimento de água, destino do lixo, entre outros. Também foram coletadas informações sobre o padrão demográfico, a descrição das cadeias e produtos principais, bem como as práticas produtivas locais. A disponibilidade de apoio financeiro às

unidades familiares, instituições de apoio que atuam na área, à percepção de meio ambiente. Identificou-se o potencial para atividade turística, a infraestrutura mínima para receber visitantes, adequação das instalações, os equipamentos próximos da propriedade (os meios de hospedagem existentes, principais estabelecimentos integrantes da rede de estabelecimentos gastronômicos, agências de viagens, operadoras, equipamentos de lazer e entretenimentos - casas de shows, estádios, parques, exposições, entre outros), onde foram observadas as belezas cênicas. Foi levantado se a propriedade possui potencial para atividade turística com algum atrativo natural ou cultural que pudesse despertar ainda mais o interesse de visitantes como: cachoeiras, edificações antigas, artesanato local, culinária típica, entre outros. Também foi levado em consideração o desejo das famílias em receber visitantes e a necessidade de adaptações. O questionário encontra-se no apêndice I.

Foi aplicado um pré-teste do questionário no dia 25 de outubro de 2011 em cinco unidades familiares de agricultores em duas comunidades: a Estrada Bonita e o Rio da Prata. Contudo, após definir a amostra das propriedades e empreendimentos pertencentes à Bacia hidrográfica do rio Cubatão do Norte e Bacia hidrográfica do rio Piraí, optou-se por não considerar a Estrada Bonita, por não fazer parte das bacias referidas e dispor de um número reduzido de agricultores. Em relação ao questionário, foram realizadas mudanças, suprimindo algumas questões em função do tempo para a aplicação do mesmo. Também foi identificada a necessidade de transformar as questões em dados numéricos, facilitando a tabulação e alimentação do banco de dados em ambiente SIG.

A segunda saída a campo ocorreu no dia 27 de novembro de 2011, em que foram percorridas todas as regiões foco desta pesquisa, identificada a sinalização e levantados alguns pontos por um receptor de GPS. Esta etapa foi fundamental para conhecer a área de estudo e delimitar a amostra.

A saída seguinte ocorreu nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2011 em que foram aplicados 18 questionários. Nesta ocasião a equipe do laboratório participou de duas reuniões, uma com a Associação do Rio da Prata, na propriedade do Sr. Acácio Schoreder, na localidade do Piraí, e percorridas algumas propriedades na estrada do Pico e estrada geral Dona Francisco.

Durante a reunião estiveram presentes membros das seguintes instituições: PROMOTUR, FUNDEMA, EPAGRI (Figuras 7 e 8). O objetivo da reunião foi informar às instituições de gestão territorial da existência das pesquisas e promover a interação dos mesmos com a

equipe de pesquisadores. Nessa ocasião, foram apresentados os trabalhos de pesquisa que estão sendo elaborados no município de Joinville pela equipe do Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento.

Como resultados dessa etapa de entrevistas foram elaborados tabelas e organizadas em ambiente SIG, alimentando o banco de dados e gerando a base cartográfica digital. O banco de dados também foi alimentado com documentos oficiais fornecidos pela Fundação Eco Rural, Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR), Associação dos Proprietários de Terras da Mata Atlântica com Recursos Hídricos (APROAGUA) e Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, além das observações adquiridas em campo.

3.2.4 Elaboração do roteiro de entrevista não estruturada

Nesta etapa foi elaborado um roteiro de entrevista não estruturada. Trata-se de um instrumento que permite maior flexibilidade à medida que, por meio de questões abertas, podem ser incorporadas novas informações e questionamentos sempre que necessário. O objetivo da entrevista é coletar informações referentes à existência de planos e projetos em andamento e futuros; se recebem recursos do governo federal ou estadual; a existência de ações em conformidade com as políticas de turismo estaduais e federais; a participação do órgão responsável pelo turismo na Instância de Governança; quais áreas e setores necessitam de investimento para um melhor desenvolvimento da entidade; a relação da entidade com as demais instituições de gestão territorial; a relação das entidades com os empreendimentos da área de turismo e comunidade, levando em consideração a frequência em reuniões, ações conjuntas, relação com o conselho municipal de turismo; a existência de um sistema de avaliação de indicadores turísticos do município e como são coletadas as informações. O roteiro de entrevista não estruturada encontra-se no apêndice II.

As entrevistas não estruturadas foram realizadas nos dias 22 e 23 de novembro de 2012. Nesse período foram entrevistados membros da Fundação Eco Rural, Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR) e Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho.

Como resultado dessa etapa, foram alimentadas as tabelas geradas pela aplicação dos questionários estruturados, organizadas em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), alimentando o

banco de dados e gerando a base cartográfica digital. Com a aplicação das entrevistas não estruturadas foi possível identificar as ações atuais e futuras de cada instituição e a sua complementariedade. Além disso, também foram identificados o segmento, a vocação e o potencial turístico local, visando gerar informações que espelhem a diversidade do espaço geográfico. A partir do cruzamento destes dados, foram gerados mapas temáticos para o turismo, possibilitando posterior análise dos mesmos.

3.2.5 Geoprocessamento e foteointerpretação

O geoprocessamento partiu de uma etapa preliminar que foi o tratamento dos dados provenientes das cartas da Restituição Aerofotogramétrica de 2010 de forma a viabilizar a elaboração dos produtos gráficos. Nessa etapa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: i) definição das cartas da área amostral, ii) criação de arquivos digitais do tipo shapefile, iii) recorte dos dados vetoriais e das fotografias aéreas. Com base nestas etapas foram elaborados os mapas temáticos de caracterização dos aspectos físico-espaciais no espaço rural e a identificação e caracterização da produção associada à paisagem local, caracterizando os atores que interferem na atividade turística no espaço rural, compondo a etapa de proposta de estruturação de dados para apoiar a decisão ancorada na inter-relação das informações obtidas e análise do potencial turístico com base na produção associada ao turismo.

Para a definição das cartas da área amostral, identificaram-se as cartas no SIMGeo que abrangem um entorno maior para garantia dos limites das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai. As cartas foram adquiridas, articuladas em CAD e adaptadas, mantendo o sistema de coordenadas originais.

Para a criação de arquivos digitais do tipo shapefile extraiu-se em ambiente SIG os dados vetoriais das seguintes camadas: curvas de nível, hidrografia (lagos e rios), vegetação, estrutura viária (rodovias e vias) e estrutura fundiária.

Para o recorte dos dados vetoriais e das fotografias aéreas foi utilizado os limites das bacias hidrográficas adquirido no formato digital do tipo shapefile do SIGEO-EPAGRI.

Antes da foteointerpretação de imagens aéreas ocorreu também de uma etapa preliminar, que consistiu em 2 procedimentos metodológicos, limitando-se aos contornos das Bacias Hidrográficas do

rio Cubatão do Norte e rio Pirai, que são: i) montagem do mosaico e ii) recorte do mosaico composto pelas imagens digitais de 2010.

Para o recorte do mosaico foi sobreposto uma máscara e em seguida o recorte nos limites das bacias hidrográficas.

3.2.6 Caracterização dos aspectos físico-espaciais no espaço rural

A caracterização foi realizada por meio da análise dos dados obtidos via SIMGeo, pesquisa bibliográfica, documental, observações, estudo de campo, análise de documentos, geoprocessamento, fotointerpretação de imagens de alta resolução. A caracterização físico-espacial se deu com a análise dos seguintes aspectos:

- a) estrutura fundiária: identificação do uso e ocupação dos lotes e de estruturas e atividades econômicas;
- b) topografia (relevo), recursos hídricos, vegetação (áreas efetivamente preservadas), zoneamento do município: identificar os potenciais atrativos naturais (formação de nascentes, cachoeiras, rios, planícies e vales) e patrimônio cultural como os bens históricos;
- c) estrutura viária e infraestrutura: identificação da compatibilidade da estrutura viária e infraestrutura no meio rural.

Os resultados obtidos desta etapa estão compreendidos no tratamento dos dados e geração de produtos cartográficos que darão subsídios aos resultados da pesquisa.

3.2.7 Identificação e caracterização da produção associada à paisagem local e aos atores que interferem na atividade turística no espaço rural

A partir da caracterização dos aspectos físico-espaciais, foi definida a amostra da pesquisa e identificada às unidades e subunidades homogêneas de paisagem, caracterizadas as propriedades, os atrativos naturais e culturais. Para tanto, foram utilizados estudo de campo, observações, entrevista semiestruturada, questionário estruturado, geoprocessamento e fotointerpretação de imagens aéreas de alta resolução e definidas as unidades e subunidades homogêneas de paisagem que comporão a amostra da pesquisa.

Nessa etapa, foi gerado o mapa da amostra: composta pelas unidades familiares pesquisadas nas Bacias Hidrográficas do rio

Cubatão do Norte e rio Pirai e mapas das unidades e subunidades homogêneas de paisagem.

3.2.8 Estruturar proposta de análise do potencial turístico, baseado na produção associada ao turismo, com base no uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), visando o planejamento turístico integrado do espaço rural de Joinville - SC

A partir da identificação e caracterização da produção associada à paisagem local e dos atores que interferem na atividade turística no espaço rural foi alimentado o SIG, utilizando o ArcGIS 10.2, com base no estudo de campo, observações, entrevista semiestruturada e questionário estruturado. Por meio do geoprocessamento e fotointerpretação de imagens aéreas de alta resolução foi elaborada a estruturação e integração dos dados; análise do banco de dados e caracterização das unidades familiares e análise do potencial turístico da amostra da pesquisa, gerando um portfólio final.

Nessa etapa foram gerados mapas da produção associada ao turismo (Portfólio): no Portfólio são demonstrados potenciais de cooperação com base nos elementos que interferem na infraestrutura, atrativos naturais e culturais que existem no território, que poderão compor o produto turístico e caracterização dos principais produtos, práticas agrícolas, relações de produção de bens e serviços e distâncias entre os atrativos e unidades familiares. Ao final, foi elaborado um roteiro demonstrando o potencial de cada unidade familiar e do entorno, auxiliando na permanência dos visitantes no Município.

A figura 7 demonstra todas as etapas da pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos, os métodos e resultados.

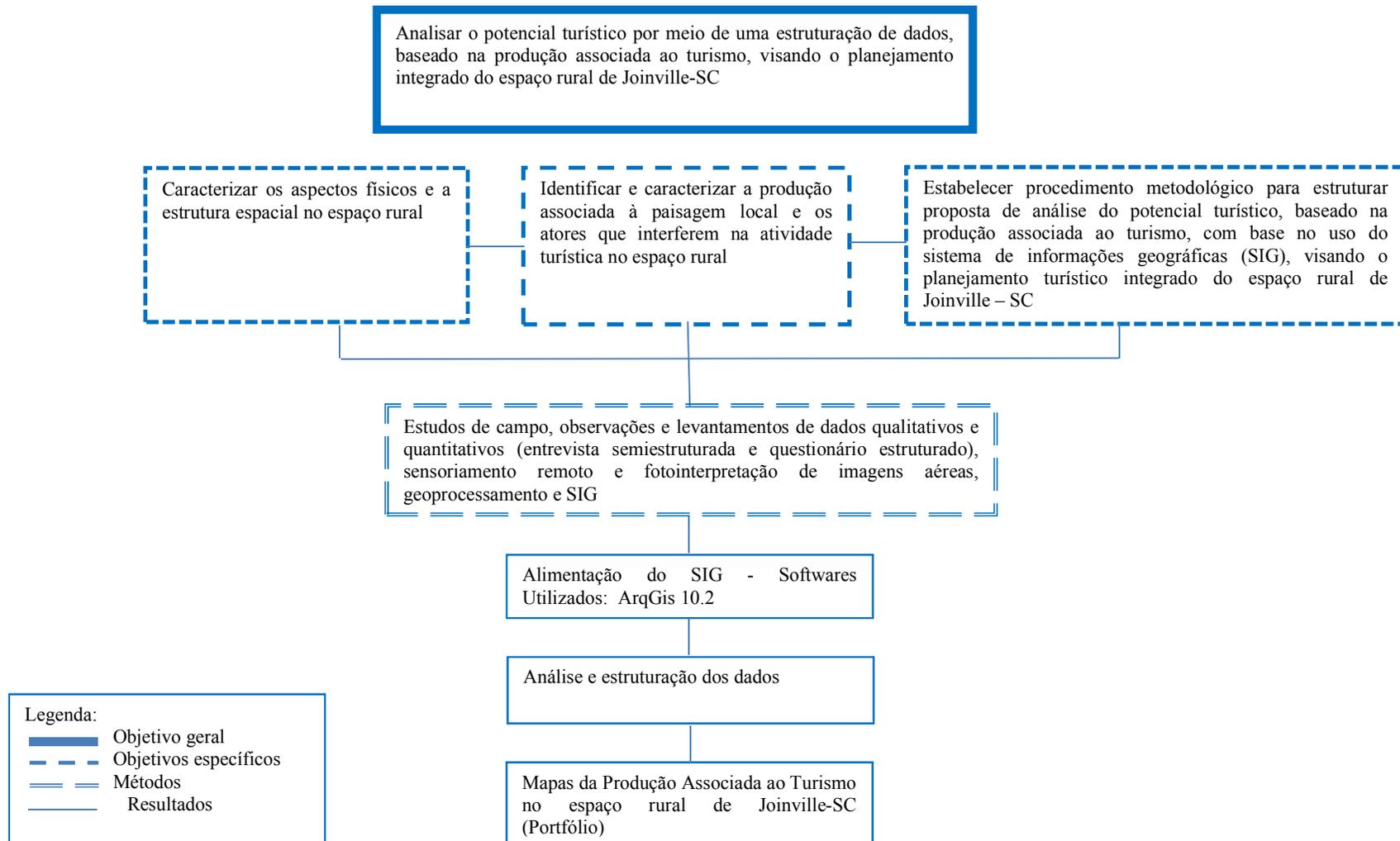
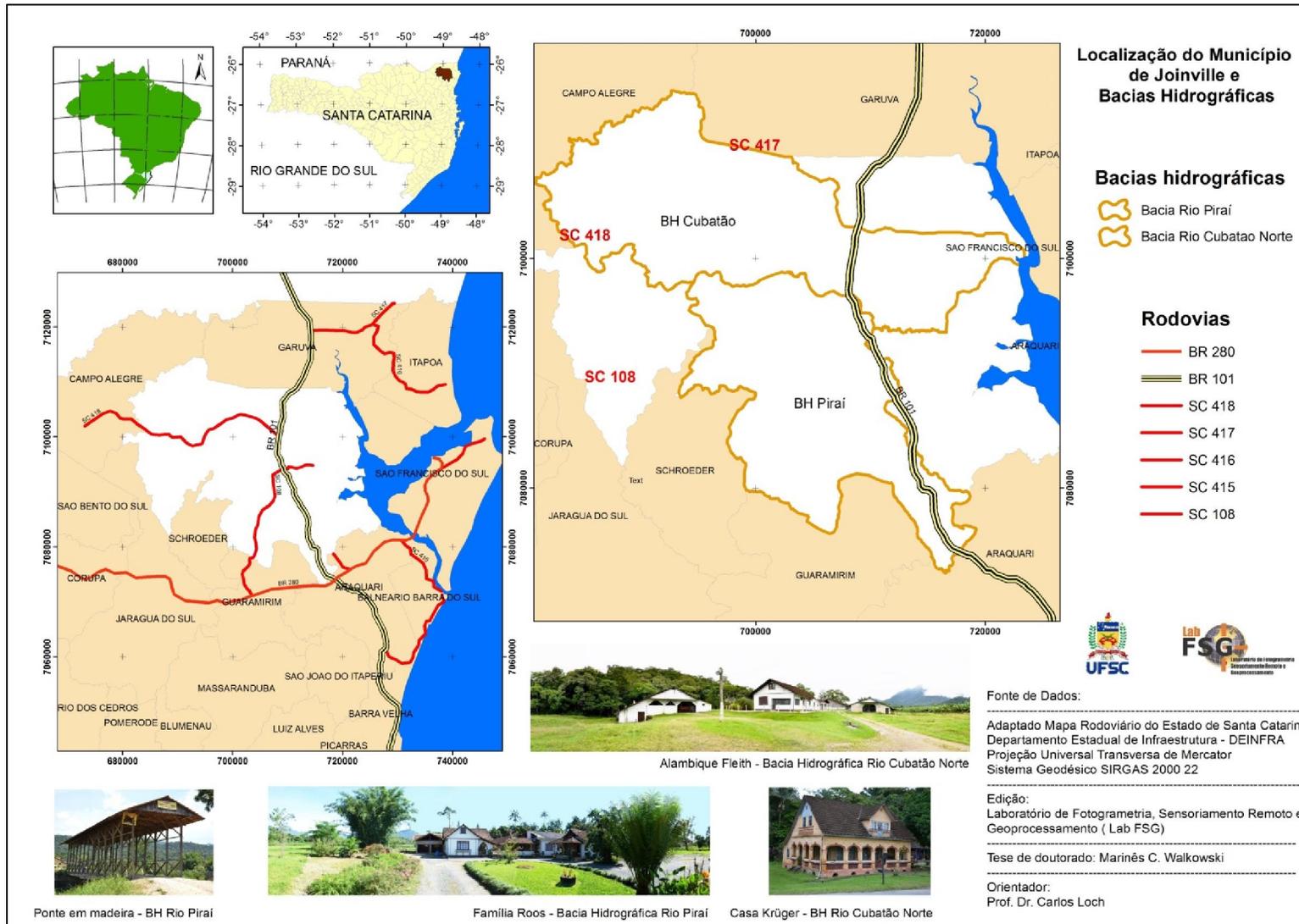


Figura 5: Fluxograma da pesquisa.
 Fonte: Dados do autor, 2013.

4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Joinville está localizado ao norte do Estado de Santa Catarina (Mapa 3). Encontra-se a 188 km da capital, Florianópolis, sendo considerado um grande centro de negócios e de eventos, que tem atraído muitos visitantes.



Mapa 3: Localização do Município de Joinville.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

O Município foi povoado por imigrantes europeus - com predomínio alemão em seu primeiro ciclo histórico e por trabalhadores de todo o país nos últimos 40 anos. Joinville tem na diversidade étnica e cultural uma de suas principais características, presentes nos hábitos e costumes e nas construções ainda existentes. Em 1843, a Família Real Portuguesa ofereceu um dote no Norte de Santa Catarina para a Família Real Francesa, pela união do príncipe François Ferdinand Philippe Louis Marie d'Orléans com a princesa Francisca Carolina de Bragança, filha de Dom Pedro I. Estas terras foram negociadas em 1849 com a Sociedade Colonizadora, de Hamburgo. A então colônia recebeu um nome francês, passando a se chamar Joinville, em homenagem à Comuna francesa da qual François Ferdinand era príncipe. Os primeiros 191 imigrantes vieram da Alemanha, Suíça e Noruega para povoar esta terra, a bordo da “Barca Colon” (SILVA, SOSSAI, 2011).

A Colônia Dona Francisca é considerada um dos núcleos coloniais mais importantes de Santa Catarina. A Colônia foi criada no século XIX onde grandes porções de terras na província de Santa Catarina, consideradas devolutas, eram de propriedade da Coroa e foram cedidas como dotes de princesas. A colonização de Joinville teve início em 9 de março de 1851, na região da Dona Francisca. Os primeiros imigrantes eram, em sua maioria, agricultores e pequenos prestadores de serviço. A colônia se desenvolveu a partir da construção da “Estrada da Serra”, que possibilitou a vinda do ciclo da erva-mate, contribuindo com o aumento populacional e a diversificação do polo industrial. Esse processo migratório resultou em traços econômicos e culturais importantes para o Estado. Um exemplo pode ser observado no modo de produção. Os imigrantes alemães se dedicavam a produção de derivados de leite, processamento de grãos em atafonas, destilarias e cervejarias. Também se destacavam pelas indústrias coloniais como as serrarias, olarias, marcenarias e ferrarias. O modelo de ocupação do território se deu com a formação de lotes estreitos e alongados, com casas e ranchos na testada. No meio rural, a ocupação se deu em locais onde era facilitada a locomoção de imigrantes e mercadorias, por meio de rios navegáveis ou caminhos pré-estabelecidos – destacando assim a Serra do Mar, onde os lotes foram demarcados, em sua maioria, em função do curso d'água, e os caminhos seguiam preferencialmente os rios. Os núcleos coloniais eram criados por meio de estruturas lineares compostos por núcleos comerciais e religiosos, os quais se transformaram em núcleos urbanos. A arquitetura é outro destaque com o uso da madeira, argila, tijolos, pedras, entre outros (Figuras 10 e 11). Observa-se um predomínio da estrutura enxaimel e vedações de tijolo –

essas estruturas são muito comuns nas casas de imigrantes alemães e italianos, onde os vãos entre as peças da estrutura são vedados por tijolos aparentes, em sua maioria, além de varandas, puxados e anexos, construídos em alvenaria. Esse estilo pode ser encontrado em casas, estabelecimentos comerciais, igrejas, fábricas e hospitais. Na zona rural, na estrada Dona Francisca em Joinville observou-se a existência de algumas construções com referências da arquitetura alemã, tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo elas: Casa Kruger, Casa Fleith e Casa Schwisky. Estes bens fazem parte do levantamento realizado pelo IPHAN desde 1983, intitulado “Inventário da Imigração em Santa Catarina”. O referido levantamento serviu de base para o projeto “Roteiros Nacionais de Imigração” que trata de um consócio que une entidades do governo federal, estadual e 16 municípios catarinenses. Esse projeto visou à preservação e à valorização do patrimônio cultural em Santa Catarina, oferecendo aos proprietários novas alternativas de fontes de trabalho e de renda, por meio da criação de pontos de comercialização de produtos tradicionais, integrados a ações de lazer, educação e turismo.

Em relação à unidade econômica, era baseada na mão de obra familiar e prevalecia a policultura, a criação de pequenos animais, a agricultura comercial e a pequena indústria caseira. Em relação à culinária há um destaque para a produção de marrecos, suínos, embutidos de carne e gado, repolhos temperados e batatas (IPHAN, 2001).



Figura 6: Ponte com cobertura em madeira. Figura 7: Construção em alvenaria e madeira.

Joinville é considerada a maior cidade do Estado com população 515.288 mil habitantes, com uma área global do município de 1.134,03 km², responsável por 20% das exportações e o 3º polo industrial da região sul do Brasil. O principal acesso é pela BR101, em direção ao norte para Curitiba e São Paulo e ao sul para Itajaí,

Florianópolis e Porto Alegre. As suas etnias são representadas pela população luso-brasileira, negra, alemãs, suíços, noruegueses, austríacos, suecos, dinamarqueses, belgas e holandeses, franceses e italianos. O município abriga a sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR – Joinville), criada pela Lei Complementar nº 243/2003, que tem o papel de discutir, planejar e tomar decisões, exercendo a cidadania e contribuindo para a melhoria da vida de todos os catarinenses. Abrange os municípios de: Araquari, Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Garuva, Itapoá, São Francisco do Sul e São João do Itaperiú, além do Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR), órgão responsável pelo apoio ao desenvolvimento sustentável, articulando forças e lideranças locais e regionais (IPPUJ, 2010).

As principais características são apresentadas pelos seguintes aspectos:

a) Clima:

O clima na região varia de úmido a superúmido. A temperatura média das máximas varia entre 26 e 27,6°C e a média das mínimas entre 16,8° e 15,4°C. Esta bacia está localizada na zona agroecológica com as temperaturas médias mais altas e os maiores índices pluviométricos de Santa Catarina (EPAGRI/CIRAM, 1999; IPPUJ, 2010).

b) Relevo:

O relevo se caracteriza por terrenos cristalinos, com áreas de sedimentação costeira e escarpas da vertente atlântica da Serra do Mar. O relevo apresenta vales profundos com encostas íngremes e sulcadas, separadas por cristas bem marcadas. Nas porções mais altas da bacia, os rios correm em vales profundos e encaixados e se caracterizam por leitos rápidos, corredeiras e blocos. No médio curso, estes rios têm suas vertentes suavizadas pelas colinas e apresentam fundo plano. No baixo curso, tem baixo gradiente que favorece o desenvolvimento de planícies. A Unidade Geomorfológica Planícies Litorâneas é resultantes dos processos de acumulação marinha e fluviomarinha (EPAGRI/CIRAM, 1999; IPPUJ, 2009).

c) Vegetação:

A vegetação é composta por Mata Atlântica com as seguintes formações: Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas da Costa e

formações associadas como Manguezal, Floresta Ombrófila Densa Submontana, Floresta Ombrófila Densa Montana e a Floresta Ombrófila Densa Alto Montana. Inserida na formação Alto Montana, e os Campos de Altitude. A Mata Atlântica encontra-se bastante fragmentada, com remanescentes localizados, sobretudo, em locais em que o acesso é difícil, como as encostas e topos de morros. Apesar desses fragmentos florestais ainda conterem altos índices de biodiversidade e endemismo, é na Mata Atlântica que se encontram as espécies mais ameaçadas do Brasil (FARLEY, 2010). Outro ponto importante a considerar é que nas áreas de Mata Atlântica se encontram os mananciais hídricos responsáveis por cerca de 70% do abastecimento da população brasileira (EPAGRI/CIRAM, 1999, RAITZ, 2012). São mais de 60% (680km²) de Floresta Ombrófila Densa e 36km² de manguezais (IPPUJ, 2009).

d) Hidrografia:

O município se destaca pelo grande potencial em recursos hídricos, ocasionados pelas chuvas intensas e pela densa cobertura florestal remanescente. O ordenamento hidrográfico é constituído por sete unidades de planejamento e gestão dos recursos hídricos, sendo eles: Bacia Hidrográfica do Rio Palmital, Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte, Bacia Hidrográfica do Rio Piraí, Bacia Hidrográfica do Rio Itapocuzinho, Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira, Bacias Hidrográficas da Vertente Leste e Bacias Hidrográficas Independentes da Vertente Sul (IPPUJ, 2009).

Como o exposto no item 3.2.2, o recorte de análise da pesquisa será representado pelas chamadas “regiões turísticas” do Quiriri, Piraí, Dona Francisca e Rio da Prata, norteados pelas Bacias hidrográficas do Rio Cubatão do Norte e Bacia Hidrográfica do Rio Piraí.

As bacias hidrográficas dos rios Cubatão do Norte e Bacia hidrográfica do rio Piraí são as responsáveis pelo abastecimento de toda a população de Joinville e 50% do Município de Araquari, sendo que a do Cubatão abastece com 70% e a do Piraí com 30%. A Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Norte (BHRC) está localizada na região nordeste de Santa Catarina. Joinville possui 396km² (80% da área total) da bacia do Rio Cubatão do Norte e Garuva 96km² (20% da área restante), sendo a área total da bacia 492km². Sua nascente está situada na Serra Queimada, a 1100m de altitude, e sua foz na Baía da Babitonga, onde se encontra a última grande ocorrência de manguezais do Sul do País (ZANOTELLI et al, 2009). Em relação à Bacia Hidrográfica do Rio Piraí, seu afluente é o Rio Itapocú, e sua área é de

569,5 km², destes 310,52 km² estão localizados no município de Joinville (IPPUJ, 2011).

e) Meio ambiente:

Em relação ao meio ambiente, o município destaca-se pela Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra Dona Francisca. Os objetivos, segundo o atual Plano de Manejo, são: proteger os recursos hídricos; garantir a conservação de remanescentes da Mata Atlântica; proteger a fauna silvestre; melhorar a qualidade de vida das populações residentes através da orientação e disciplina das atividades econômicas locais; fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental e preservar as culturas e tradições locais. O bairro Dona Francisca encontra-se no distrito de Pirabeiraba e teve sua ocupação associada à implantação da Estrada Serra Dona Francisca, que serviu de ligação ao Planalto Norte do Estado, no período colonial. A Dona Francisca destaca-se pela paisagem rural: plantações de bananas cortadas por uma estrada de barro, pastos verdes, construções antigas ao fundo, cachoeiras e rios de águas claras. Algumas estradas do bairro receberam os nomes de seus mais antigos moradores (IPPUJ, 2011). Também estão inseridos em seus limites outras Unidades de Conservação: Estação Ecológica, Parque Municipal e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

A Serra Dona Francisca possui uma área de 40.177,71 ha, e foi criada através do Decreto nº 8.055 de 15 de março de 1997, abrangendo 35% da área total do município em sua porção oeste. Engloba a região das encostas da Serra do Mar e Planalto Ocidental, além dos mananciais dos rios Cubatão e Piraí, os quais constituem as principais fontes de abastecimento público do município. As Unidades de Conservação são áreas que apresentam características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos e limites definidos. São classificadas, segundo o art. 7º do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2 grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012). Segundo o artigo 15 do SNUC, a Área de Proteção Ambiental (APA) é definida como:

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas as exigências e restrições legais.

§ 5º A Área de Proteção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012).

Em relação à legislação, em 1965 foi promulgado no Brasil o Código Florestal, lei nº4.771 de 1965. A lei refere-se à conservação das florestas brasileiras e define as áreas que deverão ser preservadas. O artigo segundo do Código Florestal, datado de 1965 e posteriormente alterado pela lei nº7.803 de 1989, considera como Áreas de Preservação Permanente (APPs) as áreas ao longo de todo o curso d'água e de nascentes, sendo que, para nascentes, essa área não pode ser inferior a um raio de 50 metros e em cada lado do rio e ao longo de todo o seu curso nunca inferior a 30 metros, podendo chegar a 500 metros, dependendo da largura do rio. De acordo com o artigo segundo do Código Florestal são também consideradas Áreas de Preservação Permanente os topos de morros, montes, montanhas e serras, assim como as encostas ou parte delas com declividade igual ou superior a 45°.

A Lei federal nº6.902 de 1981 cria e o Decreto nº88.351 regulamenta as APAs distinguem-se das demais modalidades de unidade de conservação, pois não obriga a desapropriação de terras dentro dos limites da APA. Na lei estadual de SC de 2009, a faixa mínima de mata ciliar é de 5m, 25m menor do que o mínimo, instituídos pelo código florestal. E as áreas ao redor de nascentes são instituídas com o mínimo 10 metros, podendo variar de acordo com as exigências da EPAGRI. O polêmico texto do Novo Código Florestal, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, dispõe sobre multas por desmatamento e a redução das áreas de APP de beira de rio, contrariando os direitos de propriedade, fazendo-se necessárias negociações e mudanças destes no que se refere ao uso do solo (RAITZ, 2012; PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012).

O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, também trata no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Programa de Regularização Ambiental (PRA), que se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. O Cadastro Ambiental Rural é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, que tem por finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012).

f) Economia:

A economia no município, no meio rural, está representada pela agricultura familiar onde 97% possuem menos de 50 hectares. A produção agropecuária é bastante diversificada com destaque para o cultivo de banana, aipim, palmacea e de hortaliças. O município é responsável na região por 41% da produção de arroz, 22% da produção de banana, 54% da produção de cana-de-açúcar e 47% da produção de aipim. Dentre outras atividades agropecuárias se destaca a olericultura, floricultura, produção de palmáceas, piscicultura, avicultura, apicultura, bovinocultura de leite e de corte, pesca artesanal e o próprio turismo rural. Em relação a este último, o Plano Diretor prevê o estabelecimento

de políticas de promoção ao turismo rural e a valorização do patrimônio cultural (IPPUJ, 2011).

O Município apresenta potencial na produção de plantas ornamentais utilizadas no paisagismo. Segundo pesquisa da EPAGRI nos 32 produtores cadastrados, há produção de: plantas ornamentais, flores de vaso, flores de corte (principalmente antúrios), forrações com flor, forrações sem flor, bromélias, orquídeas, cactos, agaves e trepadeiras. Esse potencial se reflete nos eventos regionais e nacionais, tais como: a Festa das Flores, Festival do Hemerocales, Festival dos Antúrios, Exposições de orquídeas, em que vários produtores locais exportam seus produtos para fora do estado e do país (PLANO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO, 2008).

g) Potencial turístico:

Em relação à atividade turística, Joinville pertence ao roteiro intitulado “Caminho dos Príncipes” - a partir da divisão em regiões turísticas promovidas pela Secretaria de Estado do Turismo de Santa Catarina ou em Roteiros de Encantos, nome adotado pelos municípios que integram a região, através do Programa de Regionalização do Turismo, que prevê a criação de instâncias de governança para o fomento da atividade na região. O Caminho dos Príncipes é caracterizado por sua colonização por imigrantes europeus e tem, entre suas atrações, a maior cidade do Estado, Joinville; a beleza da Serra do Mar; o patrimônio histórico da mais antiga cidade do Estado, São Francisco do Sul; além da gastronomia, festas, eventos, atrativos naturais, compras e arquitetura variada (PLANO CATARINA 2020, 2012). O roteiro envolve dezenove municípios: Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itaiópolis, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Massaranduba, Monte Castelo, Papanduva, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, São Bento do Sul, São João do Itaperiú e Schroeder (IPPUJ, 2009).

No cenário turístico nacional, Joinville encontra-se próxima a três importantes destinos indutores, conforme o Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de Inclusão, sendo elas: Balneário Camboriú/SC, Florianópolis/SC e Curitiba/PR (FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE JOINVILLE – PROMOTUR, 2011). Em relação à demanda turística, segundo dados da pesquisa da Santur (2011), a motivação principal dos turistas tem sido os negócios, com um percentual de 59,25% em relação ao turismo com 29,36 e outros com 29,54. Em relação à procura por atrativos, o

percentual maior tem sido os atrativos naturais com 21,01% seguido pelos atrativos histórico culturais com 17,75%, demonstrando mais uma vez o potencial da atividade, mesmo que ainda incipiente. O município ainda possui grande destaque no setor de eventos e de lazer, principalmente pelo Festival de Dança, que reúne atrações de todo o mundo, e a Festa das Flores, que já conta com a presença de um grande público da própria região. As principais instituições que atuam nessa área são: Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho e Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (IPPUJ, 2009).

Além do potencial natural, o Município também se destaca pela arquitetura neoclássica do século 19, com construções em estilo enxaimel, ainda presentes no meio rural e urbano. Joinville possui sete imóveis tombados pela União através do IPHAN, 41 imóveis tombados pelo Estado e 58 imóveis tombados pelo Município, entre outros em andamento. O Município conta com um projeto de lei, o Projeto Cores de Joinville (Lei Municipal nº 3.762/98) cujo objetivo é estimular a manutenção e valorização do patrimônio arquitetônico da cidade, através de parceria com proprietários nas ações de repintura das fachadas históricas. Dentre os principais aspectos de incentivo à cultura em Joinville, destaca-se a preocupação em incentivar, difundir e promover a prática e o desenvolvimento da atividade cultural e artística, conservando, administrando e zelando pelo patrimônio cultural e artístico, administrando, organizando e enriquecendo o patrimônio dos museus, a Casa da Cultura, o Arquivo Histórico, o Cemitério dos Imigrantes e demais instituições, além da regulamentação e tombamentos de bens artísticos, históricos, culturais e paisagísticos de Joinville. Dentre os principais espaços culturais de Joinville, destaca-se o Museu Casa Fritz, o Arquivo Histórico de Joinville, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ), o Museu da Arte de Joinville (MAJ), o Museu de Fundação, o Museu Nacional do Bombeiro, o Museu Nacional de Imigração e Colonização, Cidadela Cultural Antarctica, Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, Casa da Cultura Fausto Rocha Junior, Casa da Memória e Cemitério do Imigrante, Mercado Público Municipal Germano Kurt Freissler (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012; IPPUJ, 2009).



Figura 8: Casarão Krüger.



Figura 9: Casarão estilo colonial.

O espaço rural de Joinville é marcado pela presença da agricultura familiar; cerca de 97% das propriedades possuem menos de 50 hectares. Sua produção principal é de arroz irrigado, banana e hortaliças. A área rural total é de 89.549 ha que se dividem em lavouras, reflorestamentos, pastagens e florestas. Além disso, há destaque para a piscicultura, pesca artesanal, apicultura e as agroindústrias. Outra atividade que tem se desenvolvido no espaço rural é o turismo rural com destaque para as seguintes regiões: Estrada Bonita, Piraí, Quiriri, Dona Francisca (com as estradas rurais do Pico, da Prata, do Izaack, do Rio do Júlio e da Mildau). A Estrada da Ilha, que ainda está sendo diagnosticada (IPPUJ, 2009). Outro destaque é o projeto de turismo pedagógico chamado Viva Ciranda, coordenado pela Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (Promotur) e com o apoio da Secretaria de Educação. O Viva Ciranda incentiva escolas da rede pública e da rede privada a trabalharem educação ambiental e outros assuntos escolares através da visitação às pequenas propriedades rurais de Joinville, tais como Agrícola Joinville, Apiário Pfau, Sítio Vale das Nascentes, Família Schroeder e a propriedade da família Kersten. Por meio desse projeto e da atividade turística nas escolas, estima-se formar cidadãos conscientes dos valores históricos, culturais e ambientais, inseridos no contexto social do município (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012). Ainda em relação ao espaço rural, existe o Programa de Turismo Rural, no qual participam 61 propriedades, sendo a metade destas de agricultores familiares, envolvendo as áreas de produção agrícola, hotelaria, gastronomia, lazer e ecoturismo. Indiretamente, este programa beneficia 1.870 famílias, envolvendo as três zonas rural do município de Joinville, abrangendo as comunidades da Estrada Bonita, Dona Francisca e arredores (Estrada do Pico, Estrada Mildau, Estrada Rio da Prata, Rodovia SC 301, Quiriri e Rio do Julho), Piraí e seus entornos (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO).

h) Sistemas de informações geográficas (SIG):

A prefeitura Municipal de Joinville possui em sua estrutura administrativa a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe de vários sistemas dentre os quais o Sistema de Informações Municipais Georreferenciadas (SIMGEO). Este sistema está em construção e destaca-se pela multifuncionalidade, por meio da interação de informações entre as diversas secretarias. Outro diferencial é a transparência que o Sistema oferece ao disponibilizar o acesso a todos os cidadãos, promovendo a melhoria no atendimento entre os servidores municipais e os contribuintes. O projeto foi desenvolvido como parte do Plano Estratégico do Município e incorpora os avanços tecnológicos juntamente com o conceito de modernidade e agilidade na gestão, cuja rede tem por objetivo “criar uma infraestrutura de tráfego de dados de alta velocidade para interligar os diversos órgãos da administração pública municipal, estadual e federal na região metropolitana de Joinville, compartilhando recursos de dados, imagens e voz” (FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE, 2011).

O SIMGeo disponibiliza material cartográfico do município em formato compatível com ARCGIS e CAD, mediante um cadastro junto ao site da Prefeitura Municipal de Joinville. Após efetuar o cadastro, ao acessar o sistema existem 2 opções, SIMGEO DOWNLOADS e SIMGEO JOINVILLE.

Em SIMGEO DOWNLOADS é possível ter acesso às bases cartográficas do município referente aos voos de 1938, 1953, 1966, 1972, 1989, 1996, 2007 e 2010. Em cada um dos voos houve levantamentos em diferentes escalas, de acordo com a tecnologia disponível na época e do custo de produção do material, sendo o de 2010 o mais completo com imagens de todo o município e na melhor escala de todos os levantamentos (1:1000 urbano e 1:5000 rural).

A figura 12 mostra o mosaico de 2010, onde ao clicar sobre cada um dos retângulos, é possível efetuar o download de sua respectiva imagem.

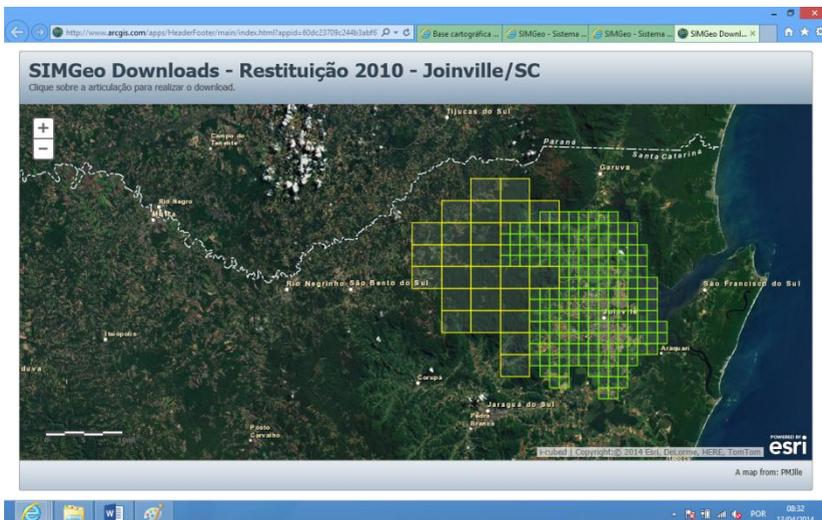


Figura 10: Mosaico SIMGeo.
Fonte: Adaptado de SIMGeo, 2014.

Esta área de download é em ambiente SIG - WEB, com a possibilidade de interagir ampliando, reduzindo e movimentando a imagem para uma busca da imagem necessária.

Já na opção SIMGeo Joinville é possível visualizar o Município em camadas de informações, onde a divisão territorial, planejamento, consulta de viabilidade, turismo, educação, saúde, meio ambiente, assistência social, defesa civil, senso 2010 e restituição 1989.

Apesar da possibilidade de espacialização desses dados, não existe relação entre as camadas e boa parte dos dados é somente da área urbana, sendo que as informações da área rural estão incompletas. No entanto, o Sistema representa um grande passo à medida que já disponibiliza muitos dados para consulta.

Recentemente a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN), contratou um levantamento aéreo a laser de todo o Município. Os produtos finais foram disponibilizados com base na demanda da equipe do LabFSG. Também foi utilizada a base cartográfica dos mapas de 2007 e 2010, das imagens do Distrito de Pirabeiraba onde se concentra a Bacia do Rio Cubatão do Norte. Joinville possui um cadastro urbano bem desenvolvido em relação aos municípios brasileiros, com um acervo de produtos cartográficos desde 1957, sendo adequado para análises de múltiplas finalidades e utilizando

das técnicas de sensoriamento remoto e fotointerpretação (PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE - SIMGEO, 2013).

i) Gestão territorial:

As principais instituições responsáveis pela gestão territorial que atuam no meio rural, especialmente na área de pesquisa, são: Fundação Municipal do Meio ambiente (FUNDEMA); Fundação Cultural de Joinville; Associação de Turismo Eco rural; Associação Joinvilense de Agroindústrias Artesanais Rurais (AJJAR); Fundação Cultural de Joinville; Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho; e Fundação Turística (PROMOTUR).

j) Pesquisas e estudos relacionados ao turismo:

Com base nos estudos de competitividade que se trata de uma ação do Programa de Regionalização do Turismo realizado pelo Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) iniciaram os levantamentos nos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Esse estudo utiliza uma escala de pontos de 0 a 100. O resultado de Joinville foi de 65,7 pontos e se comparado à média do Brasil de 54,0 (referente aos 65 destinos indutores), considerado o índice referencial da competitividade nacional, ficou abaixo da média global das capitais (61,9) e acima das cidades não capitais (48,4). Dentre os resultados relevantes, foram observados que o destino Joinville nas dimensões acesso (73,2), serviços e equipamentos turísticos (73,2), marketing e promoção do destino (83,9), economia local (76,0), capacidade empresarial (87,9) e aspectos ambientais (78,0) contribuíram positivamente para a composição do índice geral de competitividade do Município, mantendo-se acima do resultado geral. Contudo, as notas registradas nas dimensões: infraestrutura geral (64,6) atrativos turísticos (61,9), políticas públicas (53,7), cooperação regional (29,4), monitoramento (34,3), aspectos sociais (63,3) e aspectos culturais (55,8) se posicionaram abaixo do total geral, influenciando negativamente o indicador de competitividade do destino (RELATÓRIO BRASIL, 2010).

Cabe ressaltar que a pesquisa em questão pretende auxiliar na dinamização da oferta turística no espaço rural, aumentando a atratividade do destino em relação à qualificação da oferta turística, com base na produção associada ao turismo, que poderá refletir em parcerias

em relação à cooperação e captação de projetos para melhoria da infraestrutura no município como um todo e na valorização do patrimônio natural e cultural.

Outro estudo fundamental para entender o perfil de visitantes no município é a Pesquisa de Demanda Turística realizada pela Santa Catarina Turismo S/A (SANTUR). A demanda turística da região é caracterizada pelos negócios e é predominantemente nacional e internacional e distribuída por todo o ano. O município de Joinville se destaca no cenário nacional devido à intensa programação de eventos durante todo o ano (o Festival de Dança de Joinville já é uma referência em todo o país) (PLANO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO, 2008).

Outro documento referência é o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), que diagnostica o Litoral Catarinense, sendo resultado do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL). O referido documento é considerado um instrumento do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento do turismo, por meio da exploração racional dos recursos turísticos, em respeito ao meio ambiente natural e construído e à identidade cultural das populações residentes onde o turismo se desenvolve. O seu conteúdo considera os aspectos das paisagens diversificadas que possibilitam o desenvolvimento de diversas modalidades de turismo do litoral catarinense, ressaltando o potencial da gastronomia típica, o folclore, as comemorações diversas e a arquitetura. O estudo divide a região em seis nucleações (Ilha de Santa Catarina, Natureza e Aventura, Sol e Praia, Vale Europeu, Centro de Negócios e Eventos, e Centro de Distribuição) e considera a Rodovia Federal BR 101 um corredor turístico, permitindo a sinergia eficaz entre os produtos turísticos. Ainda, segundo o documento, Joinville está inserido na nucleação Centro de Negócios e possui potencial para Lazer, juntamente com a Ilha de São Francisco do Sul. O Município de São Francisco do Sul é o grande apoio paisagístico desta nucleação, uma vez que todo o entorno da baía da Babitonga, a vila história de São Francisco do Sul e as praias formam um cenário turístico relevante na composição regional (PDITS, 2003).

Vale ressaltar que, nesse item, foram utilizados diversos documentos fornecidos pela Prefeitura e disponíveis no site, além das observações em campo. Dentre as fontes utilizadas na caracterização, destaca-se o sistema SIMGeo no fornecimento de dados cartográficos. Ainda que de forma incipiente em relação à atividade turística, o SIMGeo é uma referência no Estado de Santa Catarina.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa foram obtidos com a aplicação em diferentes etapas, as quais buscaram, de forma sistêmica, alcançar os objetivos propostos. Para essas etapas foram utilizados instrumentos de coleta de dados como observações, estudos de campo, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionário estruturado, análise de documentos, uso de recursos de sensoriamento remoto e de fotointerpretação de imagens aéreas de alta resolução, técnicas de geoprocessamento. Posteriormente, foi elaborada a proposta de estruturação de dados e alimentação de um SIG.

A discussão é apresentada seguida dos resultados de cada procedimento metodológico executado.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ASPECTOS FÍSICOS E DA ESTRUTURA ESPACIAL NO ESPAÇO RURAL

A análise físico-espacial consistiu primeiramente na descrição dos atributos básicos: área da amostra e representatividade com relação à área total rural. Foram gerados mapas das curvas de nível, hidrografia, lagos e rios, vegetação, estrutura viária e estrutura fundiária.

5.1.1 Geoprocessamento

Na identificação dos limites das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Piraí, identificou-se que eram necessárias 147 folhas da restituição aerofotogramétrica de 2010 na escala 1: 5.000 para abranger os limites da área da pesquisa.

Com a aquisição das 147 folhas da restituição, executou-se a articulação das mesmas num mosaico de cartas demonstrando os limites das bacias hidrográficas em CAD, conforme as figuras 13 e 14.

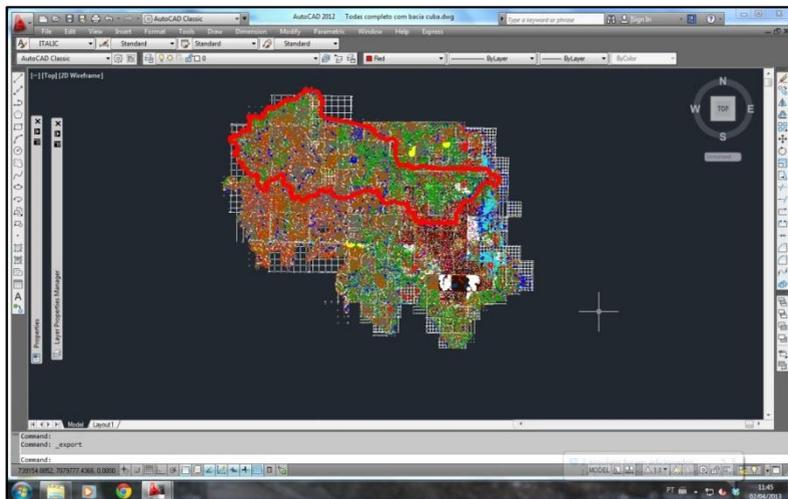


Figura 11: Articulação das cartas da restituição para definição da bacia hidrográfica rio Cubatão do Norte.

Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

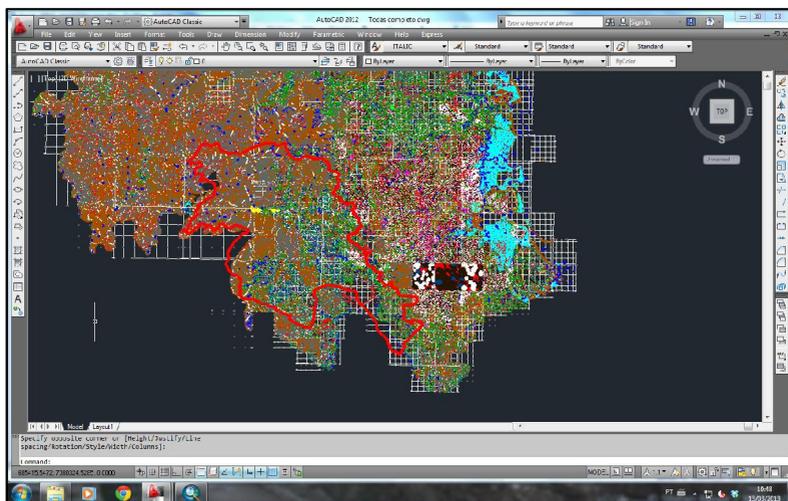


Figura 12: Articulação das cartas da restituição para definição da bacia hidrográfica rio Pirai.

Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A geração dos produtos cartográficos tratou da elaboração de mapas criando camadas em arquivos digitais do tipo shapefile contendo

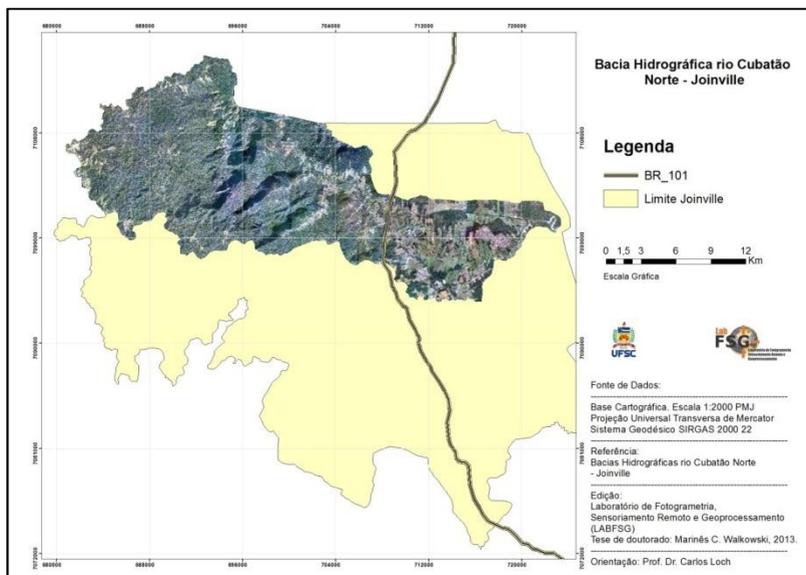
informações básicas de caracterização físico-espacial das Bacias Hidrográficas.

No software de geoprocessamento, os dados em dwg foram utilizados para criação dos shapefiles das curvas de níveis, da hidrografia, das vias, da vegetação e da estrutura fundiária com o preenchimento de suas tabelas de atributos e criação do banco de dados básicos da BHRC e Pirai. Em seguida foram adicionados os dados raster e recortadas às imagens aéreas ortoretificadas das bacias hidrográficas.

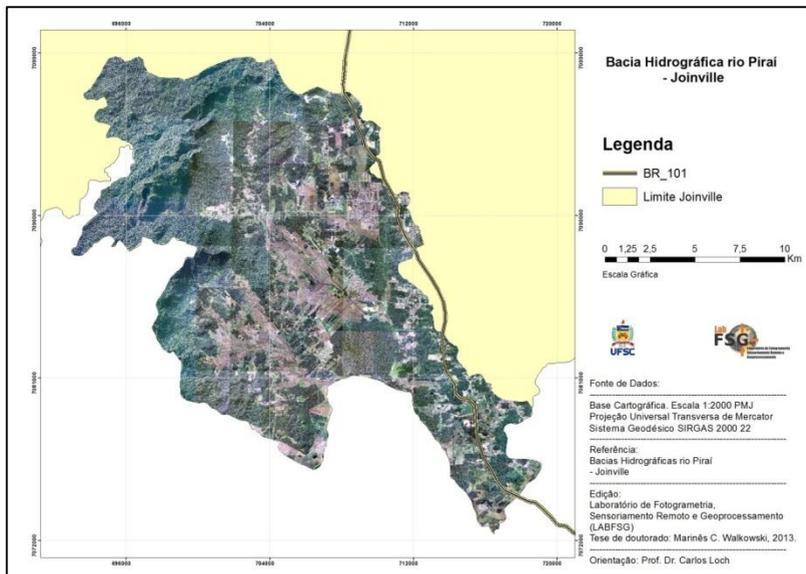
5.1.2 Fotointerpretação de imagens aéreas

Para a montagem do mosaico as imagens já tinham sido selecionadas junto com os dados vetoriais, sendo que as mesmas já estavam georreferenciadas, facilitando a operação de criação do mosaico no software ARCGIS 10.

Na etapa preliminar da fotointerpretação de imagens aéreas obteve-se o mosaico com 147 fotografias aéreas de 2010, contendo os limites das Bacias do rio Cubatão do Norte e Pirai (mapas 4 e 5). Nessa etapa, primeiramente fez-se o mosaico das cartas e se recortou o mosaico na área restrita das Bacias.



Mapa 4: Mosaico da Bacia Hidrográfica rio Cubatão do Norte - Joinville.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.



Mapa 5: Mosaico da Bacia Hidrográfica rio Pirai - Joinville.

Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

O Mapa 4 representa Joinville, destacando, com as imagens aéreas, a Bacia do rio Cubatão do Norte e evidenciando a BR 101 como referência de Localização.

A imagem é rica em detalhes e permite analisar as características da bacia, onde se observa o fato da ocupação do solo ser predominante na área a leste da rodovia BR 101. Pode se observar no mapa de relevo que essa área leste é mais regular, facilitando a ocupação, bem como a maior concentração de área verde no lado oeste da rodovia BR 101. Neste ponto, percebe-se a coerência na delimitação pela prefeitura que divide a área urbana a leste e rural a oeste da BR 101. Ainda, sobre a ocupação do solo a oeste, percebe-se que a concentração ocorre nas áreas de planície, predominantemente. Também fica evidenciada na imagem as áreas de encosta da Serra Dona Francisca, onde observa-se a mata mais densa.

O Mapa 5 representa Joinville, destacando com as imagens aéreas a Bacia do rio Pirai que se difere em características (quantidade de vias, tamanho dos lotes e produção existente, entre outros) do Mapa 4 analisado anteriormente. A Bacia também é cortada pela rodovia BR 101, porém, de uma forma marginal a leste da bacia, tendo então quase

que a totalidade da área classificada como rural pela Prefeitura, observando a coerência na classificação.

A imagem também permite observar um relevo menos acidentado que facilita a produção e com isso a área rural possui uma maior densidade de ocupação do solo e uma redução de áreas verdes, se comparado com a Bacia do Rio Cubatão Norte. Percebe-se na Bacia do Rio Pirai o predomínio das áreas de mata densa que estão a noroeste da bacia e relevo acidentado, onde a dificuldade de produção é maior.

5.1.3 Caracterização dos aspectos físico-espaciais da paisagem

A confirmação de elementos essenciais da caracterização físico-espacial da paisagem ocorreu por meio de visitas a campo no município de Joinville, nos dias 03 e 17 de março de 2013 e no dia 16 de abril de 2013, nas bacias hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai. Os aspectos paisagísticos são gerados pelos atrativos existentes no meio rural, formados a partir do efeito das principais vias, sinalização, a estrutura fundiária, dos processos produtivos, que podem ser percebido de forma natural ou induzido pelo gestor público sinalizando-os de forma adequada.

A seguir foi realizada a caracterização dos aspectos físico-espaciais e análise da paisagem. A análise físico-espacial consistiu primeiramente na descrição dos atributos básicos: área da amostra, representatividade com relação à área total rural. Na sequência, optou-se pela descrição dos aspectos paisagísticos que compõem o entorno com base na sinalização, principais vias, atrativos turísticos e propriedades com produção associada ao turismo.

A quantidade de informações obtidas com os mapas de caracterização físico-espacial permite aos gestores uma visão coerente das necessidades de investimento. Por exemplo, os mapas 9 e 14 mostram a estrutura viária das duas bacias, fornecem ao gestor uma visão clara das necessidades de integração e de possíveis investimentos na melhoria das ramificações viárias.

Os mapas 8 e 15 mostram a estrutura fundiária das bacias e servem para desenvolver políticas públicas que possibilitem o uso e ocupação correto.

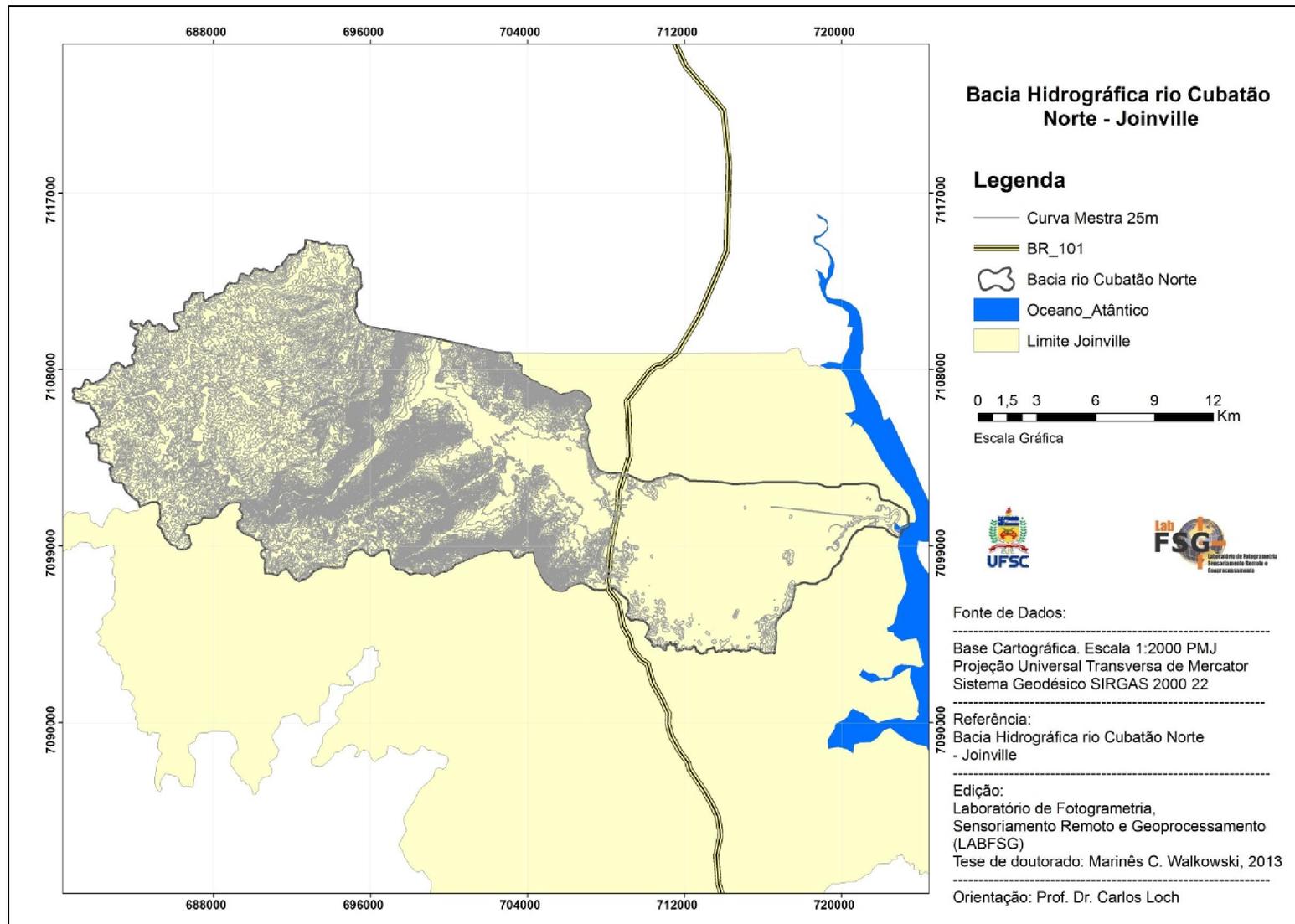
Os mapas 6 e 13 mostram a vegetação das bacias e permitem ao gestor estimular iniciativas que visem uma distribuição mais uniforme, estimulando a ocupação de áreas pouco habitadas e o plantio de árvores e plantas em áreas com pouca vegetação.

Os mapas 5 e 12 mostram a hidrografia das bacias e são fundamentais para um estudo da capacidade de escoamento das águas em caso de fortes chuvas.

Os mapas 4 e 11 mostram as curvas mestras das bacias que fornecem ao gestor a visão das possíveis áreas de risco no caso de ocupação de encostas e no turismo para identificar áreas propícias para prática de turismo de aventura.

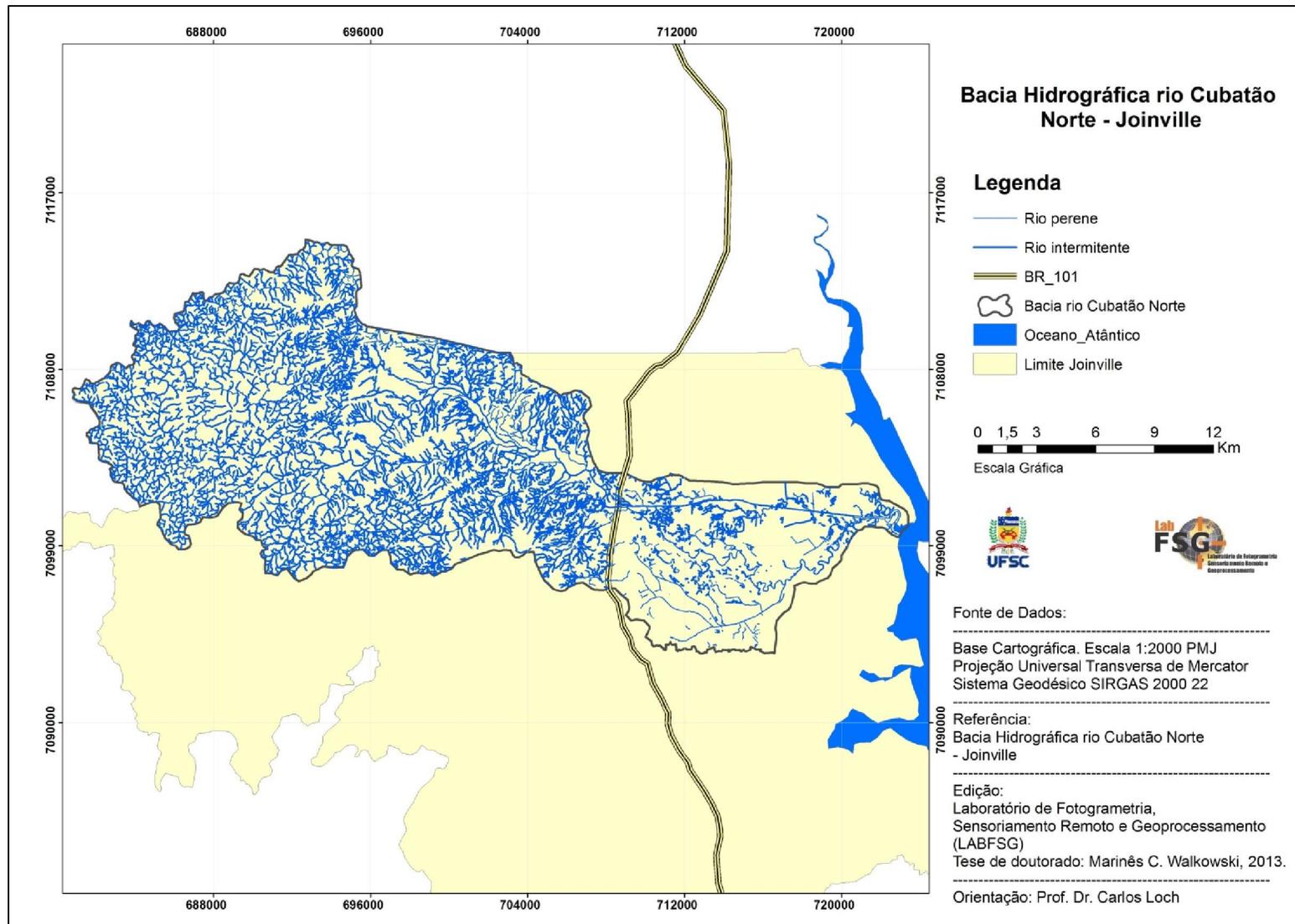
a) Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte:

A estrutura fundiária é representada por pequenos lotes, em sua maioria 50 hectares. A área rural possui 912.422 km², onde há aproximadamente 17.462 famílias. A bacia do rio Cubatão do Norte possui uma área de 492 km². A bacia encontra-se na Unidade Geomorfológica Serra do Tabuleiro/Itajaí, caracterizada por serras dispostas de forma paralela, no sentido NE-SW, cujas altitudes diminuem em direção ao litoral. As nascentes estão situadas na serra Queimada, a altitudes próximas a 1.200 m, e sua foz fica na baía da Babitonga (EPAGRI/CIRAM, 1999; IPPUJ, 2009).



Mapa 6: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

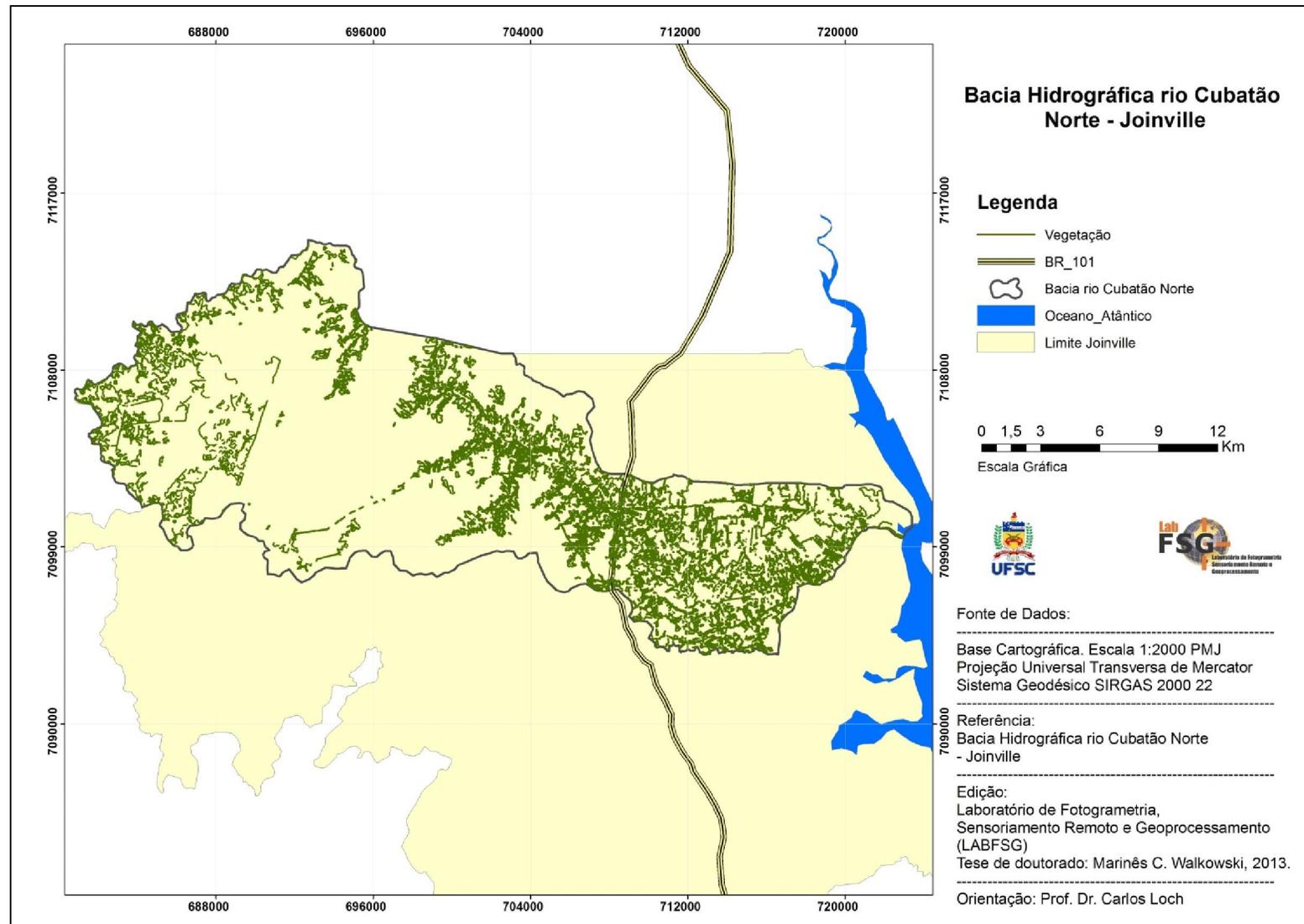
Em relação à geologia local, predomina o complexo Granulítico de Santa Catarina composto basicamente por Gnaisses, Quartzitos, Formações ferríferas e Granitos. Na região litorânea, existem manchas de Sedimentos Marinhos com terraços e sedimentos marinhos inconsolidados. No vale do rio Cubatão ocorre em algumas áreas de sedimentos continentais (depósitos aluvionares atuais). Nas áreas de influência deste rio existe uma extensa planície acumulativa marinho fluvial com características de mangue, terraços arenosos e aluviões (EPAGRI/CIRAM, 1999). No mapa 6, são observadas encostas mais íngremes e declividades que apontam para o potencial no desenvolvimento de atividades de turismo de natureza e aventura – escaladas e caminhadas pela natureza e educação ambiental.



Mapa 7: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

O sistema hidrográfico está organizado predominantemente na vertente Atlântica da Serra do Mar, cujos rios caracterizam-se por apresentar pequena extensão e uma grande vazão (mapa 7). O município também apresenta um grande potencial hídrico, proporcionado pela combinação das chuvas periódicas.

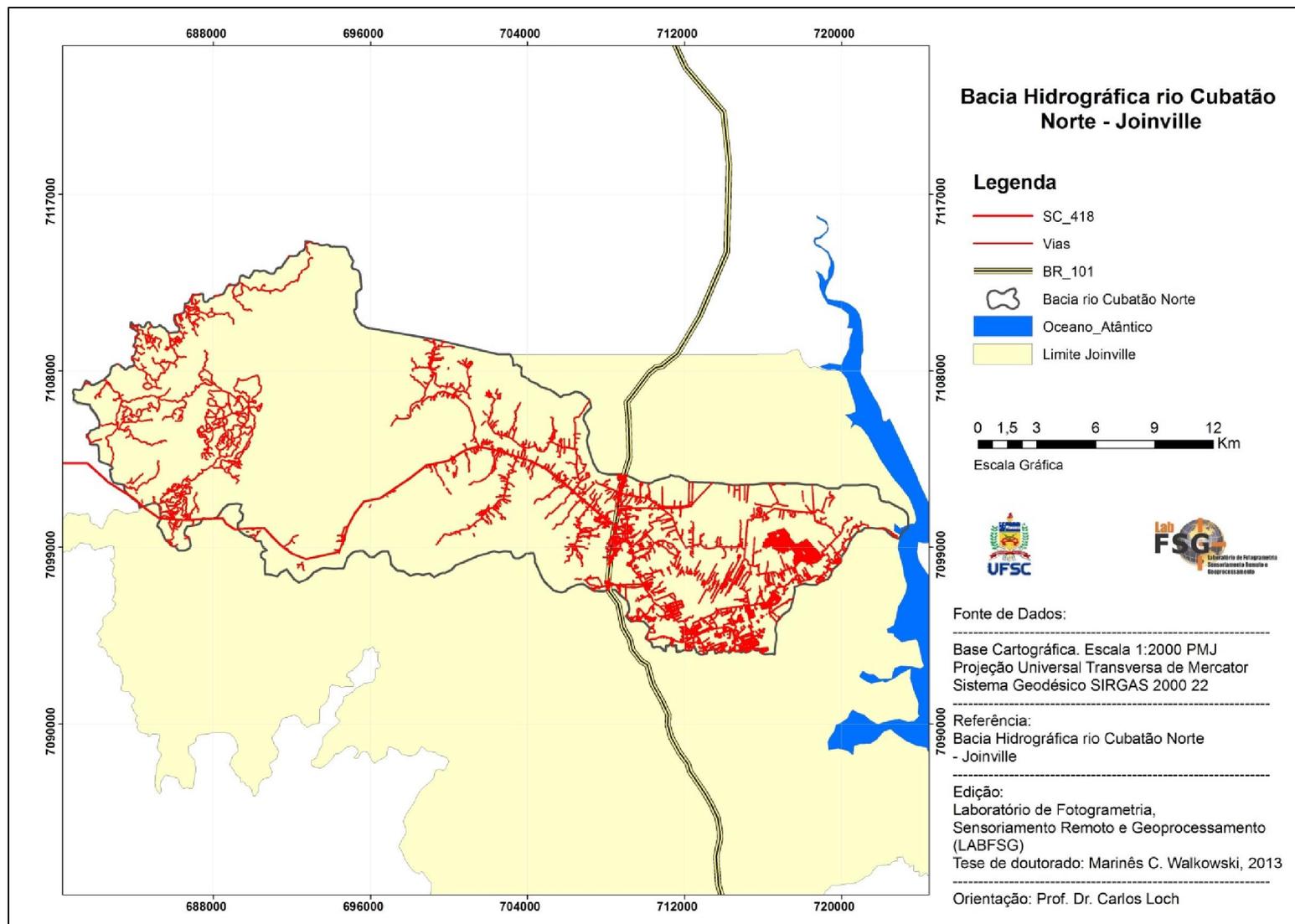
O rio Cubatão do Norte, na sua margem direita, recebe contribuição dos seguintes afluentes: Tigre, Jerônimo Coelho, Seco, Isaac, Prata, Fleith, Kundt, Lindo, Alandf, do Braço e Mississipi. Já na margem esquerda, possui os afluentes Campinas, Vermelho, Rolando, do Meio e Quiriri, sendo este o maior contribuinte. Os quatro principais afluentes do rio Cubatão do Norte são os rios Campinas, Quiriri, da Prata e do Braço (ZANOTELLI, HOMRICH, OLIVEIRA, 2009).



Mapa 8: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Na Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte, são encontradas quatro unidades distintas: Mangue, Mata Atlântica, Mata de Araucárias e campos de altitude. Com relação à cobertura vegetal, foram observados vários remanescentes de floresta Atlântica ainda preservada (mapa 8).

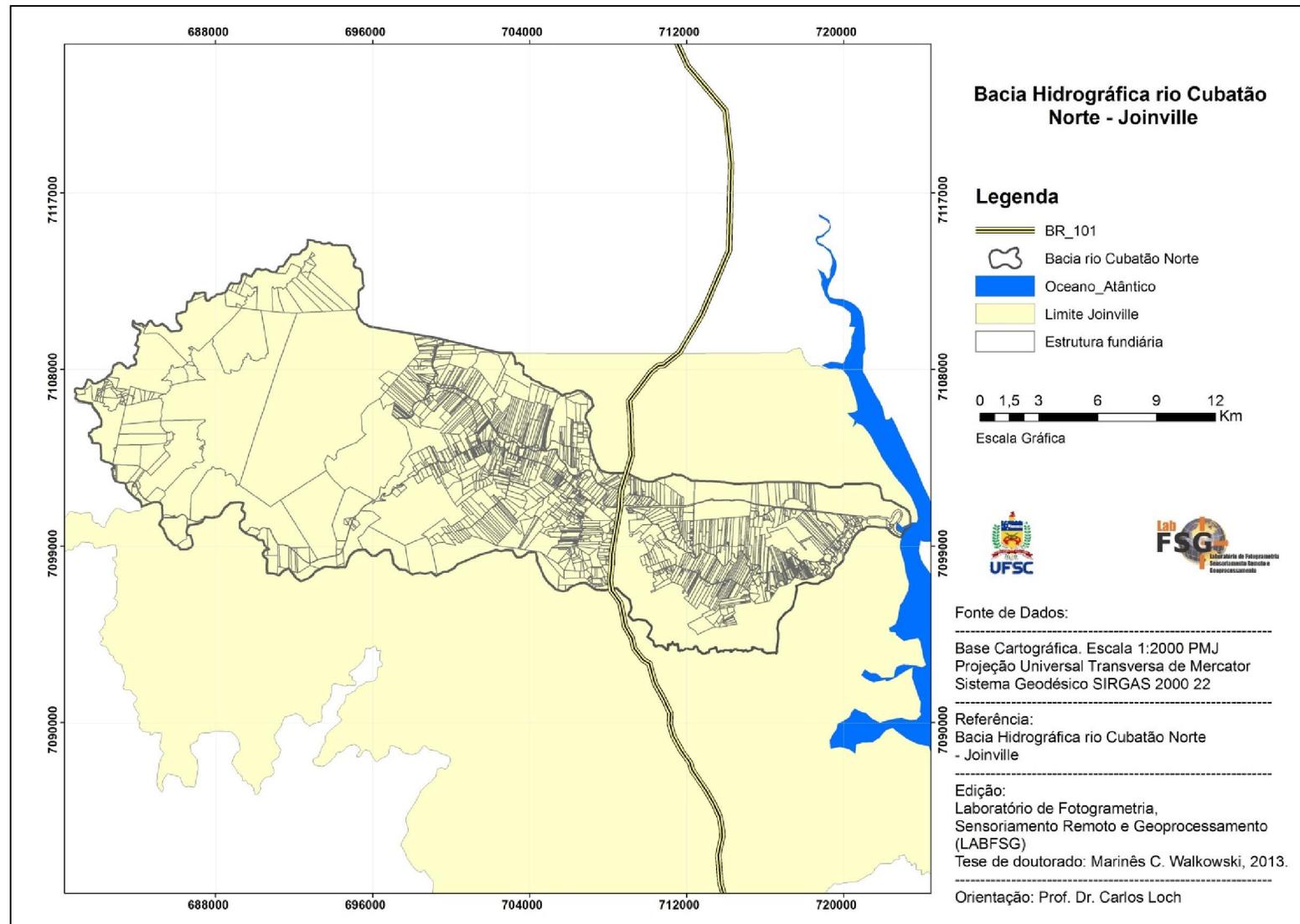
As áreas de manguezal situam-se na foz do rio Cubatão do Norte e constituem um conjunto formado por vegetação, depósitos de sedimentos e animais que lá habitam. O manguezal da baía da Babitonga é composto por somente três espécies de árvores: *Laguncularia Racemosa*, *Avicennia Schaueriana* e *Rhizophora Mangle*. Há também um tipo de gramínea que ocorre em alguns pontos das margens do manguezal, chamado *Spartina alterniflora*. A bacia hidrográfica abrange três unidades distintas: o planalto, as escarpas da serra do mar e a planície costeira. As áreas de campo de altitude são caracterizadas por uma vegetação do tipo arbustiva e herbácea, com ausência de árvores. Nesses locais encontram-se as nascentes dos principais rios da região (ZANOTELLI, HOMRICH, OLIVEIRA, 2009).



Mapa 9: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A Bacia tem como referência a rodovia BR 101, conforme o mapa 9, sentido de deslocamento do Sul para o Norte, na altura do km 28, saída indicada como entrada do Bairro Pirabeiraba (placa a 1 km do viaduto), indicando Turismo Rural, Casarão Krüger e Serra Dona Francisca (placa a 500m do viaduto).

Em relação à atividade turística, algumas vias internas se destacam pelo potencial turístico, abrangendo as comunidades da Estrada Bonita, Dona Francisca e arredores (Estrada do Pico, Estrada Mildau, Estrada Rio da Prata, Quiriri, sendo a via principal a Rodovia SC 301, que faz ligação com as demais).



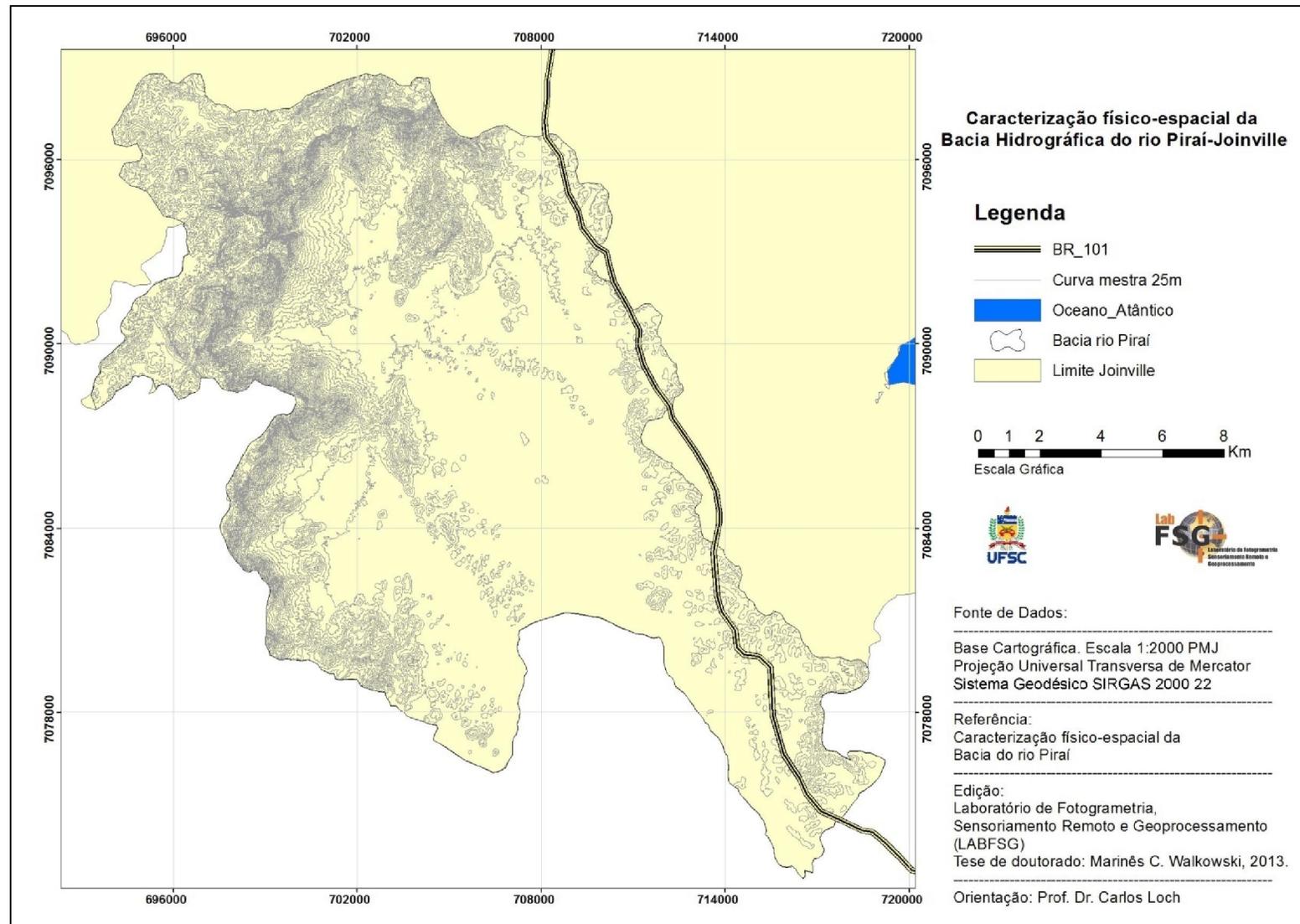
Mapa 10: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Cubatão do Norte.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Em Joinville há o predomínio de pequenos lotes, em torno de 50 hectares, tendo sua ocupação caracterizada pela agricultura familiar, conforme demonstrado no mapa 10.

O processo de ocupação tinha originalmente um objetivo exclusivamente agrícola. Com o decorrer do tempo, o espaço rural foi se reordenando, visando constituir sistemas técnico/econômicos adequados para as propriedades. Na maior parte dos países, a formação de propriedades antieconômicas (estreitas e longas) ocorreu pela falta de legislação no fracionamento das propriedades por motivos de herança (SONNEMBERG, 1988). Ao longo dos anos, novos usos foram agregados à terra, gerando grandes modificações na dinâmica natural. Algumas áreas são urbanizadas, outras são utilizadas pela agricultura e pecuária e grande parte é ocupada por florestas. Em menor proporção ocorrem campos de altitude, áreas de rizicultura e manguezais. Atualmente a BHCN apresenta usos e ocupações distintos, como reflorestamento de espécies exóticas, mineração em canais fluviais e em pedreiras, agricultura, pecuária, piscicultura, áreas de proteção ambiental (APAs), rodovias públicas, estradas vicinais, pontes e travessias, barragens, canal de derivação, poliduto que transporta combustíveis, estação de captação de água, redes de transmissão de energia, aeroporto, aterros sanitário, industrial e doméstico e núcleos habitacionais rurais e urbanos pertencentes ao distrito de Pirabeiraba (ZANOTELLI; HOMRICH; OLIVEIRA, 2009).

b) Bacia hidrográfica do rio Pirai:

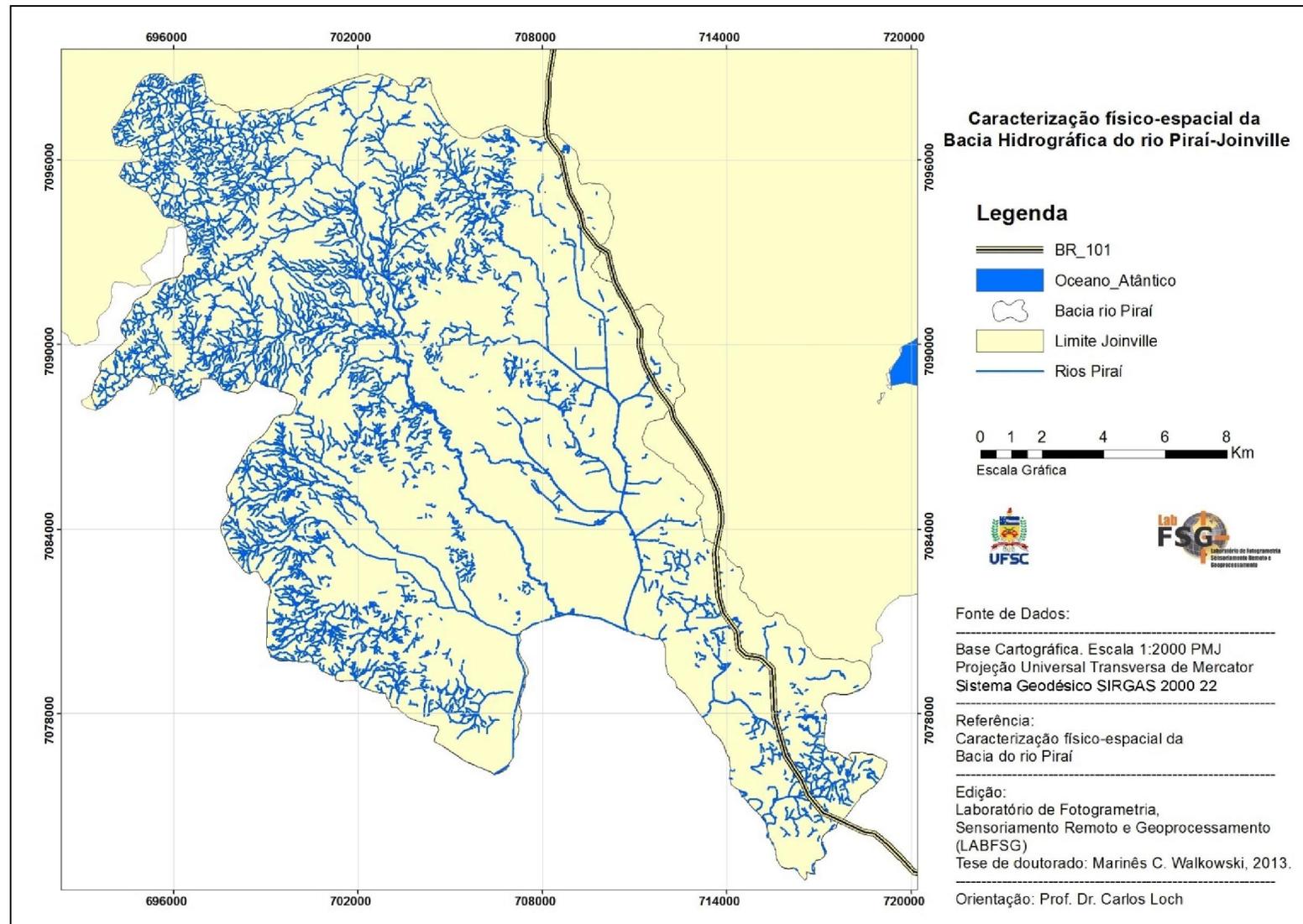
Afluente do Rio Itapocú, a bacia hidrográfica do rio Pirai ocupa uma área de 569,5 km², destes 310,52 km² estão localizados no município de Joinville, representando 27% da área do município.



Mapa 11: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

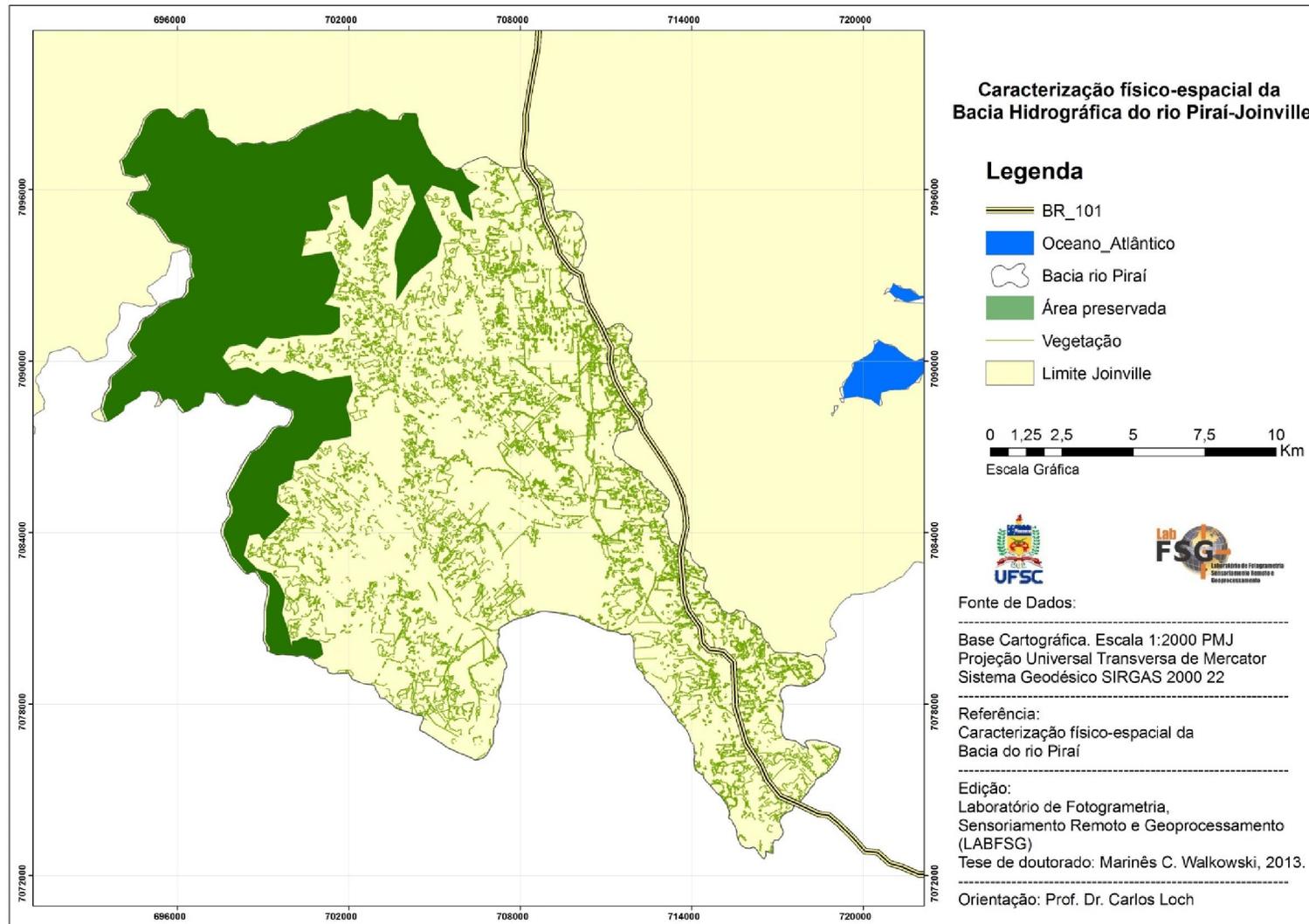
A Bacia do rio Pirai (mapa 11) possui um relevo praticamente plano com poucas áreas de maior valor altimétrico, sendo alguns trechos próximos à BR-101 e ao norte, com maiores elevações. O clima na região é influenciado pelas características físicas, quente e úmido, classificado como mesotérmico úmido sem estação seca, com solos instáveis sujeitos à erosão (IBGE, 2007; PINHEIRO, 2009).

A Bacia do rio Pirai se destaca pela presença de bens de interesse à preservação, estradas históricas e componentes do patrimônio imaterial das comunidades nessa área. A região, também se destaca pela presença da raríssima espécie de ave conhecida como Mariacatarinense (*Hemitriccus kaempferi*) e do jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman Latirostris*), o que demanda a necessidade de proteção e recuperação de remanescentes florestais. Também há o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, criado pelo Decreto Municipal nº 6.959/92, com objetivo de proteger as nascentes do rio Pirai que constitui um dos principais mananciais de abastecimento de Joinville, além da existência de recursos naturais que abrangem nascentes de importantes afluentes do rio Pirai, como o Mutucas, e em sua porção norte inclui afluentes do rio da Prata e do rio Lindo, que drenam para o rio Cubatão (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012).



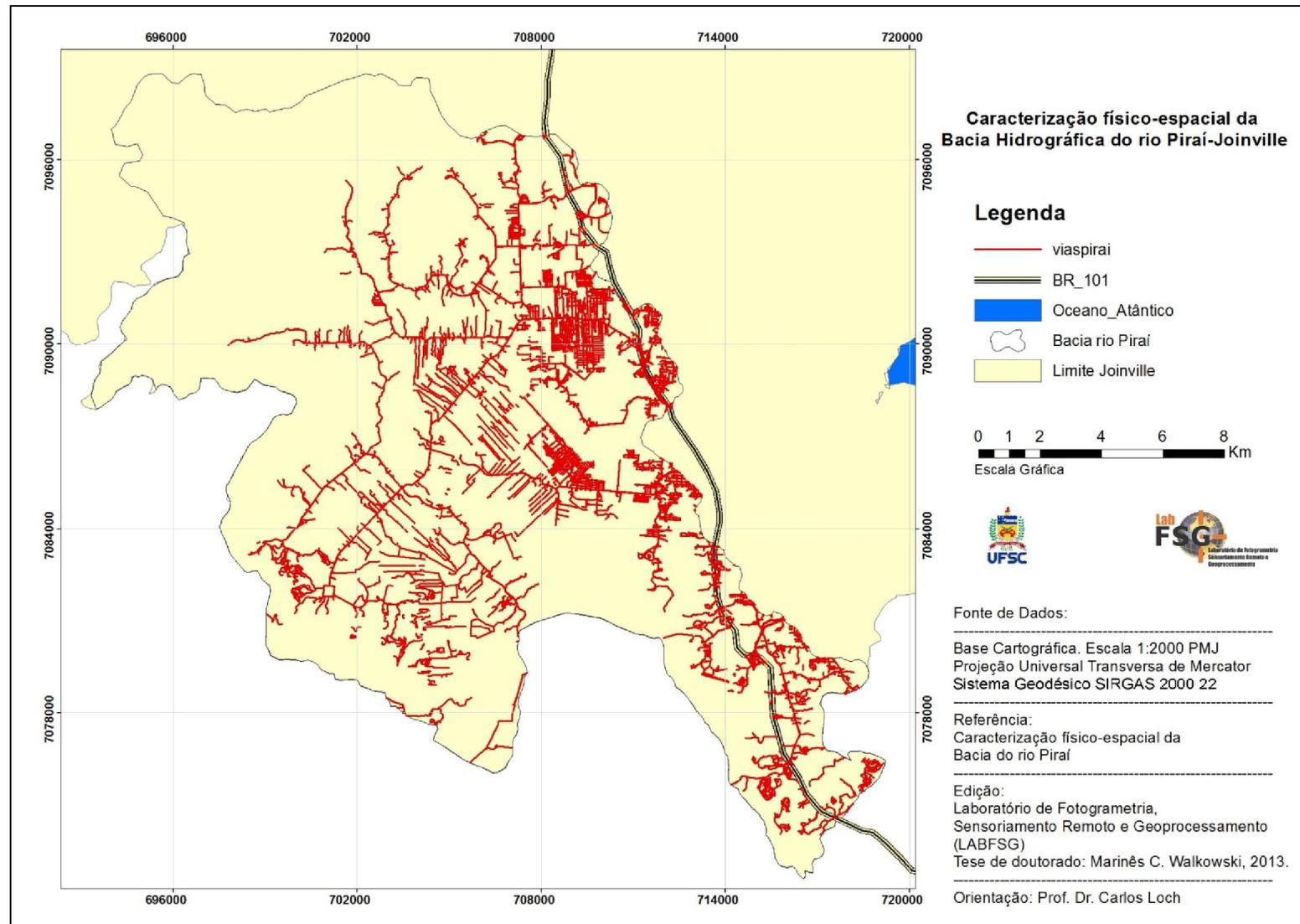
Mapa 12: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Na Bacia do Pirai (mapa 12) as nascentes estão localizadas na Serra do Mar e os principais afluentes são: Rio Águas Vermelhas, Rio Salto I, Rio Quati, Rio Lagoinha, Rio Zoada, Rio Dona Cristina, canal Lagoa Bonita, Rio Motucas, ribeirão Águas Escuras, Rio Lagoa Triste e ribeirão dos Peixinhos. A bacia apresenta grande potencial de abastecimento doméstico, em detrimento do abastecimento agrícola: no entanto, seu maior uso tem sido para a rizicultura. Cerca de 40% da água utilizada pelo município de Joinville é captada nesta região. A bacia possui registros históricos de inundações em 1852. As inundações estão relacionadas à ocupação urbana próximas dos cursos d'água e rios, em áreas frágeis e propícias à formação de alagamentos e enchentes. A Bacia trata-se de um ecossistema muito vulnerável, com relevo plano de lençol freático muito raso, onde qualquer acréscimo do nível do mar atinge grande número de residências (PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012; PINHEIRO, 2009).



Mapa 13: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

O mapa 13 demonstra que a região apresenta bom estado de conservação e a vegetação característica é a Floresta Ombrófila Densa Montana e Sub Montana. A Bacia do rio Pirai também faz parte da APA Dona Francisca, onde estão localizados três Unidades de Conservação: a Estação Ecológica do Bracinho, instituída pelo Decreto n° 22.768/84, o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin criado pelo Decreto n° 6.959/92 e a Reserva Particular do Patrimônio Natural do Caetezal criado através da Portaria do IBAMA n° 168/2001. A Estação Ecológica do Bracinho, de propriedade da CELESC, foi criada pelo governo estadual com o objetivo de garantir a proteção da fauna, flora e dos recursos hídricos em uma área de 46,1 milhões de metros quadrados da Serra do Mar, no nordeste do Estado de Santa Catarina, ocupando parte dos territórios dos municípios de Schroeder e Joinville. A APA é considerada rica em termos de flora e fauna e abriga parte das bacias hidrográficas dos rios Pirai, Bracinho e do Julio. A segunda unidade de conservação, o Parque Ecológico Prefeito Rolf Colin, está totalmente inserido nos limites da APA, localizado na encosta da Serra do Mar, abrangendo as nascentes do rio Pirai e parte da Serra da Tromba. Esse parque foi criado para garantir a conservação e preservação da Floresta Atlântica, da fauna, dos recursos hídricos e dos mananciais da Estação de Tratamento de Água de Joinville - ETA Pirai (PLANO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO, 2008).

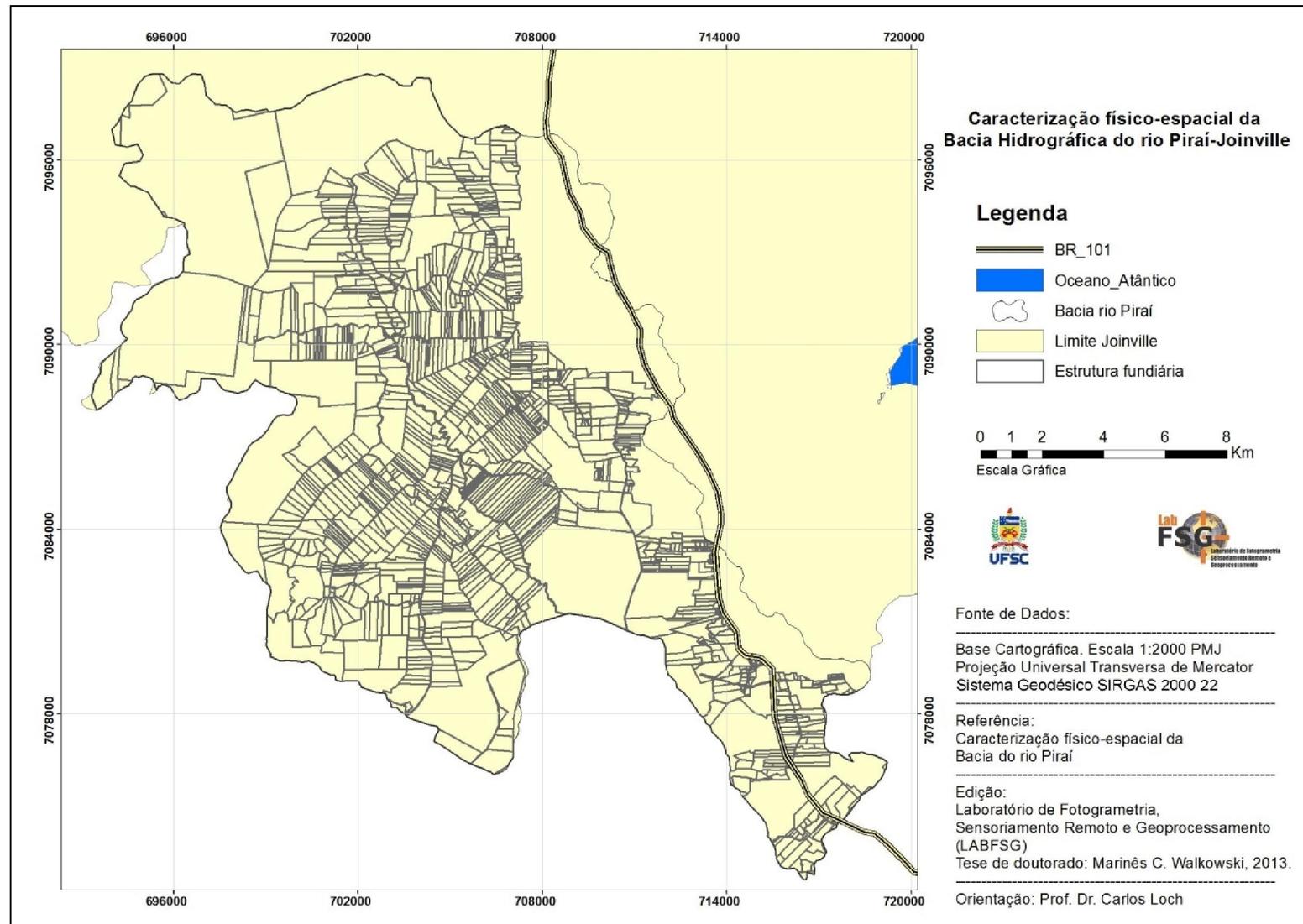


Mapa 14: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A Bacia do rio Pirai está localizada a sudoeste da BR 101, sentido do deslocamento de Sul para Norte, na altura do km 39 (mapa 14).

Em relação à atividade turística, algumas vias internas se destacam pelo potencial turístico, abrangendo as principais vias: XV de Novembro, SC 413 (Estrada do Arroz), Estrada Comprida e Estrada Pirai.

A bacia do rio Pirai é considerada uma área turística que se destaca pela existência de montanhas, cachoeiras, rios e plantio de arrozais. Também há um destaque para os recantos de lazer, parques aquáticos e pesque-pague, além dos roteiros de cicloturismo.



Mapa 15: Caracterização físico-espacial da Bacia Hidrográfica do rio Pirai.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Na Bacia do rio Pirai também há o predomínio de pequenos lotes e ocupação caracterizada pela agricultura familiar, conforme demonstrado no mapa 15. Nessa bacia localiza-se o bairro Vila Nova, Morro do Meio, parte da Nova Brasília e do São Marcos, região do Jativoca, Estrada Blumenau, Estrada Comprida, Estrada do Sul, Estrada do Salto e Neudorf. O bairro Vila Nova pertence à macrozona da área urbana e faz limites com as áreas rurais. No local há um grande número de espaços vazios não ocupados. A pressão pela ocupação na região da Vila Nova gerou impactos negativos como a expansão urbana em uma área historicamente inundada, colocando em risco a vida das pessoas e a perda de identidade cultural dos descendentes dos colonos de origem germânica no bairro. Além disso, a bacia é considerada local de ocupação já consolidada e objeto de especulação imobiliária, onde as glebas são parceladas e recebem a implantação de loteamentos e depois os proprietários solicitam ao poder público a redução do IPTU por se tratar de uma área inundável, ocasionando prejuízo para administração pública (SILVEIRA, 2008).

5.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO ASSOCIADA À PAISAGEM LOCAL E AOS ATORES QUE INTERFEREM NA ATIVIDADE TURÍSTICA NO ESPAÇO RURAL

Neste item, com base no uso do sensoriamento remoto e fotointerpretação de imagens aéreas de alta resolução, geoprocessamento foi possível identificar as unidades e subunidades homogêneas de paisagem. A partir dessa etapa foram realizadas visitas em campo para identificar e caracterizar a produção associada ao turismo e os atrativos naturais e culturais no espaço rural de Joinville. Também foram realizadas observações em campo, aplicação de questionário estruturado e entrevistas não estruturadas com os atores que interferem no processo e instituições de gestão territorial. Em seguida os dados foram organizados em tabelas do excel que posteriormente foram inseridas em ambiente de Sistema de Informações Geográficas, para a identificação e caracterização da produção associada ao turismo. As tabelas de atributos foram alimentadas com os dados obtidos pela aplicação dos questionários estruturados, organizadas em ambiente SIG, por intermédio de um banco de dados e base cartográfica digital. Com a aplicação das entrevistas não estruturadas, foi possível identificar as ações atuais e futuras de cada instituição e a sua possível complementariedade.

O banco de dados foi alimentado ainda, com relatórios disponibilizados pelas instituições de gestão territorial, principalmente a Fundação Turística e Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), por meio de dados em formato shapefile (shp), que trouxe informações como: a estrutura fundiária, curvas de nível, divisa de bairros, divisa de distrito, hidrografia, vegetação, vias, rodovias e estrutura fundiário. A integração entre o banco de dados cadastral e a base cartográfica foi realizada por meio da alimentação da tabela de atributos das propriedades com produção associada ao turismo e serão apresentados no item 5.3 dessa pesquisa.

5.2.1 Caracterização das unidades homogêneas de paisagem - UHP

Neste item, com base no geoprocessamento, foi dando ênfase para um conjunto de imagens composto de propriedades com produção associada ao turismo. Foi selecionada uma amostra representativa das propriedades com produção associada ao turismo, com base nas unidades homogêneas de paisagem - UHP, definidas pelos antigos loteamentos, a partir da estrada geral, utilizando-se a estrutura fundiária. Foi realizado um cruzamento da estrutura fundiária com os pontos, disponibilizados pela Fundação Turística de Joinville – PROMOTUR, gerando os produtos cartográficos. Foram consideradas somente as propriedades rurais e descartadas as urbanas contidas na bacia. As propriedades rurais foram classificadas quanto às dimensões de largura, comprimento e área, iniciando-se a partir do extrato em hectares e número de propriedades.

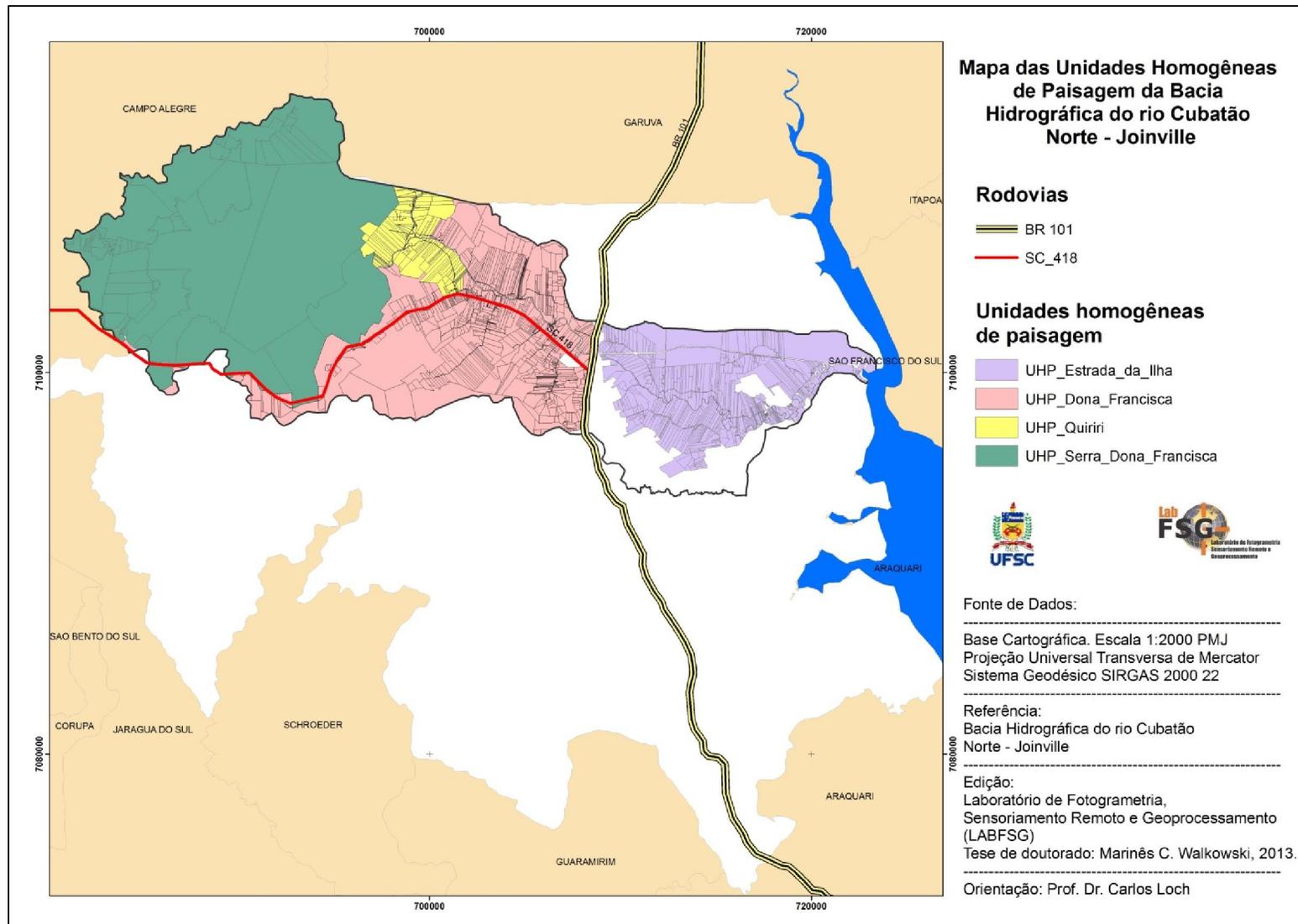
A partir da classificação fundiária foram identificadas as unidades espaciais homogêneas considerando somente as propriedades confrontantes com as estradas vicinais e, assim, definidos os limites criando-se arquivos específicos para cada unidade.

Foram selecionadas duas UHP e elaborado o mapeamento temático para a caracterização físico-espacial, apresentando o relevo, o rio, a vegetação, as vias e a estrutura fundiária. Ressalta-se que não foram utilizados mapas de uso e ocupação do solo, à medida que esse produto ainda não havia sido finalizado e disponibilizado pela prefeitura. No entanto, foram coletadas informações em campo que buscaram caracterizar os principais produtos de cada unidade familiar pesquisada. As UHP serão representadas nos subitens a seguir.

5.2.1.1 Unidade homogênea de paisagem UHP - Bacia Hidrográfica rio Cubatão Norte

A bacia hidrográfica do rio Cubatão do Norte abrange três unidades distintas: o planalto, as escarpas da Serra do Mar e a planície costeira. Foram identificadas quatro unidades distintas na BHRC como unidades homogêneas de paisagem (UHP) recebendo as seguintes denominações: UHP – Serra Dona Francisca localizada nas escarpas da Serra Geral, UHP – Dona Francisca localizada no planalto, UHP - Quiriri também localizada no planalto e UHP – Estrada da Ilha localizada na planície costeira (Mapa 16).

As propriedades com produção associada ao turismo nas bacias hidrográficas se destacam pela beleza paisagística e diversidade de potenciais existentes nas mais diversas culturas que estão expressas pela produção do artesanato, da produção agropecuária, piscicultura, apicultura e pelo próprio patrimônio construído.



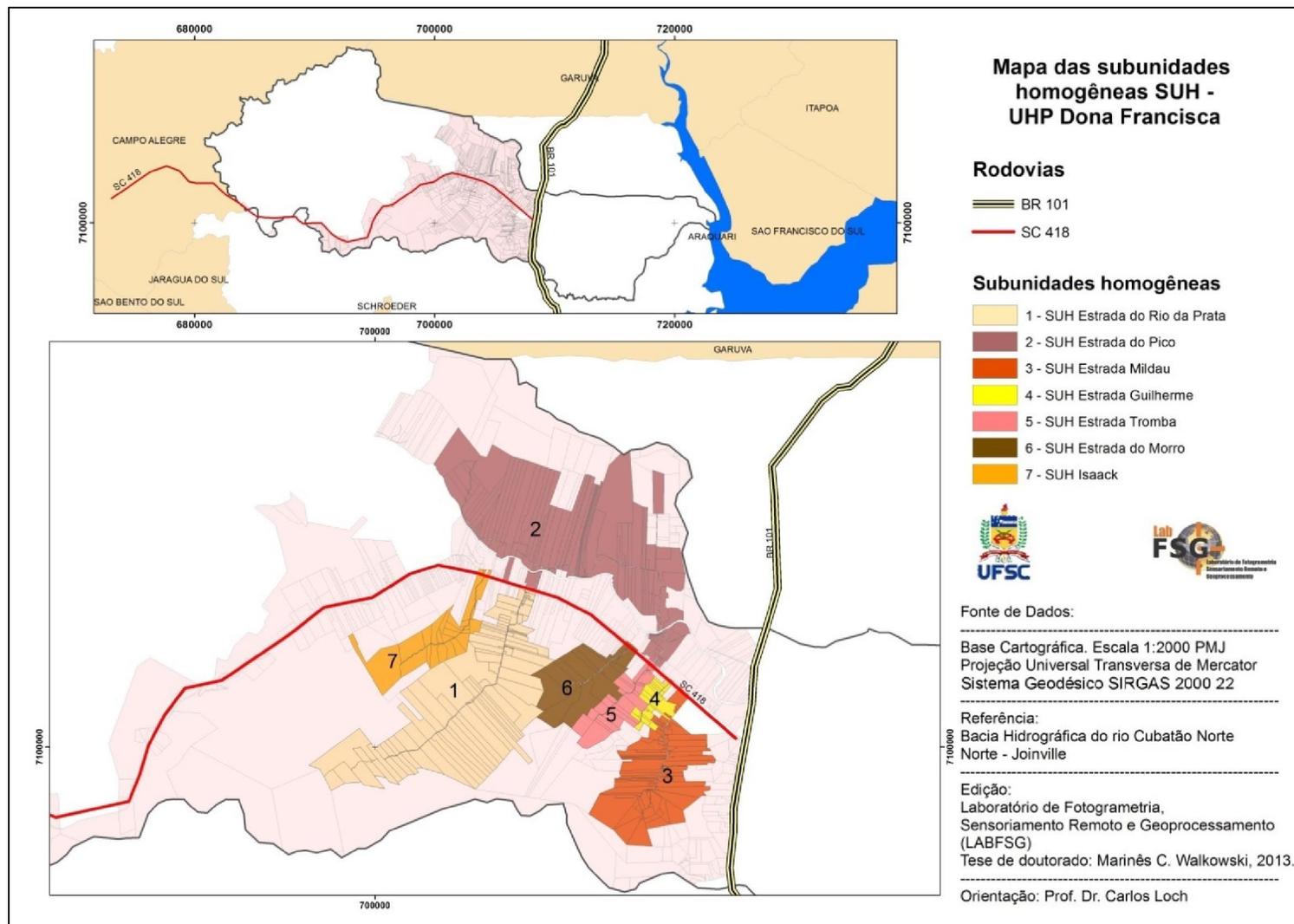
Mapa 16: Mapa das unidades homogêneas de paisagem - Joinville.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

5.2.1.2 Unidade homogênea de paisagem UHP - Dona Francisca

Nesta unidade homogênea os recursos naturais continuam sendo consumidos na mesma lógica extrativista da segunda metade do século XIX, o que se alterou foi apenas a forma. Há dois séculos o lucro era obtido pela venda da madeira ou objetos dela derivados; agora o capital é gerado pela prestação de serviços ligados ao turismo e os espaços são comercializados por hotéis fazenda, pesque-pague, pousadas e recantos, que oferecem opções de passeios e esportes de aventura, práticas ditas em consonância com a natureza.

Nesta UHP identificaram-se sete subunidades homogêneas que são: 1) SUH-Estrada do Pico 2) SUH-Estrada Izaack; 3) SUH-Estrada rio da Prata; 4) SUH-Estrada do Morro; 5) SUH-Estrada Tromba; 6) SUH-Estrada Guilherme e 7) SUH-Estrada Mildau (Mapa 17).

Para essa pesquisa foi selecionada a área referente à UHP Dona Francisca devido a existências de algumas amostras importantes de bens tombados pelo patrimônio cultural - IPHAN, como a casa Krüger, localizada no cruzamento da SC 418 - Estrada Dona Francisca com a BR101, e a casa Fleith localizada na SUH Estrada do Pico.



Mapa 17: Mapa das subunidades homogêneas – Dona Francisca.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

5.2.1.3 Subunidades homogêneas SUHs - Estrada do Pico e rio da Prata

A área da SUH Estrada do Pico possui uma área de 1.271 hectares, que compreende 11,67 % da área total da UH Dona Francisca, que corresponde a 10.890 hectares e 136 minifúndios, sendo todos confrontantes com a Estrada do Pico, conforme mapa 18.

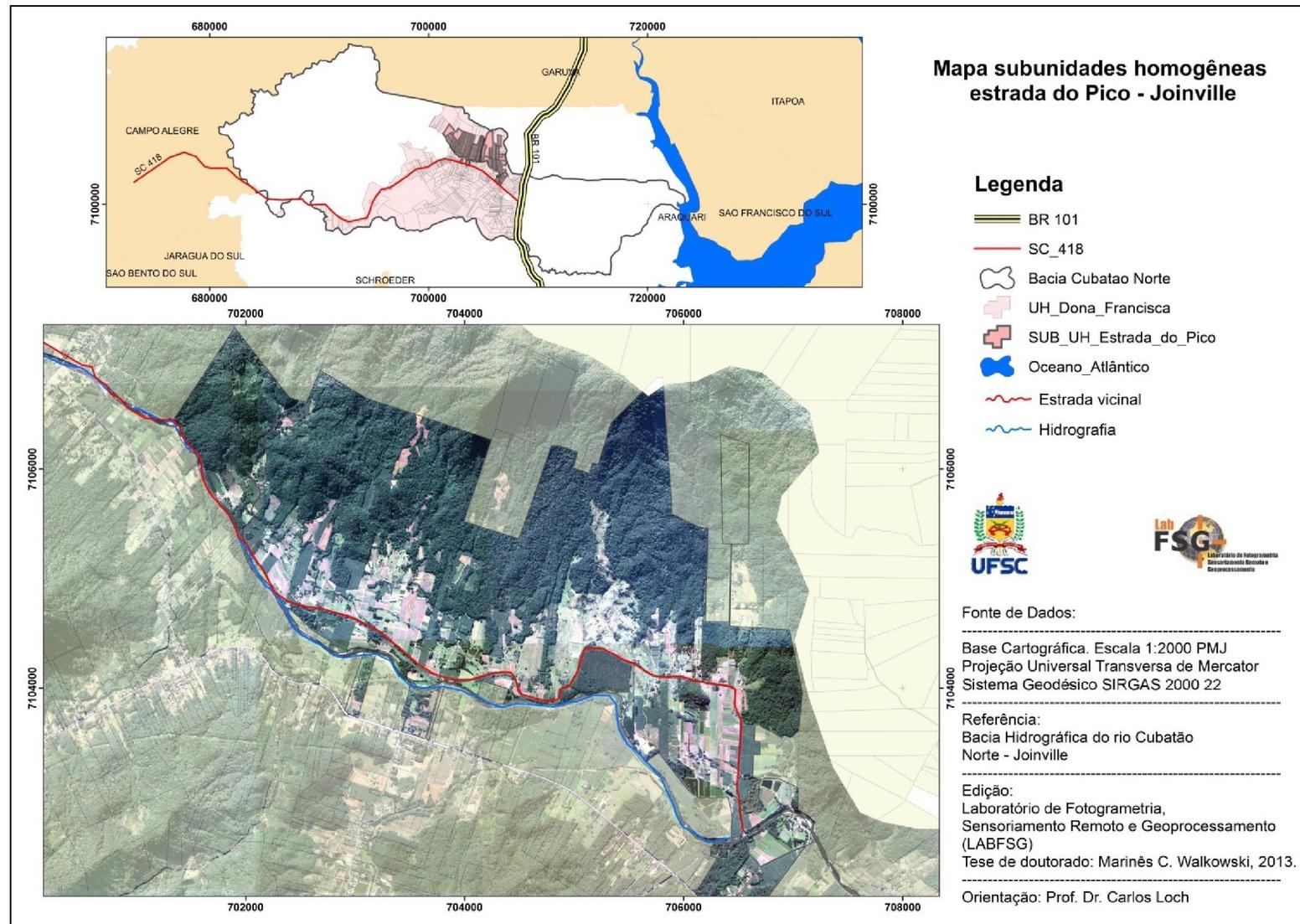
A subunidade está localizada próxima ao rio Cubatão do Norte e é provida de rios com menos de 10 metros de largura, aproximadamente, que são afluentes intermitentes e perenes. Nesse local foi identificada a unidade familiar Alambique Fleith, compondo a amostra da pesquisa.

A SUH rio da Prata possui uma área de 1.099 hectares, que compreende 11 % da área total da UH Dona Francisca, que corresponde a 10.890 hectares e 93 minifúndios, confrontantes com a Estrada rio da Prata (Mapa 19).

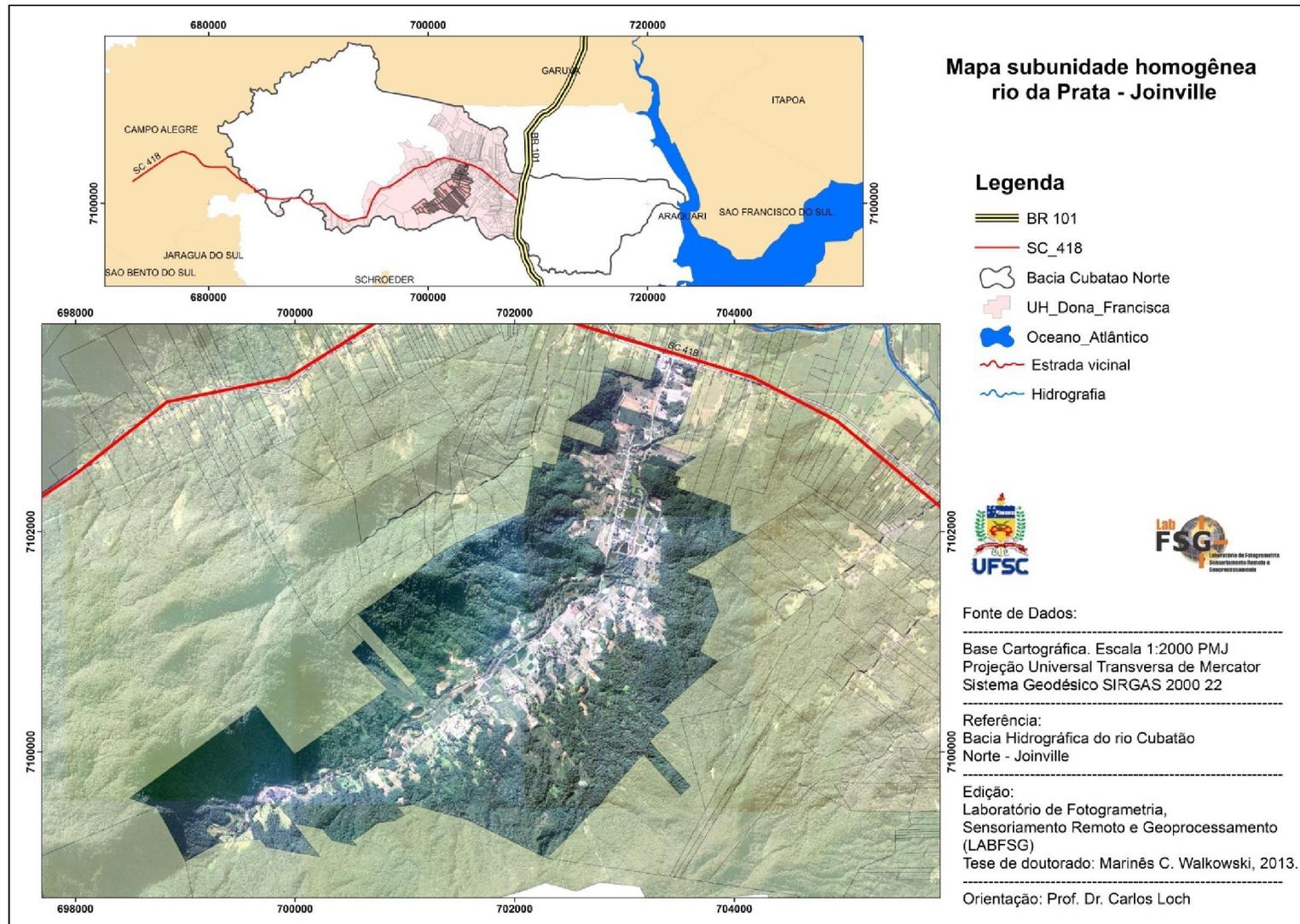
Na SUH rio da Prata foi identificado à unidade familiar Apiário Pfau, que possui uma agroindústria, atividades de lazer e turismo pedagógico.

Nas SUHs Estrada do Pico e rio da Prata serão analisados os potenciais turísticos com base no banco de dados de forma especializada e, em seguida, serão gerados os mapas temáticos de cada amostra.

A escolha destas duas subunidades levou em consideração o fato de terem propriedades (unidades familiares) com potencial para o desenvolvimento de atividades com produção associada ao turismo e que possuem forte interesse em desenvolver uma atividade complementar a agricultura.



Mapa 18: Mapa da subunidade homogênea – Estrada do Pico.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

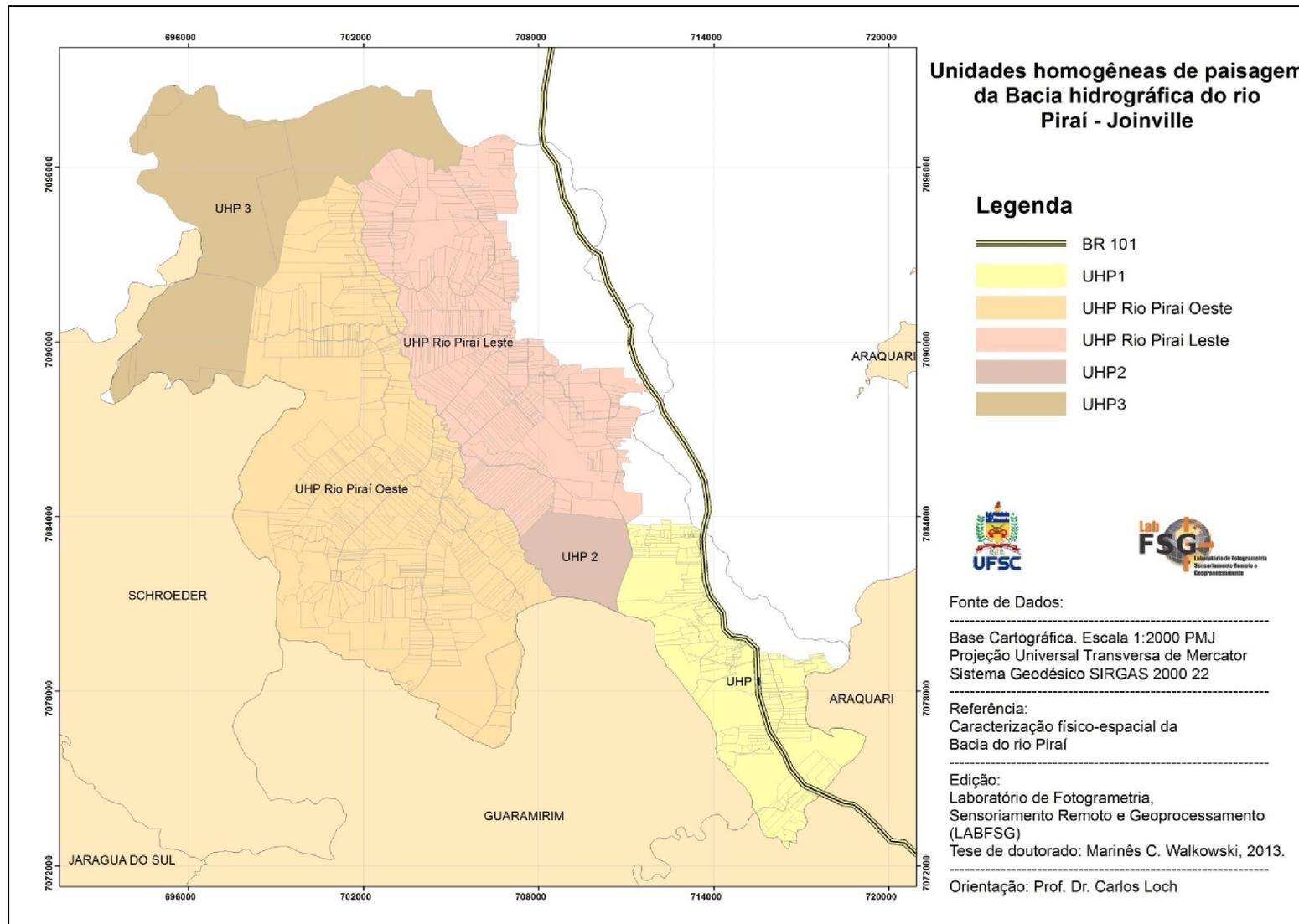


Mapa 19: Mapa da subunidade homogênea – rio da Prata.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

5.2.2 Unidade Homogênea de Paisagem UHP - Bacia Hidrográfica rio Pirai

A oeste do município localiza-se a bacia hidrográfica do rio Pirai, cuja população é de 58.004 habitantes, representando 12,1% do município de Joinville. É uma área de cultivo de arroz, a qual é utilizada para a rizicultura desde a colonização. Algumas destas áreas deram lugar à implantação de loteamentos, em particular ao longo da rua XV de Novembro e transversais, Estrada dos Suíços, Rua Minas Gerais, Rua Bento Torquato da Rocha, Rua Paulo Schneider e Morro do Meio, na planície de inundação de várzea do Motucas e Águas Vermelhas (Annaburg). Esperava-se uma descentralização da Colônia Agrícola Dona Francisca de Joinville para Annaburg. As inundações e a grande distância de Annaburgo do centro da Colônia e do porto não favoreceram a expansão desse núcleo populacional. Nessa região localiza-se Neudorf, projetado para complementar a expansão urbana do núcleo colonial (SILVEIRA, 2008).

Nessa bacia identificaram-se cinco unidades homogêneas de paisagem (UHP), distintas, recebendo as seguintes denominações: UHP – rio Pirai Leste, UHP – rio Pirai Oeste, UHP – 1, UHP – 2 e UHP - 3 (Mapa 20).



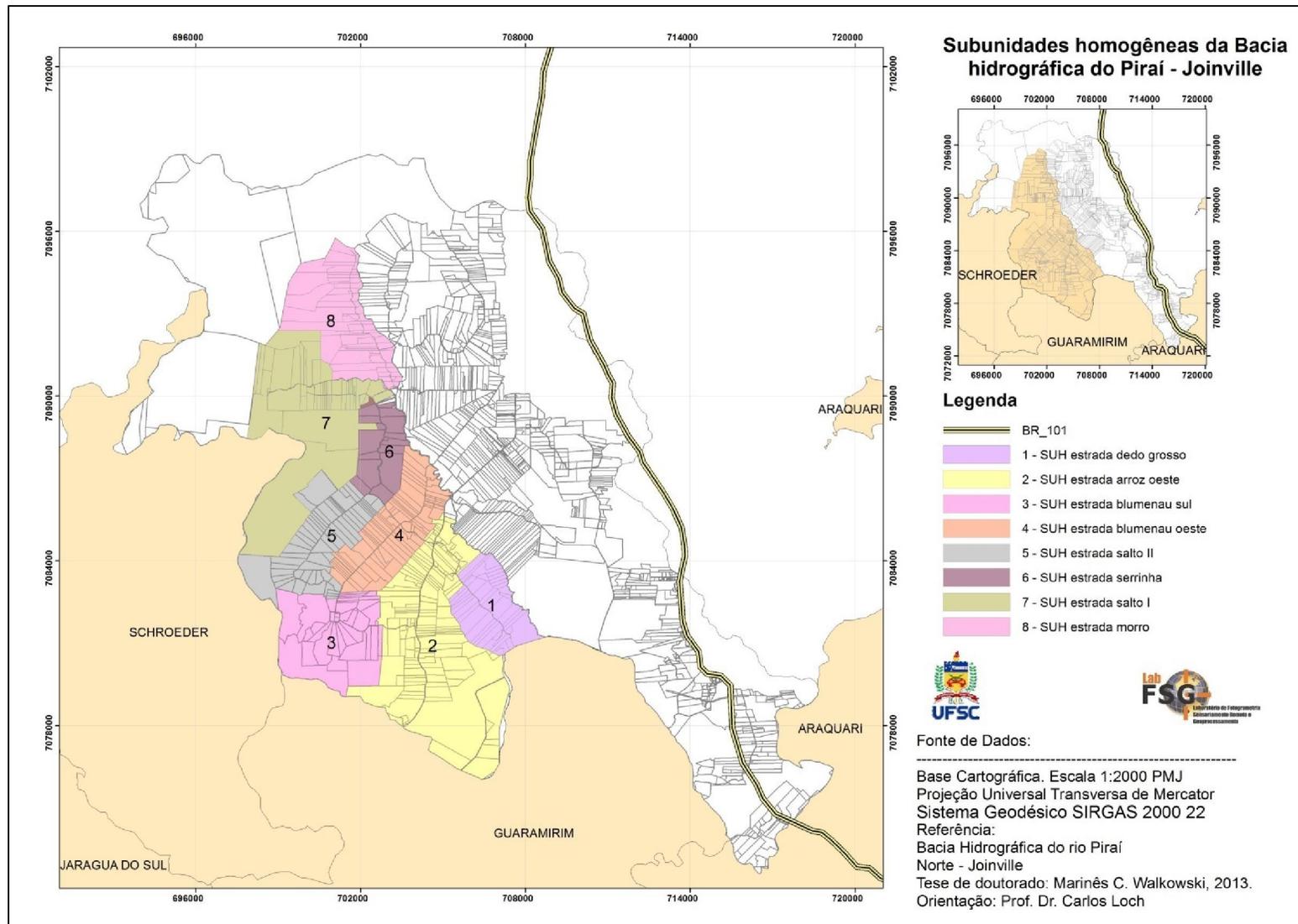
Mapa 20: Mapa das unidades homogêneas de paisagem – Bacia hidrográfica do rio Pirai.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

5.2.2.1 Unidade homogênea de paisagem UHP – rio Pirai Oeste

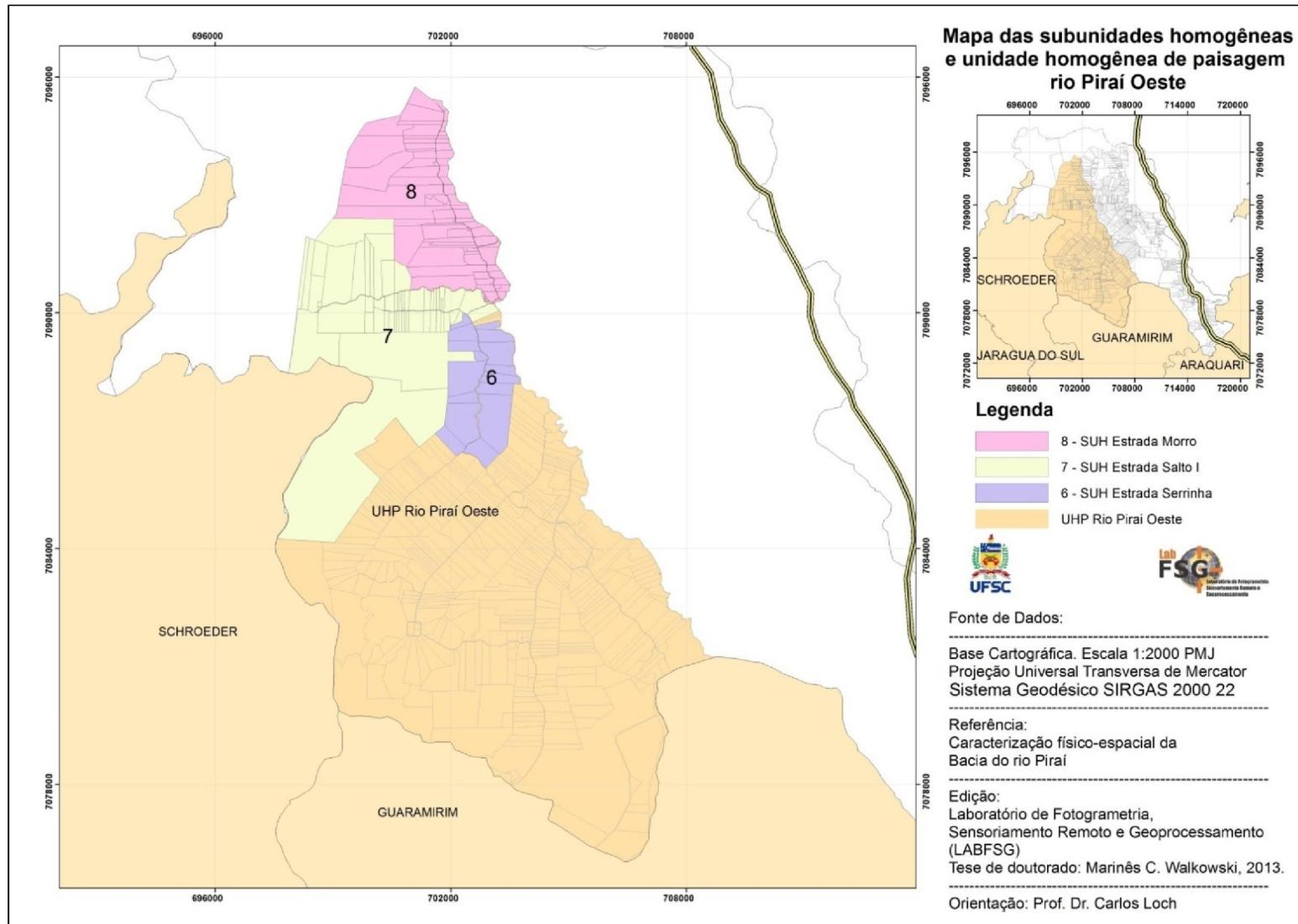
Nesta unidade homogênea, apesar dos problemas existentes pelas inundações e práticas inadequadas de produção, a região se destaca pela prestação de serviços ligados ao turismo e pelos espaços comercializados por hotéis fazenda, pesque-pague, pousadas e recantos e lazer em geral.

Na bacia do rio Pirai observa-se um número maior de UHP, que corresponde ao potencial existente, ainda pouco explorado. Conforme já mencionado, a região turística se destaca pela existência de montanhas, cachoeiras, rios, além dos recantos de lazer, parques aquáticos e pesque-pague, além dos roteiros de cicloturismo.

Nesta UHP identificaram-se oito subunidades homogêneas que são: 1) SUH - Estrada Dedo Grosso, 2) SUH - Estrada Blumenau Sul, 3) SUH - Estrada Arroz Oeste, 4) SUH - Estrada Blumenau Oeste, 5) SUH - Estrada Salto II, 6) SUH - Estrada Serrinha, 7) SUH - Estrada Salto I e 8) SUH - Estrada Morro (Mapa 21).



Mapa 21: Mapa das subunidades homogêneas – Bacia hidrográfica do rio Pirai.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.



Mapa 22: Mapa das subunidades homogêneas – Unidade homogênea de paisagem rio Pirai Oeste.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

5.2.2.2 Subunidades homogêneas SUHs - Estrada Morro, Estrada Salto I e Estrada da Serrinha

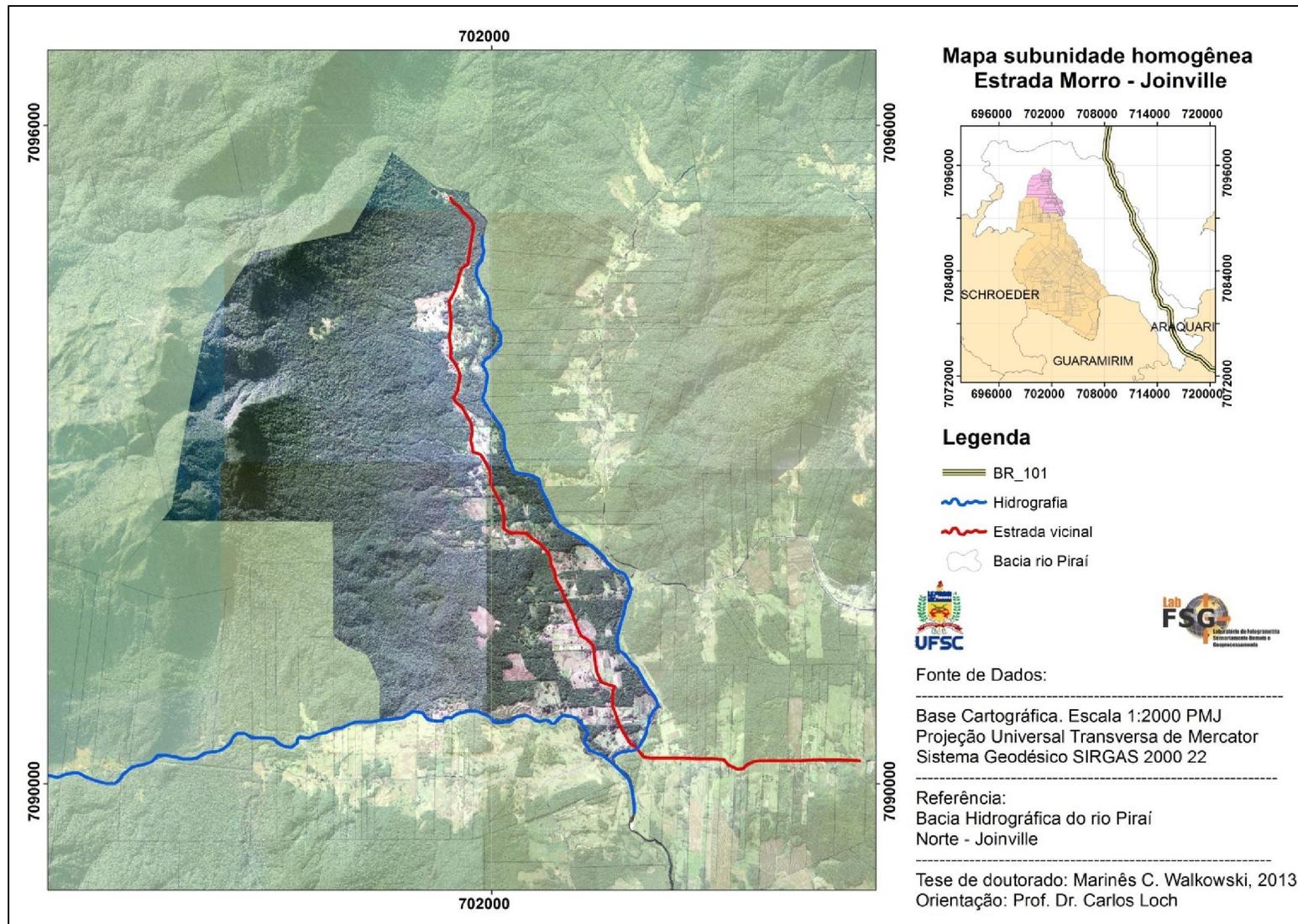
As SUHs estão localizadas a oeste da UHP rio Pirai Oeste. A Estrada do Morro possui uma área de 1.215 hectares, que compreende 12 % da área total da UHP rio Pirai Oeste, que corresponde a 10.951 hectares e 52 minifúndios, sendo todos confrontantes com a Estrada Morro, conforme mapa 23. Nessa unidade foi identificada a unidade familiar Acácio Schroeder.

A SUH Estrada Salto I possui uma área de 2.172 hectares, que compreende 20 % da área total da UHP rio Pirai Oeste, que corresponde a 10.951 hectares e 53 minifúndios, confrontantes com a Estrada Salto I (Mapa 24). Nessa unidade foi identificada a unidade familiar Pogan.

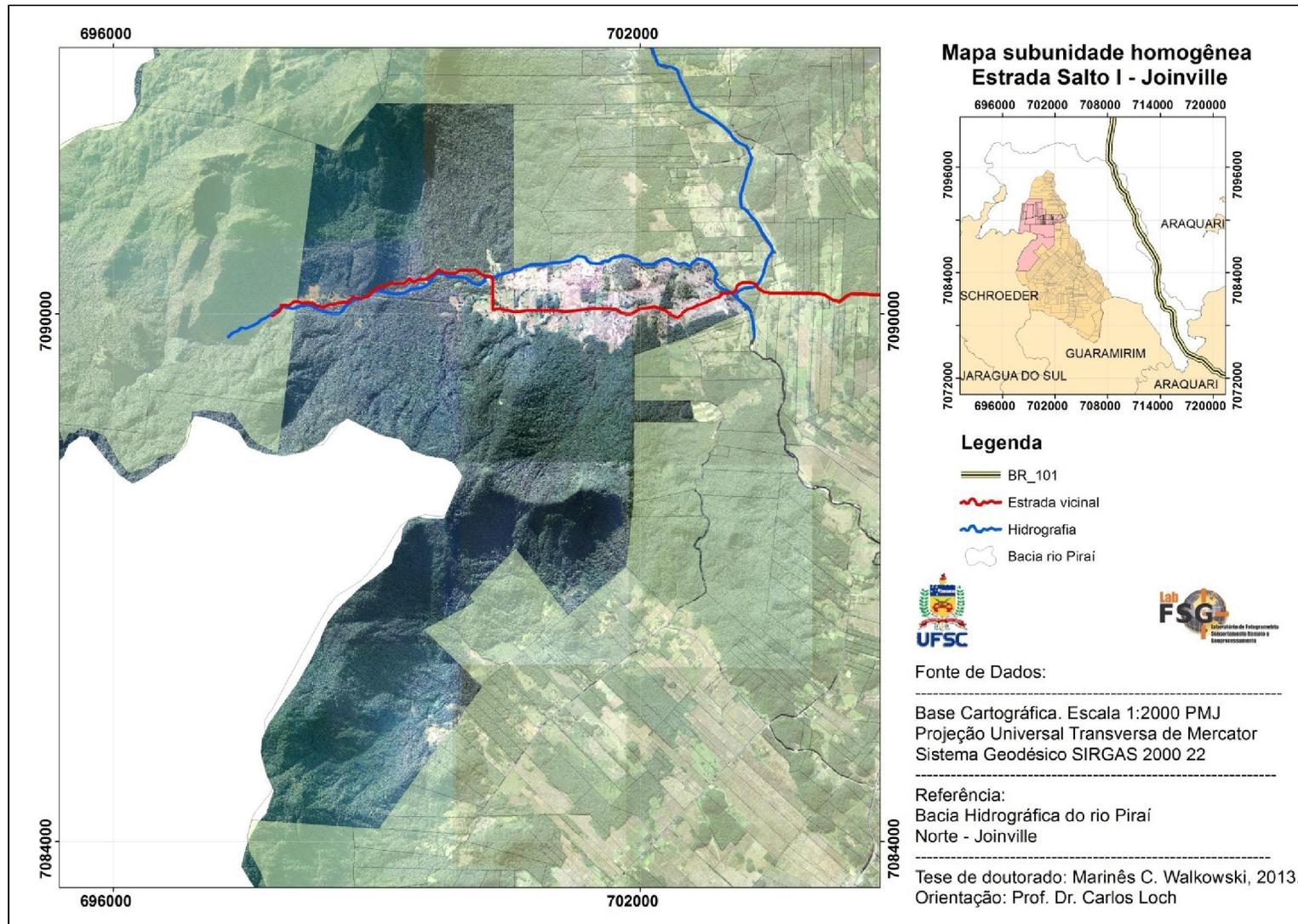
A SUH Estrada Serrinha possui uma área de 546 hectares, que compreende 5 % da área total da UHP rio Pirai Oeste, que corresponde a 10.951 hectares e 15 minifúndios, confrontantes com a Estrada da Serrinha (Mapa 25). Nessa unidade foi identificada a unidade familiar Polzin.

A partir das informações especializadas pela base no banco de dados, foram gerados os mapas temáticos de cada amostra, a fim de gerar o mapa da produção associada ao turismo na área de estudo.

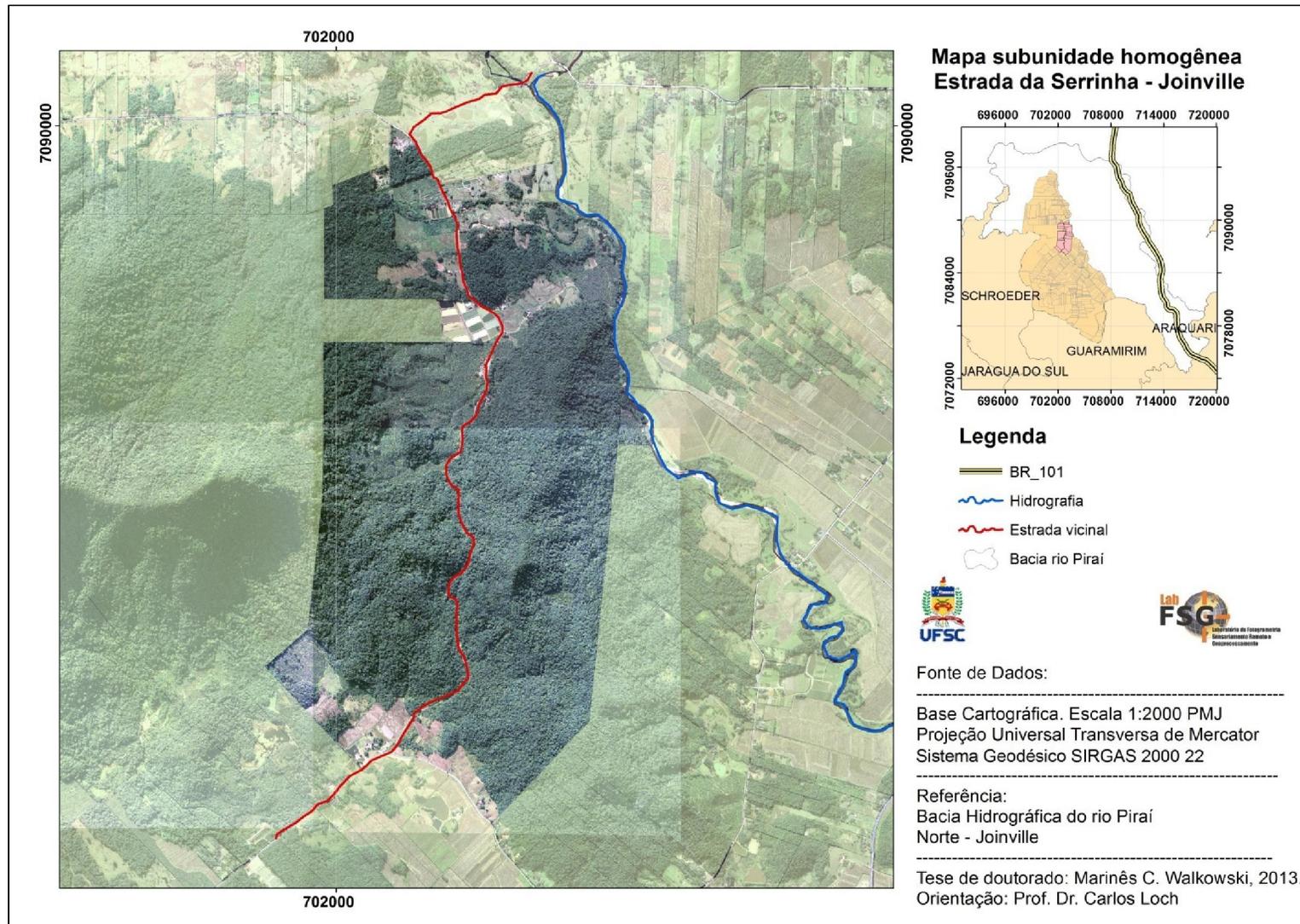
A escolha destas duas subunidades levou em consideração o fato de terem propriedades (unidades familiares) com potencial para o desenvolvimento de atividades com produção associada ao turismo e que possuem forte interesse em desenvolver uma atividade complementar a agricultura.



Mapa 23: Mapa da subunidade homogênea – Estrada Morro - Joinville.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.



Mapa 24: Mapa da subunidade homogênea – Estrada Salto I - Joinville.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.



Mapa 25: Mapa da subunidade homogênea – Estrada da Serrinha - Joinville.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Os mapas 23, 24 e 25 representam as 3 subunidades homogêneas da bacia hidrográfica do rio Pirai. A elaboração dos mapas surgiu da aproximação das imagens aéreas com a sobreposição de camada da estrutura fundiária do entorno da subunidade. Percebe-se, pela imagem, a ocupação próxima à estrada, bem como a mata densa nas regiões mais periféricas da subunidade, devido ao distanciamento da área central. Essa divisão favorece o estudo da atividade turística à medida que fragmenta a área de estudo para que seja mais facilmente analisada cada subunidade, suas peculiaridades, seus diferenciais geográficos competitivos, definindo as prioridades de acordo com a necessidade de interação entre as unidades familiares e a produção associada ao turismo.

A escolha das duas bacias hidrográficas como área de estudo, se deu em função da sua representatividade no espaço rural e no município como um todo. Em Joinville, o espaço rural possui uma área de 898 km², representando 81% no município, que possui uma área de 1.134,03 km². A bacia hidrográfica do rio Pirai possui uma área de 311,37 km², representando 27% do município e a bacia hidrográfica do rio Cubatão Norte possui uma área de 490,72 km² e representa 43%. O espaço urbano possui uma área de 237 km² e representa 19%. Contudo, a população no espaço rural representa apenas 3% do total no município, enquanto que a população no meio urbano representa 97%. Esse fato demonstra que o espaço rural ainda vem sendo pouco ocupado e necessita de melhores oportunidades de geração de emprego e renda para a população e melhor aproveitamento do potencial existente.

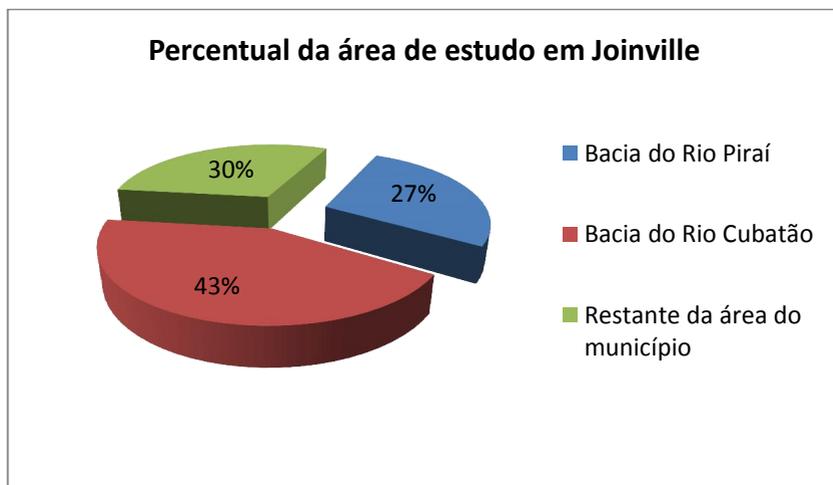


Gráfico 1. Percentual da área de estudo em Joinville.

Ambas as bacias possuem um potencial turístico representado pelo patrimônio natural, cultural e pelas iniciativas de turismo no espaço rural. As propriedades selecionadas em cada bacia hidrográfica são representativas do potencial turístico, que se destaca pela produção agropecuária, artesanato e patrimônio natural e cultural.

5.2.3 Identificação e caracterização da produção associada e do potencial turístico

Neste subitem foi identificado o acesso, os principais atrativos e a produção associada ao turismo, por meio de visita a campo nas bacias hidrográficas, foco dessa pesquisa. Com base nessas informações, foi gerado o mapa da produção associada ao turismo com as amostra da pesquisa. Além disso, esta etapa foi fundamental para a aproximação da pesquisadora com a área de pesquisa e com as unidades familiares, permitindo, inclusive, a sua percepção enquanto visitante ao município de Joinville e a formulação de cenários futuros de cooperação entre as unidades.

Na Bacia Hidrográfica do rio Cubatão Norte, o acesso é feito pela via marginal até o viaduto, contornando por baixo, chega-se ao início da rodovia SC 301, pavimentada e bem sinalizada, com boas condições de tráfego.

Na figura 13 foi destacado o ponto de acesso a SC 301, ampliando a imagem aérea, referenciando 3 pontos. O primeiro é percebido logo na entrada da SC 301, o Casarão Krüger. Já o segundo ponto, trata-se de uma placa de sinalização que indica o Casarão Krüger, o Portal Turístico e a Serra Dona Francisca. O terceiro ponto é indicado por uma placa de sinalização indicando Turismo Eco Rural, região do Quiriri e da Dona Francisca.

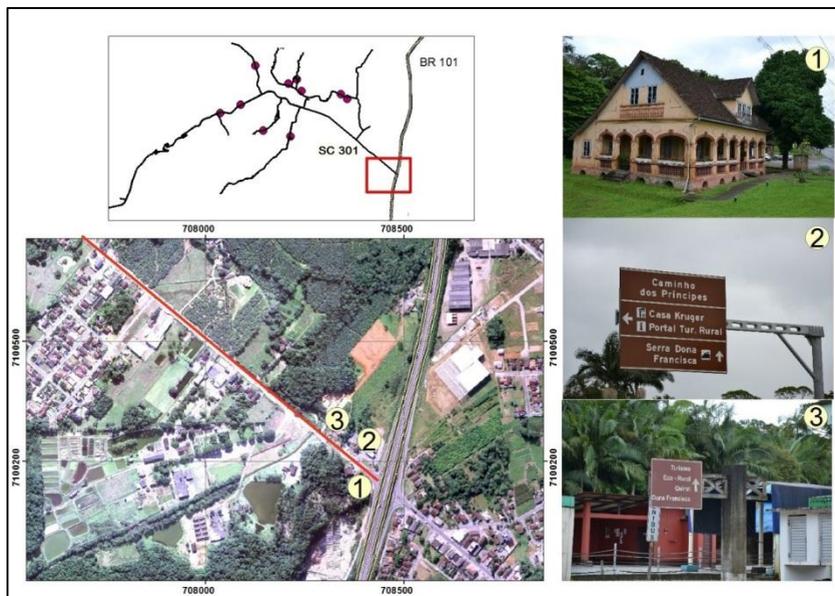


Figura 13: Acesso SC 301.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Neste primeiro ponto, no início da rodovia SC 301, está localizado o casarão Krüger que abriga a Central de atendimento ao Turista e ao lado, possui uma construção para exposição e feira de artesanato do programa de Mulheres Rurais. A construção anexa possui estrutura com estacionamento para veículos, área para exposição do artesanato e espaço com teares para confecção de tecidos, conforme a figura panorâmica 14.



Figura 14: Foto panorâmica viaduto distrito Pirabeiraba.

O local possui também lixeiras para separação de materiais, para reciclagem, banheiros públicos, equipamentos de segurança identificados como extintores e uma área verde no entorno bem cuidada.



Figura 15: Espaço para exposição de artesanato.

Referente ao artesanato foi possível observar muita variedade de produtos, tais como bordados, toalhas, sandálias trabalhadas, bolsas, bonecas, guirlandas, almofadas, bolachas, cucas, compotas, licores, cachaças e mel, entre outros.

Avançando aproximadamente 3 km pela rodovia SC 301, chega-se ao acesso da Estrada do Pico, identificada na figura abaixo, com a foto aérea. No ponto 1 da foto encontra-se a placa indicativa da Estrada do Pico, próximo a uma lombada eletrônica que pode servir como referência para identificar a entrada. No ponto 3 observa-se o Pórtico de entrada a Estrada do Pico com mapa da estrada, identificando atrativos turísticos no local. Logo no início da estrada percebe-se a mudança de estrada pavimentada para estrada calçada por pedras irregulares, trecho de 500 metros e após esta parte inicial, passa a ser uma estrada não pavimentada, com boa condição de tráfego para veículos em ambos os sentidos.

Logo no início da estrada não pavimentada, o ponto 2, representa a placa de sinalização presente na primeira bifurcação da Estrada do Pico, que indica um atrativo.

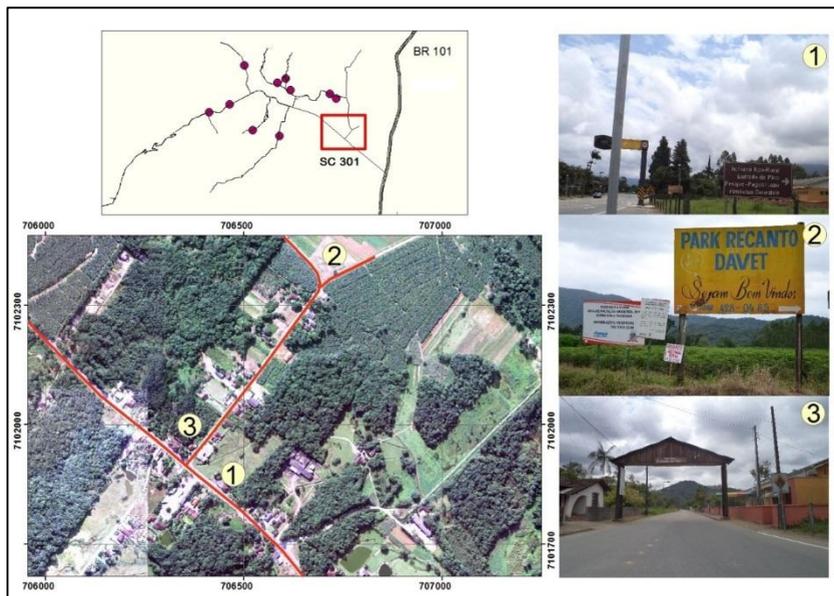


Figura 16: Estrada do Pico.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Seguindo pela Estrada à direita por mais 500 metros chega-se ao Park Recanto Davet, que possui áreas para churrasco a beira do rio, tobogãs, restaurante, piscinas e áreas de Lazer.

Retornando à Estrada do Pico, a bifurcação, avançando por mais 350 metros, chega-se à ponte coberta sobre o Rio Cubatão, ponto utilizado para banhos aos finais de semana por pessoas que vêm das áreas urbanas. Seguindo na estrada por mais 500 metros, chega-se à bifurcação sinalizada para acesso ao Pesque-pague Q-Lagoa, avançando por 250 metros por estrada estreita que dificulta tráfego em ambos os sentidos, não pavimentada e de boas condições de conservação.

Além da área de pesca a propriedade possui também bar e restaurante no local.

Retornando a Estrada do Pico, avançando por mais 1,5 km de um trecho em boas condições de tráfego e pouco mais sinuoso, chega-se ao Alambique Fleith. Para melhor visualização, segue a figura 17

indicando a propriedade, além da imagem aérea, da propriedade e entorno.

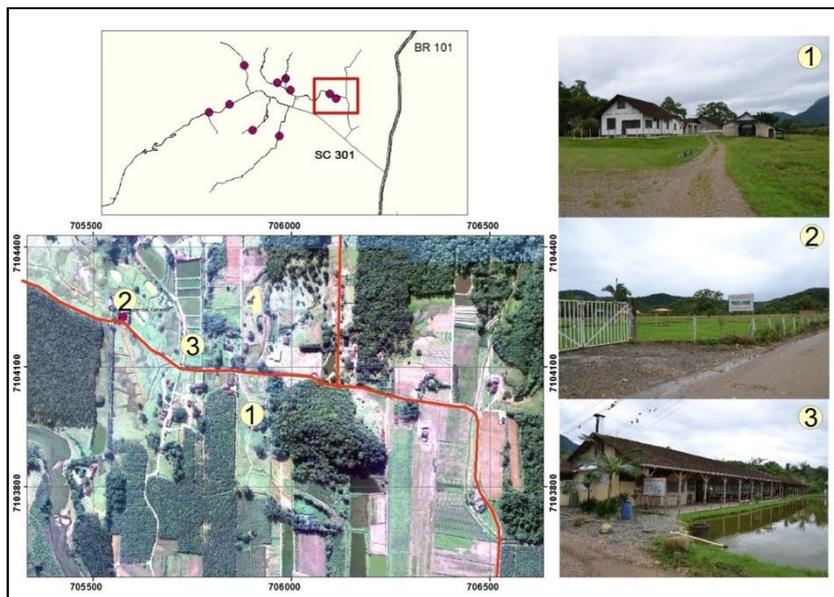


Figura 17: Estrada do Pico.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

No ponto 1 destaca-se o Alambique Fleith, no ponto 2 destaca-se o pesque-pague Xanadú e no ponto 3 destaca-se o pesque-pague Chácara São Francisco.

O Alambique Fleith é uma propriedade agrícola com produção artesanal de cachaça. A propriedade possui ampla área de gramado em um relevo ondulado, além da casa mais 3 construções próximas, conforme figura 18.



Figura 18: Alambique Fleith.

Retornando à Estrada do Pico, avançando 150 metros, chega-se ao Pesque-pague Chácara São Francisco. A propriedade já recebe visitante e possui ampla estrutura, com área de estacionamento, açudes para criação e pescaria, área de alimentação ampla com capacidade de aproximadamente 100 pessoas.

A propriedade possui placas indicativas de horário de atendimento e regras referentes à pescaria, além de boa organização do espaço e utilização de plantas ornamentais que ajudam a beleza do lugar. Os açudes possuem equipamentos mecanizados para manutenção.

Ao deixar a propriedade, avançando por mais 200 metros na Estrada do Pico, chega-se ao Pesque-Pague Xanadú. A propriedade possui entrada com diversas plantas e flores, área de estacionamento não pavimentada, coberta por brita. No local existe área de alimentação coberta com capacidade para aproximadamente 30 pessoas. As áreas de pesca possuem mesas cobertas no entorno dos açudes de pesca.

A propriedade já recebe turistas, geralmente locais para pesca e alimentação.

Avançando por mais 1,4 km na estrada do Pico, chega-se à propriedade Enxaimel Fleith, conforme figura 19.

A propriedade encontra-se fechada para visitação, mesmo possuindo potencial para tal atividade, pois se trata de um casarão antigo e está em bom estado de conservação, além de um belo entorno cercado por morros.



Figura 19: Casarão Fleith.

Seguindo na estrada do Pico, por mais 700 metros, chega-se a uma bifurcação, onde é possível seguir pela estrada do Pico, ou retornar a SC 301, passando por uma ponte não coberta e baixa, que, em dias de fortes chuvas, é coberta pelas águas, não sendo a

possível, o tráfego pelo local. Este ponto da bifurcação está representado no mapa abaixo (figura 20), destacando a imagem aérea do local e imagens terrestres vinculadas à imagem aérea. No ponto 1 observa-se a imagem de uma rótula com 3 acessos. No ponto 3 observa-se a ponte baixa, além do acesso a rodovia SC 301. Por fim, no ponto 2, tem-se a imagem da rodovia SC 301 no ponto onde acessa a Estrada do Pico.



Figura 20: Estrada do Pico.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Todo trecho seguido pela Estrada do Pico até então, desde o início da parte não pavimentada possui boa condição de tráfego, permitindo a circulação de veículos em ambos os sentidos, além de um entorno cercado de belezas naturais, propriedades e algumas plantações próximas à estrada.

Ao retornar à Estrada do Pico a partir da bifurcação, avançando por mais 300 metros, chegamos a uma área de 3 propriedades levantadas no estudo, marcadas na figura 25 e aproximadas na imagem aérea, sendo o ponto 1, Propriedade da Sra. Lilian Artmann Goudard; ponto 2, Propriedade Herbert Sultt; e ponto 3, Propriedade da Sra. Ivone Voight e Sr. Osvald Voight, conforme mapa e imagens abaixo.

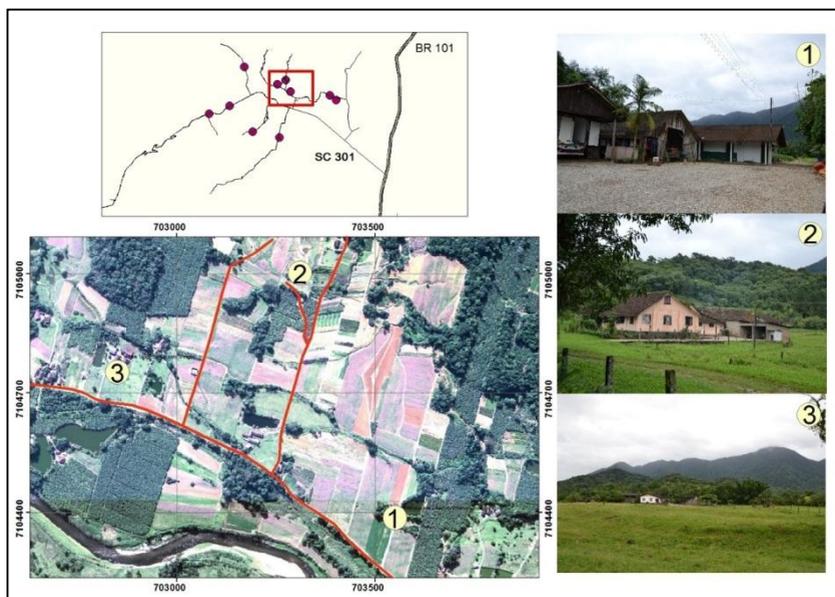


Figura 21: Estrada do Pico.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Chegando à propriedade de Lilian Artmann Goudard, o destaque é a agroindústria anexa.



Figura 22: Lilian Hartmann Goudard.

Além da casa, a propriedade possui dois galpões anexos, um deles como garagem e área de embarque de mercadorias e outra com a agroindústria.

Retornando à Estrada do Pico, avança-se por mais 370 metros, seguindo por uma estrada secundária, à direita. Na esquina dessa bifurcação, existe uma casa bem próxima à estrada. Avançando pela estrada secundária por 340 metros existe uma bifurcação à esquerda,

estrada bastante estreita que propicia tráfego de apenas um veículo por vez e cercada por grande bananal. Seguindo pela bifurcação à esquerda, encontra-se uma área com galpão e garagem para manuseio da banana e, logo após, uma porteira que fornece acesso à casa da família do Sr. Herbert Sulth. A propriedade não trabalha com turismo, mas possui potencial.



Figura 23: Propriedade Herbert Sulth. Figura 24: Produção de banana.

A estrada secundária é bastante úmida, por estar cercada de bananais, mas possui condição de tráfego. A casa é grande e possui área anexa com garagem, que destoa da arquitetura da casa. O terreno é todo gramado e cercado por morros, o que garante uma beleza natural ao local.

Ao retornarmos da estrada secundária para a Estrada do Pico, avançamos por mais 500 metros até chegar à propriedade da Sra. Ivone Voight e Sr. Osvald Voight, conforme figura 25. Nesta propriedade há açudes e produção de frutas. No entanto não trabalham com a atividade turística.



Figura 25: Propriedade da Sra. Ivone Voight e Sr. Osvald Voight.

A propriedade possui área de pastagem na frente da propriedade e uma estrada interna para acesso a casa. Além da casa, a propriedade possui 3 galpões e um açude ao lado.

A propriedade possui um belo visual em seu entorno, porém, próximo ao local está instalada uma antena de celular que destoa da paisagem.

Ao sair desta propriedade, retornando por 1.220 metros até a bifurcação com acesso à rodovia SC 301, seguindo pela estrada não pavimentada 600 metros entre a bifurcação e a SC 301, avançando por mais 100 metros, chega-se a Estrada rio da Prata, onde avançando por mais 800 metros, chega-se à Propriedade Apiário Pfau. O local segue representado abaixo, aproximado com imagem aérea e imagens terrestres.

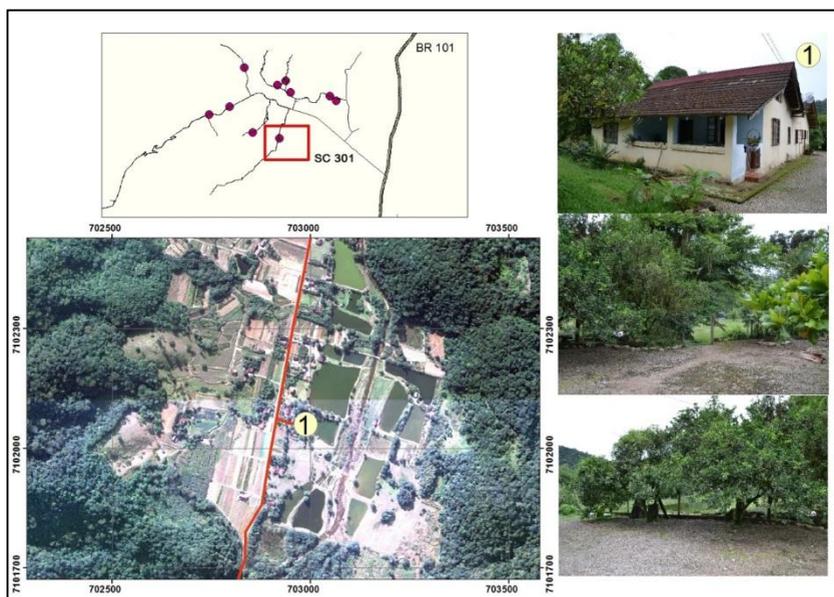


Figura 26: Estrada rio da Prata.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

A propriedade possui mel e uma agroindústria com diferentes produtos derivados do mesmo. Também há produção de hortaliças, área de lazer e oferece o serviço de turismo pedagógico – que é a atividade que envolve lazer e aprendizado no campo.

Retornando para a Rodovia SC 301, avança-se sentido Serra Dona Francisca por mais 3,7 Km, chegando aos pontos representados no mapa abaixo, identificados na imagem aérea e por exemplos de paisagens representadas por imagens terrestres. No ponto 1 visualiza-se

a Propriedade Rancho pé da serra, no ponto 2 visualiza-se trecho da rodovia entre pontos 1 e 3, e no ponto 3 visualiza-se a Propriedade e Agroindústria do Sr. Indalécio Sumech.



Figura 27: Rodovia SC 301.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Observa-se neste trecho de rodovia de 3,7 Km, sentido de Joinville à Serra Dona Francisca, que é de um trecho asfaltado e bem sinalizado, com áreas de acostamento as margens da rodovia.

Após este trecho de 3,7 km, chega-se ao Rancho pé da Serra, conforme figura 28 e 29.



Figuras 28 e 29: Rancho Pé da Serra.

O empreendimento já recebe turistas, com áreas de lazer, campo de futebol, lagos e áreas de alimentação. O local também pode ser reservado para eventos.

Seguindo pela rodovia SC 301 por mais 1,3 km, chega-se à Agroindústria do Sr. Indalécio Sumech, conforme figura 30.



Figura 30: Agroindústria do Sr. Indalécio Sumech.

A agroindústria processa geleias e mousses, em local anexo a casa. Também possui produção de frutas e verduras para subsistência. A entrada da propriedade possui recuo para entrada de veículo antes de chegar ao portão, localizada as margens da rodovia, em local com pouca área de escape e próximo a uma curva que dificulta visibilidade de veículos que neste ponto da rodovia podem estar trafegar até 60 km/h.

Seguindo por mais 4,5 km, já subindo a Serra Dona Francisca, chega-se ao Mirante pé da Serra, conforme figura 31.



Figura 31: Serra Dona Francisca.

O local possui área para estacionar veículos em ambos os lados da rodovia, facilitando a parada de visitantes. O Mirante possui também uma placa indicativa, uma estrutura em pedras e um deck em madeira em condições regulares de manutenção e um sistema de iluminação, mastros para 2 bandeiras e lixeiras. O local é um ponto de visitação bastante movimentado, principalmente aos finais de semana por pessoas que trafegam pela Rodovia.

Retornando pela Rodovia SC 301, a partir do Mirante, sentido Serra Dona Francisca para BR 101, por 5,8 Km, a esquerda existe um Pórtico de acesso a Estrada Quiriri, conforme figura 32. Neste ponto



existe um posto de controle ambiental aparentemente desativado. O local está sinalizado dando as boas vindas aos visitantes da APA Dona Francisca/Quiriri.

Figura 32: Pórtico de acesso.

Avançando pela Estrada Quiriri, não pavimentada e com boas condições de tráfego nos 2 sentidos, chega-se ao ponto exposto na imagem abaixo (figura 33), indicando 3 fotos terrestres. O ponto 1 representa o Casarão Neitzel, o ponto 2 representa a propriedade Nietzel Plantas e o Ponto 3 representa parte do entorno que pode ajudar na localização da propriedade, por conta dos coqueiros que ajudam na visualização a distância e servem como referencia.

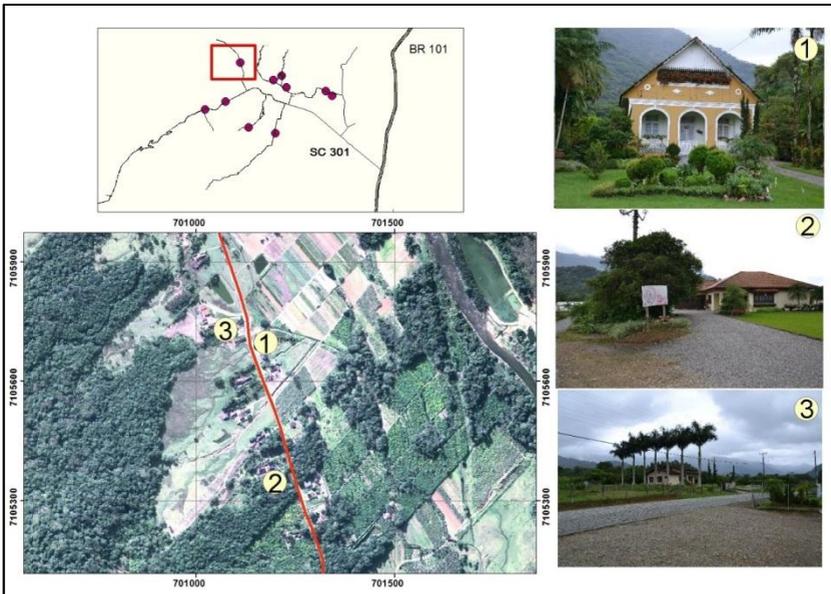


Figura 33: Estrada Quiriri.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Retornando pela SC 301 até o viaduto da rodovia BR 101. Após atravessar por baixo do viaduto, segue-se pela Rua Olavo Bilac por 1 km até a bifurcação. Seguindo à esquerda pela Rua Vereador Guilherme Zuege por mais 200 metros, chegando a uma nova bifurcação, seguindo a direita pela Rua Joinville, por mais 2,2 km, entrando em uma bifurcação à esquerda, na Estrada da Ilha, seguindo por mais 2,6 km, passando pela Fazenda Chaparral, chegando a uma bifurcação a esquerda, seguindo pela Estrada Fazenda por mais 1,3 km até à bifurcação a direita para a estrada Timbé. Ao entrar na estrada Timbé, inicia-se um trecho de estrada não pavimentada, porém de boa condição de manutenção e tráfego possível em ambos os sentidos.

Após avançar por mais 3 km chegamos a uma bifurcação; seguindo então à esquerda pela Estrada Werner Weises por mais 2,23 km, chega-se à entrada do CTG Chaparral.

A figura 34 mostra o caminho a partir da BR 101, bem como a aproximação do local por imagem aérea e fotos terrestres do local. No ponto 1 observa-se a entrada do CTG Chaparral; no ponto 2, parte da Estrutura do CTG Chaparral e, no ponto 3, a sinalização indicando o CTG Chaparral.

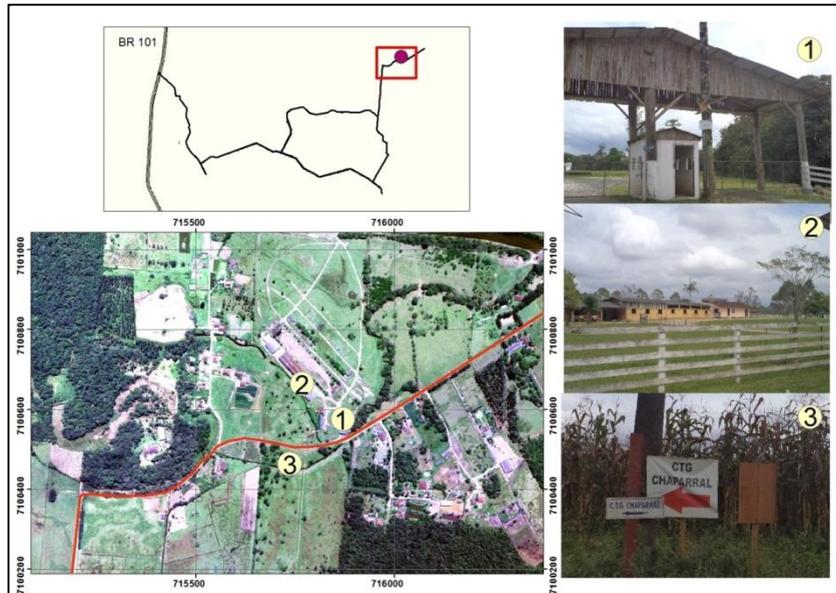


Figura 34: Estrada Werner Weises.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.



Figura 35: CTG Chaparral.

A propriedade destaca-se pela prestação de serviços e oferece passeios a cavalo, áreas de lazer e turismo pedagógico.

A Bacia Hidrográfica do rio Pirai está localizada na BR 101, sentido do deslocamento de Sul para Norte, estando na altura do km 40, o acesso à região do Pirai. Na figura 36 destaca-se a área ampliada em imagem aérea e com indicações de imagens terrestres. No ponto 1 encontra-se uma placa de sinalização sobre a pista indicando “Saída 40 Joinville”.

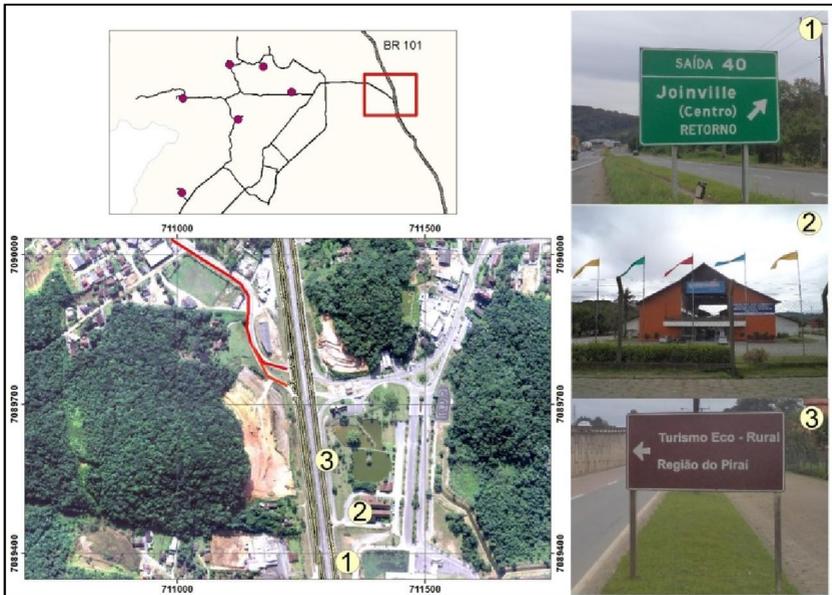


Figura 36: Indicação da entrada para a Bacia Hidrográfica do rio Pirai.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Saindo da BR para a pista lateral, avançando por aproximadamente 100 metros, chega-se ao Centro Comercial Expoville, conforme indica o ponto 2, um espaço onde funciona a Fundação Turística de Joinville (PROMOTUR) e área para alimentação e venda de souvenirs.

Avançando pela marginal da BR 101 por mais 100 metros, no ponto 3 existe placa indicativa de Turismo ecorural da região do Piraí. Avançando por mais 100 metros, chega-se a um viaduto sinalizado, indicando o Bairro Vila Nova. Passando por baixo do viaduto, avança-se pela Rua Quinze de Novembro em direção ao Bairro Vila Nova, a oeste, a partir da BR 101, km 40. Durante este percurso, a rodovia encontra-se com boas condições de tráfego e bem sinalizada, sendo totalmente pavimentada. Nesta via também se percebe densidade de casas e pequenas ruas perpendiculares à rodovia, que caracterizam uma pequena área urbana, denominado Bairro Vila Nova.

Na rua Quinze de Novembro, percebe-se uma maior degradação dessa rua (asfalto em condições ruins), sendo uma rua pavimentada de até 60 km por hora, com trechos de acostamento não pavimentado, sendo uma rua de ultrapassagens não permitidas. Percorrendo aproximadamente 4,1 km chega-se ao fim da rua Quinze de Novembro. A figura 37 mostra este ponto destacado no mapa, com imagem aérea ampliada e pontos de interesse para a Localização. No ponto 1 encontra-se sinalização indicando: “Turismo Rural à frente e acesso a Guaramirim a esquerda, através da rodovia SC 413 (rodovia do Arroz)”, onde se encontra um semáforo visível na imagem terrestre do ponto 1.



Figura 37: Acesso Vila Nova a Estrada Comprida.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Seguindo em frente, após o semáforo, pela Estrada Blumenau, foram observados problemas nas condições da pavimentação, com vários buracos e com muitos remendos, sem acostamento, por aproximadamente 500 metros, onde acaba a pavimentação, segue a estrada não pavimentada por mais 500 metros, onde se encontra sinalização e o portal de acesso a “Estrada Comprida”, ponto 3.

Entrando no Portal, seguindo pela Estrada Comprida por 1 km, chega-se à propriedade da Família Roos, a qual tem representada sua localização no mapa e imagem aérea ampliada com imagens terrestres (Figura 38).



Figura 38: Família Roos.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

O acesso é não pavimentado, porém, a estrada possui largura que propicia a fluxo nos 2 sentidos da estrada, além de boa condição de tráfego, apesar do excesso de pedras.

No ponto 1 demonstra-se a entrada da propriedade com recuo de portão e placas indicativas da propriedade, já no ponto 2, após passar o portão de acesso à propriedade, mostra-se a estrada interna cercada de palmeiras dos 2 lados e com açudes, 1 de cada lado. O ponto 3 mostra o local que serve alimentação na propriedade.

A propriedade da Família Roos possui café colonial e comercialização de produtos coloniais. Ao fim da via privada, existe um pátio utilizado para estacionamento.



Figura 39: Família Roos.

Retornando a estrada Comprida e avançando mais 5 km, passando por um pequeno vilarejo, com um trecho de aproximadamente 200 metros de estrada pavimentada, passando por uma ponte de alvenaria, sobre o Rio Pirai. Muito próximo a este ponto, ocorre a união entre os Rios Pirai e Rio do Salto.

Após a ponte, 50 metros, encontra-se uma bifurcação (figura 43, número 1 e 2) com a indicação da placa à esquerda e, seguindo por mais 100 metros, chega-se à nova bifurcação (figura 40, número 3), seguindo a direita.

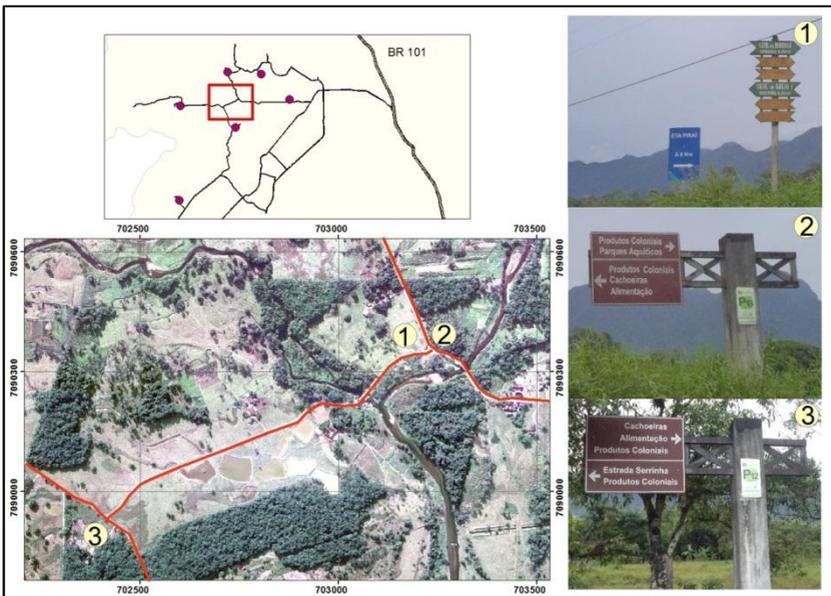


Figura 40: Bifurcação – Estrada Comprida.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Na bifurcação à direita, a Estrada Salto I possui uma largura mais estreita, não pavimentada e, em determinados pontos, ocorre a dificuldade de trânsito nos dois sentidos e o aumento de buracos. Seguindo por mais 2 km na estrada Salto I, chega-se à propriedade da Família Pogan.

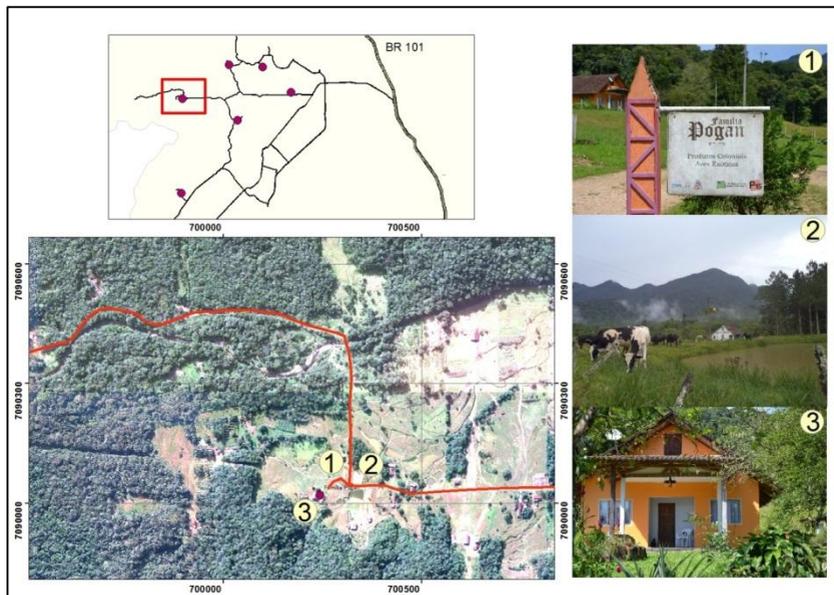


Figura 41: Família Pogan.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Na figura acima, no ponto 1, encontra-se a placa de identificação da propriedade, no ponto 2, observa-se antiga propriedade da família que se encontra abandonada, mas que é uma referência para a localização e, no ponto 3, identifica o local onde se encontra a casa da família.



Figura 42: Propriedade Família Pogan.

A propriedade é cercada por áreas de pastagens com poucas árvores, sendo que próximo existe uma pequena casa abandonada que já pertenceu a Família Pogan, mas foi vendida e encontra-se abandonada.



Figura 43: Aves exóticas.

Retornando à Estrada Salto I, seguindo até o final, esta é ainda mais estreita, não pavimentada, com um aumento de imperfeições na estrada.

Avançando por aproximadamente 6 km, chega-se ao fim da estrada, onde é possível avistar uma área fechada à visitação. A figura 44 identifica no mapa área ampliada por imagem aérea e imagens terrestres do local.

A propriedade fica em uma curva de 90 graus na estrada, identificada por uma placa, tendo uma estrada interna da propriedade bem estreita e com flores nas laterais. Na chegada possui a casa da família em Alvenaria e, ao lado, a antiga casa em madeira utilizada como depósito e coberta por plantas ornamentais. Existe ainda uma área de garagem e de criação de gado, bem como quatro viveiros onde são criadas diversas aves exóticas.

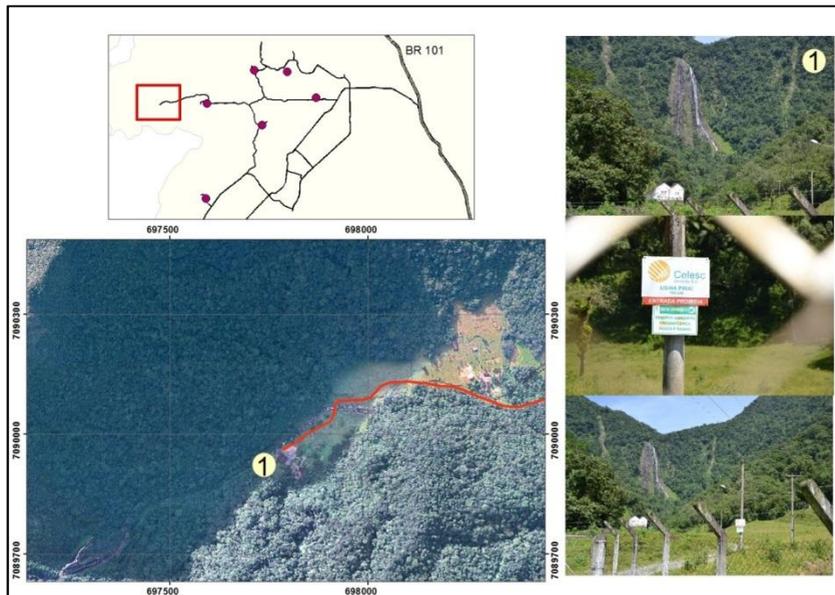


Figura 44: Atrativo Estrada Salto I.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Neste ponto está localizada a Usina Hidrelétrica (desativada), alimentada pelo Salto Pirai que também é facilmente visto neste ponto, conforme figura 45.

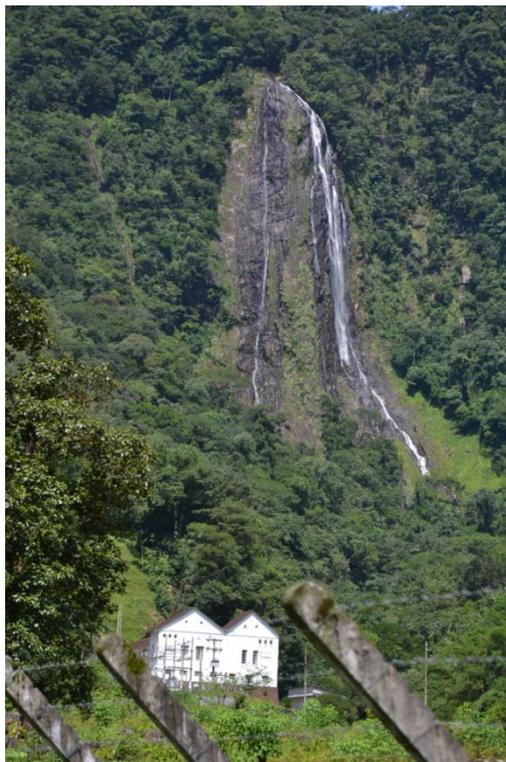


Figura 45: Usina Hidrelétrica.

O local é cercado com arames farpados e possui placa indicativa da Celesc onde consta também impedimento para entrar no local e identificação de Reserva Ambiental, denominada Estação Ecológica do Bracinho, proibindo caça, pesca e banho. O local possui também espaço para que os visitantes possam estacionar e manobrar os carros para o retorno.

A partir deste ponto, retornando até a bifurcação ao fim da estrada Comprida, para a estrada Salto I, segue-se pela Estrada Serrinha, opção à esquerda da bifurcação. Seguindo 2 km pela Estrada Serrinha, não pavimentada e com condições satisfatórias de tráfego. Em alguns

pontos o tráfego em dois sentidos não é possível, por conta da largura da estrada.

Passados os 2 km, chega-se à Propriedade da Família Polzin, identificada na figura 46, ampliada pela imagem aérea. A propriedade possui placa de identificação representada pela imagem terrestre do ponto 1, bem como estrada interna até a propriedade representada pelo ponto 2, e casa da família representada no ponto 3.

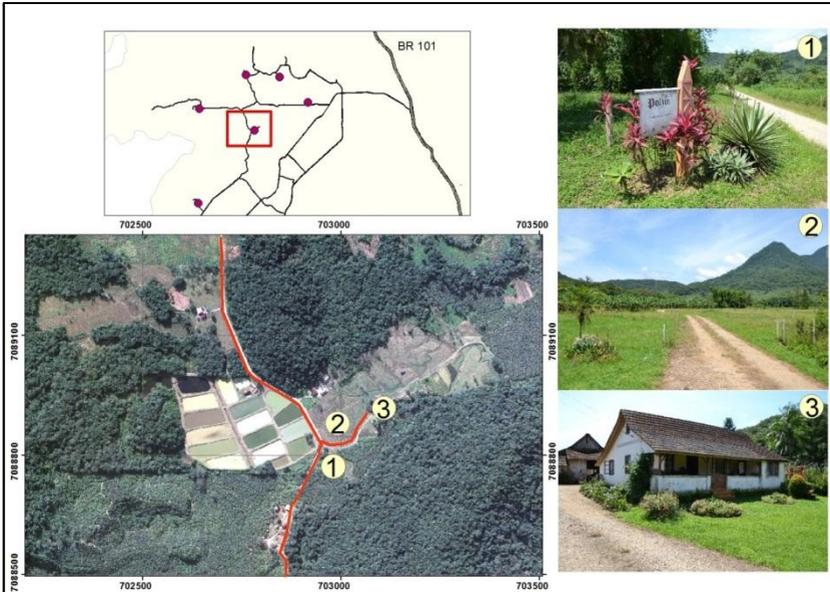


Figura 46: Família Polzin.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

O local oferece a comercialização de produtos colônias, produzidos na propriedade.



Figura 47: Propriedade da Família Polzin.

A propriedade possui uma casa e mais quatro construções anexas, utilizadas como garagem e áreas de armazenamento de diferentes materiais. A família também faz plantio de banana.

Retornando à estrada Serrinha, avança-se aproximadamente 3 km. Trata-se de uma pequena serra com trecho não pavimentado e muitos desníveis, pedras e buracos, além do estreitamento da via. Apesar de não ter boas condições é possível trafegar pela estrada em velocidade baixa.

Chegando a uma bifurcação com a Estrada Salto II, seguindo à direita por aproximadamente 2,6 km, chega-se à entrada da propriedade da Família Jacob, identificado figura 48, ampliada na imagem aérea e com fotos terrestres do local. No ponto 1 encontra-se a placa de identificação da propriedade; no ponto 2, a estrada interna da propriedade, que contorna uma plantação de Bananas de um lado e de plantas ornamentais do outro lado e, no ponto 3, segue a identificação da casa da Família Jacob.

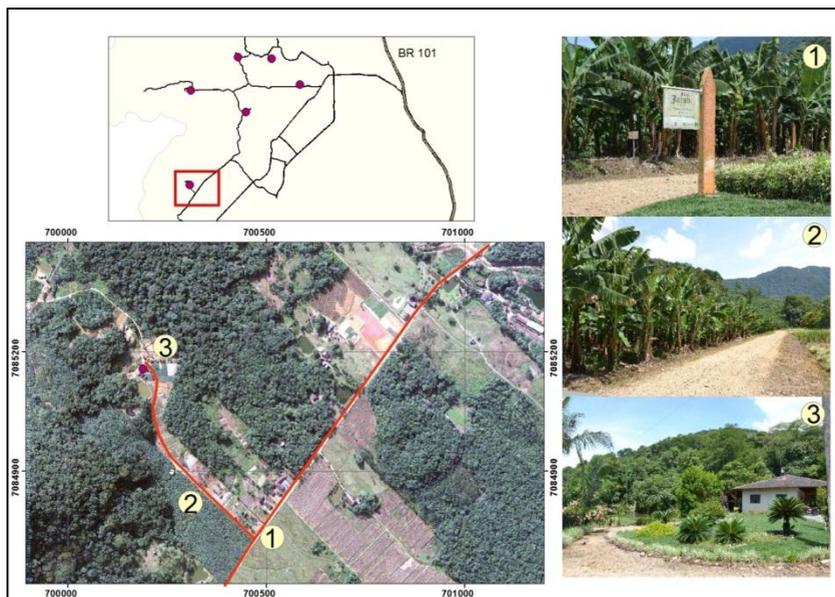


Figura 48: Família Jacob.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Na entrada da propriedade já se verifica a plantação de diversas plantas ornamentais e abaixo segue imagem panorâmica da propriedade:



Figura 49: Propriedade da Família Jacob.

A propriedade encontra-se em obras, a casa é de alvenaria. O entorno possui plantação de grama com algumas plantas ornamentais. Além da casa, ao lado existe uma grande estufa de plantas e áreas de plantio.

Retornando à estrada do Salto II, retornando 2,6 km até a bifurcação com a Estrada Serrinha, permanecendo na estrada do Salto II, por mais 2 km, chega-se ao cruzamento com a Estrada Blumenau. Neste ponto chega-se a uma bifurcação com a rodovia SC 413, onde foi possível retornar até o cruzamento com a Estrada XV de Novembro, após percorrer 7,4 km, no ponto onde havia um semáforo. O trecho percorrido da rodovia SC 413 é todo pavimentado, em boas condições de tráfego e sinalizado.

Deste ponto, retornando à Estrada Blumenau, onde, em seguida, retorna-se novamente na estrada Comprida, percorre-se aproximadamente 4 km até a bifurcação com a estrada dos Morros.

Seguimos pela estrada dos Morros, em trecho não pavimentado, permitindo tráfego de veículos em ambos os sentidos, percorre-se 1,5 km até chegar à propriedade da Família Schroeder, conforme figura 50

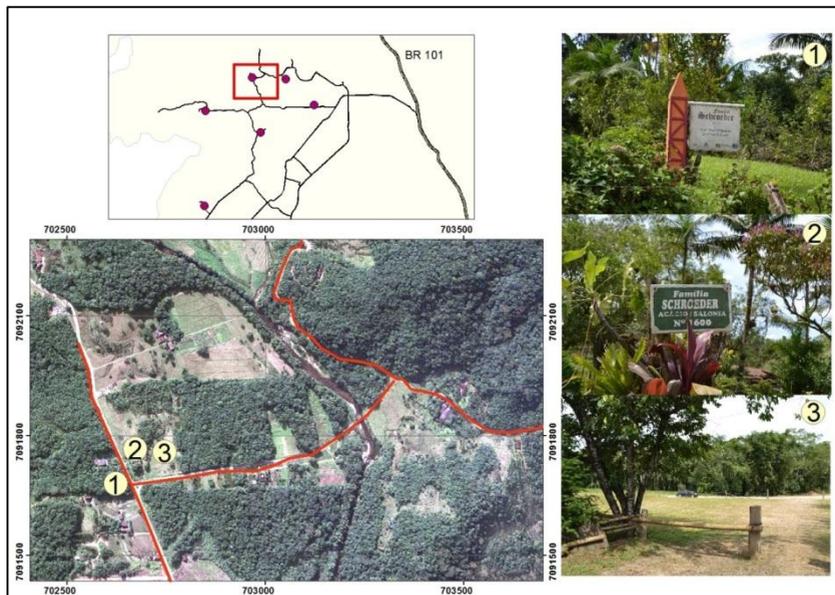


Figura 50: Família Schroeder.
Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Na figura acima, consta identificação no mapa da propriedade e imagem aérea do local, bem como imagens terrestres que identificam o local, sendo os pontos 1 e 2 de placas de identificação e o ponto 3 refere-se à entrada e área de estacionamento do acesso ao local construído para festas e eventos.



Figura 51: Propriedade da Família Schroeder.

A propriedade possui área de estacionamento para veículos, área verde, um lago para pesca e um salão com capacidade para 100 pessoas, com estrutura para manipular alimentos, fogão, geladeira, freezer e churrasqueira. O local também é alugado para festas.

Seguindo pela Estrada dos Morros, por uma pequena estrada de aproximadamente 800 metros com uma ponte coberta sobre o Rio do Salto, chega-se a uma bifurcação com a estrada Pirai.

Em direção à Estrada Pirai, não pavimentada e em boas condições de tráfego em ambos os sentidos, após seguir por aproximadamente 1 km na Estrada Pirai, chega-se à propriedade Rancho Alegre. A sinalização até a propriedade não é visível da Estrada Pirai, sendo necessário entrar em uma pequena rua particular ao lado da Base da Polícia Ambiental de Joinville, que é a referência para acesso à propriedade.

Abaixo segue figura 52 com o mapa de localização da propriedade, com imagem aérea do local e imagens terrestres.

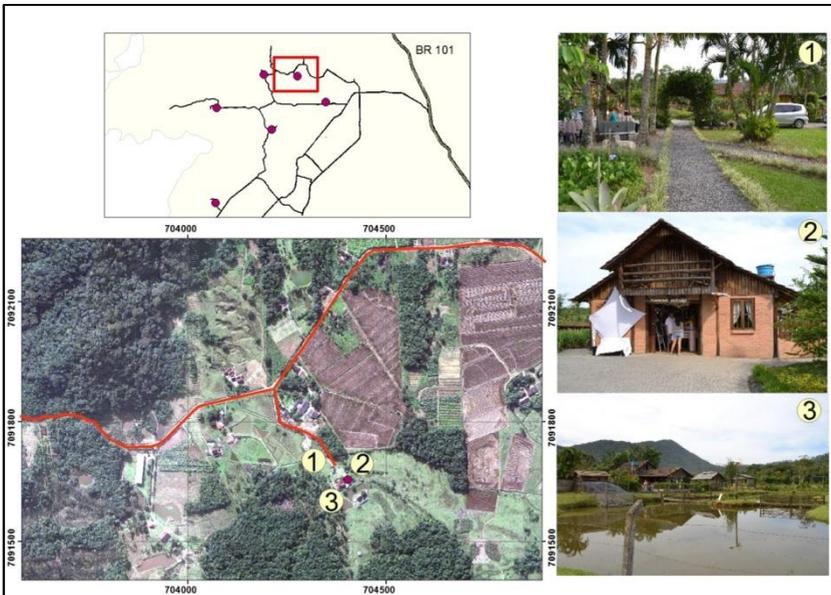


Figura 52: Rancho Alegre.

Fonte: SIMGEO-PMJ, 2013.

Esta estrada particular é bem cuidada e arborizada. Na entrada existe área para estacionamento sinalizada por placa e identificado na imagem aérea no ponto 1, sendo este um empreendimento que já se encontra em uso, para atividades de turismo, com estrutura para eventos identificado no ponto 2. O ponto 3 exhibe área com lago que possui patos e outros animais no entorno.



Figura 53: Rancho Alegre.

A propriedade trabalha com área para festas e com atividades de Turismo Pedagógico. Possui rancho de 2 pisos, com área para alimentação, viveiros de pássaros e aves, áreas de lazer, piscina, lagos, área de lazer para crianças, cavalos e vacas. A propriedade é bem organizada, possui várias placas indicativas. O proprietário possui site para divulgação.

Seguindo pela estrada Piraí, por mais 3 km, chega-se ao Pesque-Pague Piraí, um empreendimento já em pleno funcionamento. Apesar de não ser um empreendimento de Turismo Rural associado à produção, o mesmo poderá fazer parte de um roteiro turístico local.

A partir deste ponto, retornando pela Estrada Piraí, até a bifurcação, por mais 1,2 km, chega-se ao empreendimento Cascata Piraí Parque Aquático. O empreendimento está em pleno funcionamento.

Ainda na Estrada Piraí, avançando por mais 600 metros, chega-se ao Recanto Ribeirão das Pedras, uma propriedade que é cortada pelo Rio Piraí. O local possui área para Banho e de Lazer, com mesas para refeições.

Retornando à Estrada Piraí, até seu cruzamento com a Rua XV de Novembro, apresenta-se trajeto pavimentado em boas condições de tráfego, em torno de 2,5 km.

Ainda, em relação à visita campo, observou-se que a produção agropecuária tem sido pouco diversificada e os agricultores enfrentam problemas para escoar seus produtos diretamente ao visitante. Observa-se a necessidade de diversificar a produção e desenvolver atividades que visem gerar emprego e renda e principalmente resgatar o potencial existente nessas comunidades. As vias estão bem sinalizadas e o acesso é bom. Na bacia do rio Piraí algumas iniciativas estão mais bem estruturadas em relação aos roteiros de cicloturismo e os cafés coloniais.

Na bacia do rio Cubatão do Norte existe um patrimônio cultural significativo e ainda não explorado, pois não há roteiros específicos que envolvam essas construções. No entanto, o Plano de Manejo da APA Dona Francisca prevê algumas iniciativas de educação ambiental e de

sensibilização da comunidade. Dentre as iniciativas que estão se destacando, está o projeto de turismo pedagógico Viva Ciranda, premiado como referência pelo Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), instituído pela portaria do MMA nº 169 em 2012. Joinville apresenta um potencial pedagógico com 589 escolas e localização próxima de Curitiba e Florianópolis, possibilitando a vinda de outras instituições de ensino do Estado. O objetivo do projeto é resgatar o modo de vida no campo e a vivência do cotidiano rural.

Cabe ressaltar que essa etapa foi fundamental para o reconhecimento do potencial existente no território. A partir dessa etapa, partiu-se para a aplicação dos instrumentos de coleta de dados visando identificar as unidades familiares que irão compor a amostra da pesquisa e subsidiar a criação do banco de dados em SIG.

5.2.4 Aplicação do questionário estruturado

Foram aplicados 22 questionários com agricultores, dentro e fora das unidades familiares nas localidades do Rio Piraí, Rio Quiriri, Rio da Prata e Dona Francisca. A saída a campo foi realizada nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2011 e o questionário foi aplicado pela equipe do Laboratório de Fotogrametria, Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. Uma das estratégias adotadas pela equipe foi participar de uma reunião da Associação dos Proprietários de Terras da Mata Atlântica com Recursos Hídricos (APROAGUA) (dia 14/12/2011) e outra reunião na propriedade do Sr. Acácio Schroeder (dia 15/12/2011), cujo objetivo foi apresentar as pesquisas que estavam sendo realizados pela equipe e, na mesma ocasião, aplicar o instrumento de coleta de dados com os agricultores envolvidos. Observou-se que, por se tratar de um instrumento de coleta de dados multidisciplinar, optou-se por analisar apenas as questões tidas como relevantes para esta pesquisa. Observou-se também dificuldade na análise em função da diversidade de observações subjetivas que foram preenchidas, sendo necessário um novo ajuste ao instrumento de coleta de dados.

5.2.5 Aplicação de roteiro de entrevista não estruturada

As entrevistas foram realizadas nos dias 22 e 23 de novembro de 2012, com os principais representantes e membros das seguintes entidades: Fundação Eco Rural, Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville (PROMOTUR), Associação dos Proprietários de Terras da Mata Atlântica com Recursos Hídricos (APROAGUA), Associação Joinvillense de Agroindústrias Artesanais Rurais (AJAAR) e Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho. Os dados também foram complementados a partir de informações secundárias nos inventários turísticos existentes, relatórios oficiais, sites oficiais e demais publicações especializadas do município – cedidos pelos membros das referidas instituições de gestão territorial. Nesta ocasião também foram realizadas visitas em algumas agroindústrias e empreendimentos familiares, a fim de conhecer a realidade e obter imagens fotográficas das mesmas. Com base nessas entrevistas, foram identificadas as seguintes informações:

A Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho foi criada na década de 60 e tem por objetivo coordenar e executar atividades de ensino e capacitação agrícola, assistência técnica e extensão, prestação de serviços, fomento, pesquisa e abastecimento, dentro de uma visão integrada, visando o desenvolvimento rural sustentável. Os principais projetos são:

1. Tabela dos projetos e programas

Ano	Projeto/Programas	Objetivo	Ações	Parcerias
1986	Desenvolvimento da Mulher Rural	Prestar a assistência técnica e extensão rural aos produtores familiares, nas áreas de produção, organização, comercialização e transformação de produtos agropecuários, buscando promover a inclusão social através da geração	- Resgatar à cultura e as tradições da etnia dos imigrantes. - Criar e aperfeiçoar a qualidade do artesanato. - Profissionalizar a “mulher rural”. - Fortalecer a	Das Secretarias Municipais como Fundação Cultural, Secretaria de Educação, Fundama, Secretaria de Assistência Social, Secretaria da Saúde, entre outras,

		de empregos familiares e de geração de renda valorizando e estimulando a participação da mulher e do jovem rural no processo produtivo e decisório da atividade econômica da propriedade rural.	comercialização do artesanato e das agroindústrias artesanais de alimento - Promover o bem estar das mulheres associadas. - Elevar a auto estima das participantes. - Promover a qualidade de vida da família rural.	Ministério Desenvolvimento Agrário (MDA), EPAGRI Regional de Joinville, Promotur, Economia Solidária, Consulado da Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e Conselho de Segurança alimentar Instituições de Ensino como Univille e Ielusc, Epagri. Promotur, SEBRAE,
1992	Programa de Turismo Eco Rural	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, empreendedores na atividade turística a ela associados, pela organização de atividades do turismo eco rural.	-	
2003	Planejamento Estratégico do Município	Mobilizar os cidadãos para escolher e construir o futuro de sua cidade.	-	Prefeitura Municipal de Joinville

2003	Grupo de trabalho do Planejamento Estratégico do Turismo Eco rural	Buscar a viabilização do turismo eco rural como mais uma alternativa econômica para a área rural do município, bem como, uma forma de aproveitamento sustentável de todos os recursos naturais disponíveis nesta região.	-	Prefeitura Municipal de Joinville
------	--	--	---	-----------------------------------

Fonte: Dados do autor, 2012.

Além dos projetos listados acima, a Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho também é responsável por organizar os produtos confeccionados pelos Grupos de Artesanato, comercializados na casa Krüger no Distrito da Pirabeiraba (Figuras 54 e 55). O local funciona nos sábado à tarde e domingo. Os principais produtos comercializados são: 1. Pano de prato pintado ou bordado com ponto cruz, com acabamento de crochê ou aplicação em tecido; 2. Toalhas de banho, rosto, lavabo estas bordados com ponto cheio, ponto russo, ponto oitinho, vagonite, ponto cruz, ponto cruz duplo e com acabamento de bordado inglês, ou barrado de crochê; 3. Pegadores de panela em crochê ou em tecido metalasse; 4. Tolhas de mesa bordado com pontos: cheio, cruz, cruz duplo, russo, vagonite, ponto oitinho com aplicação de tecido, acabamento de barrado de crochê; 5. Jogos de cama, bordado com pontos cheio, cruz, cruz duplo, russo, vagonite, ponto oitinho com acabamento bordado inglês, passa fita; 6. No período de inverno saem muito cachecol feito de crochê, tricô, tear de prego, crochê de grampo; 7. Trabalhos de crochê como (jogos de banheiros, joguinhos de toalhas, tapetes); 8. Trabalhos manuais utilizando materiais reciclados como: garrafa pet,- confecção de bolsa, jornal - confecção de chapéu, bolsa, vasos, cestas, e caixa de leite – para confecção vasos com massa corrida (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 25 DE JULHO, 2012).



Figura 54: Exposição de artesanato em pet.



Figura 55: Exposição de artesanato em crochê.

O Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) foi criado em 21 de julho de 1995 por meio da Lei nº 3.169. A Lei é considerada inovadora por atribuir ao órgão à finalidade de planejar, estabelecer e coordenar as ações voltadas à formulação da política municipal de turismo de Joinville (Art. 1º. da lei nº3169/1995). Observou-se durante a entrevista que ocorre a falta de interesse dos participantes, não havendo atividades sendo realizadas. O relatório do Plano de Fortalecimento da Gestão Pública do Turismo (2008) destaca a necessidade de aumentar o número de participantes no COMTUR e que os preceitos estabelecidos nesta Lei estão de acordo com a Lei Orgânica do Município. Além disso, também foi criada a Associação de Turismo Eco rural, em 19 de outubro de 2005. No entanto, ao longo das entrevistas, observou-se uma baixa participação por parte dos envolvidos e divergências de objetivos.

O Órgão Público responsável pela execução da política pública para o desenvolvimento do turismo é a Fundação Turística de Joinville, criada pela Lei nº 4.676 de 30 de outubro de 2002. Posteriormente transformada na Fundação de Promoção e Planejamento Turístico de Joinville - PROMOTUR, pela Lei nº 5.175 de 04 de março de 2005. As principais funções são o planejamento da atividade turística, a assessoria na promoção dos empreendimentos e apoio na interlocução com demais órgãos estaduais e nacionais de turismo (FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE JOINVILLE, 2012).

Em relação ao Plano Diretor - Lei nº 261/2008, são abordadas algumas diretrizes pontuais de desenvolvimento do turismo no contexto das macro diretrizes de planejamento consideradas estratégicas. Dentre elas:

- a) As macro diretrizes de qualificação do ambiente construído fica evidente a necessidade de otimização da rede física de equipamentos urbanos, de valorização do patrimônio cultural construído e do patrimônio arqueológico, de valorização da paisagem urbana, de promover e democratizar o uso de espaços nobres da cidade;
- b) Em relação as macro diretrizes de qualificação do ambiente construído, foi observado a proteção do ambiente natural, a potencialização do turismo rural e ecológico dentre outras recomendações.
- c) Quanto à mobilidade urbana e rural foi destacada a necessidade de sinalização turística, integração de roteiros turísticos, criação de roteiros náuticos, etc.
- d) Nas macro diretrizes de ordenamento territorial existe o desejo de potencializar as vocações turísticas do território e quanto a promoção social, investir em lazer e cultura, dentre outras (PLANO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO, 2008).

Com relação ao planejamento territorial do turismo em Joinville, a legislação municipal de uso do solo em vigor (Lei nº 27/96) promove a Zona Central Tradicional, a Zona Setores Especiais, onde são destacados o patrimônio construído e algumas áreas de interesse cultural e ambiental. Prevê também as Zonas Corredor Diversificado, onde estão previstas diversas atividades dentre as quais atividades econômicas e há inclusive um corredor diversificado de acesso turístico (Rua XV de Novembro) e na área rural são admitidas atividades de turismo e lazer.

Em relação ao meio ambiente o Município dispõe do Decreto nº 6.652 de 14 de julho de 1991, posteriormente revogado pela lei nº 5.712 que trata da Política Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA. O Conselho tem por objetivos normatizar e controlar as atividades potencialmente causadoras de desequilíbrio ambiental, atuando para a proteção e a melhoria da qualidade do meio ambiente no município de Joinville. Além do Conselho Municipal, o Sistema Municipal do Meio Ambiente institui sete conselhos locais para atender as peculiaridades das regiões onde se localizam as principais bacias hidrográficas existentes no perímetro da cidade. A Fundação Municipal do Meio Ambiente é responsável pela gestão da APA Serra Dona Francisca. Os

principais projetos desenvolvidos são: saneamento rural, recomposição de mata ciliar, educação ambiental e fiscalização.

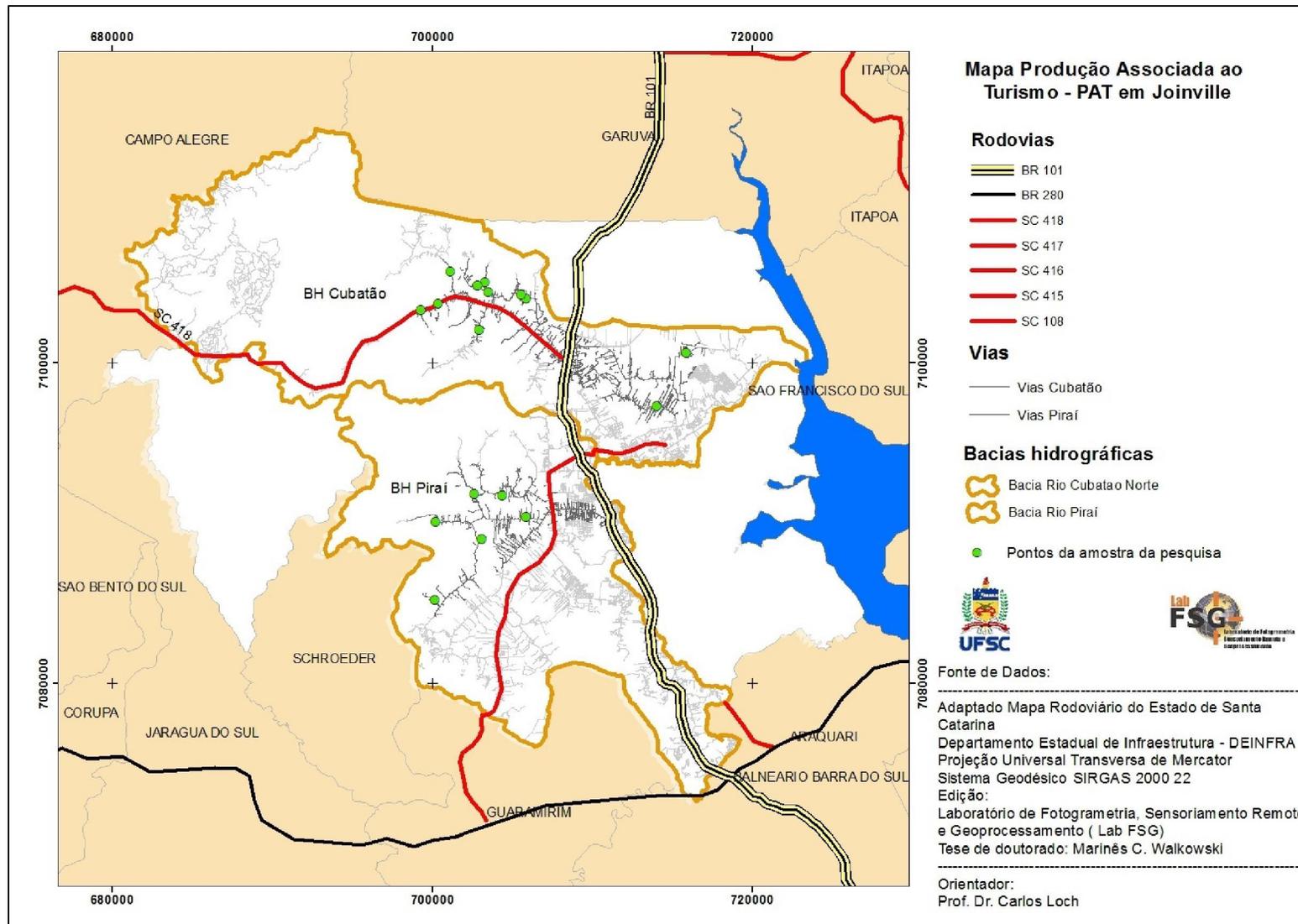
Ainda, com base na entrevista não estruturada e levantamento de materiais, fornecidos especialmente pela PROMOTUR e observações em campo, constataram-se algumas limitações no desenvolvimento turístico no espaço rural:

- a) A deficiência na divulgação e comercialização integrada dos atrativos no espaço rural de Joinville.
- b) A falta de pacotes formatados e parcerias entre os atores e demais componentes da cadeia produtiva do turismo no município.
- c) Empreendimentos familiares produzindo, divulgando e comercializado seus produtos isoladamente, devido à falta de estratégias de comercialização conjuntas, vendas compartilhadas e formação de pacotes turísticos integrados;
- d) Melhor aproveitamento e formatação dos bens que fazem parte do levantamento realizado pelo IPHAN e que compõem “os Roteiros Nacionais de Imigração”.
- e) Ampliação das ações e projetos da Associação de Turismo Eco rural, PROMOTUR e integração com outras entidades para buscar parcerias para capacitação dos atores locais e ampliação para demais zonas turísticas no município.
- f) Buscar o aproveitamento e desenvolvimento turístico da Bahia da Babitonga e seu grande potencial natural e náutico, como forma de inovar e dinamizar os atrativos turísticos na região.

Nota-se que essas constatações vêm ao encontro aos objetivos da presente pesquisa, que visa estruturar uma proposta de integração da produção associada, buscando novas alternativas para dinamizar o turismo no espaço rural de Joinville.

Com base nas informações acima, foi possível conhecer as principais ações realizadas pelas instituições de gestão territorial e que serviram de base para identificar os principais atores no espaço rural que trabalham com a produção associada ao turismo.

Após a caracterização da produção associada ao turismo, foi possível conhecer as unidades familiares e empreendimentos que compõem o território. Em consequência desses dados foi aplicado o questionário estruturado e definidas as amostras, composta por 17 unidades familiares, representativas do artesanato, da produção agropecuária e do patrimônio natural e cultural, conforme o mapa 26.



Mapa 26: Mapa da produção associada ao turismo.
 Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Os pontos da amostra da pesquisa, sinalizados em verde na legenda, são representados por 17 propriedades, divididas nas bacias hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai:

2. Tabela das propriedades da amostra da pesquisa

1 . Família Ross	10 . Helbert Sult
2 . Família Pogan	11 . Ivone Voght e Osvaldo Voght
3 . Família Polzin	12 . Apiário Pfau
4 . Família Jacob	13 . Rancho Pé da Serra
5 . Família Schroeder	14 . Neitzel Plantas
6 . Rancho Alegre	15 . Agrícola da Ilha
7 . Alambique Fleith	16 . CTG Chaparral
8 . Fazenda Xanadú	17 . Propriedade Indalécio Sumech
9 . Agroindustria Lilian Hartman Goudard	

Fonte: Dados do autor, 2014.

Vale ressaltar que os demais empreendimentos e propriedades, identificadas em campo e apresentadas no subitem 5.2.3, poderão auxiliar na dinamização da oferta de produtos e serviços no território e na permanência dos visitantes no município. Contudo, para evidenciar o potencial turístico do espaço rural de Joinville foram selecionadas amostras em cada bacia hidrográfica, visando à integração dos dados e identificação do potencial turístico.

5.3 PROPOSTA DE ESTRUTURAÇÃO DOS DADOS

Após a identificação e caracterização da produção associada ao turismo que compõem a amostra da pesquisa, foi demonstrada a aplicabilidade do banco de dados e estabelecidas correlações mostrando potenciais cooperativos, associações por meio da integração dos dados, caracterização das amostras da pesquisa e elaboração de um mapa temático final, também chamado de Portfólio da Produção Associada ao Turismo, demonstrando e possíveis ganhos em termos de diferencial competitivo para o município de Joinville - SC.

5.3.1 Criação do banco de dados em SIG

A partir das visitas de campo, foi levantada uma série de dados, através de entrevistas, receptor de GPS, documentos oficiais obtidos junto ao município, além da restituição aerofotogramétrica de 2010 e arquivos digitais do tipo shapefile dos pontos turísticos das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai. Depois de concluída a etapa de coleta de dados, o Banco de dados foi criado em SIG ArcGIS 10.2.

Inicialmente foi criada uma tabela contendo as coordenadas geográficas de pontos de interesse da pesquisa, obtidos por receptor de GPS e alimentados no ARCGIS.

Em uma segunda etapa, as respostas obtidas nas entrevistas *in-loco* e nos levantamentos de campo foram dispostas em uma tabela excel relacionando cada uma das informações com seu respectivo ponto na base de dados do ArcGIS. As respostas dos questionários foram convertidas em formato que pudesse ser facilmente manipulado dentro do banco de dados, de forma a facilitar a mineração dos dados, por exemplo, quando perguntados sobre o tipo de cultura (produção, batata, banana, entre outros), no momento de transportar estes dados para o Excel, os mesmos foram dispostos criando no banco cada um dos itens e associando as propriedades que os produzem.

Apos criar todos os campos necessários das informações obtidas em campo, a tabela foi sendo alimentada, gerando uma banco de dados excel.

O software ArcGIS permite a abertura de arquivos no formato excel. Então foi carregado a base de dados no formato excel para dentro do ArcGIS, ficando 2 bases distintas, mas com uma coluna de referência em comum, denominada FID em ambas as bases.

A etapa seguinte consiste na unificação das bases, que é feita no próprio ArcGIS, selecionando a planilha excel, na opção “*JOIN AND RELATES*”; em “*JOIN*” abre uma ferramenta de unificação que permite relacionar as tabelas e unificá-las a partir de uma mesma referência comum. Apos relacionar os campos existe a opção de validar a unificação através de checagem dos dados, para evitar inconsistências na junção das bases. Abaixo segue a figura 56 das opções de junção de base do ArcGIS.

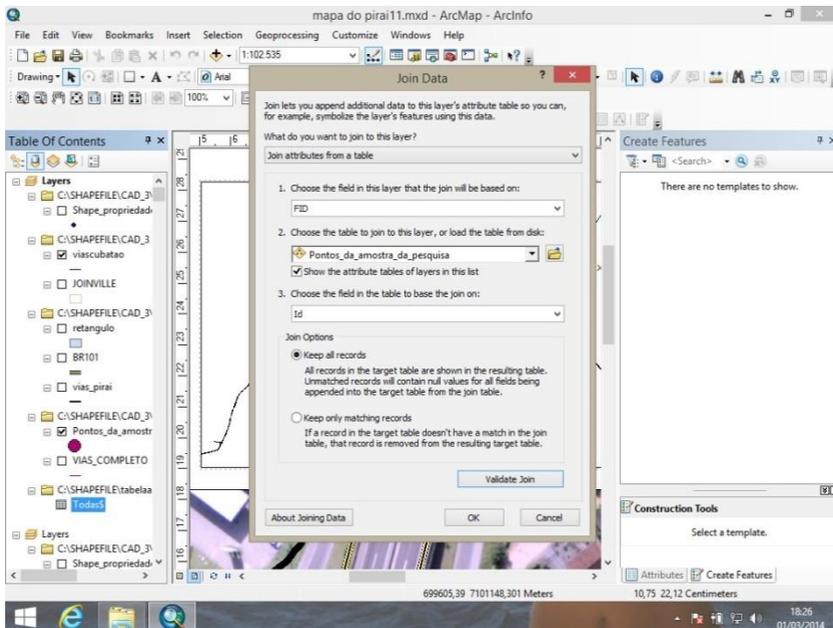


Figura 56: Base de dados ArcGIS, 2013.

Fonte: Dados do autor, 2013.

Apos concluída a junção das bases, é possível fechar o arquivo excel do ArcGIS, pois seus dados agora estão contidos na tabela de atributos dos respectivos pontos das propriedades ou atrativos aos quais eles pertencem.

Com isso fica muito simples a manipulação destes dados tanto na tabela de atributos quanto na espacialização de determinadas características, pois o ArcGIS possui sistema de consulta estruturada (SQL) que permite criar filtros de pesquisas de uma maneira muito simples através de lógica de programação, com um construtor de expressões SQL, onde basta selecionar e montar as expressões logicas.

Para exemplificar as possibilidades, segue a figura 66 de um filtro aplicado à tabela de atributos para selecionar apenas as propriedades que compõem a amostra da pesquisa, retirando os demais atrativos e pontos levantados no município de Joinville.

A pesquisa pode ser feita em modo texto, digitando a expressão desejada ou através do “*QUERY BUILDER*”, onde já estão todos os campos e as expressões possíveis, bastando apenas selecioná-los e complementá-los com algum dado que se deseje filtrar.

No exemplo, o campo escolhido foi “amostradaP”, que significa Amostra da Pesquisa e cujo preenchimento no Banco de dados é com os valores “Sim ou Não”, que, representa respectivamente, se pertencem ou não à amostra da pesquisa (Figura 57).

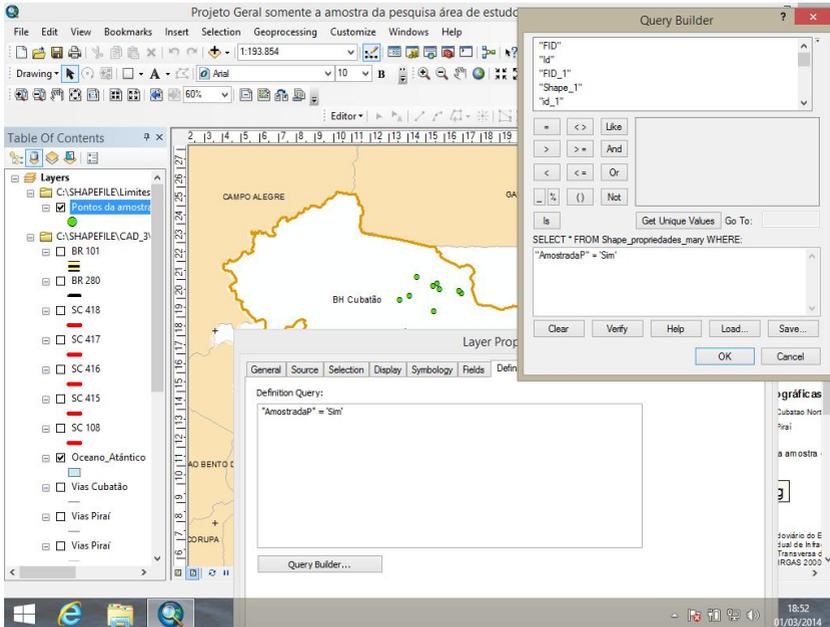


Figura 57: Filtro aplicado à tabela de atributos, 2013.

Fonte: Dados do autor, 2013.

O resultado da expressão pode ser visualizado diretamente na tabela de atributos, que pode ser exportado ou gerar um novo banco.

O mesmo resultado pode ser visualizado de forma especializada no Layout do ArcGIS (Figura 58).

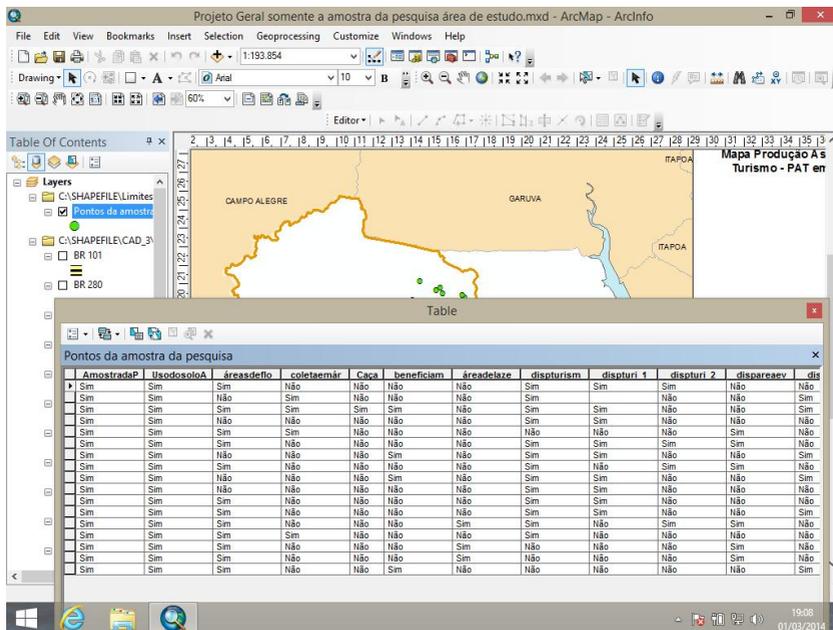


Figura 58: Layout ArcGIS, 2013.

Fonte: Dados do autor, 2013.

Concluída a importação e junção dos dados no ArcGIS, foi elaborado o Banco de Dados especializado, obtido em Joinville, com um formato que possibilita a filtragem de dados no formato “*Business Object*” através do “*Query Builder*”, que possibilita a mineração dos dados do banco orientado a objeto. Com isso, a manipulação dos dados tornou-se simplificada e possibilitou a criação de diversos produtos cartográficos através do ArcGIS.

O Banco de Dados resultante possui um total de 82 colunas de dados, cujos dados possibilitam a montagem de uma gama de cenários que vão desde a seleção pura de uma propriedade até a seleção mais elaborada, composta de diversas variáveis (exemplo: propriedades da Bacia do Rio Pirai, que produzem banana e que tem como principal fonte de água a rede pública).

Além da facilidade na montagem dos cenários, a grande vantagem está em, além de obter a visualização usual dos dados filtrados no banco, também obter os dados especializados, que darão uma nova visão ao gestor, que poderá identificar onde estão

concentrados os resultados de seu filtro ou se ele está disperso de uma maneira uniforme.

Nessa pesquisa a produção associada ao turismo se destaca pelo artesanato, pela produção agropecuária e pelo patrimônio natural e cultural.

5.3.2 Estruturação e integração dos dados

A partir do banco de dados elaborado em ArcGIS foi possível realizar as análises quanto às características das propriedades da amostra da pesquisa.

No diagrama da produção que segue, foram observadas 17 propriedades que compõem a amostra da pesquisa, compostas pelas Bacias Hidrográficas, destacando a produção em comum.

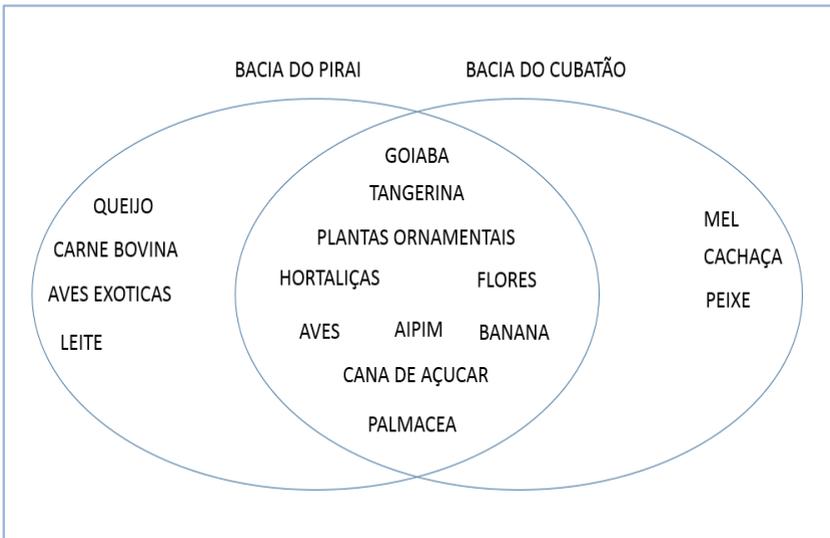


Figura 59: Diagrama.

Fonte: Dados do autor, 2013.

Com este diagrama é possível ter a visão dos produtos da amostra da pesquisa e definir peculiaridades de cada Bacia. Por exemplo, a Bacia do Rio Pirai tem a produção de bovinos e derivados, leite e queijo, já a Bacia do Rio Cubatão tem a particularidade do mel e peixes.

Outra informação importante extraída do banco de dados e representada no gráfico abaixo, refere-se ao tipo de produção (produção

convencional ou orgânica), que mostra um cenário favorável para a disseminação da cultura da produção orgânica que é um forte apelo para a atividade turística. À medida que já se percebe a produção de 50% de orgânicos na Bacia do Rio Pirai e 37% de orgânicos na Bacia do Rio Cubatão, observa-se que a cultura está mudando e que cada vez mais os produtores percebem as vantagens da produção orgânica.

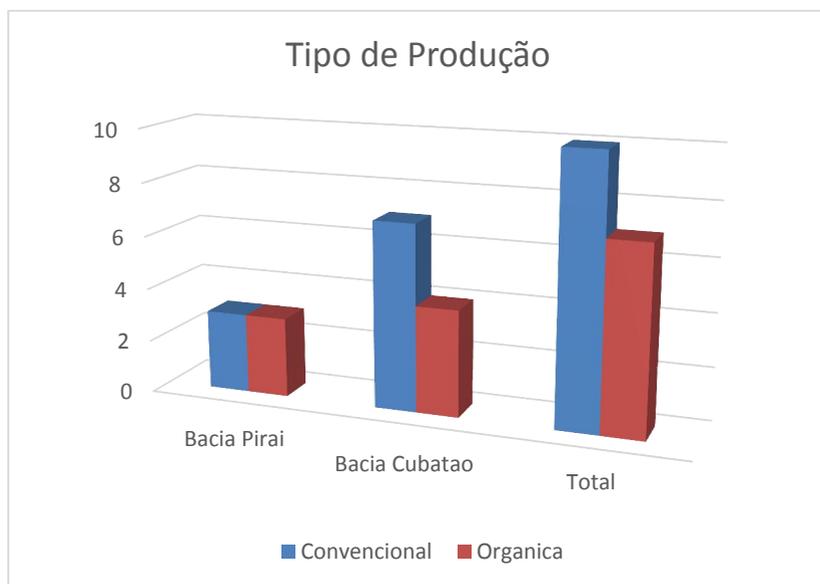


Gráfico 2: Tipo de produção.
Fonte: Dados do autor, 2013.

Nessa amostra, observa-se que a Bacia do Pirai está à frente da Bacia do Rio Cubatão na produção orgânica.

Também foi extraído do Banco de dados a informação referente à necessidade de adaptação das propriedades da amostra da pesquisa de efetuarem adaptações para receberem turistas, sendo o resultado exibido no gráfico 3.

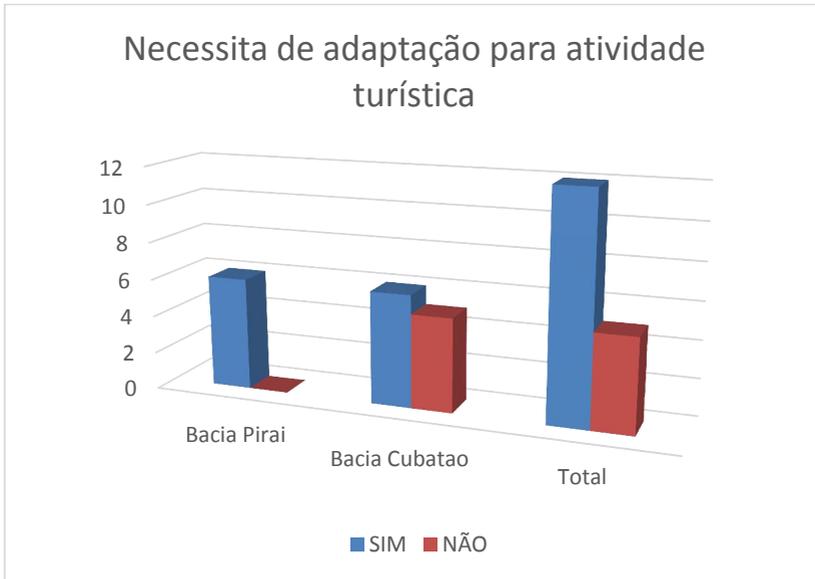


Gráfico 3: Necessidade de adaptação para atividade turística.

Fonte: Dados do autor, 2013.

Percebe-se pelo gráfico 3 que a maioria das propriedades necessita de adaptação, pois ainda não exploram a atividade turística ou não o fazem de uma forma estruturada.

Outro fator positivo para a prática de atividades turísticas é o fator qualidade da água, onde 70% das propriedades fazem periodicamente análise da qualidade da água, conforme segue o gráfico 4.

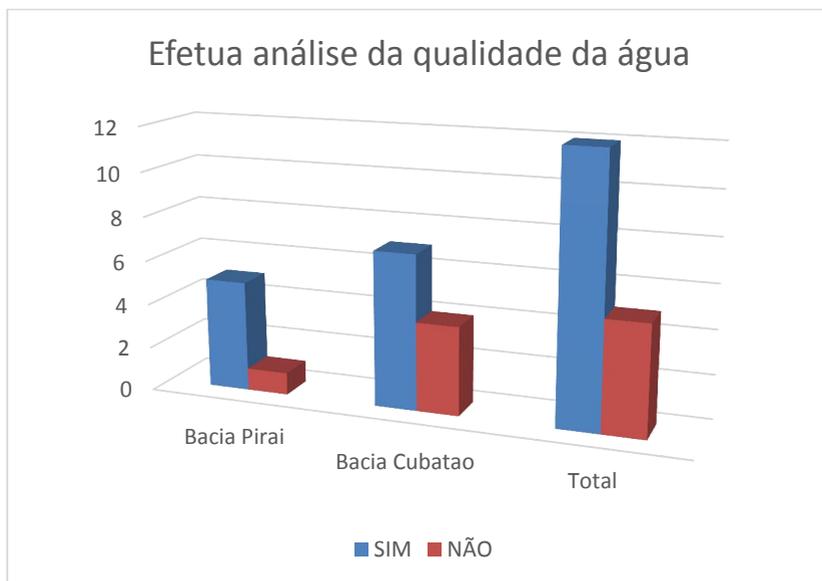


Gráfico 4: Efetua análise da qualidade da água.

Fonte: Dados do autor, 2013.

Esta análise é importante, pois a água é um dos insumos básicos na execução dos serviços turísticos e percebe-se a preocupação das propriedades da amostra em obter este controle. Contudo, ainda existe um grupo de 30% das propriedades que necessitam serem sensibilizados para que seja possível obter 100% das propriedades com controle da qualidade da água.

Outra característica relevante obtida do banco de dados é o tipo de produção, onde predomina na amostra a produção manual, conforme o gráfico 5.

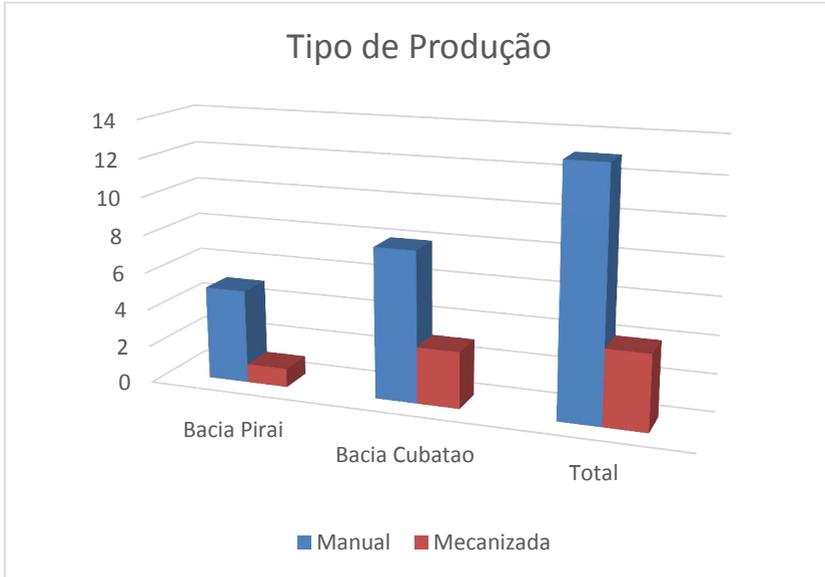


Gráfico 5: Tipo de produção.
Fonte: Dados do autor, 2013.

Este dado é importante e pode ser confrontado com o ArcGIS no cálculo da área produzida das propriedades, onde a produção de grandes áreas em geral é feita de forma mecanizada e a produção em menor escala geralmente é feita de forma manual. Como exemplo, observando no banco de dados, a Propriedade Polzin possui produção mecanizada e por meio da fotointerpretação das imagens aéreas da propriedade, obteve-se 9,2 hectares de plantio, comparando com a Propriedade Pogan, de produção manual, com área de 4,9 hectares, ou seja, aproximadamente a metade da área de plantio da propriedade com produção mecanizada.

Essa foi apenas uma das possíveis análises realizadas, a partir da modelagem do banco de dados, tratamento dos dados e comparação com as imagens aéreas tratadas em ambiente SIG (ArcGIS).

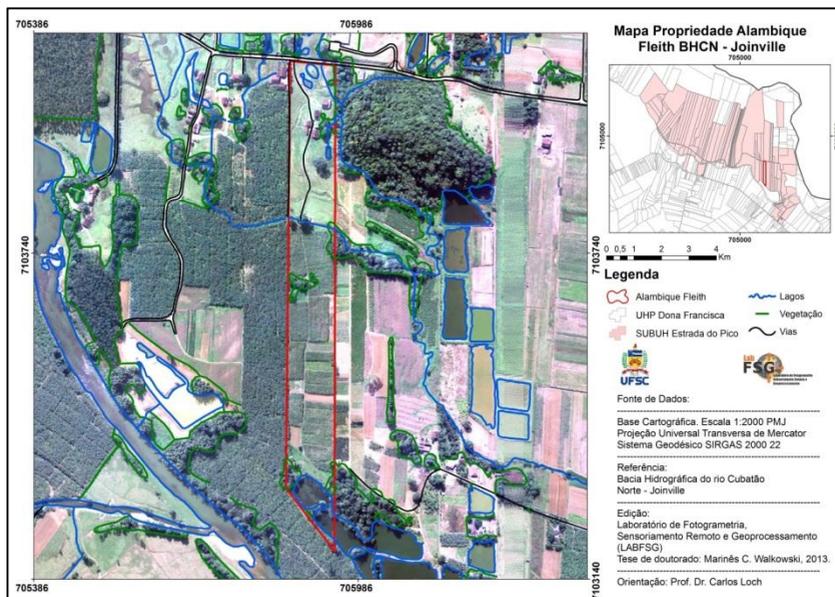
Foram selecionadas da amostra da pesquisa cinco propriedades, sendo três da Bacia hidrográfica do Pirai e 2 da Bacia hidrográfica do Cubatão do Norte, de acordo com características extraídas do banco de dados do ArcGIS.

As propriedades possuem a característica de próprias, de pessoa física e todas necessitam de adaptação para receber turistas. A principal fonte de renda é a agricultura, sendo 2 propriedades de produção

convencional e 3 de produção orgânica, por possuírem características geográficas, por pertencerem a uma subunidades homogênea e pelos potenciais das propriedades e atrativos do entorno.

5.3.3 Caracterização das unidades familiares nas Bacias hidrográfica rio Cubatão do Norte e Pirai

Neste item, foi realizada uma aproximação da imagem aérea no ponto da amostra da pesquisa, inserindo a estrutura fundiária, os shapex de vias, vegetação, lagos para ilustrar a espacialização do local e um mapa com a referência da SUH. Em seguida, fez-se a caracterização das unidades familiares e do potencial existente que servirá de subsídio à elaboração do portfólio no item 5.3.4.



Mapa 27: Mapa propriedade Alambique Fleith, BHCN - Joinville.

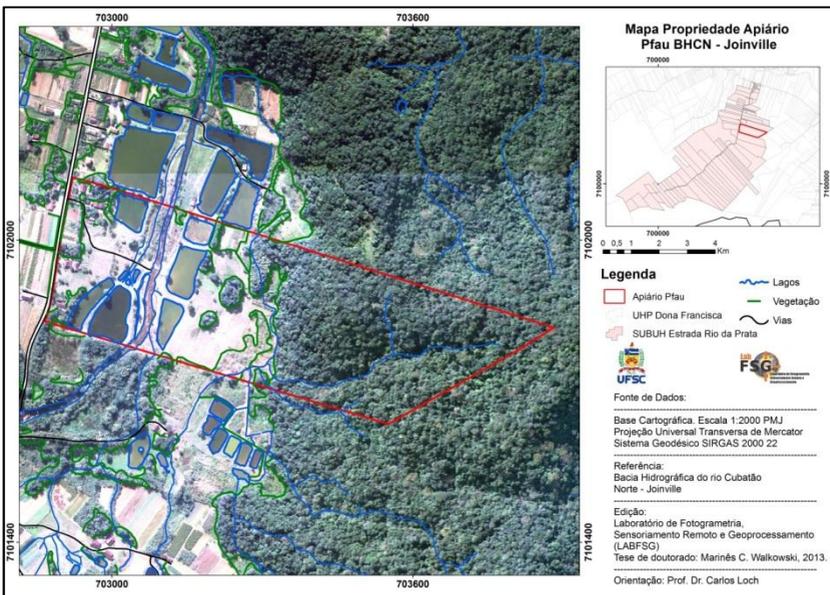
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Essa unidade está localizada na estrada do Pico, s/n, e pertence à Sra. Elenice Fleith. O Alambique Fleith possui 7,4 hectares. O rio que corta a propriedade possui uma extensão de 92,60 metros e aproximadamente 3 metros de largura, podendo variar ao longo da sua extensão. A área cultivada equivale a 3,7 hectares, possui 0,34 hectares

de área verde e 0,49 hectares de Lago. A propriedade se destaca pelo beneficiamento de cachaça, minimuseu com alambique de aproximadamente 200 anos. No local também há produção de cana de açúcar, aipim, hortaliças, taiá, cará, ovos, peixe e galinha. A produção é orgânica e a venda dos produtos é realizada direta ao visitante.

A propriedade possui disponíveis para a atividade turística, galpão, casa, sala de processamento.

No entorno da propriedade, conforme banco de dados, têm-se os seguintes atrativos: Rio Cubatão para banho, propriedades agrícolas e pesque-pague.



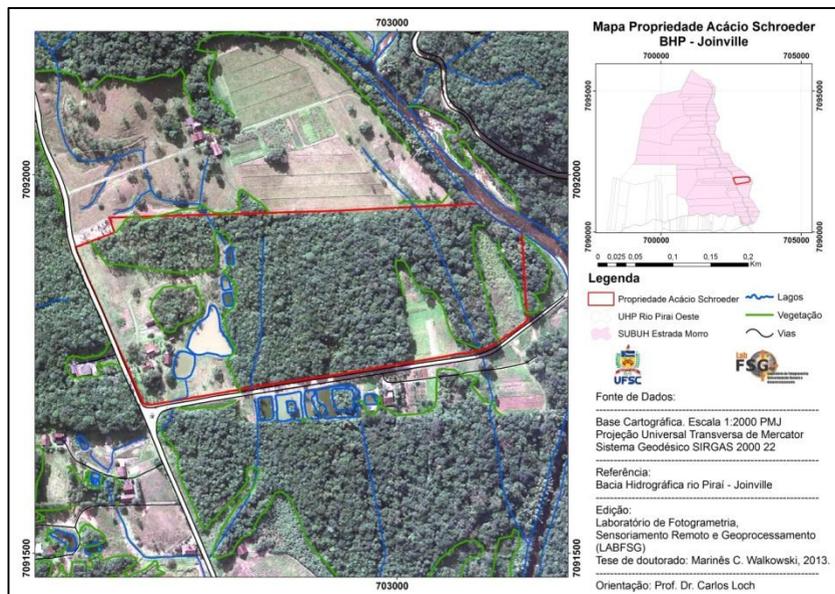
Mapa 28: Mapa propriedade Apiário Pfau, BHCN - Joinville.

Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

O Apiário Pfau está localizado na estrada rio da Prata, s/n, e pertence à Sra. Ilse Pabst. A propriedade possui 25 hectares. O rio que corta a propriedade possui 300 metros de extensão e 15 metros de largura aproximadamente, podendo variar ao longo da sua extensão. A área cultivada equivale a 0,25 hectares, possui 14,142 hectares de área verde e 2,65 hectares de Lago. A propriedade se destaca pela produção e venda de mel e própolis. Também oferece o serviço de turismo pedagógico e aluguel de área de lazer. No local também há produção de

mel (possui abelhas nativas e apiários a 15 km da propriedade), tubérculos e hortaliças. A produção é orgânica e a venda dos produtos é realizada direta ao visitante e para intermediários.

Segundo o banco de dados, a propriedades possui atrativos potenciais: animais (pássaros), território geográfico (trilhas), Rio da Prata para banho, lagos, museu de utensílios antigas da família e visitação da atividade de apicultura.

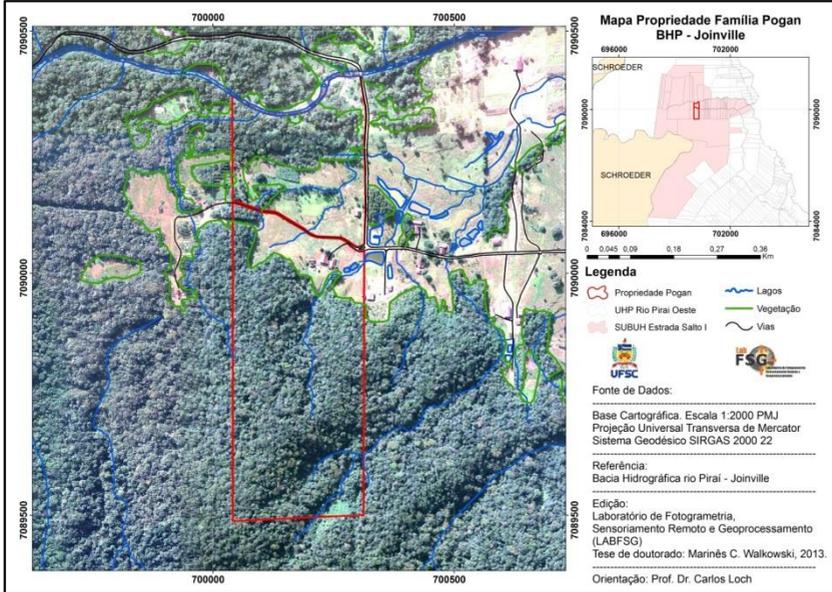


Mapa 29: Mapa propriedade Acácio Schroeder, BHP - Joinville.
Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

Na unidade familiar Schroeder, localizada na estrada dos Morros, número 1600. A propriedade possui 12,01 hectares. A área cultivada equivale a 1,2 hectares, possui 8,23 hectares de área verde e 0,4 hectares de lago. O local possui dois rios, sendo um com 201,64 metros de extensão e aproximadamente 1 metro de largura e o segundo com 208,61 metros de largura e 1 metro de largura. São desenvolvidas atividades de visitação à produção da horta e de verduras orgânicas. Também são oferecidos almoço coloniais sob reserva. O local dispõe de um galpão com espaço amplo para eventos como almoço, com banheiros e cozinha. Ao lado encontra-se um lago para pescaria. A

propriedade também recebe crianças das escolas municipais para vivenciar as atividades agrícolas por meio do turismo pedagógico.

No entorno da propriedade têm-se os seguintes atrativos: rio para banho e propriedades agrícolas.

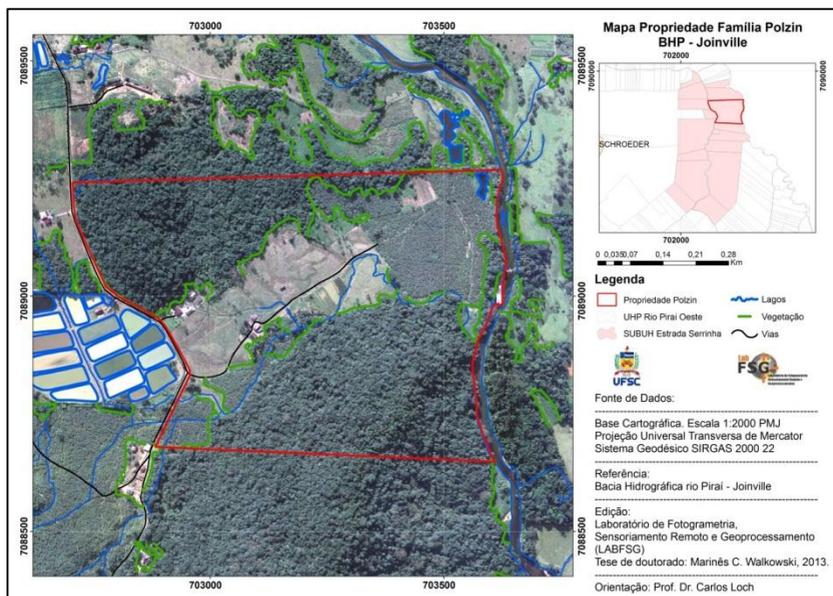


Mapa 30: Mapa propriedade Pogan, BHP- Joinville.

Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A unidade familiar Pogan está localizada na estrada do Salto I, poste 46. A propriedade possui 23,99 hectares. A área cultivada equivale a 4,9 hectares, possui 17,53 hectares de área verde e 0,03 hectares de lago. O local possui cinco rios totalizando 1027,32 metros com largura inferior a 1 metro ao longo da sua extensão. No local são vendidos produtos coloniais como queijos e aves exóticas de diferentes espécies. O local também recebe turistas que praticam o cicloturismo e oferece alimentação sob reserva.

No entorno da propriedade têm-se os seguintes atrativos: cachoeiras, usina, rio para banho e propriedades agrícolas.



Mapa 31: Mapa propriedade Polzin, BHP - Joinville.

Fonte: Adaptado de SIMGEO-PMJ, 2013.

A unidade familiar Polzin está localizada na estrada da Serrinha, poste 21. A propriedade possui 45,78 hectares. O rio que corta a propriedade possui 1102,97 metros de extensão e 1,2 metros de largura aproximadamente, podendo variar ao longo da sua extensão. A área cultivada equivale a 9,2 hectares, possui 26,71 hectares de área verde e 0,81 hectares de Lago. No local se podem encontrar produtos coloniais, como geleias, pães, bolos, venda de plantas ornamentais e café colonial sob reserva.

No entorno da propriedade têm-se os seguintes atrativos: rio para banho e propriedades agrícolas.

Nas unidades familiares acima observa-se um baixo aproveitamento do potencial, ocasionado também pela falta de articulação e apoio das instituições de gestão territorial, resultando na falta de capacitação e integração entre os envolvidos. As unidades familiares apresentam potencial para atividades ligadas ao turismo de natureza em função da quantidade de áreas verdes como ocorre na propriedade Polzin. Além disso, não há área para a venda dos produtos coloniais como feiras. As propriedades não estão estruturadas para hospedar visitantes, uma vez que muitos visitantes ainda desconhecem o

potencial do espaço rural do município. A gastronomia tem sido explorada, em sua maioria nos cafés coloniais, sendo que as demais oferecem esse serviço sob reserva. O artesanato local é pouco divulgado e não há um trabalho eficiente de resgate das técnicas utilizadas antigamente podendo ocasionar a perda da identidade. Em relação à produção, são poucas que oferecem diversidade, com destaque para as propriedades Schroeder e Apiário Pfau, sendo que ambas produzem orgânicos e oferecem o serviço de turismo pedagógico, dinamizando ainda mais a oferta. Além disso, também há a produção de pássaros exóticos na propriedade Polzin. No entorno das bacias estudadas existem casarões antigos e de potencial turístico, porém, sem nenhum trabalho efetivo para a sensibilização ao turismo. Visando demonstrar esse potencial ainda pouco explorado, foi proposta a criação de um portfólio com os potenciais de cooperação e dinamização dos produtos e serviços que poderão ser ofertados no espaço rural.

5.3.4 Proposta de Portfólio da Produção Associada ao Turismo

Após o detalhamento das 5 unidades familiares, cruzando os dados do banco de dados e da estruturação das informações, é possível desenhar cenários de cooperação entre estas unidades familiares, entendendo de que forma poderão se ajudar mutuamente, visando fortalecer a prática da atividade turística.

Em um primeiro cenário, no diagrama abaixo são observadas as 5 unidades interagindo entre si, na forma de uma teia, onde cada uma está relacionada com as outras 4 unidades restantes:

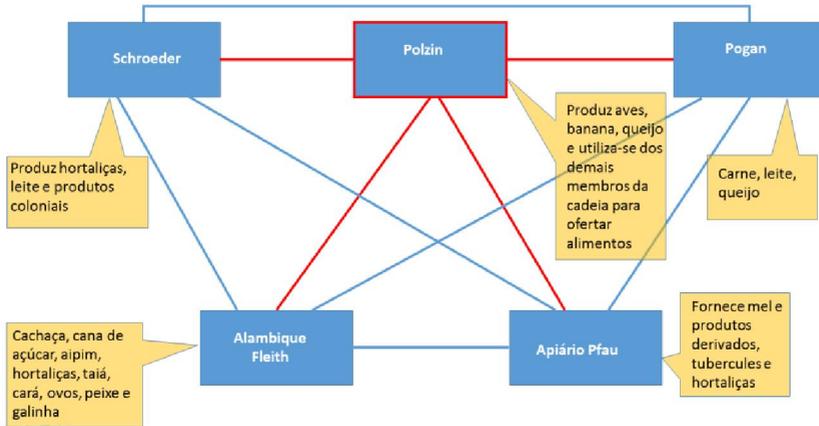


Figura 61: Diagrama – Cenário 2.
 Fonte: Dados do autor, 2014.

Neste cenário, a unidade familiar Polzin, além de acomodar este grupo de visitantes, poderá dispor de um espaço para oferecer os produtos cultivados nas demais propriedades associadas, criando um comércio de produtos locais.

Em um terceiro cenário, a Família Pogan recebe um Grupo C de visitantes para um almoço com produtos da culinária local, conforme diagrama abaixo:

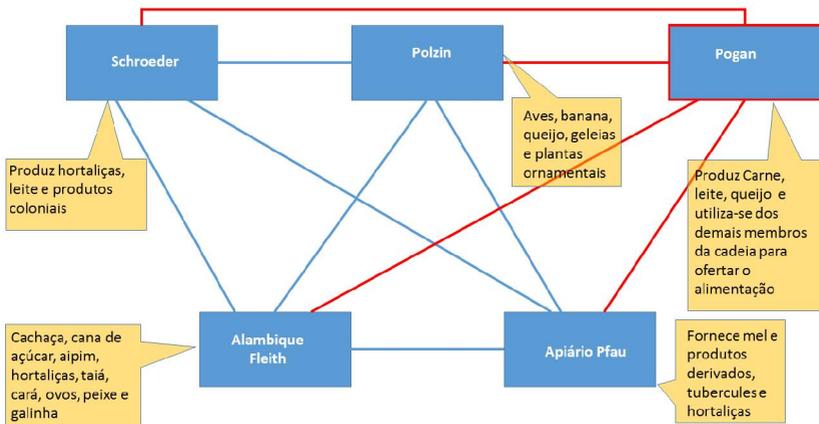


Figura 62: Diagrama – Cenário 3.
 Fonte: Dados do autor, 2014.

Neste cenário, o principal insumo já é produzido no local; mesmo assim as demais unidades participam fornecendo seus produtos e gerando a diversificação necessária para atender ao gosto de seus visitantes.

No quarto cenário, a unidade familiar Alambique Fleith possui o museu da produção de cachaça que passa a atrair uma gama de visitantes. Seu carro chefe, a cachaça, já é o atrativo principal, porém, este fluxo de visitantes é uma excelente oportunidade para aumentar a receita da propriedade, conforme diagrama abaixo:

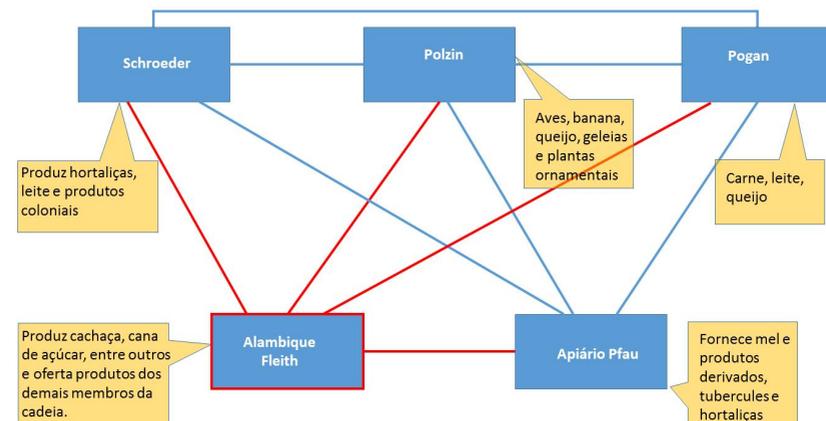


Figura 63: Diagrama – Cenário 4.

Fonte: Dados do autor, 2014.

Uma área construída junto ao museu, com degustação de cachaça pode ser complementada com produtos locais das demais propriedades associadas, a fim de ser mais um canal de vendas direto aos consumidores, retirando os atravessadores que geralmente ficam com a maior parte do lucro da comercialização dos produtos.

Por fim, no quinto cenário, tem-se um Grupo D de visitantes de turismo pedagógico conhecendo a unidade familiar Apiária Pfau. Neste ponto, os visitantes conhecem o processo de produção de mel. Este momento é uma excelente oportunidade para tentar manter o grupo mais tempo na propriedade, ofertando outros serviços e atrativos, conforme diagrama abaixo:

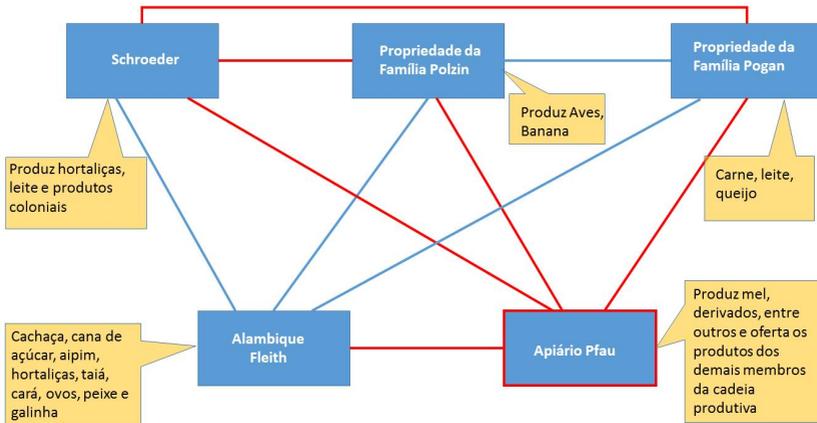


Figura 64: Diagrama – Cenário 5.
 Fonte: Dados do autor, 2014.

Neste sentido, uma área para o comércio dos produtos e espaço para refeições poderá manter os visitantes por mais tempo na propriedade e, com isso, aumentar o consumo e ofertar produtos dos demais associados.

Criada a relação entre estas unidades familiares e aproveitando dos demais atrativos locais, do entorno das propriedades, percebe-se a gama potencial de atrativos capaz de manter os turistas na região, conforme diagrama abaixo:

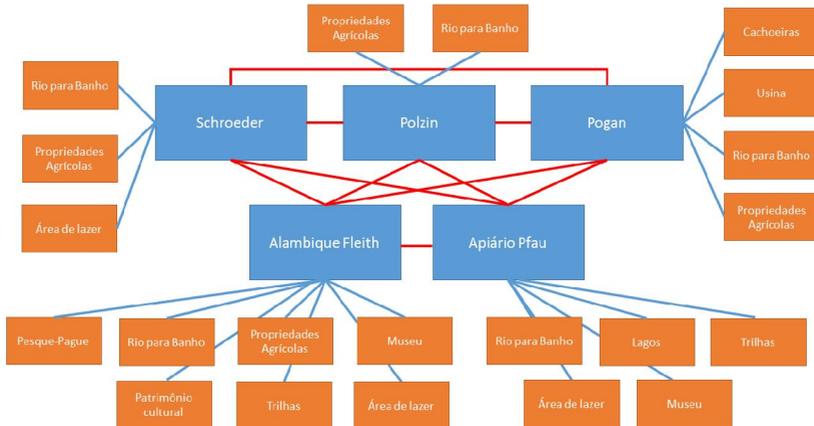


Figura 65: Diagrama – Cenário 6.
 Fonte: Dados do autor, 2014.

Percebe-se que, além dos atrativos das unidades já demonstrados anteriormente, o entorno destas propriedades possui uma gama de possibilidades para retenção dos visitantes, o que ajuda a toda a cadeia turística envolvida.

Uma vez sensibilizada a região e preparados os atrativos de forma a receberem os visitantes com a infraestrutura necessária, é possível elaborar roteiros envolvendo o todo ou parte desta cadeia produtiva do turismo.

O diagrama abaixo mostra um exemplo de roteiro elaborado para atender um grupo de visitantes que se desloca de Florianópolis para Joinville, a fim de conhecer o espaço rural.

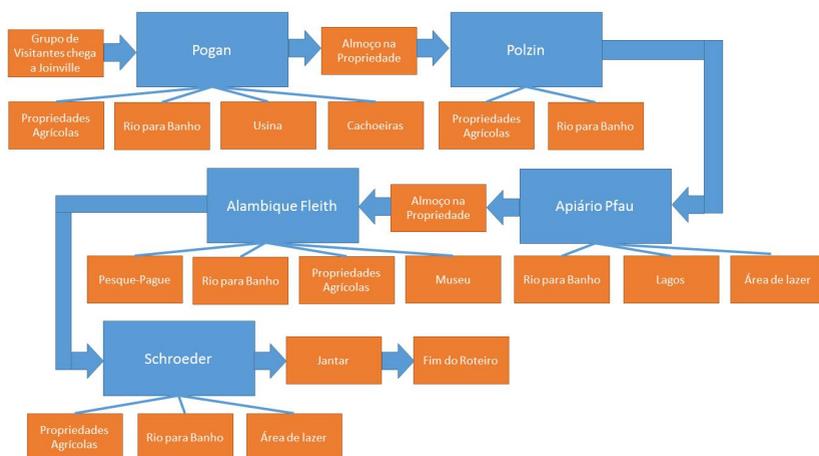


Figura 66: Diagrama – Proposta de roteiro.

Fonte: Dados do autor, 2014.

No roteiro, inicialmente o grupo de visitantes é recebido na unidade familiar Pogan que possui atrativo como a criação de aves exóticas. Além disso, o entorno oferece atrativos capazes de reter estes visitantes por meio dia. A propriedade oferta o almoço e, após a refeição, o grupo de visitantes se desloca para a unidade familiar Polzin, para conhecer o processo de cultivo mecanizado e onde é possível comprar produtos locais dos associados, além de usufruir dos atrativos do entorno.

Os visitantes então se deslocam para o Apiário Pfau, onde são recebidos por um café da tarde com a produção de mel e com insumos

das demais unidades. Em seguida, o grupo se desloca para o Alambique Fleith, onde conhecem o processo de fabricação da cachaça e degustam, além de comprarem produtos locais. Por fim, o grupo se desloca para a unidade da família Schroeder, que possui estrutura para oferecer um jantar dançante aos visitantes.

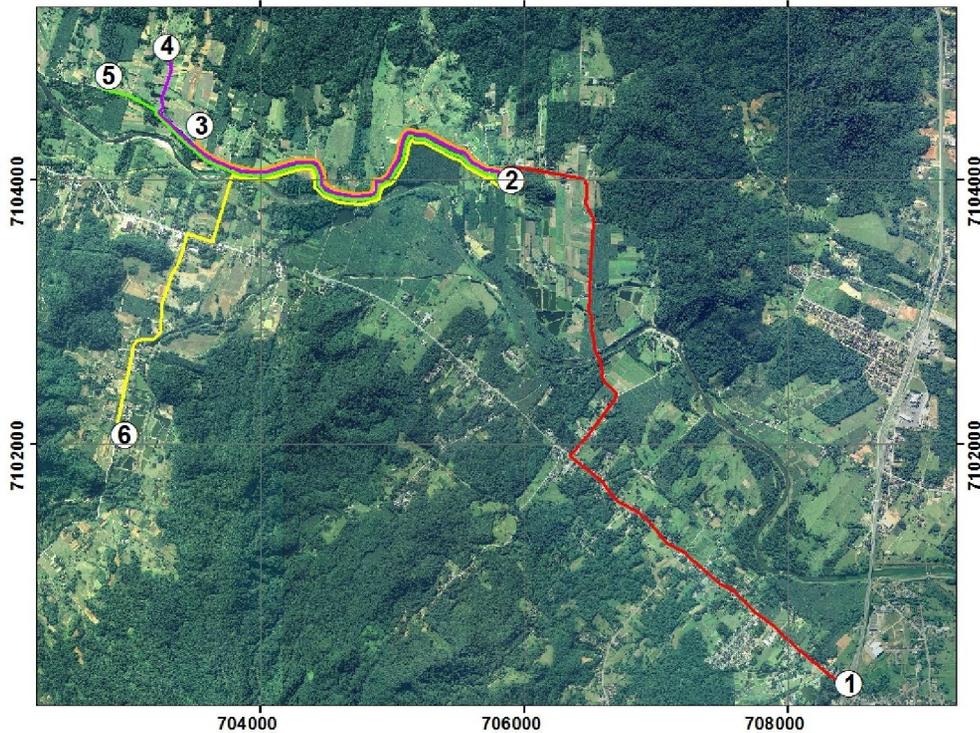
Com isso, todos ganham, à medida que, de forma organizada, as unidades se ajudam mutuamente e mais dividendos são deixados para a economia local. Não havendo esse trabalho organizado e integrado, o turista muitas vezes passa de uma maneira superficial pelo município de Joinville ou não vem, pois desconhece o potencial e acaba optando por outro destino que ofereça mais opções de lazer.

Com base nos cenários demonstrados acima, foi proposto à espacialização e criação do Portfólio da Produção Associada ao Turismo (Figuras 67, 68, 69, 70 e 71).

Alambique Fleith



704000 706000 708000



Distâncias			
De	Para		Distância (km)
BR101	Alambique fleith	1 até 2	5,7
Alambique fleith	Família Hartman	2 até 3	3,1
Alambique fleith	Família Sult	2 até 4	3,9
Alambique fleith	Família Voight	2 até 5	3,9
Alambique fleith	Apiário Pfau	2 até 6	5,1

0 0,3 0,6 1,2 1,8 2,4
Km

Funcionamento: Todos os dias sob reserva

Instalações: A propriedade possui ampla área de gramado irregular, além da casa e mais 3 construções próximas.

Informações Úteis: contato com Elenice Fleith, (47) 3428-0565

Atrativos: A propriedade se destaca pelo beneficiamento de cachaça, minimuseu com alambique de aproximadamente 200 anos.

Serviços\Produção; No local há produção de cana de açúcar, aipim, hortaliças, taiá, cará, ovos, peixe e galinha. A produção é orgânica e venda de produtos coloniais.



Coordenadas geográficas:
26°10'7" S 48°56'23"

Figura 67: Portfólio Alambique Fleith.
Fonte: Adaptado de SIMGeo, 2014.

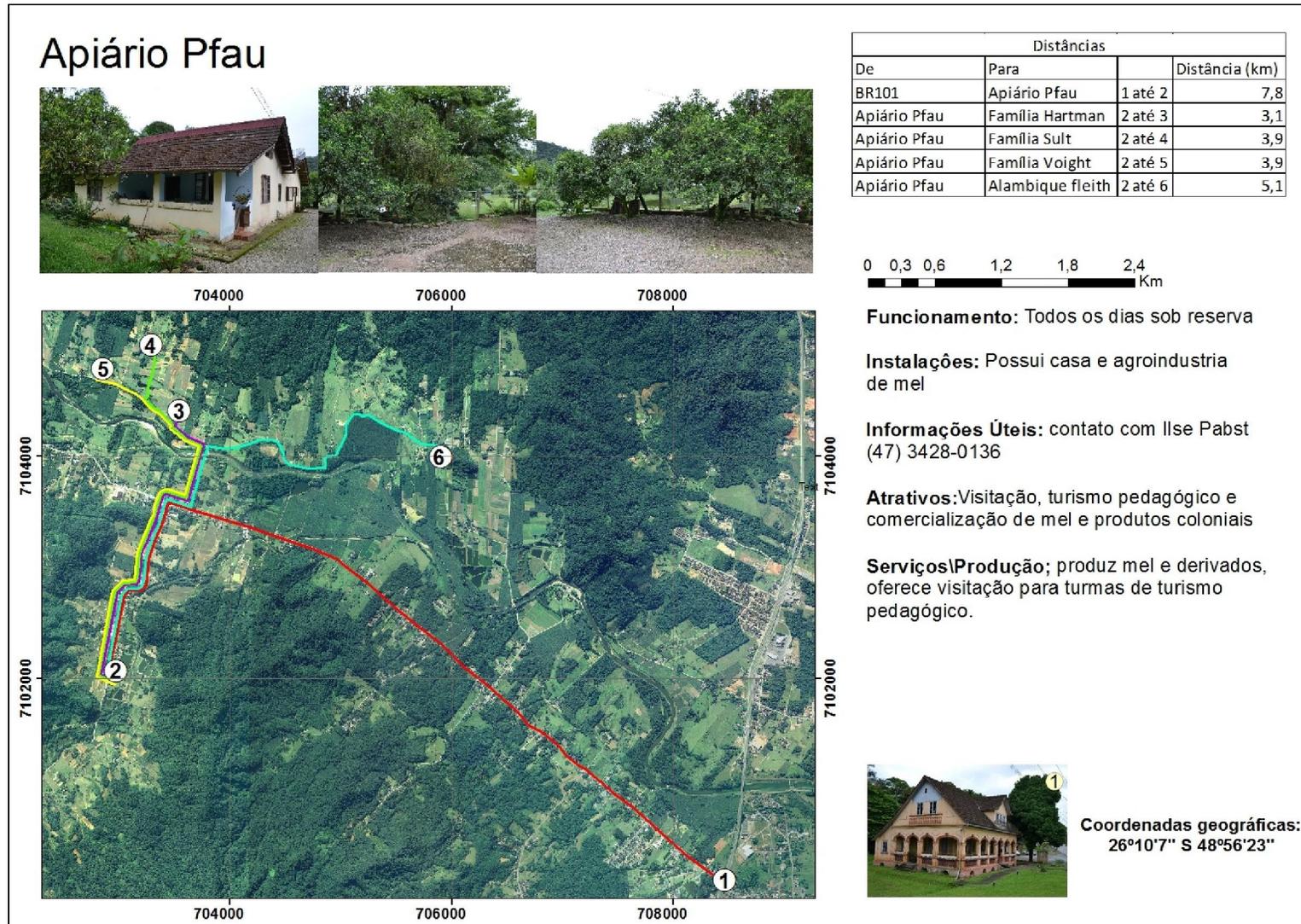


Figura 68: Portfólio Apiário Pfau.
Fonte: Adaptado de SIMGeo, 2014.

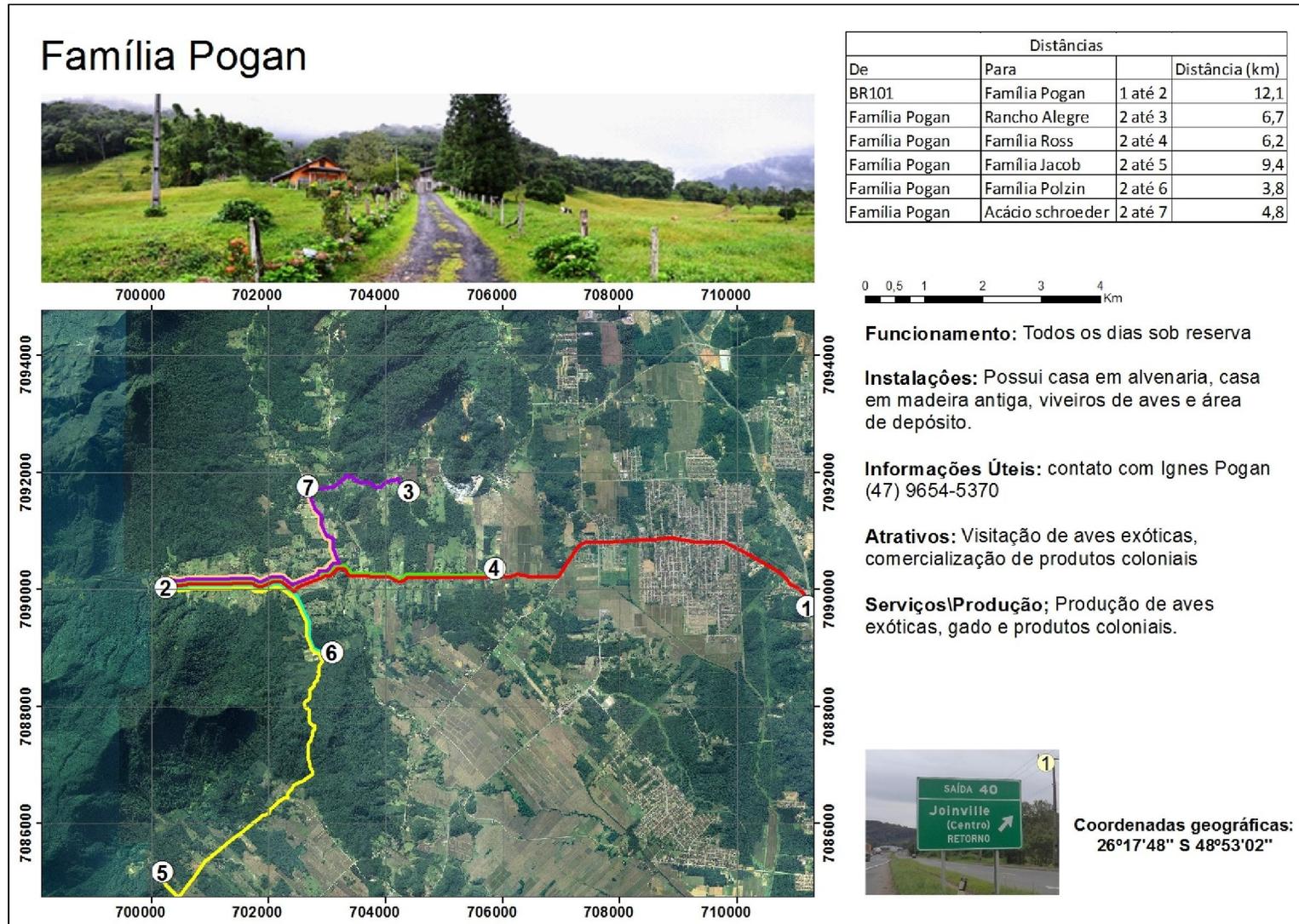


Figura 69: Portfólio Família Pogan.
Fonte: Adaptado de SIMGeo, 2014.

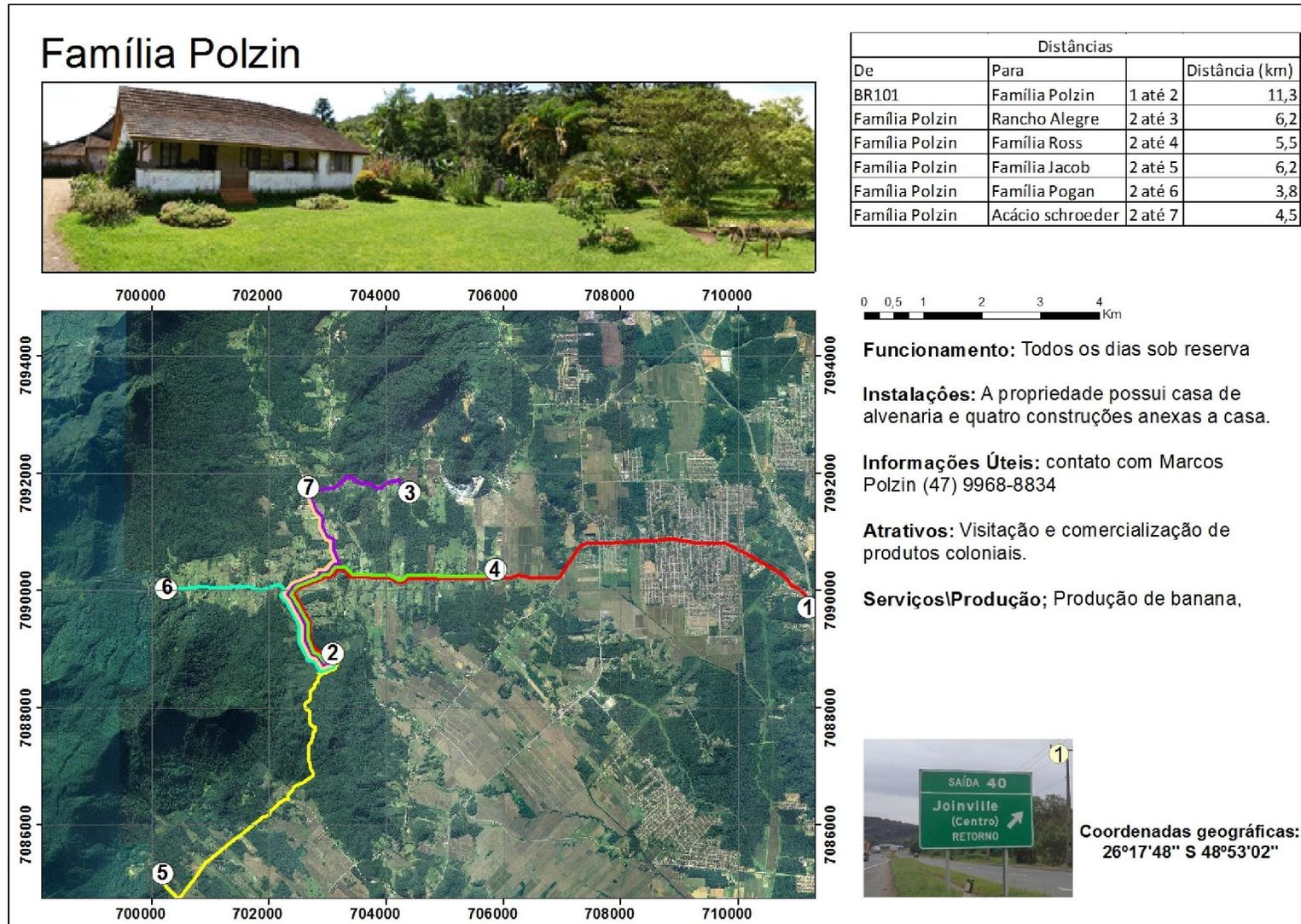


Figura 70: Portfólio Família Polzin.
Fonte: Adaptado de SIMGeo, 2014.

Acácio Schroeder



Distâncias			
De	Para		Distância (km)
BR101	Acácio schroeder	1 até 2	10,5
Acácio schroeder	Rancho Alegre	2 até 3	1,9
Acácio schroeder	Família Ross	2 até 4	4,4
Acácio schroeder	Família Jacob	2 até 5	10,1
Acácio schroeder	Família Pogan	2 até 6	4,9
Acácio schroeder	Família Polzin	2 até 7	4,5



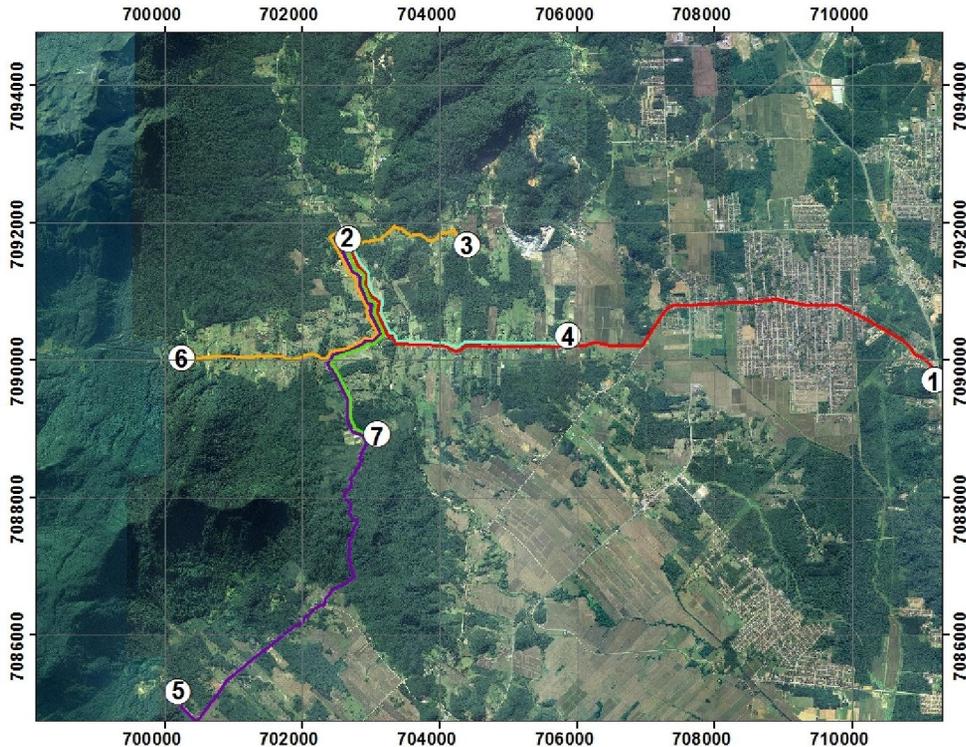
Funcionamento: Todos os dias sob reserva

Instalações: O local dispõe de um galpão com espaço amplo, banheiros e cozinha. Possui lago.

Informações Úteis: contato com Acácio Schroeder (47) 3439-5234

Atrativos: Ampla área para eventos e área de pesca.

Serviços\Produção; O local dispõe de um galpão com espaço amplo para eventos como almoço, com banheiros e cozinha. Ao lado encontra-se um lago para pescaria. A propriedade também recebe crianças das escolas municipais para vivenciar as atividades agrícolas por meio do turismo pedagógico.



Coordenadas geográficas:
26°17'48" S 48°53'02"

Figura 71: Portfólio Acácio Schroeder.
Fonte: Adaptado de SIMGeo, 2014.

O primeiro portfólio, o do Alambique Fleith (Fig. 67), tem como ponto de partida o Casarão Krueger que, além de ser um ponto de informações turísticas, fica bem localizado, às margens da BR 101. O portfólio representa graficamente o caminho do casarão Krueger até o Alambique Fleith e do Alambique Fleith até as demais propriedades que compõem o portfólio.

Cada trecho é representado graficamente por uma linha, de cores distintas, para que sejam facilmente identificadas no mapa. Também no portfólio está disponível a distância entre os diversos pontos (trajetos possíveis), além de informações da propriedade Alambique Fleith, como o contato, produtos e serviços. O objetivo do portfólio é possibilitar que uma pessoa, sem conhecimento prévio do local, possa se locomover e decidir sobre eventuais visitas a outras propriedades do portfólio, além de mostrar a proximidade e as possibilidades de interação, cooperação e trocas entre as propriedades (unidades familiares) envolvidas. Neste sentido, é muito mais fácil uma propriedade que não produz leite comprar de outra propriedade do portfólio, do que se locomover até a área urbana de Joinville, pois a distância é menor e fortalece a região de interesse turístico, criando uma ajuda mútua, permitindo o uso de produtos mais naturais.

O mesmo portfólio é repetido por mais quatro propriedades, contemplando as cinco unidades que foram sendo filtradas a partir das 17 propriedades que demonstram o quanto é possível manipular os dados obtidos e gerar produtos a fim de planejar, desenvolver, criar material de divulgação, localização, de controle e de estudo da região para conhecimento do potencial da produção associada ao turismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta tese, faz-se necessário realizar algumas considerações. A presente pesquisa visou contribuir com o desenvolvimento sustentável e integrado da atividade turística em Joinville - SC, utilizando-se de estratégias que auxiliem na construção de um modelo de gestão pública para áreas de interesse turístico no espaço rural do município.

Constatou-se que, em muitos países, o turismo tem sido utilizado como alternativa para geração de renda e equilíbrio econômico e os benefícios gerados são observados nos mais diversos projetos que visam o desenvolvimento dos territórios. No Brasil essa realidade tem sido cada vez mais presente e existem diversos projetos de turismo no espaço rural que visam valorizar a produção associada ao turismo. Contudo, são poucas ou inexistentes as informações disponíveis e a infraestrutura dos destinos ainda são deficientes, sendo necessário investir em informação de qualidade para servir de subsídio à gestão pública e ao planejamento turístico.

O município de Joinville apresenta um potencial turístico ainda pouco desenvolvido em função da falta de sensibilização e de articulação no território. Neste sentido, a presente pesquisa visou apontar alternativas de dinamização dos produtos e serviços, a fim de aumentar a atratividade e competitividade do destino.

Com relação ao SIG existente no município (SIMGeo), representa uma iniciativa que deve ser fortalecida, principalmente para o âmbito rural, onde existe levantamento fotogramétrico, porém, ainda muito incipiente.

Em relação à pesquisa de competitividade, realizada pela FGV, a qual apontou que as dimensões infraestrutura geral (64,6), atrativos turísticos (61,9), políticas públicas (53,7), cooperação regional (29,4), monitoramento (34,3), aspectos sociais (63,3) e aspectos culturais (55,8) se posicionaram abaixo do total geral do destino, influenciando negativamente o indicador de competitividade do destino. A pesquisa poderá auxiliar no aumento deste índice à medida que a gestão pública poderá ofertar serviços e produtos de forma mais articulada e explorar o potencial cooperativo das iniciativas de turismo no espaço rural. Neste sentido, foram elaborados cinco Portfólios que demonstram este potencial entre as propriedades envolvidas nesta pesquisa.

O tema abordado nesta pesquisa se mostrou um desafio para a pesquisadora, que, apesar de já conhecer e trabalhar com alguns projetos de turismo no espaço rural, demandou muitos estudos visando aplicar a

cartografia e as técnicas de georreferenciamento e fotointerpretação, utilizando-se de metodologias múltiplas, qualitativas e quantitativas que subsidiaram a proposta de integração dos dados.

Para tanto foram definidos objetivos nesta pesquisa, a fim de evidenciar o potencial turístico da produção no município de Joinville – SC.

O objetivo geral proposto na pesquisa foi alcançado por meio da estruturação dos dados, demonstrando as possibilidades de integração de informações, visando à valorização da produção associada ao turismo, além de possibilitar o conhecimento do potencial turístico no território, a fim de auxiliar o planejamento integrado.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que constituiu na caracterização dos aspectos físicos e a estrutura espacial no espaço rural, foi alcançado por meio da análise dos dados obtidos pelo SIMGeo, pesquisa bibliográfica, documental, observações, estudo de campo, análise de documentos, geoprocessamento, fotointerpretação de imagens de alta resolução. Nesta etapa, foram gerados mapas temáticos com as características físico espaciais das Bacias Hidrográficas do rio Cubatão do Norte e rio Pirai do município citado.

Com base nas visitas a campo, entrevistas e análise dos documentos, ressalta-se que, dentre as características naturais, as Bacias Hidrográficas desse município possuem vias bem sinalizadas e os acessos às propriedades são considerados em bom estado. A estrutura fundiária demonstrou que o espaço rural é predominantemente de agricultores familiares, influenciando a paisagem local. A produção local é bem limitada em função das dificuldades de comercialização e atração de visitantes. Os agricultores não trabalham de forma associativa. Em função da proximidade com o meio urbano, observou-se um aumento da multifuncionalidade e pluriatividade no campo, limitando a criação de novas atividades de turismo e oportunidade de emprego e renda para os jovens em suas propriedades. O município tem sido caracterizado pelos chamados “residentes temporários”, que se constituem por pessoas que passam apenas parte do ano ou que residem na maior parte do tempo na cidade e alugam suas casas para eventos ou lazer, nos finais de semana e feriados. A proximidade com a indústria é outro problema para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que interfere na permanência e sucessão dos filhos nas propriedades, devido à grande oferta de empregos. A criminalidade é outro agravante que vem aumentando em virtude da proximidade com o grande centro, gerando receio dos agricultores em abrir suas propriedades aos visitantes, tidos como “pessoas estranhas”. Também foi observado o

desrespeito à privacidade dos moradores, ocasionado por carros com som alto, que ocupam boa parte das vias internas e de pontes.

Em relação ao segundo objetivo, que se constituiu de identificação e caracterização da produção associada à paisagem local e dos atores que interferem na atividade turística no espaço rural, foi definida a amostra da pesquisa e identificada às unidades e subunidades homogêneas de paisagem. Também foram utilizados estudo de campo, observações, entrevista semiestruturada, questionário estruturado, geoprocessamento e fotointerpretação de imagens aéreas de alta resolução e definidas as unidades e subunidades homogêneas de paisagem, gerando um mapa da amostra. Com base neste objetivo, foi possível obter uma visão geral das propriedades, empreendimentos e atrativos naturais e culturais que compõem a paisagem rural, descrevendo os acessos e a infraestrutura existente. Ao longo desta etapa, observou-se que são poucas e incipientes as iniciativas de turismo no espaço rural de Joinville, realizadas pelas instituições locais, uma vez que muitos atrativos se encontram em terreno privado e, apesar de estarem no folder de divulgação da Fundação Turística, encontram-se fechados aos finais de semana, demonstrando que a população local não está sensibilizada para o interesse turístico e para as ações de cooperação e associação.

Fica evidente que uma das limitações da pesquisa foi o acesso às propriedades, dificultando a identificação detalhada do processo de produção, no caso das agroindústrias. Em relação ao patrimônio natural e cultural, muitas dessas propriedades não estão sensibilizadas e/ou não se interessam pela atividade turística e muitos dos atrativos se encontram em terrenos privados, como ocorre na Bacia do Piraí, com a Usina Hidrelétrica Saltinho e com os Casarões na Bacia do Cubatão do Norte, onde não há nenhum roteiro de turismo incluindo essas construções. Este fato dificultou a inclusão das amostras nessa pesquisa, ficando limitada a um número pequeno, porém, representativo de produtos agropecuários. No entanto, os atrativos naturais e culturais serão considerados ao longo dos mapas de produção associada, em função do potencial existente e que poderão ser incluídos em futuros projetos no município.

Salienta-se que algumas propriedades rurais do município estão localizadas dentro das Áreas de Proteção Ambiental – APA Dona Francisca na localidade do Quirirí, sendo fundamental pensar em alternativas que visem à promoção do desenvolvimento sustentável das famílias rurais. Além disso, também se observou a necessidade de aproveitamento das casas tombadas pelo IPHAN, para a atividade

turística. O município de Joinville possui uma diversidade de atrativos culturais; entretanto, muitos deles ainda não se apresentam como um produto, preparados para o consumo, pois existe carência tanto no que se refere à estrutura física, quanto na divulgação dos mesmos.

Referente ao terceiro objetivo, que se constituiu do estabelecimento do procedimento metodológico para estruturação da proposta de análise do potencial turístico, baseado na produção associada ao turismo, com base no uso do Sistema de Informações Geográficas (SIG), visando o planejamento turístico integrado do espaço rural de Joinville - SC, foi utilizado o potencial das imagens fotogramétricas para a avaliação local do potencial turístico, demonstrando o potencial de imagens aéreas que possibilitam uma visão panorâmica, a estruturação e a inserção dos produtos finais no SIG, bem como as informações obtidas pelo questionário e entrevista. O SIG foi constituído utilizando o ArcGIS 10.2, visando a estruturação e integração dos dados, obtidos pelos objetivos anteriores. Por meio desta etapa, foram gerados mapas da produção associada ao turismo (Portfólio), com base nos elementos que interferem na infraestrutura, atrativos naturais e culturais que existem no território, que poderão compor o produto turístico e caracterização dos principais produtos, práticas agrícolas, relações de produção de bens e serviços e distâncias entre os atrativos e unidades familiares. Esses mapas da produção associada ao turismo evidenciaram a existência da multifuncionalidade no espaço rural como uma alternativa para a dinamização dos produtos e serviços.

Em relação as hipótese da pesquisa foi possível comprovar que o potencial no espaço rural de Joinville, especialmente nas bacias hidrográficas do rio Cubatão do Norte e Pirai, pode ser evidenciando pela produção agropecuária, artesanal e do patrimônio natural e cultural, bem como o potencial de compra e venda direta entre os produtores das comunidades locais (oferta), demonstrados a partir dos diagramas e cenários de articulação e cooperação. Além disso, também ficou evidente que a utilização do sensoriamento remoto e da fotointerpretação, geoprocessamento e dos sistemas de informações geográficas geraram informações de qualidade e possibilitaram uma visão integrada do espaço rural, por meio da cartografia aplicada ao turismo.

Conclui-se que o método utilizado nessa pesquisa possibilitou uma visão estratégica e integrada do potencial de cooperação e articulação existente no território de Joinville, evidenciado pelos diagramas compostos por cenários e portfólios, a partir da estruturação

dos dados, utilização das metodologias qualitativas e quantitativas e alimentação de um SIG. Nesse sentido, o método utilizado poderá auxiliar o profissional de turismo, a partir do uso de ferramentas como a fotointerpretação e o geoprocessamento, na elaboração de diagnósticos mais eficazes e na proposição de planos e projetos condizentes com a realidade local, apresentando o potencial existente, ainda pouco explorado pelas instituições de gestão territorial. Além disso, a metodologia proposta possibilita ser adaptada a diferentes realidades, abrindo ainda mais o campo de trabalho para os profissionais de turismo.

Quanto às recomendações para futuros trabalhos acadêmicos, foram sugeridos alguns temas:

- a) O papel da produção associada e a sua relação com a cadeia produtiva do turismo.
- b) O uso da geoestatística e do SIG para o turismo.
- c) O papel do poder público na gestão da produção associada ao turismo.
- d) O SIG e o planejamento integrado no espaço rural.

Salienta-se que estes estudos poderiam contribuir para a compreensão das estratégias que orientam as políticas públicas para o turismo e o uso eficaz do SIG no planejamento integrado do território.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. **Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia**. Economia Rural, v. 40, n. 2. Abr-jun, 2002.

ALMEIDA, M. **Matriz de avaliação do potencial turístico de localidades receptoras**. Tese de doutorado Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

ASSOCIAÇÃO ACOLHIDA NA COLÔNIA (AAAC). **Santa Rosa de Lima**. Disponível em: < <http://www.acolhida.com.br/>>. Acesso em 18 de outubro de 2011.

ANDRADE, J. B. de. **Fotogrametria**. Curitiba: SBEE, 2003.

AMARAL, F. M; SILVA, G. J. **Elaboração de mapas turísticos em ambiente SIG: região do circuito do ouro/MG**. Anais 2º Simpósio de Geotecnologia no Pantanal, Corumbá. Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2009, p. 685-694.

_____. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

ANSARAH, M. G. dos R. **Teoria Geral do Turismo**. In: ANSARAH, M. (Org.). Turismo: Como ensinar. São Paulo: Senac, 2000).

ARIZA, F. J. **Calidad en La producción cartográfica**. Espanã: RA-MA, 2002.

BAHL, M. **Legados étnicos & oferta turística**. Curitiba, PR: Juruá, 2004.

BARTHOLO, R. et al. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. São Paulo: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

BAKKER, M. P. R. **Cartografia: noções básicas**. Marinha do Brasil, 1965.

BARRETTO, M. **Cultura e turismo: discussões contemporâneas**. Campinas, SP: Papirus, 2007 (Coleção turismo).

_____. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2005 (Coleção turismo).

_____. **Turismo e legado cultural**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em 11 de setembro de 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

_____, Ministério do Turismo. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Associação de Culturas Gerais. **Manual para o desenvolvimento e a integração das atividades turísticas com foco na produção associada**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.

_____, Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: Joinville – 2010**. Brasília: Ministério do Turismo/Fundação Getúlio Vargas, 2010.

_____, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2008a.

_____, Ministério do Turismo. **Caminhos do Brasil Rural: Agricultura familiar, Turismo e Produtos Associados**. Brasília, 2008b.

_____. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2003.

_____. **Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, 2003.** Disponível em: <www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismorural.pdt>. Acesso em 07 de outubro de 2011.

BASTEZINI, D. A. **Sistematização de dados turísticos para geração de informações que subsidiem o planejamento da atividade inserida no desenvolvimento de Urubici.** Florianópolis, 2010. Dissertação mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo.** 11. ed. São Paulo: SENAC, 2006.

BECKER, D. F. **Desenvolvimento local-regional: determinantes e desafios contemporâneos.** Santa Cruz do Sul: Editora Unisc, 2000.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia física global, esboço metodológico.** Trad. O. Cruz. R. RA'EGA, n. 8, p. 141-152, Curitiba: Editora UFPR, 2004.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas.** Petrópolis: Vozes, 1975.

BIO, S. R. **Sistemas de informação: um enfoque gerencial.** 2. ed. São Paulo: Editora ATLAS S.A, 2008.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Tradução de: Josely Vianna Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BUENO, A. P. **Patrimônio paisagístico e turismo na ilha de Santa Catarina: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística.** Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

BURNS, P. **Tourism planning, a third way?** Annals of Tourism Recherche, v. 3, nº 1, 2004, p. 24-43.

BURSZTYN, I. et al. **Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil.** In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009, parte I, p.76 - 91.

BRITO, J.; ALBUQUERQUE, E. M. **Clusters industriais na Economia Brasileira:** Uma análise exploratória a partir de dados da RAIS. Estudos Econômicos, São Paulo: v. 32, n. 1, 2002, p. 71-102.

CABRAL, N. R. A. J. et al. **Políticas públicas de áreas protegidas: contribuição para sua implementação e manutenção da biodiversidade.** In: WENDLAND, E; SCHALCH, V. Pesquisas em meio ambiente: subsídios para a gestão de políticas públicas. São Carlos: RiMa, 2003. p. 199-214.

CAMPBELL, J. B. **Introduction to remote sensing, Guilford.** Nova Iorque, 1996.

CAMMARATA, E. *El turismo como práctica social y su papel em La apropiación y consolidación del territorio.* In: RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional, 2006.

CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade:** uma bordagem comparativa. In: Org. Roberto José Moreira, Luiz F. de Carvalho Costa. Mundo Rural e cultura. Rio de Janeiro: MAUAD, 2002. p. 65-102.

CASTROGIOVANNI, A. C. **Turismo e ordenação no espaço urbano.** In: CASTROGIOVANNI, A. Carlos. Turismo urbano. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, A. C. **Turismo x Espaço:** reflexões necessárias na pós-modernidade. IN: GASTAL, S.; CASTROGIOVANNI, A. C. (Orgs.). Turismo na pós-modernidade: (Des) inquietações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 43-50.

CASAROTTO FILHO, N. **Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local:** estratégia para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas, 2001.

CASSIOLATO, J. E. et al. **Arranjos Produtivos Locais uma alternativa para o desenvolvimento: Experiências de política**, v. 2. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

_____; LASTRES, H. M. M.; MACIEL, M. L. **O foco em Arranjos Produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.; MACIEL M. L. (Orgs.) *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CARTWRIGHT, W. et al. *Multimedia cartography*. New York: Springer – Verlag Berlin Heidelberg, 1999.

CAVALCANTI, J. A. D. **Cartografia dos locais turísticos de poços de caldas – MG, Brasil: um projeto**. In: *Turismo em Análise*. Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. v. 16. n. 1 (2005). São Paulo. CRP/ECA/USP: Aleph, 1990, p. 85 - 95.

CAZZELLA, A. A. **Base de serviços rurais estratégicos à promoção do desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise prospectiva**. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Londrina - PR – Julho de 2006.

_____; CARRIÈRE, J. P. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. In: *Eisforia/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agrecossistemas*. v. 1, n. 1 (jan./jun., 2003) Florianópolis: PPGAGR, 2006.

CEBRIÁN ABELLÁN, A. *Ordenación turística y cooperación interinstitucional em La comunidad de Murcia*. Departamento de Geografía. Universidad de Murcia. Campus de la Merced. Espanha, 2006.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COURLET, C. **Os sistemas produtivos localizados**: da definição ao modelo. In: Eisforia/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agreossistemas. v. 1, n. 1 (jan./jun., 2003) Florianópolis: PPGAGR, 2006.

3ª CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **Produção associada ao turismo**. Brasília, 2007.

CORRÊA, W. K. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Org. João Carlos Tedesco. Universidade Federal de Passo Fundo Faculdade de Economia e Administração Centro Regional de Economia e Administração: EDIUPF, 1999.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.

COSTA, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. Brasília: Mais Gráfica, 2010, 402 p.

_____. **Contribuições do Cadastro Técnico Multifinalitário para a Gestão Municipal**. In: SCHENINI, P. C. (Org.). Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana: uma abordagem sustentável. Florianópolis: FEPESE, 2006.

CHAMBERS, R. *The origins and practice of participatory rural appraisal*. World development, v. 22, n. 7, 1994, p. 953-969.

CRUZ, R. C. A. **Planejamento governamental do turismo**: convergência e contradições na produção do espaço. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional, 2006.

DESJARDINS, D.; BOUCHER, F.; CERDAN, C. *Globalization, Competitive Advantages and the Evolution of Production Systems: Rural Food Processing and Localized Agri-food Systems in Latin American Countries*. Entrepreneurship and Regional Development, v. 15, n. 1, p. 49-67, 2006.

DUARTE, P. A. **Fundamentos da cartografia**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

DUQUE, R. C; MENDES, C. L. **O planejamento turístico e a cartografia**. Campinas: Alínea, 2006.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 2. ed. São Paulo: Futura, 1999.

EPAGRI/CIRAM - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico**. Florianópolis: Epagri, 1999.

ESPADAFOR, C. M. L. et al. *El catastro em la docência de lãs ciências sociales y jurídicas: uma proposta interdisciplinar de postgrado*. Anais do Congresso Internacional sobre Catrasto Unificado Multipropósito - CICUM. Universidade de Jaén, 2010.

ESSLIN, L. et al. **Apoio à decisão: metodologia para estruturação de problemas e avaliação multicritérios de alternativas**. Florianópolis: Insular, 2011.

FALKNER, E; MORGAN, D. *Aerial mapping: methods and applications*. Lewis Publishers is an imprint of CRC Press LLC, 2002.

FAO. *The Multifunctional Character of Agriculture and Land*. Maastricht, The Netherlands, 1999.

FARLEY, J.; SCHMITT, A.; FRANCISCO, F.; ALARCON, A.; REBOLLAR, P. B. M. *Integrating Agroecology with Paymentsfor Ecosystem Services in Santa Catarina's Atlantic Forest*. In: Analls of Society of Ecological Economics (SEE). Berlin, 2010.

FRADE, F. C. C. **A componente ambiental no ordenamento do território**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra, Portugal, 1999.

FREIRE, P. **A pesquisa participante**. In: MATHEUS et al. Educação ambiental para o turismo sustentável: vivências integradas e outras estratégias metodológicas. São Carlos: RiMa, 2005.

FIORI, S. R. **Mapas para o turismo e a interatividade**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, letras e Ciência Humanas de São Paulo, 2007.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. Disponível em: < <http://www.ippuj.sc.gov.br/>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. Joinville: Cidade em dados 2009. Caderno. Joinville, PMJ, 2009, 164 p.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE - IPPUJ. Joinville: Cidade em dados 2010/2011. Caderno. Joinville, PMJ, 2011, 194 p.

FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE JOINVILLE - PROMOTUR. Disponível em: < <http://www.promotur.com.br/>>. Acesso em 20 de julho de 2011.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCIA, J. R.; COSTA, A. J. D. **Sistemas produtivos locais: uma revisão da literatura**, 2005a. Disponível em: <www.fae.edu/publicacoes/pdf/IIseminario/.../iniciacao_09.pdf>. Acesso em 08 de dezembro de 2011.

GARCIA, R. M. P. **Espaço e Turismo: Reflexões Contemporâneas**. Anais do IX Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2012b.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Sexta edição. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMEZ-LIMON, J. A. *Measuring Individual Preferences for Rural Multifunctionality: The Importance of Demographic and Residential Heterogeneity*. Journal of Agricultural Economics, V. 63, n. 1, 2012, p. 1-24.

GLOSSÁRIO DE ARRANJOS E SISTEMAS PRODUTIVOS E INOVATIVOS LOCAIS, 2003. Disponível em: <<http://www.redeaplmineral.org.br/biblioteca/glossario-de-arranjos-e-sistemas-produtivos-e-inovativos-locais>>. Acesso em 08 de dezembro de 2011.

GUNN, C. A. *Tourism planning*. Nova York: Taylor and Francis, 1988.

GUZZATTI, T. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC)**. Florianópolis, 2011. Tese doutorado em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.

HENRIQUÉZ, C; ZECHNER, T. C; SAMPAIO, C. A. *Turismo y interacciones em las transformaciones del espaço rural*. In: II Congresso de investigadores em turismo de Chile/ Mesa planificación y desarrollo del gestión del conocimiento científico para la sustentabilidade del turismo. Anais, Valparaíso: Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, 2009.

IGNARRA, L. F. **Fundamentos do turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base Comunitária diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Letra e Imagem, 2009, parte I, p. 108 - 121.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Fotointerpretação**. Disponível em: <<http://www.inpe.br/>>. Aceso de 25 de março de 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **O patrimônio cultural da imigração em Santa Catarina/Instituto o patrimônio histórico e artístico nacional.** Org. Maria Regina Weissheimer. Texto Dalmo Vieira Filho. Brasília, DF: Iphan, 2011.

JOINVILLE. Decreto n.º 8.055 de 15 de março de 1997. Dispõe sobre a criação da área de Proteção Ambiental (APA) Serra Dona Francisca em Joinville-SC. Disponível em: <
http://sistemaspmj.joinville.sc.gov.br/documentos_vivacidade/Plano%20de%20Manejo%20APA/conteudo.pdf>. Acesso em 5 de junho de 2013.

JOLY, F. **A cartografia**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

KARNAUKHOVA, E. **Proposta de cartografia geocológica aplicada ao planejamento territorial**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – PPGEC. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

KNICKEL, K.; RENTING, H. *Methodological and Conceptual Issues in the Study of Multifunctionality and Rural Development*. Sociologia Ruralis, v. 40. n. 4. Blackwell Synergy, 2000, p. 512-528.

LAUDON, K. C., LAUDON, J. P. **Sistemas de Informação Gerenciais: Administrando a Empresa Digital**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

LANG, S.; BLASCHKE, T. **Análise da paisagem com SIG**. Tradução Hermann Kux. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1985.

LEITE, S. P; BONNAL, P. **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

LEMONS, C. C. *Strategic environmental assessment in tourism planning — Extent of application and quality of documentation*. Environmental Impact Assessment Review. Disponível em: < journal homepage: www.elsevier.com/locate/eiar>. Acesso em 26 de fevereiro de 2012.

LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOCH, C. **A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

LOCH, C. **Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana**. In: ERBA, D. et al. **Cadastro multifinalitário como instrumento da política fiscal e urbana**. Rio de Janeiro, 2005.

_____; ERBA, D. A. **Cadastro técnico multifinalitário rural e urbano**. Cleveland, Lincoln Institutof Land Policy, USA, 2007, 160 p.

_____. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____; KIRCHNER, F. F. **Cadastro**: a base do planejamento regional. In: Encontro Brasileiro de Economia Florestal, I. Anais. Curitiba, 1988. EMBRAPA-CNPQ, v. 2, p. 294-306.

LÓPEZ, F. J. A; BALBOA, J. L. G; PULIDO, R. A. *Casos prácticos de calidad em La producción cartográfica*. Jaén: Universidade de Jaén, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico, ed IV, 2004.

LÓPEZ P., F. (Dir). *Atlas del Turisme a Catalunya*. Mapa Nacional de l'oferta i els productes turístics. Barcelona, 2009, 526 p.

MACHADO, L. M. P. **Paisagens Valorizadas**. Rev. Geogr., SP, p. 75-78, 1988.

MACEACHREN, A. M; TAYLOR, F. *Visualization in modern cartography*. Great Britain: Pergamon, 1994.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina**: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R. et al. Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. São Paulo: Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.

MAMBERTI, M. M. S. **Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local**. Anais do I Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas. Rio de Claro, 2004.

_____. **Sistema de Informações Geográficas (SIGCSR) - características e potencialidades**. Brasília: CSR/IBAMA, 1996, 33 p.

MARTINELLI, M. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2006. 3. ed.

_____. **A cartografia**. São Paulo: Papirus, 2001.

MACEDO, S. S. **Paisagismo e Paisagem**. Paisagem e ambiente: ensaios: 5. São Paulo, FAU/USP, 1994.

MAXIMO, G. W. S. **O processo de ocupação dos terrenos de marinha e suas implicações no município de Tubarão - SC**. Florianópolis, 2013. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina.

MELO, E. T. O. de; LOCH, C. **Comprovação da existência anterior de cursos d'água através de fotointerpretação de série históricas**. Disponível em: < http://www.cartografia.org.br/xxi_cbc/195-F21.pdf>. Acesso em 18 de fevereiro de 2012.

MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

METZGER, J. P. **O que é Ecologia de Paisagens**. Biota neotropica, v.1, n.1, 2001, p. 1-9.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Desenvolvimento agrário como estratégia**: balanço MDA, 2003-2006. Porto Alegre: Nead, 2006.

MOLLARD, A. **Multifuncionalidade, externalidades e territórios**. In: Eisforia/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. v. 1, n. 1 (jan./jun., 2003) Florianópolis: PPGAGR, 2006.

MOLINA, S. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

MOURA, M. C. **Uso de sistemas de informações geográficas no planejamento para otimização de rotas de distribuição**. Viçosa: UFV, 2001.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de informação: e as decisões gerenciais na era da internet**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

NEUMANN, P. S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. Florianópolis, 2003. Tese de doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal de Santa Catarina.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Guia de desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OLIVEIRA, I. J. **Cartografia turística para a fruição do patrimônio natural da Chapada dos Veadeiros (GO)**. São Paulo, 2007. Tese de doutorado em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PANIZZA, A. de C (Org.). **Paisagens francesas: terroirs, cidades e litorais**. Campo Mourão: Fecilcam, 2010.

PASOLD, C. L. **Prática da pesquisa jurídica: ideias e ferramentas úteis para o pesquisador do Direito**. 5. ed. Florianópolis: OAB - SC, 2001.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE: Lei complementar nº 261 de 28 de fevereiro de 2008. Disponível em: < <http://www.ippuj.sc.gov.br/>>. Acesso em 05 de janeiro de 2012.

PLANO DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO. Contrei Consultoria e Treinamento Ltda, 2008.

PLANO DE MANEJO DA APA DONA FRANCISCA, 2012. Disponível em: <
http://sistemaspmj.joinville.sc.gov.br/viva_cidade/areas_atuacoes>.
Acesso em 13 de dezembro de 2013.

PELLEGRINO, P. R. P. **Paisagem e ambiente**. 1987. Tese de Doutorado, FAU-USP, São Paulo, 1989.

PECQUEUR, B. *Territoire, territorialite et developpement*. In: Coloque Industrie et Territoire, IREPD, Grenoble, 20-22 octobre 1992.

_____. **A guinada territorial da economia global**. In: EISFORIA/Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. v. 1, n. 1 (jan./jun., 2003) Florianópolis: PPGAGR, 2006.

_____. **A guinada territorial da economia global**. In: EISFORIA, Florianópolis, v. 4, Dez., 2006, p. 135-154.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE – SIMGEO. Disponível em: < <https://prefeituradigital.joinville.sc.gov.br/servico/detalhe-3-SIMGeo.html>>. Acesso de 13 de maio de 2013.

PIRES, P. dos S. et al. **Estruturação de matriz de impactos do turismo**: o caso do agroturismo no município de Santa Rosa de Lima - SC. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo v. 3, n. 1, 2009, p. 68-89.

_____. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PORTER, M. **Competição**: estratégias competitivas essenciais (*On competition*). Rio de Janeiro: Campus, 1999, 515 p.

PORTUGAL. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. **Carta Europeia do Ordenamento do território**. Lisboa: Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, 1988.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de março de 2008**. Dispõe sobre instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos. Disponível em: <<http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04800/0144001456.pdf>>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

PORTUGAL. **Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de agosto de 1986**. Dispõe sobre o estabelece normas relativas ao desenvolvimento das várias formas de turismo no espaço rural. Disponível em: <<http://www.oasrn.org/upload/apoio/legislacao/pdf/tur25686.pdf>>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: HUCITEC, 2002.

PROJETO RURBANO. **O novo rural brasileiro**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>>. Acesso em 25 de setembro de 2011.

RAITZ, C. S. **Análise do uso e ocupação do solo como suporte a preservação dos recursos hídricos**. Florianópolis, 2012. Dissertação de estrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

RAMOS, C. S. **Visualização cartográfica e cartografia multimídia: Conceitos e tecnologias**. São Paulo: Unesp, 2005.

RAMOS, C. PERNA, F.: *Information System for Tourism Activity Monitoring and Forecasting Indicators as an experience for Portugal*. Tourism and Hospitality Research, 9, (4), 2009, p. 277-289.

RECH, C. M. B. **Avaliação do potencial turístico no espaço rural do município de Camboriú-SC: uma abordagem para o planejamento turístico local sob a ótica do cadastro técnico multifinalitário e análise da paisagem**. Florianópolis, 2009. Tese de Doutorado em Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial, Universidade Federal de Santa Catarina.

RHODY, B. *Interpretación de fotografías y cartografía com fines forestales*. Disponível em: <www.fao.org/docrep/24755s/24755s02.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

RODRIGUES, B. A. **Turismo e territorialidades plurais – lógicas excludentes ou solidariedade organizacional**. En publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. AmaliaInés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciências Sociales, San Pablo. Diciembre, 2006.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. Campinas, SP: Papius, 1999.

_____, D. V. M. **Turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: Almeida, J. A. et al. Turismo rural e desenvolvimento sustentável. Campinas: Papius, 2000, p. 63-73.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Turismo Cultura e Esporte. **Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo do Estado de Santa Catarina: SERRA CATARINENSE**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2010a.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

SANTOS, E. de O. **Agroturismo e turismo rural: uma alternativa econômica para a metade sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: FACOS, 2005b.131p.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Bobel: FUNDAP, 1993.

SARAIVA, A. M. P. *Princípios de arquitetura paisagista e de ordenamento do território*. Mirandela, 2005.

SAMPAIO, C. A. C. **Planejamento para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso e comparativo de municípios**. Florianópolis: Bernúncia, 2002.

_____ et al. **Arranjo sócio produtivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo.** Anais II Seminário internacional de turismo sustentável. Fortaleza - CE, Maio de 2008.

SANTORO, P; PINHEIRO, Edi. **O município e as áreas rurais.** São Paulo, Instituto Pólis, 2004, 64 p. (Cadernos Pólis, 8).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Arranjos produtivos.** Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/setor/rochas-ornamentais/o-setor/arranjos-produtivos>>. Acesso em 07 de janeiro de 2012.

SILVA, J. G. da. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro, 2001.** Disponível em: <www.rcl.fao.org>. Acesso em 15 de setembro de 2011.

SILVA, G. G; SOSSAI, F. C. **Caminhos contemporâneos da Serra Dona Francisca.** Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC, PPGH, 2011.

SILVEIRA, W. N. **Análise histórica de inundação no município de Joinville – SC, com enfoque na bacia do rio Cubatão do Norte.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Florianópolis, 2008.

SIQUEIRA, M. N; CASTRO, S. S; FARIA, K. M. S. **Geografia e Ecologia da Paisagem: pontos para discussão.** Soc. & Nat., Uberlândia, 2013.

SONNEMBERG J. **The European dimensions and land management - Policy issues** (Land readjustment and land consolidation as tools for development F I G Commission 7, Annual Meeting 1996, Budapest, Hungary).

SCHAEFER, A. G. **Aplicação de produtos fotogramétricos e do sensor laser scanner em projetos rodoviários – estudo de caso: trecho da SC - 414.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SMITH, V; BRENT, M. *Hosts and guests revisited*. Tourism Issues for the century. New York: Cognizant Communication Corporation, 2001.

TURISMO ALQUEVA. Projeto Dark Sky. Disponível em: <<http://www.turismoalqueva.pt/dark-sky/>>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

TOMAZZONI, E. L. **Turismo e desenvolvimento regional Modelo APLTur aplicado à região das Hortênsias (Rio Grande do Sul - Brasil)**. Doutorado em Ciências da Comunicação na área de concentração Relações Públicas, Propaganda e Turismo, na Linha de Pesquisa Turismo e Lazer. São Paulo, 2007.

ULLER, A. S. **Cartografia turística: Uma leitura dos mapas temáticos de uso do turista em Ponta Grossa – Paraná**. São Paulo, 2010. Tese de doutorado em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VARGAS, M. A. **Proximidade territorial, aprendizado e inovação: um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjo e sistemas produtivos no Brasil**. Tese de doutorado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WALKOWSKI, M. da C. **O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner-SC**. Florianópolis, 2008. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina.

WORLD TRAVEL & TOURISM - WTTC. Disponível em: <<http://media.unwto.org/en/press-release/2012-03-08/spain-host-world-tourism-day-2012-under-theme-tourism-and-sustainable-energ>>. Acesso em 20 de março de 2012.

ZHANGBAO MA, QINGWEN QI, LI XU. *Design and Realization of Tourism Spatial Decision Support System based on GIS*. Geoinformatics 2008 and Joint Conference on GIS and Built Environment: The Built Environment and Its Dynamics, Lin Liu, Xia Li, Kai Liu, Xinchang Zhang, Xinhao Wang, Eds., Proc. of SPIE. Vol. 7144, 71442D, 2008.

ZANOTELLI et al. **Conhecendo a bacia hidrográfica do Rio Cubatão do Norte**. Joinville, SC: Editora da Univille, 2009.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento territorial endógeno: conceitos, dimensões e estratégias**. In: Zapata et. al. *Desenvolvimento Territorial a distância*. Florianópolis: SEAD/UFSC, 2007.

ZIMMERMANN, A. **Planejamento e organização do turismo rural no Brasil**. In: ALMEIDA, J. A.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003, p. 127-142.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

A. Número da amostra	1	2
B. Informante		
1 - Proprietário 12		
2 - Outra pessoa da família 5		
3 - Gerente contratado 0		
C. Descrição da propriedade		
Nome da Propriedade		
Rua		
Localidade		
Município		
Telefone		
E-mail		
1 - Pessoa Física		
2 - Pessoa Jurídica		
D. Usos do solo na propriedade		
1 - agricultura		
2 - caça		
3 - coleta em áreas com floresta (lenha, frutas, castanhas, fibras)		
4 - plantio de árvores exóticas (pinus, eucalipto)		
5 - áreas de floresta sem uso		
6 - beneficiamento de produtos agrícolas (agroindústria)		
Condição jurídica		
1 - proprietário		
2 - arrendatário		
3 - parceiro		
4 - posseiro		
5 - cessionário		
6 - terreno em inventário		
7 - condomínio irregular		
8 - contrato de compra e venda		

Infraestrutura		
1 - Galpao		
2 - Estradas Internas		
3 - Sala de Processamento		
4 - Trilhas		
5 - Alojamentos		
Necessita adaptação?		

Condições de Saneamento		
Efetua análise da água		
1 - Sim		
2 - Não		

Principal fonte de abastecimento de água		
1 - rede pública		
2 - poço artesiano		
3 - poço comum		
4 - nascente/vertente		
5 - córrego ou rio		
6 - outro		

Destino final dos dejetos		
1 - fossa séptica ou sumidouro		
2 - fossa negra		
3 - córrego ou riacho		
4 - esterqueira		

Destino dado ao lixo e resíduos		
1 - queima		
2 - enterra		
3 - recicla		
4 - envia para reciclagem		
5 - riacho		
6 - caminhão da prefeitura		
7 - outro		

D. Padrão demográfico		
1 - Núcleo Rural		
2 - Assentamento Isolado		
1 - Sem Deslocamento Sazonal		
2 - Com Deslocamento Sazonal		

E. Cadeias produtivas		
Número de pessoas economicamente ativas (+ de 16 anos)		
Número de empregados		
Principais mercados (potenciais e atendidos)		

Principal fonte de renda		
1 - Agricultura		
2 - Indústria		
3 - Serviços		

Produtos		
1 - Banana		
2 - Palmacea		
3 - Cana de açúcar		
4 - Aipim		
5 - Flores		
6 - Hortaliças		
7 - Leite		
8 - Carne bovina		
9 - Aves		
10 - Suínos		
11 - Arroz		

Práticas produtivas		
1 - Produção convencional		
2 - Produção orgânica agroecológica		
3 - Mecanizado		
4 - Produção vegetal		
5 - Produção animal		
6 - outros		

Insumos		
1 - Compra em conjunto/cooperativa		
2 - Compra do atravessador		

Vendas		
1 - Venda Direta ao Consumidor		
2 - Venda para Intermediários		
Pratica estas atividades há quantos anos?		

F. Instituições de apoio		
1 - ONG		
2 - Prefeitura		
3 - Epagri		
4 - Fundação 25		
5 - Fundema		
6 - Universidade		
7 - Associações, Cooperativas		
8 - Outros		

G. Escolha uma frase		
1 - Meio ambiente é o local onde vivem as plantas e animais		
2 - Meio ambiente é o local de onde retiramos nossas necessidades		
3 - Meio ambiente se refere a todas as formas de vida, inclusive as pessoas		
4 - Meio ambiente se refere à necessidade de conservar a natureza para que tenhamos uma boa vida		

H. Potencial para atividade turística		
1 - Aluguel de quarto		
2 - Lazer em geral		
3 - Alimentação		
4 - Parque aquático		
5 - Camping		
6 - Pesque-pague		
7 - Hotel		
8 - Venda de produtos		

9 - Pousada		
10 - Turismo de conhecimento		
11 - Outros		
Possui atrativos próximos e/ou dentro da propriedade?		
1 - Sim		
2 - Não		
A infraestrutura da propriedade é preparada para receber visitantes?		
1 - Sim		
2 - Não		
Possui equipamentos de apoio próximos à propriedade?		
1 - Sim		
2 - Não		
Possui interesse em desenvolver atividades de turismo na propriedade?		
1 - Sim		
2 - Não		
Necessita de investimentos para desenvolver o turismo na propriedade?		
1 - Sim		
2 - Não		

Quadro 1: Questionário estruturado.
 Fonte: Dados do autor, 2012.

APÊNDICE II – ROTEIRO DE ENTREVISTA NÃO ESTRUTURADA

Em relação à produção associada ao turismo

1. Quais planos e projetos em andamento?
2. Quais planos e projetos futuros?
3. Algum dos projetos citados recebe recurso do Governo Federal ou Estadual?
4. Que ações a entidade vem desenvolvendo conforme as políticas públicas de turismo estaduais e federais (regionalização, segmentação...)?
5. Quais os setores ou áreas que necessitam de investimento para um melhor desenvolvimento das atividades da entidade?
6. Como é a relação desta entidade com as demais instituições de gestão territorial?
7. Como é a relação desta entidade com os empreendedores da área de turismo e comunidade (frequência de reuniões, ações conjuntas, relação com o COMTUR)?
8. Existe um sistema de avaliação dos indicadores turísticos do município? Como são coletadas estas informações?